Ana Maria Jacó-Vilela
Antônio Carlos Cerezzo
Heliana de Barros Conde Rodrigues
Organizadores

Clio-Psyché Hoje: Fazeres e dizeres *psi* na história do Brasil

Rio de Janeiro
2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Ana Maria Jacó-Vilela
Antônio Carlos Cerezzo
Heliana de Barros Conde Rodrigues

A coletânea de textos que o leitor tem em mãos possui sua gênese nos trabalhos apresentados no II Encontro Clio-Psyché —Fazeres e dizeres *Psi* na história do Brasil—, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em novembro de 1999.

Na passagem da oralidade à escritura, contudo, ganharam eles nuances originais, referências precisas e um cuidado estético que, se de forma alguma está ausente da palavra falada, tem determinadas particularidades na escrita, em função de sua confortável (e perigosa) fixidez.

Neste sentido, a forma de organização dos trabalhos também é nova e se reflete nos títulos das seis seções que os reagrupam em temáticas que julgamos capazes de dimensionar o campo problemático dos saberes e práticas psi no período focalizado —no caso, a contemporaneidade—, por nós datado, mediante um "arbitrário refletido", como tendo início nos anos 50 e 60.

As denominações das seções refletem as concepções historiográficas dos organizadores e, por vezes, devem muito *à intertextualidade* —palavras que nos constituem, palavras antropofagicamente roubadas de escritos *amigos* e *de amigos*, próximos ou distantes no tempo e no espaço. Assim, vale mencionar a "fábrica de interiores" de Luis Antonio dos Santos Baptista, título de uma sempre inquietante tese de doutorado, recentemente transformada em livro[1]; a psiquiatria como algo que "se cura", perspectiva tomada à provocação presente na capa de uma brochura mimeografada[2] em

---

[1] BAPTISTA, L.A.S. *A fábrica de interiores. A formação* psi *em questão*. Niterói: EDUFF, 2000.
[2] LOURAU, R. *La psychiatrie, ça se soigne! Rapport sur une "structure intermediaire" en psrchiatrie. L'Agora (1983–1990)*. Mimeo: 1992.

que o saudoso René Lourau, analista institucional em tempo integral, embarca na aventura da desinstitucionalização com seus olhos de utopista ativo; o "pós-psicanalítico" do sociólogo Robert Castel, a nos alertar permanentemente sobre as múltiplas formas assumidas pela "gestão dos riscos"[3]; o verso "usted preguntará por qué cantamos", tantas vezes evocado no belo poema de Mario Benedetti[4], disparador de indagações preciosas sobre possibilidades teimosamente afirmadas, embora inevitavelmente problemáticas, de escaparmos ao encargo social de "guardiães da ordem"[5].

Através dessa última expressão, que apenas por acaso não está também incluída em nossos títulos, embora os condicione a todos, damos início aos agradecimentos àqueles que tornaram possível esta publicação: Cecília Maria Bouças Coimbra, nossa prefaciadora; Ana Paula Jesus de Melo, que transformou a abertura de cada seção em um pequeno ensaio à temática abordada; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), que propiciou recursos tanto para o evento quanto para a presente edição; Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, contribuindo para a realização do II Encontro Clio-Psyché, indiretamente condicionaram a existência deste "objeto–livro". Finalmente, e sem que isso signifique menor importância, NAPE/UERJ (responsável pela impressão de cartazes *e folders);* Rosilane Motta Neves (nossa gentil e eficiente secretária); mestrandos e bolsistas de Iniciação Científica, cujo entusiasmo com o evento, à época, foi proporcional ao nosso, hoje, momento em que o *transcriamos* na forma livro —Karina Pereira Pinto, Gabriela Salomão Alves Pinho, Maria das Graças dos Santos Duarte, Patrícia Jacques Fernandes, Cristiane Ferreira Esch, Ana Paula Melo Bitar e Daniela Albrecht Marques Coelho Garritano.

Aos nossos leitores, o prazer do texto.

---

[3] CASTEL, R. A *gestão dos riscos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
[4] Porque cantamos", poema de Mario Benedetti.
[5] COIMBRA, C.M.B. *Guardiães da ordem. Uma viagem pelas práticas psi do Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

PREFÁCIO

FAZENDO HISTÓRIA

Cecília M. B. Coimbra

> *A transformação do conceito de história —que migrou dos grandes feitos e fatos fundamentais, dos heróis e santos, dos seres 'notáveis' para junto deles colocaram-se os cidadãos comuns e os acontecimentos do cotidiano— resultou também em unia modificação do papel dos intelectuais.*
>
> José Carlos Sebe Bom Meihy

Este pequeno trecho que ilustra um pouco a concepção da chamada História Oral nos remete não só para a existência mas, fundamentalmente, para a importância que os múltiplos e diferentes atravessamentos históricos têm em nossas práticas cotidianas. Atravessamentos que, em nosso mundo *psi*, têm sido enfática e sistematicamente negados, ignorados e não percebidos como constituindo e produzindo nossas vidas.

Assim, a história das práticas *psi* em nosso país aponta para a seguinte questão: por que os atravessamentos históricos têm sido negados, desqualificados, ignorados? É como se tais práticas, por sua *pureza*, estivessem acima das *coisas terrenas*, não podendo com elas se misturar.

Em um passado recente, nos anos 60 e 70, quando se verificou o *boom* das práticas *psi* no Brasil, notadamente nos grandes centros urbanos, elas nos foram apresentadas para *consumo* como *coisas em si*, como objetos que, por terem uma determinada natureza, estariam imunes aos múltiplos e variados acontecimentos que marcavam a nossa história. Em nome da *pureza* da *verdadeira* prática *psi* negava-se peremptoriamente quaisquer atravessamentos históricos que pudessem contaminar, macular, os *puros*,

verdadeiros, universais e eternos objetos *psi* com os quais trabalhávamos. Se hoje essa negação não se faz mais tão enfática e/ou sistematicamente como antes, sem dúvida permanece, hegemonicamente, no território *psi*, o desprezo por aqueles que tentam fazer outras leituras, diferentes das oficiais, incorporando dimensões históricas em suas análises. Esse desprezo tem se traduzido pela afirmação de que tais pessoas não são profissionais *psi;* podem ser historiadores, sociólogos, cientistas políticos, mas não psicólogos, psiquiatras ou psicanalistas.

Daí minha satisfação e mesmo prazer —apesar de fazê-lo em plenas férias— em prefaciar este livro: uma coletânea de textos apresentados no II Encontro Clio-Psyché, realizado em 1999, na UERJ. A novidade, e mesmo a força, desses diferentes trabalhos é ter como fio condutor a história, e isto se encontra muito bem expresso no título *Clio-Psyché Hoje —fazeres e dizeres psi na história do Brasil.*

Majoritariamente os artigos aqui presentes resgatam o que foi anunciado na epígrafe inicial: não uma determinada concepção oficial e dominante de história, mas visões sempre esquecidas, forjadas pelas práticas de diferentes segmentos e movimentos sociais, em suas lutas, em seu cotidiano, em suas resistências e teimosias.

Esta história, de um modo geral, atravessa os diversos trabalhos aqui apresentados: uma história onde os diferentes segmentos da população não são meros espectadores dos fatos, mas sim participantes, produtores dos acontecimentos. Uma história onde as subjetividades dominantes —apesar do seu poderio e das suas tentativas— não conseguem silenciar e ocultar a produção de espaços singulares, de práticas diversas, diferentes e múltiplas.

Walter Benjamin (1985: 223) a isto se referia quando falava que:

> O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado (...), pois nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido pela história.

Ou seja, a memória histórica dominante e *oficial* tem sido, sem dúvida, um lado perverso de nossa história, pois foi produzida pelas práticas hegemônicas no sentido de apagar os vestígios que os diferentes segmentos, e mesmo os considerados opositores, vão deixando ao longo de suas experiências cotidianas de vida, de resistência, de luta. Esta história "oficial" tem se esforçado continuamente em negar e mesmo ignorar essas diferentes forças sociais como sujeitos que forjam uma determinada história, sempre esquecida e nunca narrada oficialmente.

Os trabalhos aqui apresentados têm, dentro de sua grande diversidade, esta marca: a história de diferentes grupos, em diferentes momentos, narrada por diferentes autores/atores, trazendo diferentes concepções de diferentes objetos e temas *psi.*

Didaticamente divididos em seis partes, os 22 trabalhos tratam: 1) da formação do psicólogo, de sua história e de algumas de suas práticas, sob o título *Fábrica de interiores: montagens e desmontagens;* 2) da psiquiatria em nosso país, da história dos novos serviços em saúde mental, da participação de profissionais *psi*, de uma análise da loucura através de algumas práticas grupais e da interrogação de algumas práticas hoje em saúde mental, sob o título *A psiquiatria... isso se cura!;* 3) de práticas que, no Brasil, saem do campo da tradicional psicanálise como a Gestalt–Terapia, a terapia de família, chegando aos *Florais de Bach* e ao *Prozac*, sob o título *O pós-psicanalítico à pós-história da psicanálise;* 4) de um resgate da influência *psi* argentina em muitos de nós, como a história do Grupo Plataforma, dos "psicanalistas argentinos" no Rio de Janeiro e de algumas de suas histórias no Brasil e na Argentina, sob o título *Usted perguntará por qué cantamos;* 5) de temas vistos como violentos, suspeitos e mesmo perigosos como Os capoeiras, a violência na mídia e a AIDS, sob o título *Violência, suspeição e subjetividades;* 6) dos atravessamentos históricos que constituem e fazem parte de alguns estabelecimentos e territórios onde estão presentes práticas *psi*, como na análise vocacional, na escola e na rede pública de ensino, sob o título *A mobilidade social ao alcance de todos.*

Da forma como são trabalhados/analisados os diferentes temas, esses diferentes textos afirmam não só a historicização dos assuntos neles tratados, como também a sua politização, as implicações de seus autores com a realidade cotidiana de nosso país e com a desnaturalização de alguns mitos —a crença numa essência intrínseca aos objetos, sujeitos e saberes e na veracidade, universalidade, cientificidade, objetividade e neutralidade de nossas ações— que, ainda hoje, fazem parte do mundo *psi.* Esses diferentes "fazeres e dizeres" *psi* aqui presentes apostam/afirmam/proporcionam a desconstrução/desmonte desses mitos/crenças ainda sagrados entre muitos de nós.

Eles nos mostram que ao produzirmos/fortalecermos com nossas práticas —nossos "dizeres e fazeres"— os diferentes objetos, saberes e sujeitos que estão neste mundo, estamos sendo sujeitos/atores/protagonistas nos diferentes acontecimentos. Estamos fazendo História! É como Rosenbluth *(apud* MEIHY, 2000: 63), figura ligada ao movimento da História Oral, nos assegura: "Quando repartimos nossas histórias com os outros, celebramos nossa parte mais humana —ofertamos nossa história como presente".

Não só pelas importantes e necessárias contribuições presentes nos trabalhos aqui reunidos, como também por sua excelente organização em interessantes temas, permito-me lançar mão de um poema de Drummond que penso se afirma e se atualiza nesta coletânea e, cujo título, *Mãos dadas* (1973: 55), me faz lembrar a parceria/aliança/cumplicidade dos três amigos/companheiros organizadores deste livro.

> Não serei o poeta de um amigo caduco.
> Também não cantarei o mundo futuro.
> Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças. Entre eles, considero a enorme realidade.
> O presente é tão grande, não nos afastemos.
> Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas. Não serei o cantor de uma mulher,
> Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
> Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
> Não fugirei para as ilhas, nem serei raptado por serafins, O tempo é a minha matéria.
> O tempo presente, os homens presentes, a vida presente.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas — magia e técnicas, arte e política (ensaios sobre literatura e história da cultura)*, vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de história oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

ANDRADE, C.D. *Reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

PARTE I

FÁBRICAS DE INTERIORES: MONTAGENS E DESMONTES

Caminhando com Clio entre as engrenagens do tempo, encontramos os rastros dispersos de uma jovem Psyché, recentemente naturalizada brasileira. Longe de um único interesse ou um único trajeto, a jovem se infiltra nas escolas, invade as famílias, dita regras de relacionamento; emancipa-se de seus tutores, a Filosofia e o Psiquiatra; casa-se —Antropologia, Sociologia, História, Medicina...—, divorcia-se; retorna, não raro na qualidade de amante.

Reivindica direitos na *Academia dos Sábios Ilustres;* torna-se mestra em ensinar a ser pai, mãe, filho, homem, mulher, normal, anormal, criança, adulto, velho... Penetra fábricas e escritórios, hospitais e asilos; mas mantém o antigo consultório, presente do pai.

Foi foca de imprensa, antes de chegar a redatora; dá conselhos à mulher do *lar* e *à moderna,* em revistas *especializadas;* atua agressivamente no meio empresarial da propaganda e *marketing;* escreve roteiros de novelas, filmes... e, às vezes, dirige e encena!

Ghost writer em teses sobre urbanismo, arquitetura, política econômica, ergonomia... deixa perceber, nos meandros de cada anônimo texto, ainda o seu estilo, o seu traçado. Interessa-se por um tudo, da matemática pitagórica à física quântica, da tragédia grega à poesia moderna, dos deuses antigos à globalização, e às vezes nada lhe interessa, a não ser a própria face no espelho.

Monogâmica, heterossexual, namoradinha tijucana, familiarista, dual, edipiana, saudosista de *tudo que poderia ter sido e não foi...* seu corpo é apenas um campo de sintomas (de sua normalidade, ou desajuste). Poligâmica,

bissexual, *hipponga,* grupalista, existencialista, *meiaoitista,* liberada, *quer transar o corpo numa boa* nas rotações de 60 revoluções por minuto...

Em tantos fazeres, entre tantos discursos, Psyché constrói e desconstrói, num movimento febril de fábricas, o cotidiano de *nossos interiores*.

Ana Paula Jesus de Melo

A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGO E OS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO *PSI*

Cristiane Ferreira Esch *

Ana Maria Jacó-Vilela **

Em período anterior à regulamentação da profissão de psicólogo e à criação do curso de Psicologia, fatos estes ocorridos simultaneamente em 1962, houve tentativas de instalação oficial da Psicologia no Brasil. Destacaram-se, nestes acontecimentos, as figuras de Waclaw Radecki e Mira y López.

As condições necessárias para a primeira tentativa, realizada por Radecki (1887–1953), foram criadas durante a República Velha (1889–1930). Nesta, começam a ser utilizados conhecimentos e práticas considerados próprios da Psicologia —como, por exemplo, o uso de testes psicológicos para o exame de doentes mentais e crianças—, principalmente em instituições médicas e educacionais.

A exposição de motivos para a criação de um Laboratório de Psicologia na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, evidenciando certa demanda de profissionalização da Psicologia já à década de 20, enfatizava a necessidade da existência de um psicólogo profissional, atuando em instituições médicas, como colaborador do médico.

Convidado por Gustavo Riedel, diretor da Colônia, para montar e dirigir o Laboratório de Psicologia Experimental, Waclaw Radecki iniciará seu trabalho nessa instituição em 1923.

Os objetivos do Laboratório, ao contrário do que se poderia pensar, não se limitavam à experimentação: deveria auxiliar a instituição médica frente às

---

* Graduanda do curso de Psicologia da UERJ. Bolsista PIBIC/UERJ.

** Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ.

necessidades clínicas e sociais, além de atuar como núcleo científico e centro didático na formação dos técnicos brasileiros (CENTOFANTI, 1982).

Quanto a estes últimos objetivos, ressaltamos a vasta contribuição acadêmico–literária de Radecki ao Laboratório e à profissionalização do psicólogo. Autor principal de grande parte dos trabalhos ali produzidos, quando não colaborador ou orientador, ministrou inúmeros cursos e conferências com influência significativa na divulgação e difusão da Psicologia no país (CENTOFANTI, 1982).

Proveniente da Polônia, país onde a Psicologia encontrava-se, à época, institucionalizada, Radecki projetou, por volta de 1930, transformar o Laboratório em Instituto de Psicologia. Neste, haveria de funcionar uma "Escola Superior de Psicologia". Quando, em 1932, o Decreto-lei n.° 21.173 criou o Instituto de Psicologia —fundamentando-o como Núcleo de pesquisas científicas de Psicologia geral, individual, coletiva e aplicada; Centro de aplicação; e Escola Superior de Psicologia—, seu propósito foi alcançado.

A Escola Superior de Psicologia iniciaria suas atividades em 1933, sendo responsável pela formação de "profissionais de Psicologia". O curso previsto teria a duração de quatro anos, constituindo-se seu programa de três etapas: a primeira introduziria os conhecimentos de disciplinas afins, considerados "fundamentos" para a Psicologia; a seguinte, versaria especificamente sobre teorias e temas psicológicos; e a etapa final promoveria a apreensão de práticas psicológicas. (O quadro comparativo em anexo permite uma visualização dos conteúdos planejados)

Analisando o programa do curso de Radecki, percebemos como linha mestra a investigação experimental do fenômeno psíquico. A par disto, não o consideramos muito distinto do currículo mínimo regulamentado em 1962, este englobando as duas primeiras etapas do curso de Radecki em um curso básico —o Bacharelado— com ênfase nas disciplinas biológicas e sociais, ao qual se seguiria a "Psicologia Aplicada" aos diferentes recortes de atuação (ver quadro em anexo). É de se notar ainda que, já nesta primeira

proposta, “Ética” é uma disciplina separada; ou seja, seu conteúdo não é pensado como permeando as demais disciplinas.

O exíguo tempo de vida do Instituto de Psicologia —apenas sete meses de funcionamento— não permitiu a formação dos primeiros “profissionais de Psicologia” em solo nacional. Segundo Centofanti (1982), a falta de recursos orçamentários, a pressão de grupos médicos e a pressão de grupos católicos são três possíveis causas para o fechamento do Instituto.

Com o fechamento do Instituto, desaparece do horizonte a perspectiva de oficialização da Psicologia como um corpo específico de saberes e práticas. Desta forma, Radecki se afasta do Brasil, indo para a Argentina e, depois, para o Uruguai, onde vem a falecer.

Em décadas posteriores, todavia, emerge uma crescente preocupação com o fator humano, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de aptidões quanto ao aprimoramento técnico do indivíduo, ambos vinculadas à produção do capital. Assim, práticas psicológicas são cada vez mais utilizadas nas áreas da Educação e do Trabalho, tendo esta última se compleixificado com o processo de industrialização iniciado no governo Vargas. O novo profissional que surge é, então, denominado *psicotécnico.*

Fundador e diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV), Mira y López (1896–1964) é quem dará o definitivo impulso aos psicotécnicos no Rio de Janeiro e no Brasil a partir de fins da década de 40.

Criado em 1947, o ISOP funcionava como laboratório, escola e centro irradiador de certa produção psicológica, ampliando o espectro de aplicações e de derivações tecnológicas da mesma. Através da figura extremamente dinâmica de seu diretor, auxiliava os psicotécnicos a elaborarem soluções práticas, eficazes e úteis de ajustamento dos homens aos problemas advindos de uma sociedade em vias de modernização (MANCEBO, 1997).

Em 1951, busca-se oficializar a prática profissional do psicotécnico e instituir o curso de Psicologia. Em meio a estes acontecimentos, que

envolvem prioritariamente o ISOP, os psicotécnicos por ele formados e o Instituto de Psicologia da (então) Universidade do Brasil, surge o primeiro curso de Psicologia no Rio de Janeiro, na Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), em 1953.

Atendendo à movimentação existente, o Conselho Nacional de Educação solicita a Associações e Institutos de Psicologia sugestões referentes à regulamentação. Conclui, enfim, haver unanimidade, na ainda incipiente comunidade *psi*, sobre a necessidade de regulamentar a profissão e de fornecer uma formação regular aos futuros *psicologistas*.

No tocante à normatização da categoria, seus defensores afirmavam que definir parâmetros para a profissionalização e controle do exercício psicológico permitiria reverter o quadro de descrédito que a prática exercida sem quaisquer normas ou fiscalização promoveria quanto à desejada imagem do “novo profissional”. As opiniões divergiam apenas quanto à especificidade curricular do novo profissional: dever-se-ia formar um único profissional —o psicologista “plurivalente”—, ou segmentar a identidade do novo profissional por diferentes áreas de atuação, favorecendo a individualização da Psicologia enquanto aplicada à educação, ao trabalho e às atividades clínicas’? Consequentemente, o embate político entre divergentes projetos de construção do domínio psicológico no Brasil acirrava-se em torno da composição curricular mínima a ser exigida para a diplomação do novo profissional —disciplinas obrigatórias— e da qualificação ofertada à extensão dos estudos práticos (LOURENÇO FILHO, 1957).

Surge, desta forma, em novembro de 1953, a resposta mais concreta à solicitação do Conselho: o primeiro anteprojeto de Lei, elaborado em conjunto pela Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP), da qual Mira y López era secretário-geral, e pelo ISOP.

Pela proposta, o curso compreenderia três anos de Bacharelado, responsáveis pelo embasamento teórico —fundamentos da Psicologia e de áreas afins (Biologia, Sociologia, Estatística...)—, e dois anos de Licenciatura, nos quais se obteria uma formação técnica especializada,

fundamentalmente prática, conforme a tradição das instituições idealizadoras, a ser realizada em uma das três seguintes áreas: psicotécnica da educação, do trabalho ou do ajustamento clínico (ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA, 1954).

A par dos famosos embates entre os "teóricos" —representados, no Rio de Janeiro, notadamente pelos Institutos de Psicologia da Universidade do Brasil e pela PUC-RJ, sob as figuras de Nilton Campos e Hans Lippman— e os "práticos" —representados, em especial, pelo ISOP e pela figura de Mira y López—, manteve-se a distinção curricular entre ciência básica e aplicada (MANCEBO, 1997). Propôs-se, inclusive, que a formação básica —pesquisa e produção de conhecimento— ficasse a cargo de faculdades de Filosofia; em contrapartida, a formação técnica seria fornecida, mediante mandato universitário, por instituições dedicadas somente à "aplicação" (JACÓ-VILELA, 1999).

Em 1957, o Conselho Nacional de Educação, por meio de uma Comissão, apresenta, corroborado por extenso parecer, um anteprojeto substitutivo àquele da ABP e do ISOP fixando os dois níveis da formação em Psicologia —Bacharelado (três anos) e Licenciatura (dois anos)— nas faculdades de Filosofia. Ressalte-se que o caráter científico da formação encontra-se sublinhado nos dois anteprojetos citados, tendência também percebida na proposta inicial de Radecki.

Os dois anos dedicados à Licenciatura continuariam a incorporar pesquisa, ensino e aplicação; contudo, contrariando o anteprojeto de 1953, a modalidade "aplicação" não permitiria a atuação do psicologista na área clínica, a não ser na condição de assistente técnico, sob a supervisão de médico devidamente especializado.

Trecho do parecer concernente a esta questão diz que:

> Não cuida no entanto o anteprojeto, da regulamentação de especialistas em Psicologia Clínica, dado que julgou a Comissão que essa parte deve ser do âmbito da regulamentação da profissão médica com a qual tem relações muito estreitas. A Comissão formula um voto no sentido de que as Faculdades de Medicina estabeleçam logo que oportuno as

> bases de estudos necessários disciplinando a especialidade (ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA, 1959: 102–3).

O exposto acima revela a incidência de políticas corporativas, proveniente de setores médicos, no âmago do anteprojeto governamental. Regulamentar a prática psicológica como profissão desvinculada da tutela médica significava suprimir, ao domínio médico, a exclusividade da atividade clínica.

Quando chega às mãos da Comissão de Educação e Cultura, **o** substitutivo da Comissão de Ensino Superior é também considerado "inadequado". Por sugestão do relator, Aducto Cardoso, opta-se por um substitutivo de autoria de duas Associações de São Paulo.

O texto de São Paulo organizava a formação em seis anos — igualitariamente divididos entre Bacharelado e Licenciatura—, e garantia a possibilidade do psicólogo atuar na prática clínica. O último ano de Licenciatura previa estudos em uma das três áreas de aplicação: trabalho, clínica, escola. Tentando conciliar Psicologia e Medicina, a nova proposta substitui o *exercício da prática psicoterápica* pela *solução de problemas de ajustamento,* esta última assumindo a feição de *função privativa do psicólogo.*

Com pequenas reformulações, este é o conteúdo da Lei 4.119, finalmente aprovada em 27 de agosto de 1962. Junto com ela, o Conselho Federal de Educação aprova o Parecer 403, que estabelece o currículo mínimo e a duração do curso de Psicologia.

Pela preocupação em prover uma formação científica a partir do modelo positivista de ciência, as propostas de currículo aqui apresentadas têm mais convergências do que divergência, como pode ser verificado no quadro em anexo: todos parecem conter a ideia de que a Psicologia se embasa e/ou se espelha em Vários outros conhecimentos, oriundos tanto das Ciências Humanas e Sociais, quanto das Biológicas e, mesmo, da Matemática; o entendimento do ser humano se apresenta atomizado, fragmentado em diferentes "processos" —que, aparentemente, se associam e formam o conjunto denominado "personalidade"; á prática se insinua como mera

aplicação técnica da teoria. As discrepâncias entre os três modelos curriculares citados localizam-se, com maior exatidão, na insistência de Radecki em valorizar o conhecimento advindo do campo filosófico como sumamente necessário para a formação do psicólogo. Em que pesem outras diferenças —como a ausência da estatística no currículo projetado por Radecki e a presença obrigatória dessa disciplina naquele ideado por Mira y López e no atual currículo mínimo do MEC—, a exclusão da Filosofia operada pelos dois últimos modelos curriculares registra tanto um suposto momento de evolução, no qual a Psicologia se distanciaria de certa gênese teórica, vinculada à reflexão humanista, incorporando-se ao domínio da racionalidade científica (MIRA Y LÓPEZ), quanto a prevalência do modelo positivista na formação acadêmica (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO/MEC).

Ao tornar prescindíveis à formação do psicólogo os conhecimentos elaborados pela Filosofia, obscurecendo as relações entre as duas disciplinas, foi possível tanto subtrair o ensino da Psicologia às faculdades de Filosofia quanto constituir um curso de formação autônomo, apoiado em pretensões de cientificidade, especifico à nascente categoria. Em sentido análogo compreendemos o destaque concedido, já no projeto de Mira y López, à especificidade do conhecimento psicológico, em detrimento do saber filosófico, valorizando o caráter intervencionista da Psicologia sobre a realidade cotidiana; ou seja, enfatizando a "aplicação". Desta forma, observamos também no currículo de Mira y López a produção de uma crescente fragmentação da Psicologia —em relação ao currículo básico elaborado por Radecki—, distribuindo-a por áreas de penetração cada vez mais abrangentes. O projeto curricular aprovado pela Lei 4.119 mostra-se ainda mais *tecnicizado.*

Neste exato momento, estamos às voltas com a proposta do MEC de extinção do atual currículo e sua substituição por "diretrizes curriculares". Assim, consideramos de extrema relevância a revisão da história da constituição da profissão de psicólogo no Brasil, como um dispositivo não só para evitarmos apresentar, como novidade, aquilo que já estava presente em outros momentos, e em outras propostas, mas igualmente

para, pela comparação, facultar a visualização de intenções e interesses nem sempre *científicos.*

Programa do curso proposto por RADECKI	**Programa do curso proposto por MIRA Y LÓPEZ**	**Currículo mínimo atual**
• Biologia • Fisiologia • Anatomia • Física • Química	• Biologia	• Fisiologia
• —	• Estatística	• Estatística
• História da Filosofia • Lógica • Propedêutica	• —	• —
• Antropologia • Sociologia • Economia • Política	• Antropologia Cultural • Sociologia • Higiene Mental • Introdução à Educação • Psicologia Social	• Psicologia Social
• Psicologia da Criança	• Psicologia Evolutiva	• Psicologia do Desenvolvimento
• Psicologia Geral	• —	• Psicologia Geral e Experimental
• —	• Psicologia da Personalidade	• Psicologia da Personalidade
• —	• Psicologia Diferencial • Prática de Testes e Medidas	• —
• História da Psicologia	• —	• —
• Ética • Estética	• —	• Ética Profissional

• Psicologia Aplicada à Educação	• Teoria e Prática de Medidas Escolares • Teoria e Prática da Orientação Educacional • Administração Escolar • Teoria e Prática da Pedagogia Terapêutica	• Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem • Psicologia do Excepcional • Pedagogia Terapêutica
• Orientação Profissional	• Fisiologia e Higiene do Trabalho • Teoria e Prática da Análise Ocupacional • Teoria e Prática da Orientação Profissional • Estudo do Mercado de Trabalho • Teoria e Prática da Seleção Profissional • Teoria e Prática da Readaptação Profissional • Psicotécnica Objetiva	• Seleção e Orientação Profissional • Psicologia da Indústria
• Psicologia Aplicada à Medicina	• Teoria e Prática do Psicodiagnóstico Clínico • Fundamentos da Psicoterapia • Teoria e Prática do Ajustamento Psicológico • Pedagogia Terapêutica • Organização de Clínicas Psicológicas	• Teorias e Técnicas Psicoterápicas • Técnicas de Exames e Aconselhamento Psicológico • Pedagogia Terapêutica
• Psicologia Aplicada ao Direito	• —	• —
• 4 anos	• 5 anos	• 5 anos

Referências bibliográficas

ANTUNES, M.A.M. *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco/EDUC, 1998.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA. "O problema da regulamentação da profissão de psicologista e da formação regular de profissional nesse gênero", 6(2). Rio de Janeiro, junho de 1954.

______. "A formação de psicologistas no Brasil", 11 (3 e 4). Rio de Janeiro, julho/dezembro de 1959.

CENTOFANTI, R. "Radecki e a psicologia no Brasil" in *Psicologia, ciência e profissão*, n° 1, 1982.

JACÓ-VILELA, A.M. "Análise inicial da produção escrita em Psicologia no Brasil" in JACÓ-VILELA, A.M.; MANCEBO, D (orgs.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

______. "A formação do psicólogo — um pouco de história" in *Interações*, 4 (8), 1999.

LOURENÇO FILHO, M.B.A. "A formação de psicologistas e sua regulamentação profissional" in *Boletim do Instituto de Psicologia*, 7 (11–12), 1957.

MANCEBO, D. "Da psicologia aplicada à sua institucionalização universitária: a regulamentação da psicologia enquanto profissão" in *Cadernos do IPUB*, 8. Rio de Janeiro, 1997.

PENNA, A.G. *História da psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ROSAS, P. *Mira y López: 30 anos depois*. São Paulo: Vetor, 1995.

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DOS PSICÓLOGOS E A CONCEPÇÃO DO FENÔMENO PSICOLÓGICO

Ana Mercês Bahia Bock *

Convidada a participar deste evento para abordar a história das entidades sindicais dos psicólogos no Brasil, optei por trazer para a reflexão um tema que emergiu de meu trabalho de doutorado, o qual me parece uma boa e interessante maneira de falarmos da organização dos psicólogos. Proponho, assim, relacionar a história da organização dos psicólogos com a concepção do fenômeno psicológico, utilizando, como material de análise, publicações das entidades sindicais e profissionais da categoria.

O trabalho de doutorado —que ora cito como referência— pesquisou o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos, na cidade de São Paulo, e foi realizado entre 1993 e 1997. Encontra-se já publicado com o título *Aventuras do Barão de Munchausen na Psicologia*, pela EDUC/Ed. Cortez.

Para a compreensão do significado expresso nos questionários respondidos por psicólogos, saí em busca da história da profissão relatada nos órgãos de comunicação dos Conselhos Regional e Federal e Sindicato e Federação dos Psicólogos. Além da história, estava interessada na expressão do significado do fenômeno naqueles veículos. Procurarei trazer aqui os elementos principais desta investigação.

A noção de fenômeno psicológico sofre uma transformação interessante no decorrer dos anos, especialmente entre 1980 e 1995. Essa transformação acompanha mudanças nos modos de inserção da categoria na sociedade. Os psicólogos, conquistando novas formas organizativas —grupos progressistas passam a ocupar a direção das entidades—, vão aumentando sua

* Professora do Departamento de Psicologia da PUC/SP.

participação nos movimentos sociais. Aos poucos, ocorre também uma verdadeira transformação nas concepções de fenômeno psicológico.

É preciso, porém, fazer um adendo a tal afirmação: a pesquisa por mim empreendida indicou que a concepção de fenômeno psicológico muda surpreendentemente quando analisamos as publicações das entidades, mas conserva muito de seu aspecto tradicional quando operamos, junto aos psicólogos, com os questionários.

Aqui não pretendo apresentar os dados dos questionários: seria por demais extensivo. Proponho que nos concentremos na relação entre a história das entidades e as concepções de fenômeno psicológico expressas pelos órgãos de publicação da categoria.

Após o reconhecimento da profissão em 1962 e sua regulamentação em 1964, os psicólogos passaram legalmente a constituir uma categoria profissional. Em 1971 são criados os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, autarquias públicas ligadas ao Ministério do Trabalho, com as atribuições de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão. Em 1969 já havia sido criada a Associação Profissional dos Psicólogos de São Paulo, voltada à organização e defesa dos interesses da categoria. Em 1973, os psicólogos obtiveram a Carta Sindical do Ministério do Trabalho e a Associação se transforma em Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, o primeiro no Brasil, tendo sido empossada sua primeira diretoria em 1974.

Nos documentos da Lei 4.119, que regulamenta a profissão, e no Catálogo Brasileiro de Ocupações, vamos encontrar a Psicologia e a profissão limitadas a aspectos intervencionistas orientados para o ajustamento e a adaptação do indivíduo. Fala-se, então, de desenvolvimento e de condições para sua facilitação, como se o desenvolvimento tivesse percurso determinado. Fala-se de aptidões, características de personalidade, comportamentos e mecanismos mentais; a interação do indivíduo com o ambiente interno e externo aparece como eixo do trabalho psicológico, podendo mesmo afirmar-se que está aí o objeto da Psicologia. Os comportamentos e aptidões surgem como elementos que possibilitam o

acesso ao objeto e, ao mesmo tempo, lugar onde a consequência da intervenção deverá ser percebida.

A interação da pessoa com o ambiente externo e interno aparece nesses documentos ao lado de expressões como estrutura e funcionamento do comportamento, mecanismos mentais, configuração mental, personalidade, características mentais —todas servindo para definir o fenômeno psicológico.

A finalidade do trabalho é ajustamento, adaptação, autorrealização, desenvolvimento, convivência e desempenho, sempre supondo um estado de normalidade, de adaptação, nunca definido. O trabalho do psicólogo está muito relacionado a esses objetivos, seja ele em escolas, empresas ou clínicas.

Para maior clareza, reproduzo o texto da lei 4.119 e alguns trechos tanto do documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto do Catálogo Brasileiro de Ocupações.

A lei que regulamentou a profissão de psicólogo no Brasil (Lei 4.119/62), desde 1962, diz em seu texto:

> Artigo 13 — Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de psicólogo.
> 1° — Constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:
> a) diagnóstico psicológico
> b) orientação e seleção profissional
> c) orientação psicopedagógica
> d) solução de problemas de ajustamento.

O Conselho Federal de Psicologia já havia adotado a definição de psicólogo da OIT (resolução n° 04/74), a saber:

> Psicólogo: estuda o comportamento e mecanismo mental dos seres humanos, realiza pesquisas sobre os problemas psicológicos que se colocam no terreno da medicina, da educação e da indústria e recomenda o tratamento adequado;
> a) projeta e realiza experimentos e estudos em seres humanos para determinar suas características mentais e físicas;

b) analisa a influência de fatores hereditários, ambientais e outros mais na configuração mental e comportamentos dos indivíduos;
c) faz diagnósticos, tratamentos e prevenção de transtornos emocionais e da personalidade, assim como dos problemas de inadaptação ao meio social e de trabalho;
d) cria e aplica testes psicológicos para determinar a inteligência, faculdade, aptidões, atitudes e outras características pessoais, interpreta os dados obtidos e faz as recomendações pertinentes.
Pode especializar-se numa das aplicações particulares da Psicologia, como o diagnóstico e tratamento de doentes mentais, dos problemas psicológicos que se manifestam nas crianças durante o período de sua educação e desenvolvimento social, dos problemas psicológicos de caráter profissional, como os referentes à seleção, formação e orientação dos trabalhadores (GENEBRA, 1968).

No Catálogo Brasileiro de Ocupações, o psicólogo aparece como:

trabalhador que estuda a estrutura psíquica e os mecanismos de comportamento dos seres humanos; desempenham tarefas relacionadas a problemas de pessoal, como processos de recrutamento, seleção, orientação profissional e outros similares, à problemática educacional e a estudos clínicos individuais e coletivos.
Suas funções consistem em: elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos; organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento, seleção e orientação profissional; proceder à aferição desses processos para controle de sua validade; realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação (creches e escolas); realizar trabalhos em clínicas psicológicas, hospitalares, ambulatoriais, postos de saúde, núcleos e centros de atenção psicossocial; realizar trabalhos nos casos de famílias, crianças e adolescentes, sistemas penitenciários, associações esportivas, comunitárias e núcleos rurais.
0–74.10 Psicólogo, em geral
Procede ao estudo e à análise dos processos intra e interpessoais e nos mecanismos do comportamento humano, elaborando e ampliando técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras, técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; procede à formulação de hipóteses e à sua

comprovação experimental, observando a realidade e efetivando experiências de laboratórios e de outra natureza, para obter elementos relevantes ao estudo dos processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal; analisa a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais e de outras espécies que atuam sobre o indivíduo, entrevistando o paciente, consultando a sua ficha de atendimento, aplicando testes, elaborando psicodiagnóstico e outros métodos de verificação, para orientar-se no diagnóstico e tratamento psicológico de certos distúrbios comportamentais e de personalidade; promove a saúde na prevenção, no tratamento e reabilitação de distúrbios psíquicos, estudando características individuais e aplicando técnicas adequadas, para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; elabora e aplica técnicas de exame psicológico, utilizando seu conhecimento e prática metodológica específicos, para determinar os traços e as condições de desenvolvimento da personalidade, dos processos intrapsíquicos e interpessoais, nível de inteligência, habilidades, aptidões, e possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomendar a terapia adequada; participa na elaboração de análises ocupacionais, observando as condições de trabalho e as funções e tarefas típicas de cada ocupação, para identificar as aptidões, conhecimento de traços de personalidade compatíveis com as exigências da ocupação e estabelecer um processo de seleção e orientação no campo profissional; efetua o recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal e a orientação profissional, promovendo entrevistas, elaborando e aplicando testes, provas e outras verificações, a fim de fornecer dados a serem utilizados nos serviços de emprego, administração de pessoal e orientação individual; atua no campo educacional, estudando a importância da motivação do ensino, novos métodos de ensino e treinamento, a fim de contribuir para o estabelecimento de currículos escolares e técnicas de ensino adequados e determinação de características especiais necessárias ao professor; reúne informações a respeito do paciente, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames, para elaborar subsídios indispensáveis ao diagnóstico e tratamento das respectivas enfermidadades; diagnostica a existência de possíveis problemas na área de distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentâneas.

> Pode atuar na área de propaganda, visando a detectar motivações e descobrir a melhor maneira de atendê-las.
> Pode participar da elaboração, adaptação e construção de instrumentos e técnicas psicológicas através da pesquisa, nas instituições acadêmicas, associações profissionais e outras entidades cientificamente reconhecidas.

Em 1980, integrantes de um grupo de psicólogos reunidos no Instituto Sedes Sapientiae, que fez um estudo assistemático sobre a profissão, lançaram uma chapa de oposição à direção do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. Vencedora, a nova diretoria começava uma etapa distinta na história da entidade, que até então tivera uma condução corporativista e nenhuma participação social. Em seguida, será a vez do Conselho Regional de São Paulo ser ocupado por um grupo formado a partir do Sindicato. Estava clara a intenção de qualificar a inserção dos psicólogos na sociedade, e isto significava trabalhar para que os psicólogos estivessem mais presentes nos movimentos sociais, podendo colocar o conhecimento profissional a serviço de um vasto contingente populacional até então sem acesso à Psicologia.

Uma pesquisa do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (DIEESE) em 1981, concluiu que os psicólogos formavam uma categoria predominantemente feminina, composta por jovens graduadas, desde 1976, em escolas privadas. Além disto, era constituída fundamentalmente por autônomas, que trabalhavam poucas horas, principalmente na área clínica, e ganhavam pouco. Os parcos homens da categoria recebiam mais do que as mulheres. A presença da categoria no serviço público quase inexistia.

A partir de 1981, através de suas entidades, os psicólogos começam a ter uma participação efetiva no movimento sindical amplo, nos movimentos reivindicatórios da saúde e da educação; realizam Congressos para debater as questões da profissão, e Encontros para debater as questões sindicais. Vários sindicatos são criados em diferentes estados do Brasil.

Após anos realizando o Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Psicólogos (I ENESP, 1981, em São Paulo; II ENESP, 1982, no Rio de Janeiro; entre 1983 e 1984, mais três ENESPs), constroem a Federação Nacional dos Psicólogos (1985).

Em 1983 o Sindicato de São Paulo se filia à CUT e os psicólogos vão ocupando pequenos espaços nesta entidade. Além disto, ampliam significativamente a participação no movimento da saúde, abraçando a luta antimanicomial. Enquanto a categoria aumenta a sua participação social, proliferam novos espaços para o debate da ciência e da profissão.

Nos primórdios dos anos 80, a revista *Psicologia Ciência e Profissão*, publicação do Conselho Federal, ainda não se reformulara (o que acontecerá em 1984) e apresentava somente artigos científicos, sintéticos relatos de pesquisas realizadas nas universidades. O interesse editorial concentrava-se na transmissão da produção científica: inexistiam artigos sobre a profissão, espaço para a exposição de temas polêmicos ou, mesmo, para a discussão de questões profissionais.

Os conceitos veiculados à época, quase em sua totalidade, revelam a prevalência de pesquisas embasadas pela Psicologia Comportamental: aprendizagem por observação, propriedades discriminativas e reforçadores do choque elétrico, comportamento exploratório, análise experimental do intercâmbio verbal adulto–criança e terapia comportamental. Consequentemente, na citada publicação, o fenômeno psicológico, ou o objeto da psicologia, confundia-se com comportamento verbal, desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo, autoconceito e autoafirmação.

Em 1984, a revista começa a sofrer grandes modificações, gradativamente tornando-se expressão dos movimentos de inserção do psicólogo na realidade social —o que fará dela uma importante referência para a categoria.

O editorial da revista n° 1 daquele ano anunciava: “Os ventos da mudança social sopram entre nós, agitando não apenas a superfície dos acontecimentos... da realidade social que nos cerca” (Psicologia Ciência e

Profissão, 1984: 4). Esta nova linha editorial marca uma interação mais intensa da categoria com o momento histórico nacional.

Os artigos se mutam; passam a incluir relevantes questões sobre o papel do psicólogo na sociedade: a formação do psicólogo, os diferentes modelos de atuação, as entidades da categoria, o psicólogo como trabalhador, o conceito de atuação psicológica.

A partir do Seminário Internacional de Saúde, realizado em Cuba e relatado no *Jornal do Psicólogo* n.° 11/1984, aparece o termo Psicologia da Saúde. O psicólogo é, então, definido como "cientista ou profissional do psiquismo humano... força de trabalho que indiretamente produz mais valia" (JORNAL DO PSICÓLOGO, 1984b: I).

Mas este tipo de afirmação convive ainda com outras, tais como:

> Psicólogo é o profissional habilitado para trabalhar com a personalidade humana, manifestações do comportamento desta personalidade... O ser humano se mantém numa continuidade de recuperar o equilíbrio. O ser humano vive em equilíbrio, e por isso a sociedade busca continuamente entrar em equilíbrio. À ruptura desse equilíbrio chamamos crise. Na maioria das vezes, mesmo quando o indivíduo está habituado a viver com conflitos, que a maioria dos seres humanos tem, ele não sente que precisa de uma ajuda efetiva. Quando o indivíduo rompe o equilíbrio anteriormente existente por um conflito novo, por uma situação estressante, quando ele não consegue sozinho encontrar um novo equilíbrio, tem um sofrimento tal qual seja a ansiedade, pânico ou depressão, e aí vai procurar o psicólogo (JORNAL DO PSICÓLOGO, 1984, ano 4, n.° 9).

Os boletins e jornais das entidades transformam questões sociais em temas recorrentes. A ousadia e a vontade de romper com o passado, nas publicações dos órgãos da categoria, eram grandes.

Paralelamente, enquanto aumenta, em tamanho e importância, a participação da categoria nas lutas da saúde, os psicólogos vão às ruas pelas "diretas já" e apoiam, através de documentos, os colegas de profissão da Nicarágua. Neste sentido, aprofundava-se também a crítica à Psicologia tradicional, considerada elitista e com pequena significação social. Buscar

práticas alternativas que garantissem a contribuição da categoria às camadas da população excluídas do atendimento psicológico por falta de recursos materiais emergia, na metade da década de 80, como uma vívida preocupação de muitos psicólogos.

Pondo em debate a tradicional formação do psicólogo, as publicações da categoria conclamavam a universidade a participar, como aliada, na busca de novas práticas.

O fenômeno psicológico assume, então, as feições de: motivação, emoção, afetividade, escolha, o "simbólico", frustração, angústia, comunicação, relação, interiorização, problemas íntimos, ajustamento, angústia, identidade, sofrimento mental, alienação, ruptura, criatividade *etc*... É impressionante o aumento da diversidade de palavras utilizadas para *dar corpo* ao psicológico, incluindo termos de abordagens distintas, muitas fazendo referência clara à condição da maioria da população brasileira, pobre e trabalhadora.

Em 1985, a fala das entidades é de compromisso e luta ao lado da maioria da população. Uma parcela da categoria dos psicólogos ousou tomar uma posição política nessa direção; no entanto, não podemos esquecer que há sempre uma maioria silenciosa!...

Parte dos psicólogos dá um grande salto ao perceber que, para ampliar seu espaço e sua contribuição social, não basta o conhecimento das teorias psicológicas. Pelo contrário: é preciso perscrutar nossos instrumentos; pôr em xeque nossa visão de homem e de mundo; assumir a dimensão política de nossa atuação profissional e analisar, criticamente, o alcance de nossas intervenções.

Registro que, durante este processo de politização da categoria, os termos para designar o fenômeno psicológico continuam em franca mutação: agressividade, dificuldades individuais, dinâmica das relações, dinâmica da organização interna, alienação, consciência, violência, apropriação do espaço urbano, ajustamento, relação com os outros *etc.* Em 1987, já vamos encontrar: construção de noções e representações, aspecto

histórico na compreensão do comportamento, determinações sociais e históricas, compreensão do homem concreto...

Acompanhar as reformulações da Constituição, a reforma sanitária, a luta antimanicomial, os avanços e retrocessos na saúde mental, as greves no funcionalismo e a luta pelo dissídio coletivo passa a caracterizar a organização política dos psicólogos.

Os psicólogos buscam uma nova identidade; ousam reconstruir a imagem da profissão e o fazer psicológico. As publicações de então refletem essa busca.

Em 1989, um ano eleitoral no país (após 28 anos sem eleições presidenciais), realizou-se, no mês de setembro, em Brasília, o Congresso Unificado dos Psicólogos. Foi um encontro difícil, no qual 260 psicólogos, representando o conjunto dos profissionais da categoria, debateram acirradamente suas posições, e refletiu a divisão existente entre os sindicatos e os conselhos. O Congresso problematizou as estruturas organizativas da profissão —sindicatos e conselhos— e apontou à necessidade de rever os atuais rumos da categoria, visando a construir entidades não corporativas.

Estava dada a "largada" para um debate que ainda não terminou. A busca da nova imagem e da identidade, assim como o trabalho de reestruturação das entidades, continua.

As publicações, em especial *Psicologia Ciência e Profissão*, crescentemente refletem insatisfações com os tradicionais limites da profissão: aumentaram os artigos sobre populações carentes, ampliaram-se as dúvidas quanto à utilidade e ao valor do conhecimento psicológico para o trabalho com camadas sociais de baixa renda. Mais do que a organização burocrática da profissão, o próprio conhecimento da Psicologia está posto em questão. Os psicólogos entraram nos anos 90 com o firme propósito de responder às questões que os anos 80 lhes propuseram. Os Congressos Nacionais da Psicologia, em 1994 e 1996, se instituíram definitivamente como uma forma democrática dos psicólogos debateram as questões da profissão.

Desta forma, a Psicologia como profissão de saúde, a prevenção e a promoção de saúde como tarefas básicas dos psicólogos são noções que, intensificadamente, ganham força, estreitando os laços entre Psicologia e Cidadania.

A subjetividade aparece em vários artigos e publicações parecendo acumular em torno dela um certo consenso sobre o fenômeno psicológico. Reelaboração da história e da vida, resgate da individualidade, inserção no contexto socioeconômico–cultural, construção da subjetividade, prevenção... passam a traduzir novos fenômenos psicológicos. Concomitantemente, as publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) pretendem rever as visões tradicionais da Psicologia e apontar tendências progressistas.

Em 1994, uma publicação do CFP *(Psicólogo Brasileiro —práticas emergentes e desafios para a formação)* fez a síntese das tendências da Psicologia: cada vez mais refutando uma concepção de fenômeno psicológico centrado no plano individual —na qual o indivíduo é visto como a histórico, isolado de seu contexto social—, caminha-se para uma compreensão que positivamente considera a interdependência entre homem e cultura. Desta forma, se busca integrar, à noção de fenômeno psicológico, aspectos de cunho social, cultural e político. Similarmente, recusando o modelo médico centrado numa noção de clínica que isola o indivíduo, descolando-o de sua realidade social, estamos passando a um modelo mais crítico de atuação em saúde, cujo eixo encontra-se colocado em um indivíduo que está imerso em realidades sociais históricas, dinâmicas e transitórias.

Infelizmente, não posso terminar este relato sem destacar que, apesar de todo o avanço da categoria, uma visão liberal de homem ainda domina as concepções de muitos de nossos profissionais.

O fenômeno psicológico, abstrato e universal, relacionado à ideia de uma natureza humana que, por ser natural, obedece a um desenvolvimento previsto, assim como a noção de um homem a histórico que se autodetermina estão aí, convivendo com o progresso expresso pelas publicações e pela organização dos psicólogos. Também aí se encontram a ideia da existência de

um eu verdadeiro e a fantasia onipotente de um profissional que crê poder trazer ao outro a felicidade, ajudando-o a descobrir o tal eu verdadeiro residente em cada um de nós. Sob tal prisma, o homem continua sendo pensado, por muitos de nós, psicólogos, como um ser cheio de potencialidades e autônomo, isolado do social. Enfim, um homem natural!

Há ainda muito a fazer para que a noção de homem histórico prevaleça dentro da psicologia. E esta tarefa tem sido, e deve continuar sendo, a tarefa básica da Psicologia Social enquanto área de conhecimento.

Referências bibliográficas

Jornal do Psicólogo, ano 4, n° 9, 1984a.

Jornal do Psicólogo, nº 11, 1984b.

Revista Psicologia Ciência e Profissão, n° 1, ano 4, 1984.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA PSICOSSOCIOLOGIA NOS ANOS 60 E 70

Marília Novais da Mata Machado *

> *Na época da faculdade (1968), descobri novos rumos [...]. Logo conheci o pessoal da Sociologia, Ciências Políticas e Filosofia que circulava ao redor de Célio Garcia, chefe do setor de Psicologia Social da FAFICH/UFMG. Ali no setor —e não no Departamento de Psicologia— as coisas 'aconteciam'. Minha admiração e estima por Célio sempre foi e continua grande: fala mansa, elegante e simpático. Encontrava-se constantemente às voltas com intercâmbios Brasil / França [...]. A entrada no 'Setor' era livre, sem maiores complicações e burocracia. Convivíamos, professores, pesquisadores e estagiários, sem grandes hierarquias e possuíamos grandes sonhos: autogestão da universidade, derrubada dos muros dos hospitais psiquiátricos...*
>
> Esther Maria de M. Arantes. *Memorial.*

Mais de 30 anos se passaram desde a criação do setor de Psicologia Social ou, simplesmente, setor, como o grupo se autodenominava, ou, ainda, turma do Célio Garcia ou da Psicologia Social, como era conhecido na UFMG. O setor é lembrado com carinho pelos muitos que por lá passaram. Idealizado ou não, ele teve uma existência real e concreta, foi parte de uma formação sócio-histórica e se instituiu como temporalidade singular. Teve um projeto e o realizou. Foi transdisciplinar, profissionalizante, combativo.

Enquanto instituição, tinha como objetivos explícitos: (a) promover o contato do aluno com n o mercado, oferecendo-lhe treinamento profissional, e (b) promover contato professor/aluno, através do qual as

---

* Professora do Departamento de Psicologia da UFMG.

experiências de treinamento profissional seriam integradas à prática do magistério. Em outras palavras, visava à formação de profissionais de psicossociologia para atuarem como professores, como pesquisadores e no mercado de trabalho. E essa formação se dava através de práticas concretas, nas quais o ensino, a pesquisa e a atuação direta no campo social se confundiam e se interpenetravam.

Idealmente, o grupo oferecia seus serviços no “mercado”. De fato, o principal “captador” de trabalhos era o chefe do setor, Célio Garcia. Era realmente ao redor dele, suave líder carismático, guia, mentor, idealizador e pai, que tudo se passava.

A própria oferta viria a se transformar, à medida que o grupo se auto-organizava diferentemente. *Grosso modo*, dos primeiros trabalhos, ligados à sociometria e à dinâmica de grupo, passou-se a práticas de intervenção psicossociológica e à socioanálise (análise institucional) e chegou-se às intervenções junto a comunidades.

A prática de pesquisa também se transformaria: pesquisa–ação (dentro do modelo lewiniano) e levantamentos socioeconômicos, pesquisas de opiniões e atitudes, sempre com coleta de dados estatísticos, num primeiro momento; estudos, também quantificados, de representações sociais, através da observação participante, entrevistas e análise do conteúdo de material qualitativo, num segundo momento; mais tarde, pesquisa participativa e estudo de comunidades discursivas através da análise do discurso.

As diferentes práticas eram discutidas por todos os membros do setor. Eram objeto de reflexão e, constantemente, eram levadas às salas de aula como exemplificação ou trabalho de curso. Por exemplo, vários alunos eram envolvidos quando se tratava de aplicação e codificação de questionários, entrevistas, observações e atividades correlatas.

O setor se reunia semanalmente, sempre nos sábados pela manhã. Os trabalhos em andamento eram discutidos e Os novos divididos, formando-se pequenas equipes encarregadas. Alguns eram de duração curta —um fim

de semana de dinâmica de grupo, por exemplo; outros duravam meses ou anos, como as intervenções junto a organizações. As equipes eram relativamente fixas e autônomas. Eventualmente cresciam, com a entrada de novos membros. As reuniões eram abertas a quem se interessasse. Mas, evidentemente, o setor tinha seus mecanismos não ditos de inclusão e de exclusão, quase sempre eficazes.

Tudo isso se inseriu em uma temporalidade. O início foi na segunda metade dos anos 60, quando a ditadura já se instalara no país. Havia a esperança de uma retomada democrática do poder. Os ecos de *abaixo o imperialismo* ainda eram fortes. E, no setor, o imperialismo era a ciência positiva, o experimento artificial de laboratório, os testes e medidas, os manuais norte-americanos. O setor trabalhava com a dinâmica de grupo adotando a perspectiva francesa de grupo de afirmação e a da psicanálise kleiniana do Instituto Tavistock, de Londres, chegada via França. Em sala de aula, fazia-se a demonstração de experimentos dos laboratórios norte-americanos, mas preferia-se o Teste das Bolinhas, de origem argentina, teste projetivo que visava ao estudo e à compreensão da dinâmica de grupos pequenos. Uma linda prancha de madeira e bolinhas coloridas de encaixe para desenhos eram o artefato do teste, semelhante ao dos experimentos, mas podendo ser, também, utilizado junto a grupos reais, terapêuticos, familiares e outros.

Em maio de 1968, o setor recebeu a primeira missão francesa. Em Paris, as barricadas estavam montadas. O setor seguia os acontecimentos com o mesmo interesse com que o fazia Max Pagès. Sob o olhar não diretivo do mestre francês, o setor viveu a vida afetiva dos grupos, contrapôs Rogers a Freud, se enamorou de si mesmo e todos se amaram profundamente. Havia também o movimento *hippie,* as roupas extravagantes e, na cidade, o Le Mocó, onde se dançava em cima das mesas. Não importa o tamanho do grupo, não importa onde está o grupo, dizia o amigo Max. Dançando também se aprendia a dinâmica dos grupos.

No final de 1968, clamava-se nas ruas que *o povo unido derruba a ditadura.* Os militares decretaram o AI-5 e começou a fase mais sombria da ditadura. O setor vivia, então, unido, nas ruas e nas suas práticas. A

perspectiva de 30 anos permite ver que uma pulsão de morte já atuava: um grau bem brasileiro de machismo, pressões para alinhamentos teóricos e políticos, tentativas de criar regras estritas e coercitivas de organização e partilha de recursos e postos.

Em 1969, André Lévy realizou a segunda missão cultural, que foi completamente diferente da primeira. Nada de Rogers, nada de não diretivismo, nada de festas extravagantes. Lévy enviara textos sobre intervenção psicossociológica, escritos por ele próprio, por Enriquez, Dubost e Rouchy. Os membros do setor os traduziram. Um seminário amplo foi organizado e "vendido no mercado". Termos novos foram introduzidos: estruturas sociais, sentimentos coletivos inconscientes, representação de estruturas. Outros, já conhecidos, foram adotados para a esfera das organizações sociais: ansiedade, mecanismos de defesa, relações transferenciais entre participantes e monitor. Resultou que, ao modelo norte-americano, representado como imperialista, contrapôs-se outro modelo, também exógeno, um pouco estruturalista, bastante psicanalítico, e uma outra metodologia de ação, a intervenção psicossociológica. Dentro dessa perspectiva, o setor teve, nos anos seguintes, uma contribuição própria bastante relevante.

A próxima recomposição incluiu dois movimentos: uma adoção paulatina da análise institucional como teoria e metodologia de ação; a adoção dos chamados métodos qualitativos de pesquisa. As principais influências vieram de Lourau que, em 1970, acabara de publicar *A Análise Institucional,* que viria a ser traduzida para o português em 1975 e, em coautoria com Lapassade, publicara, em 1971, *Chaves da Sociologia,* livro traduzido em 1972. Os originais foram imediatamente estudados.

Em julho de 1971, o setor realizou o Seminário de Análise de Conteúdo que, de fato, foi principalmente uma introdução à análise do discurso. O seminário incluiu a discussão do livro de Michel Pechêux, de 1969, *Análise automática do discurso,* que viria a ser traduzido apenas em 1990. O livro traz uma crítica contundente à análise do conteúdo quantitativa e demonstra a utilização de descobertas da linguística para a

análise de textos. Pechêux trabalhava, então, com a Psicologia Social, elegendo a *ideologia* como seu objeto de estudo e a análise do discurso como o seu método. Informações e novos paradigmas científicos chegavam rapidamente ao setor graças às constantes viagens de Célio Garcia, a seus contatos internacionais e aos bolsistas do setor, em estudos no exterior. Nem todas as informações eram imediatamente absorvidas, mas sobrepunham-se a práticas, teorias e métodos já utilizados.

A missão francesa de 1972 trouxe Lapassade, a *autogestão* e a *provocação institucional*. Terminou a fase idílica de convívio caloroso do setor. Ao analisá-lo, Lapassade pôs o dedo no seu funcionamento hierárquico, até então oculto na *estrutura permissiva* ou organização *não estruturada* segundo a qual o setor se definia. O fim do mito dividiu o grupo: *brancos* (elitistas, conservadores, defensores da heterogestão, autorrepressores) e *pretos* (revolucionários, adeptos da autogestão). O setor ainda sobreviveria a essa divisão, não apenas porque havia, nele, *mulatos*, mas sobretudo porque, em um ponto, Lapassade errou em suas análises: o de que não existia tanto uma repressão real no país, mas antes uma autorrepressão que seria a razão pela qual não se lutava abertamente contra a ditadura e, por isso, ela persistia.

Naquele momento, já atuava outra divisão, não dita e não analisada, entre militância e trabalho científico. O espaço da militância era externo ao grupo e pessoal, mesmo havendo membros do setor militando juntos em partidos políticos instituídos e/ou clandestinos. Esse era o território da certeza, da crença e da palavra de ordem, pois o trabalho do militante é ser o porta-voz de uma verdade. O território da ciência era público, mesmo com as práticas e pesquisas transcorrendo em campo minado, o dos problemas e movimentos sociais. Esse espaço se pautava pela indagação e pela dúvida, pela busca sempre inacabada da verdade. Lapassade misturou os dois territórios. E havia repressão real; e havia brancos e pretos na militância; tanto uns quanto outros tiveram que recorrer à cautela nos anos que se seguiram. Isto não impediu o estudo e a divulgação da autogestão, da contracultura e da antipsiquiatria e a prática constante da indagação e da contestação.

O grupo não mais se amava. Pior ainda, se viu às voltas com uma rejeição feroz por parte do Departamento de Psicologia, no qual ele se inseria administrativamente. Nesse momento, o setor se idealizava como nunca: representava-se como iluminado (e como era obscuro!), como a fina flor da inteligência (e quantas besteiras fez!), como portador da solução para todos os problemas sociais e o escolhido para refundar a sociedade (quanta onipotência!).

Essa identidade coletiva narcísica não foi forte o bastante para instaurar, no setor, a xenofobia e o fanatismo, como se poderia esperar. Ao contrário, o grupo se voltou para fora de si e soube transformar a contestação da ordem em transgressão. Propôs outras coisas, foi inovador, trouxe novas ideias. Atesta isso a sua contribuição efetiva na reforma curricular do curso de Psicologia, em 1974, quando participou da derrubada do saber antigo. O currículo foi arejado com a introdução de disciplinas como ecologia humana, psicologia comunitária, psicolinguística, intervenção psicossociológica, psicanálise e linguagem, economia política, ética, entre outras. Práticas que o setor já vinha realizando, problemáticas pensadas, abordagens diferentes foram, não sem luta, institucionalizadas.

A vitória na batalha da reforma curricular deixou feridas. Trouxe o reconhecimento externo para as práticas pedagógicas que o setor já vinha realizando, mas, no mesmo lance, o colocou no fluxo do pensamento corrente. A transgressão criativa deixou de ser necessária. Acelerou-se a diáspora. A UFMG já não absorvia um número importante dos que passavam pelo setor, como acontecera nos primeiros anos (convém lembrar que, com a reforma da universidade brasileira, a UFMG praticamente dobrou de tamanho entre 1968 e 1973). Célio Garcia, cansado da limitação cada vez maior que lhe impunha sua lotação no Departamento de Psicologia, ligou-se ao Departamento de Filosofia. Muitos outros se foram, geralmente para carreiras profissionais bem-sucedidas, fora da universidade ou, ao menos, fora da UFMG.

Quando se iniciou a luta *pela anistia ampla, geral e irrestrita*, época do perdão, o setor estava fundido ao Departamento, institucionalizando-se.

Até que ponto o fim do grupo barulhento e interessante foi provocado pelo distanciamento de seu líder? Teria Canudos —o principal episódio analisador da história do Brasil— sobrevivido a Antônio Conselheiro? Canudos morreu a ferro e fogo. Até que ponto a *causa mortis* do setor não foi, também, uma destruição que veio do exterior, provocada pelo Departamento, e talvez acelerada pela corrosão interna, simples entropia?

As aulas continuaram a ser dadas, as reuniões continuaram a ser feitas. Discutia-se teoria —a representação social vinha sendo eleita hegemônica e havia pressão sobre os transgressores dessa nova ordem. Havia alguns venenos e intrigas, lutas por espaço, queimações, competições por postos e títulos. Depois veio a proposta de ter a psicanálise como teoria condutora. Dessa vez, a divisão do grupo foi mais completa e definitiva: houve os que abraçaram a psicanálise totalmente, afastando-se da Psicologia Social que vinha sendo feita; os que passaram a fazer uma leitura da Psicologia Social à luz da psicanálise e os que, rejeitando completamente a teoria psicanalítica, prosseguiram no fluxo das representações sociais.

Quando veio o clamor por *diretas já*, o grupo que se desejara sempre instituinte não mais existia. Os membros que finalmente se burocratizaram ocuparam postos de poder na administração e, no final da década de 80, quando a democracia já estava restabelecida no país, uns poucos participaram da criação do Mestrado em Psicologia Social. Mas, não se falou mais em grandes mudanças, adotou-se a ciência em curso.

O setor nasceu e morreu como diversos outros grupos. A partir da teorização de Sartre, pode-se dizer que ele se descolou da serialidade, entrou em fusão, prestou juramentos, viveu o terror, a institucionalização e a burocracia e, finalmente, seus membros voltaram à serialidade.

Numa análise mais sócio-histórica, pode-se acentuar seu caráter contingente e dizer que ele se compôs e recompôs de diversas formas, cada uma representada como permanente, mas sempre imaginária, sempre instituinte.

Na memória dos que o vivenciaram, ele é o grupo que se despregou da formação coletiva e soube transgredir, quando era necessário fazê-lo. Com todas as suas dificuldades, ele foi capaz de se abrir para o mundo e viver a diversidade; é digno de ser lembrado, agora, nesta época de pensamento único e de fundamentalismos religiosos e políticos.

Referências bibliográficas

ARANTES, E.M.M. *Memorial.* Rio de Janeiro: UERJ, novembro de 1991.

CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société.* Paris: Seuil, 1975. Trad. Bras.: CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOCUMENTOS E APOSTILAS DO SETOR DE PSICOLOGIA SOCIAL — 1967–1980 *(mimeo).*

ENRIQUEZ, E. *De la horde à l'Etat. Essai de psychanalyse du lien social.* Paris: Gallimard, 1983. Trad. Bras.: ENRIQUEZ, E. *Da horda ao Estado. Psicanálise do vínculo social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

______. *Le lien groupal. Bulletin de Psychologie,* Tome XXXVI, 1982–1983. Trad. Bras.: "O vínculo grupai" *in* MATA-MACHADO, M.N. *et al (*org.). *Psicossociologia. Análise social e intervenção.* Petrópolis: Vozes, 1994.

______. "Le fanatisme religieux et politique" in *Connexions 55,* 1990a. Trad. Bras.: "O fanatismo religioso e político" *in* MATA-MACHADO, M.N. *et al (*org.) *Psicossociologia. Análise social e intervenção.* Petrópolis: Vozes, 1994.

LEVY, A. "Groupes et analyse de groupe: la question de la croyance". *Revue française de Psychanalise,* 1999.

HISTÓRIA DO TRABALHO COMUNITÁRIO EM PSICOLOGIA

Maria Lívia do Nascimento *

Há aproximadamente dez anos, escrevi, como tese de doutorado, um trabalho cuja problemática dominante dizia respeito à história, no Brasil e na América Latina, de uma psicologia que se convencionou chamar de comunitária.

Ao longo desses anos, outro campo de estudo foi sendo por mim priorizado: as questões relativas aos direitos da criança e do adolescente, a história da legislação infanto-juvenil brasileira e das políticas públicas propostas para esse segmento da população. Foi para discutir tais questões que recentemente participei do 10° Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Participando desse evento, observei a presença marcante de um número razoável de trabalhos que, já a partir do título, se dizem de Psicologia Comunitária. Faço referência ao fato porque, na proposta de traçar alguns caminhos da história do trabalho comunitário em psicologia no Brasil. é imprescindível citar a ABRAPSO, pois sua presença, com seus encontros nacionais e regionais e suas publicações, serviu para organizar as discussões em torno do tema. Já em sua ata de reunião de fundação (1980) aparece como um de seus objetivos "defender o papel do psicólogo na ação transformadora sobre a comunidade brasileira". Desse objetivo, dois pontos se tornaram prioritários tanto para a ABRAPSO quanto para a Psicologia Comunitária brasileira: a questão do papel do psicólogo, que trataremos aqui ao discutir os especialismos, e a da transformação da comunidade, ponto básico do chamado modelo latino-americano de Psicologia Comunitária.

Práticas e discursos de Psicologia Comunitária estão presentes em livros, artigos e revistas. Organizam-se seminários centrados nesta temática.

---

* Professora do Departamento de Psicologia da UFF.

Na universidade, nos cursos de formação de psicólogos, nos currículos existem disciplinas assim denominadas. Cursos de pós-graduação incluem o título entre suas linhas de pesquisa. Entretanto, é preciso problematizar este saber instituído, esse território demarcado a partir da discussão dos especialismos técnico-científicos e da produção de verdades.

No livro *O que é Psicologia Comunitária.* Vasconcelos (1985: 53–54) afirma:

> desde a década de 60 vimos assistindo, em vários países, a proposição de modelos alternativos de serviços de saúde mental, frequentemente acompanhados de projetos de atuação comunitária, onde os psicólogos também têm sido chamados a atuar. Neste momento é que vão surgir as primeiras experiências em Psicologia Comunitária como uma das saídas alternativas para a Psicologia e sua crise[1].

A origem dessas primeiras experiências está também associada ao desenvolvimento da Medicina Comunitária, ao surgimento de novas demandas sociais e aos movimentos de Educação Popular. No Brasil, observamos que uma das vias de implementação das práticas de Psicologia Comunitária foi a acadêmico–universitária. Ou seja, surgem ligadas à universidade, como pesquisa de professores, estágios, projetos de pós-graduação e, sobretudo, trabalhos de extensão universitária.

No final dos anos 70 ocorre, no Brasil, um grande fortalecimento dos movimentos sociais. A universidade, com suas pesquisas e trabalhos de extensão em Psicologia Comunitária estava, pois, atravessada pelo contexto histórico da época, sendo incentivada e financiada pelo MEC —que naquele momento iniciara, junto com todo o governo, uma política de abertura a partir de pressões populares.

A institucionalização da extensão universitária se dá por força da lei da Reforma Universitária de 1968, numa proposta de associar os saberes

[1] É importante esclarecer o que Vasconcelos quer dizer ao usar a noção de crise. Convencionou-se chamar de crise o momento (meados dos 60) em que a Psicologia Social americana foi alvo de críticas pela ineficácia de suas propostas explicativas para o que denominava comportamento social humano.

produzidos na academia à melhoria das condições de vida da comunidade. Dois artigos desta lei fundamentam as práticas de extensão:

> Artigo 20: A Universidade e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhe são inerentes.
> Artigo 40, alínea 'a': As instituições de Ensino Superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

Diante do quadro de opressão presente na sociedade brasileira à época, práticas de extensão universitárias legalmente autorizadas passaram a ser a *brecha para as* Ciências Humanas intervir na comunidade.

Assim, a Psicologia passa a acompanhar um movimento que tenta mobilizar setores sociais considerados à *margem.* Grupos que se formam nos bairros buscam uma prática segundo a qual todos devem participar igualmente. Caravanas de moradores de bairros pobres passam a pressionar autoridades governamentais com reivindicações de melhorias da qualidade de vida. Questões ligadas ao cotidiano da vida das famílias produzem grupos de mulheres que se organizam no local de moradia.

Segundo Sader (1987), podemos identificar três matrizes discursivas destes movimentos sociais:

a) O cristianismo das comunidades de base, que passa por um processo de mudança de sua linha de ação com a Teologia da Libertação, formando um espaço social protegido pela igreja e sob a orientação principalmente de mulheres que se reúnem para rezar, produzir trabalhos manuais. Tais grupos, posteriormente, se transformam em grupos de contestação.

b) O marxismo de uma esquerda dispersa que, durante o período de repressão, vai tentar formas alternativas de atuação militante, buscando, nas associações de bairro, um espaço para entrar em

contato com as classes populares, principalmente através da Educação Popular.

c) A emergência do “novo sindicalismo”, surgido na década de 70, em oposição ao considerado velho. Esse sindicalismo se faz de tal forma presente que os movimentos “sustentados pelos trabalhadores nas empresas desenvolvem enfrentamentos com o patronato e o governo num campo de referências onde o sindicato é reconhecido como interlocutor legítimo”. Assim é que as lutas travadas no cotidiano fabril estabelecem ligações com outras; por exemplo, com aquelas vividas no local de moradia.

Quando a Psicologia vai para a comunidade se encontra com todas estas práticas, e atua junto com elas. Na verdade, se estabelece uma intervenção desses movimentos nas Ciências Humanas e Sociais como um todo, inaugurando a ação de profissionais engajados; entre eles, psicólogos.

A emergência dessa psicologia trouxe algumas questões produzidas por aqueles que trabalhavam na área. Curiosas soluções foram sendo levantadas com o objetivo de definir o que seria a Psicologia Comunitária. Todas marcadas por uma proposta de ampliação do campo da psicologia, que estaria saindo dos espaços fechados tradicionais e buscando diferentes maneiras de atuação. A partir daí, procuram-se papéis específicos para esse psicólogo, modelos de atuação, uma identidade...

Tendo em vista que muitas destas preocupações continuam presentes até os dias de hoje, torna-se necessário discutir os modelos de atuação que foram se constituindo.

À procura de modelos

Entender como as práticas da assim chamada Psicologia Comunitária foram sendo forjadas exige um percurso que passa, entre outras coisas, pela discussão dos procedimentos da pesquisa–ação e pelo que pode ser entendido como comunidade. Entretanto, a busca de um modelo que lhe dê identidade acompanha a história da atuação comunitária da psicologia.

No I Seminário Nacional: História da Psicologia no Brasil, realizado na PUC/RJ, pelo Departamento de Psicologia, em maio de 1987, havia um espaço reservado para a Psicologia Comunitária. Em sua exposição, sob o título "Psicologia e trabalho comunitário", Negreiros (1988: 165) pondera:

> Não considero que as atividades que realizamos atualmente sejam propriamente Psicologia Comunitária no sentido de um trabalho com estrita especificidade de psicologia. Preferia chamá-lo de modo geral e um tanto vago de 'trabalho comunitário', simplesmente.

Este não era um fato incomum. Os psicólogos nem sempre assumiam estar fazendo psicologia quando iam para a comunidade, não se percebiam produzindo práticas *psi*. Um bom exemplo é o seguinte trecho de entrevista realizada por Souza (1985: 102) em sua pesquisa de dissertação, A Psicologia sobe o morro:

> Nesta época eu nem assumia muito bem o fato de eu ser psicóloga ali dentro. Eu era muito mais pelo movimento comunitário, o pessoal mais chegado sabia, mas o resto da comunidade não. Não era uma coisa que eu fizesse questão de dizer.

Provavelmente foram profissionais como estes que, não se deixando capturar pelo enquadramento em modelos, possibilitaram o escape de uma postura de especialista, através de intervenções múltiplas, implicadas e baseadas na criação. Entretanto, na maioria das vezes, falas como essas acima marcavam um incômodo no profissional que ia para a comunidade: o de permanecer no território da falta de uma identidade.

Desta forma, a busca de uma identidade própria funcionava como uma saída para a cobrança que se fazia aos psicólogos comunitários na ausência de uma linha divisória entre sua prática e as práticas de áreas afins. O Serviço Social, a Pedagogia, as Ciências Sociais e, mesmo, a Medicina formam, junto com a Psicologia, o espaço dito multidisciplinar de atuação comunitária. Este espaço, na verdade, congrega um conjunto de especialistas que se apoiam em diferentes saberes vistos como verdadeiros e universais. Ou seja, o território produzido é o dos especialismos. A busca do psicólogo especialista em comunidade tem norteado a diferenciação

entre os dois principais modelos de Psicologia Comunitária: o norte-americano e o latino-americano.

Nos Estados Unidos, a Psicologia Comunitária surgiu a partir de mudanças em algumas práticas clínicas ligadas à Psiquiatria Comunitária. Conceitos tais como prevenção e intervenção psicossocial, presentes nesta abordagem, marcam o psicólogo como um agente preocupado com a saúde mental. Este agente utiliza o modelo médico terapeuta–paciente e o princípio do ajustamento à sociedade.

Em 1963 inaugura-se, nos Estados Unidos, o projeto dos Centros Comunitários de Saúde Mental, visando a atender à comunidade em consultas de emergência. prevenção de suicídio, em casos de alcoolismo e drogas, e ao que denominavam delinquência juvenil. O projeto propunha a adaptação dos "desajustados" do sistema e, apesar da avaliação crítica negativa recebida até mesmo em seu país de origem, ainda na década de 60, é implantado em países latino-americanos como um serviço comunitário e preventivo de saúde, sobretudo em bairros populares e distritos rurais.

Durante a década de 80. o modelo americano propõe uma mudança de atuação. Assim, o "psicólogo social comunitário se orienta no sentido de respaldar e ampliar os recursos e habilidades da comunidade" (MARIN, 1980: 175). Entretanto, apesar dessa outra postura, a atuação ainda enfatiza uma metodologia de observação distanciada e o profissional continua levando soluções para problemas e agindo como um consultor. A Psicologia Institucional do argentino José Bleger insere-se neste tipo de atuação, na qual se pretende levar a saúde mental para diferentes instituições, incluindo-se aí também a comunidade. Em sua proposta. o lugar do especialista é bastante fortalecido e o próprio Bleger se diz um técnico das relações interpessoais.

O modelo latino-americano, surgido na década de 70 a partir de práticas de intervenção comunitária, quebra com a noção de comunidade passiva e estática e busca, no materialismo dialético, os fundamentos para sua atuação. Por isto, os pensamentos de Marx e Gramsci aparecem como

linhas norteadoras. Conceitos como os de ideologia, consciência de classe, hegemonia, intelectual orgânico estão presentes neste modelo que enfatiza a transformação social e os movimentos dos grupos minoritários.

Embora o modelo latino-americano se afirme a partir dos trabalhos de educação popular de Paulo Freire, sua sistematização se faz nas práticas de oposição às ditaduras implantadas, nesses países, nas décadas de 60 e 70. Durante este período são inúmeros os trabalhos de psicologia que têm como objetivo desenvolver a autonomia dos grupos comunitários. Em 1979, no Peru, durante o congresso da Sociedade Internacional de Psicologia (SIP), os debates giram em torno de críticas ao trabalho assistencialista em comunidades, propondo, em seu lugar, um trabalho que leve à conscientização. Tais debates tornam indispensável uma coordenação da Psicologia Comunitária na América Latina e culminam com a proposta de um evento específico sobre o tema, que de fato se realiza em Cuba no ano seguinte.

As propostas surgidas no Congresso Interamericano sobre Psicologia Comunitária realizado em Havana, em 1980, vão nortear a ação dos psicólogos comunitários latino-americanos durante toda a década de 80. A principal delas recusava as práticas paternalistas frequentes até então, e propunha que o psicólogo deveria ser um catalisador, informar o grupo mas, ao mesmo tempo, fazer a comunidade se apropriar do seu próprio saber. Ou seja, deveria promover a autonomia, bem como "estimular a reflexão, o confronto, a conscientização e fundamentalmente a decisão e a ação conjunta" (LANE, 1992).

A dicotomia indivíduo/sociedade, presente no modelo latino-americano, se acentua por sua proposta de estabelecer no indivíduo uma cidadania comunitária. A lógica é que só é possível criar vivências comunitárias a partir do momento em que os sujeitos adquirem laços de solidariedade e organização. Desta forma, existe um alguém, o indivíduo, que deve ser transformado para se tornar participante de um espaço social–comunitário.

A temática da conscientização da comunidade é, pois, o cerne do modelo latino-americano. Portanto, uma forte dimensão pedagógica,

oriunda da Educação Popular, suporta as ações de um especialista que deve levar consciência aos que não a têm. Pautada neste princípio, a atuação do psicólogo pode assumir um caráter salvacionista, fruto de um esforço voluntário para salvar as classes populares de uma injustiça social.

Para retirar esse caráter de salvação, é preciso compreender a atuação da chamada Psicologia Comunitária como sendo uma forma de intervenção visando à desnaturalização das vivências cotidianas, já que é nos microespaços que se pode intervir, através da desconstrução de verdade produzidas como eternas e naturais.

Finalizando...

Nos anos 90, tempos de políticas públicas neoliberais e de fragilização das práticas coletivas, a Psicologia Comunitária certamente se modifica ao perder seu parceiro mais forte, os movimentos sociais. Dito de outra forma, vai tomando novas faces como sinal desses novos tempos.

A constituição brasileira de 1988 criou, a partir de reivindicações populares, um espaço de representação dos cidadãos em Conselhos de Educação, Saúde, Direitos da Infância, dentre outros. Estes conselhos têm ressonância estadual e municipal, o que não quer dizer, necessariamente, melhoria nas condições de vida, mas a institucionalização da participação na discussão da gestão pública.

Trabalhos recentes de Psicologia Comunitária têm como meta estimular a participação da população nos Conselhos, ainda buscando o que chamam de identidade comunitária.

Além disso, a Psicologia Comunitária foi se aproximando de outros temas —como, por exemplo. Educação Ambiental e sendo afetada por outros saberes —como os da Psicossociologia. Entretanto, mesmo que os espaços de atuação tradicionais (o bairro pobre, a favela, a periferia) e os suportes teóricos tenham se ampliado, ou modificado, os princípios da Psicologia Comunitária, vêm se reafirmando —o marxismo dialético como abordagem teórica básica, a busca de solução para os problemas, o

desenvolvimento da consciência crítica—, e ela continua sendo fundamentada na perspectiva da transformação social.

Tento finalizar com uma interrogação crítica. Por que instituir mais esse especialismo na psicologia? Um especialismo que, apesar de surgido na década de 60 como uma nova proposta de atuação, faz uso do modelo mais tradicional da psicologia, o da solução de problemas. Se o trabalho com grupos, a intervenção, a ação coletiva não são práticas exclusivas da Psicologia Comunitária, por que marcar este especialista?

São conhecidas práticas de psicólogos que trabalham em favelas, que atuam com grupos em centros de saúde, em escolas, mas não são psicólogos que seguem os modelos aqui discutidos. Para eles, a comunidade não é uma entidade, um todo sobre o qual movimentos se imporão, nem trabalham com a ideia de que as pessoas devem se mobilizar porque algo lhes falta. Fazem uma intervenção, mas não buscam a conscientização ou a revelação de um saber comunitário. Propõem a desinstitucionalização, estabelecendo relações entre as intervenções *psi* e a família, a justiça, a infância, a cidadania, a loucura... Atentos à multiplicidade das formas de viver, buscam a construção de dispositivos provocadores de análise, de rupturas que possam produzir novos sentidos, desnaturalizando as instituições.

Ao construir esta discussão sobre a Psicologia Comunitária, tentei apontar a necessidade de escapar das totalizações que podem revestir o termo. Uma delas, a ideia de que a Psicologia deve ser aplicada a um determinado campo. No momento atual, fim dos anos 90, surgem outras aplicadas —Psicologia do Trânsito, Psicologia Jurídica, Psicologia do Esporte—, seguindo a mesma direção: funcionamentos impermeáveis que impedem interfaces, a partir da proposição de uma psicologia que deve ter teorias, metodologias, ferramentas próprias... Até mesmo uma identidade própria, dependente do campo em que se aplica. As discussões propostas aqui tentaram uma crítica/análise de uma psicologia que vem sendo construída nesses moldes. Ficam algumas inquietações, que espero funcionem como um convite à construção de saberes e ferramentas *psi*, que possam servir amplamente a intervenções de psicólogos, educadores,

médicos, assistentes sociais, artistas e muitos outros, sem cair no reducionismo dos especialismos técnico–científicos.

Referências bibliográficas

LANE, S. “Psicologia da comunidade. História, paradigmas e teoria” *in Anais do 1° Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social.* Belo Horizonte, agosto de 1992.

MARIN, G. “Hacia una psicologia social comunitária”. Em: *Revista Latino-Americana de Psicologia.* Vol. 12, n. 1, 1980.

NEGREIROS, M.A.G.M. “Psicologia e trabalho comunitário” *in* STUBBE, H. e LANGENBACH, M (org.) *Seminário Nacional: História da Psicologia no Brasil.* Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia /PUC, 1988.

SADER. E. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, lutas e falas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–1980).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA. S.R. *A Psicologia sobe o morro.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1985.

VASCONCELOS E.M. *O que é Psicologia Comunitária.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARTE II

A PSIQUIATRIA... ISSO SE CURA!

Portões fechados, imobilismo, ermas paisagens cobertas por um branco acinzentado pelo descaso, pelo tempo, pelo nada que, cheio de gritos e silêncios, estranhos e desagradáveis sussurros, preenche as paredes entre os altos muros. Um frenesi elétrico percorrendo corpos sem vontade, ou plenos de vontade mas sem voz, inunda de saliva, suor, lágrima e mijo a aridez desesperançada deste deserto de homens, repleto de humanidades.

O mito pineliano libertou das correntes e argolas a psiquiatria... Como fazer, agora, para libertar da psiquiatria os loucos? Saídas reformistas, confrontos radicais delineiam, embora sem pressa, desospitalização, desinstitucionalização... fazendo proliferar linhas de fuga, mas ainda de captura, frente ao panóptico asilar. A nova psiquiatria precisa de outros espaços para respirar e transgredir suas próprias regras; precisa também do sofrimento psíquico que impõe à loucura presa ao corpo da doença mental. Pois libertar a loucura do jugo psiquiátrico é também revelar que loucura e doença mental não são sinônimos, e que nada sabemos sobre o tão decantado universo do louco. Aproximarmo-nos da loucura —e como o fazer mantendo-a silenciada por nossos discursos de verdade, nossas práticas coercitivas, nossa distância psicofarmacológica, nossos pruridos morais acerca da nudez corpórea, dos cheiros, cores, texturas e umidades, nossas pretensões de relações assépticas e higienizadas, nossas hipocrisias sexuais?—, eis um projeto para libertarmo-nos, a todos, da *monomania raciocinante* que acompanha, em nossos cotidianos, a empestante normatividade dos cárceres, asilos, hospitais, condomínios...

Os alienistas se perguntaram e, após eles, todos os herdeiros de Pinel se fizeram a mesma indagação: a loucura tem cura? Talvez não, seja a resposta, quando de perto ninguém é normal, tendo de médico e de louco cada qual um pouco. Mas apenas um pouco. Porque a psiquiatria.., ah, isso se cura!

Ana Paula Jesus de Melo

METAMORFOSE OU INVENÇÃO: NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DOS NOVOS SERVIÇOS EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Paulo Amarante [*]
Ana Cláudia Moraes Gomes [**]
Eduardo Henrique Guimarães Torre [**]
Janayna Araújo Costa [**]
Leandra Brasil da Cruz [**]
Luciana Vieira Caliman [**]
Maria Paula Trotta Véras [**]
Paula Rebello Magalhães [**]
Shirley Cavalcante de Lima [**]
Walmero Silveira de Oliveira [**]

A partir da segunda metade dos anos 80, no Brasil, o campo da saúde mental passa por importantes transformações, caracterizadas pelo surgimento de novos serviços no contexto histórico, político e conceitual emergente.

A realização de duas Conferências Nacionais de Saúde Mental, em 1987 e 1992, somada à inscrição da proposta do Sistema Único de Saúde (SUS) na Carta Constitucional de 1988 abrem caminhos para outras perspectivas de saúde pública no Brasil da *redemocratização*. Junto a estes acontecimentos, profissionais da saúde mental, articulados por todo o país em torno do lema "Por uma sociedade sem manicômios" (adotado no II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, em dezembro de 1987), promovem discussões e produzem novas experiências de intervenção junto à loucura e ao sofrimento psíquico. Em março de 1987, tem-se a

---

[*] Coordenador da pesquisa "O Estado da arte dos novos serviços, estratégias e dispositivos em saúde mental no Brasil: uma trajetória em cartografia", desenvolvida pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, da qual deriva o presente texto.
[**] Integrantes do projeto.

criação do Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luís da Rocha Cerqueira, em São Paulo. Em setembro de 1989, no bojo de transformações mais gerais ocorridas em Santos, no âmbito da saúde mental, logo após a histórica intervenção na Casa de Saúde Anchieta (3 de maio de 1989), surge o primeiro Núcleo de Atenção Psicossocial.

Neste novo contexto político nacional, são promulgadas as Portarias Ministeriais 189/91 e 224/92, que instituem modificações nas tabelas dos SIH e SAI/SUS, viabilizando a criação de muitos novos serviços de atenção em saúde mental.

Consequentemente, refletir sobre a construção de uma nova práxis na área da saúde mental requer analisar os chamados “novos serviços” considerando-os como essenciais ao atual processo da Reforma.

Histórico

O Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luiz da Rocha Cerqueira (CAPS) e o Núcleo de Atenção Psicossocial de Santos (NAPS) são pioneiros enquanto serviços alternativos à internação e ao tratamento psiquiátricos convencionais. Apesar de existirem outros serviços alternativos à internação psiquiátrica —alguns, talvez, mesmo anteriores, como os hospitais-dia, pensões protegidas *etc.*—, os dois projetos foram escolhidos como objeto de análise deste estudo por serem considerados referências para se pensar o contexto atual da problemática existente no campo da saúde mental.

A análise dos projetos não visa a estabelecer uma comparação que inclua juízos valorativos entre os serviços, mas captar as singularidades e especificidades dos mesmos, procurando identificar suas bases teóricas, estratégias e tendências, com o objetivo de servir de instrumento para o planejamento e a invenção de novas possibilidades no campo da saúde mental.

Cumpre ressaltar que, ao fim de nosso artigo, incluímos uma vasta seleção bibliográfica que contempla, além de CAPS e NAPS, os demais novos serviços de saúde mental no Brasil —alguns relativos a experiências anteriores a 1987— por acreditarmos que possa ser útil a pesquisadores,

estudantes e gestores em geral. Para um maior aprofundamento acerca do CAPS, recomendamos, em especial, as dissertações de Goldberg (1992) e Yasui (1999). Sobre o NAPS, citamos preferencialmente a de Nicácio (1994).

Metodologia e advertências

No presente trabalho, utilizamos a análise de conteúdo que consiste em “um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento” (CHIZZOTTI, 1995: 98). Analisamos os documentos referentes aos projetos originais do CAPS e do NAPS, destacando as “unidades de registro” — palavras, expressões e conceitos que condensam o conteúdo da mensagem— e as “unidades de contexto” (MINAYO, 1994: 75), que nos permitem situar o conteúdo da mensagem dentro de um contexto político específico. Buscamos, portanto, captar os principais conceitos e dados históricos contidos nos projetos originais a fim de entender o plano político de constituição de novos campos de intervenção em saúde mental no Brasil e estudar a produção teórica que dá base às atuais práticas e aos presentes movimentos em saúde mental.

Os documentos analisados são de natureza distinta: no caso do CAPS (COORDENADORIA DE SAÚDE MENTAL, 1987) trata-se de um projeto; no do NAPS (NICÁCIO *et al.*, 1990), de um texto de apresentação.

A natureza dos dois documentos deve ser levada em consideração, sendo importante ressaltar que o do CAPS é um projeto escrito antes da montagem do serviço, com o objetivo de obter recursos para sua implementação; portanto, sem preocupação de fundamentação teórica. Já o texto do NAPS foi preparado a partir da criação do serviço. Nele, identificamos conceitos e noções que parecem ser próprios à equipe, nascidos da experiência do serviço e da reflexão sobre ela.

O projeto do CAPS

O CAPS é inaugurado em meio a um processo de redemocratização do país e num contexto de transição de uma fase sanitarista —reformas que tinham como princípio a inversão de uma política nacional, de privatizante para estatizante, e a implementação de serviços extra-hospitalares— para a chamada *desinstitucionalização* —ligada à ideia de desospitalização (influência do modelo americano) por um lado e à ideia de transformação cultural (influência do movimento italiano), por outro.

O projeto de autoria da Coordenadoria de Saúde Mental define a estrutura do CAPS, seu funcionamento e clientela. Esta é descrita como "socialmente invalidada", com "formas diferentes e especiais de ser", com "patologias de maior complexidade", assim como "pessoas que tenham enveredado por um circuito de cronificação", "com graus variáveis de limitações sociais" e "graves dificuldades de relacionamento e inserção social" (1987: 1).

Tratando-se de documento de natureza eminentemente administrativa, não cita autores de referência, nem define um marco teórico específico.

Criticando a cronificação do hospital e a burocratização dos serviços externos, aponta para a necessidade de uma rede assistencial externa intermediária, não cronificante e não burocratizada, ligada à sociedade e à comunidade, definindo o CAPS como uma "estrutura intermediária entre o hospital e a comunidade, (...) um espaço institucional que buscasse entendê-las [as pessoas] e instrumentalizá-las para o exercício da vida civil" *(idem:* 2).

O CAPS corresponderia, então, a um "filtro de atendimento entre o hospital e a comunidade com vistas à construção de uma rede de prestação de serviços preferencialmente comunitária" *(idem:* 2); de cunho desburocratizante e de caráter multiprofissional, foi idealizado como uma "estrutura de continência multiprofissional que busque estimular múltiplos aspectos necessários ao exercício da vida em sociedade respeitando-se a singularidade dos sujeitos" *(idem, ibidem).*

O serviço propõe um funcionamento de 8h/dia, cinco dias por semana, tendo como núcleo organizador a assistência, a reflexão sobre a prática e a transmissão desta experiência a outros profissionais. Trata-se de uma dinâmica docente–assistencial que pretende uma dupla instrumentalização: a dos profissionais que atuam no campo, a fim de que possam lidar melhor com as "patologias de maior complexidade" (*idem*: 1), e a dos usuários, incentivando-os ao exercício da cidadania.

A assistência é definida como de atenção integral (no sentido psicossocial), personalizada, exercida através de "programas de atividades psicoterápicas, socioterápicas de arte e de terapia ocupacional", dentro de um enfoque "multidisciplinar e pluri-institucional" *(idem:* 2).

As reflexões sobre a doença mental devem remeter ao campo da saúde coletiva, e levar em conta os aspectos micro e macro do social — como a família, o trabalho e o contexto histórico–cultural.

O CAPS deve oferecer um "cuidado personalizado" a quem atende, através de um "tratamento de intensidade máxima"; funcionar como núcleo de reflexão dos serviços; sistematizar, acerca destes, informações e experiências; gerar tecnologia capaz de ser transmitida aos profissionais de saúde mental; realizar investigações epidemiológicas, clínicas e institucionais; e participar na construção de uma rede de serviços preferencialmente comunitária.

O projeto do NAPS

O primeiro NAPS nasce na Zona Noroeste de Santos, vinculado à Secretaria de Higiene e Saúde, e tem como eixo central "a desconstrução do manicômio", produzindo um novo projeto em Saúde Mental no qual esta não se constitua numa instituição que segregue, exclua e cronifique.

O texto analisado, elaborado após a criação do serviço, fundamenta-se em autores, a começar por Basaglia —de quem toma a ideia de usar a utopia para pensar a prática e transformar a realidade: "abrir o manicômio

não é apenas abrir as suas portas, mas ao abri-las, abrir as nossas cabeças para a realidade de vida dos pacientes” *(apud* NICÁCIO *et al.*, 1990: 2).

Tendo o manicômio como lugar de violência, sua desconstrução implica uma ética que vise a superar a lógica da assistência, em direção à lógica da produção de saúde, permeando todo o trabalho.

Assim, consoante Nicácio *et al. (*1990: 2), “a ética, enquanto o buscar realizar praticamente a utopia é seu maior impulso; utopia como ação prática de transformar a realidade (Basaglia) e a clareza de que a negação do manicômio como lugar de violência não se realiza no sonho das ideias”.

A partir de Rotelli, outro autor referido no texto, entende-se que contribuir com ação e reflexão para a transformação da estrutura manicomial possibilita uma nova e complexa realidade no campo da saúde mental:

> sair do manicômio (e esta saída não é aquela triunfal, romântica, mas um processo cotidiano, técnico, político, cultural, legislativo) abre um campo de possibilidades e como tal incerto, rico, contraditório, por vezes extremamente difícil, novo, e belo (...) A complexidade desta nova realidade implica instituições em movimento, (...) em aceitar o desafio da complexidade dos múltiplos planos da existência não reduzindo o sujeito à doença ou a comunicação ‘perturbada’, ou e apenas a pobre, ou autonomizando o corpo e ou o psíquico, mas reinscrevendo-o no corpo social *(idem:* 2–3).

Este desafio, acredita-se, é o da construção, de algo que não é dado, e requer certa abertura no enfrentamento de incertezas e conflitos envolvendo tantos diferentes atores sociais. Assim, a estratégia de regionalização — visando à transformação cultural, e não apenas a uma divisão administrativa da cidade— é considerada fundamental para a realização dos objetivos do NAPS, sendo o ponto de partida para mudar as tradicionais perspectivas em saúde mental.

Pretende-se, com ela, “(...) conhecer as necessidades, a demanda, o percurso da demanda psiquiátrica, conhecer e intervir nas organizações institucionais que tecem esta Região, (...) [fazer] do NAPS (...) um ponto de

referência, (...) [e] possibilitar o real acesso ao serviço e do serviço às pessoas” *(idem:* 3).

A regionalização permite também a abertura de diálogos com os cidadãos e a comunidade, mediante a aproximação entre o serviço e associações, sindicatos, igrejas.... Junto a estes, pretende-se discutir

> o significado social do manicômio e de uma instituição aberta (...), as diferentes formas de compreender a loucura, a exclusão social, a questão da cidadania. Este é um trabalho constante (...) [realizado] na prática concreta na região: (...) as visitas domiciliares, a conversa com a vizinhança quando alguém está em crise, o diálogo no local de trabalho *(idem:* 3–4).

Outra estratégia fundamental para o NAPS encontra-se em seu projeto terapêutico: “cuidar de uma pessoa”, “fazer-se responsável”, “evitar o abandono”, “atender à crise” e “responsabilizar-se pela demanda”, através de diferentes instrumentos técnicos.

Neste sentido, o NAPS afirma

> a existência daquele sujeito para além da remissão do sintoma, reparação do dano ou o olhar para a doença [colocando em ação] os diferentes instrumentos técnicos de conhecimento: a medicação, o estar junto, os grupos, a reunião de familiares, o atendimento individual, o atendimento familiar, a assembleia, o grupo de mulheres, os núcleos de trabalho, o passeio na cidade e na praia, a visita domiciliar *(idem:* 4).

Este projeto terapêutico, ao responsabilizar-se pela demanda, requer tanto não separar prevenção/tratamento/reabilitação quanto não limitar o serviço ao atendimento das emergências que chegam ao Pronto-Socorro.

A partir destes princípios, o NAPS pretende-se um serviço envolvido na criação de uma rede substitutiva à internação. Fundamentada numa estratégia que incorpora o atendimento à crise a ações de transformação cultural, a proposta do NAPS é de funcionamento integral: 24 horas, sete dias na semana, com um conjunto de recursos que incluem a oferta de seis leitos.

A transformação da equipe (assim como o conceito de equipe) é outra estratégia importante:

> A equipe é aqui compreendida como o trabalhar junto, como o espaço coletivo de ação e reflexão das práticas profissionais, do confronto, das 'crises' e do pensar e repensar o próprio serviço (...) A transformação do papel do técnico, as crises geradas na construção de um serviço aberto, o se perceber sem as conhecidas grades, chaves e muros na relação com a loucura, são alguns dos temas nas reuniões diárias da equipe (...) além dos prontuários de cada paciente, escreve-se no livrão', de forma a ter informações mais imediatas, registro do que é necessário ser feito, do que está sendo realizado, uma comunicação informal; as reuniões e o livrão são a base da organização do trabalho (...) Talvez a frase que mais expresse todo esse processo seja a de Rotelli, dos profissionais que 'aprendem a aprender'; e fundamentalmente que as relações de poder e de saber possam ser colocadas em discussão *(ideia:* 6–7).

Gramsci é o outro autor referido no texto. A premissa *contra o pessimismo da razão o otimismo da prática* serve de inspiração para dois eixos fundamentais de discussão:

> a construção de uma política de saúde mental a partir de experiências locais e de transformação do interior das estruturas institucionais em particular o manicômio: (...) no desenvolvimento desse processo, a construção de estruturas externas que busquem ser totalmente substitutivas à internação *(idem:* 8–9).

Considerações finais

A análise dos textos em apreço demonstra uma riqueza de concepções e uma multiplicidade de estratégias no enfrentamento do modelo assistencial psiquiátrico tradicional. As distinções entre os mesmos auxiliam a reflexão e a construção de novas experiências no campo da saúde mental.

Os princípios e estratégias postos em cena tornam possível afirmar que o objetivo dos novos serviços, ao se inscreverem-se no processo de

rupturas[1] com o modelo tradicional, é o de produzir estruturas ou recursos que efetivamente não reproduzam as bases teóricas e práticas do modelo psiquiátrico que lhes é anterior —aquele que fundou a noção de doença mental como sinônimo de desrazão, que fundou o manicômio como lugar de cura, que fundou a cura como ortopedia e normalização.

As portarias 189/91 e 224/92 do Ministério da Saúde, embora tenham viabilizado a construção de muitos novos serviços em saúde mental, ao definirem a estrutura dos mesmos, produziram uma indesejável padronização das experiências. As ricas e pioneiras, porém distintas, experiências do CAPS e do NAPS (ver quadro em anexo) foram homogeneizadas em tais portarias[2], onde são consideradas sinônimos. E esta pasteurização pode produzir prejuízos importantes para a multiplicidade das práticas atualmente em implantação.

Na medida em que a utilização dos "nomes próprios" de ambas as instituições tornou-as modelos ou modalidades de serviços —pior ainda, modelos idênticos—, perdeu-se a pluralidade das questões por elas introduzidas.

Conquanto esteja previsto o funcionamento de CAPS e NAPS por 24 horas, sua atual definição é a de um serviço intermediário entre o regime

---

[1] Ruptura aqui entendida no sentido epistemológico ou arqueológico: rompimento radical com determinado paradigma, ou construção de um novo paradigma.

[2] A Portaria 189 introduz dois códigos de CAPS/NAPS na Tabela SAI/SUS: um para serviço de um turno: outro, para serviço de dois turnos. A Portaria 224 define os CAPS/NAPS como "unidades de saúde locais/regionalizadas, que contam com uma população adscrita definida pelo nível local e *que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar,* em um ou dois turnos de 4 horas, por equipe multiprofissional", e que "podem constituir-se também em porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à saúde mental, considerando sua característica de unidade local e regionalizada. Atendem também a pacientes referenciados de outros serviços de saúde, dos serviços de urgência psiquiátrica ou egressos de internação hospitalar. Os serviços deverão estar integrados a uma rede descentralizada e hierarquizada de cuidados em saúde mental". E ainda: "São unidades assistenciais que podem funcionar 24 horas por dia, durante os sete dias da semana ou durante os cinco dias úteis, das 8:00 às 18:00, segundo definições do Órgão Gestor Local. Devem contar com leitos para repouso eventual" (SNAS/MS/PM 224: 91. Grifo nosso).

ambulatorial e a internação hospitalar, não sendo mais utilizado o conceito de serviço substitutivo introduzido pelo NAPS —e isto é apenas um dos efeitos da redução de um modelo ao outro realizada pelas citadas portarias do Ministério da Saúde.

Os documentos oriundos do CAPS e do NAPS desenham serviços distintos que surgiram da crítica prático–teórica ao tratamento psiquiátrico convencional, não correspondendo a qualquer tipo de prática em saúde mental até então desenvolvida no Brasil. A grande importância de ambos os serviços é que buscam construir não uma modernização ou humanização do modelo anterior, mas uma superação efetiva do mesmo. Este tem sido, ao menos, o mote explicitado dentro do amplo e plural movimento denominado antimanicomial, ou de reforma psiquiátrica.

Contudo, serem denominados *novos* não garante que os serviços sejam mediadores e operadores de novas formas de intervenção frente à loucura, ou que sejam substitutivos ao modelo manicomial. As palavras são importantes, mas mais importantes ainda são os conceitos. Vemos, ainda hoje, muitas práticas tradicionais sob a denominação antimanicomial e, sob a denominação reforma psiquiátrica, muitas propostas revolucionárias. *Novo* implica portanto uma certa direção que deve ser explicitada.

Neste sentido, nos defrontamos com inúmeras questões que necessitam de aprofundamento a fim de clarificar o campo da saúde mental, hoje, e suas práticas.

Acreditamos ser importante que o Ministério da Saúde, responsável pelas ações, Os princípios e os financiamentos do SUS, substitua as denominações CAPS e NAPS por outras que digam mais respeito à natureza dos serviços, mesmo que os termos CAPS e NAPS continuem a ser utilizados. Ainda mais importante —e isto não compete apenas ao Ministério—, devemos nos concentrar, quanto à formação dos técnicos, nas questões conceituais que envolvem os novos serviços para que estes não se tornem atualizações da psiquiatria, ou meras *reformas* —no sentido mais precário do termo—, e sim rupturas. Fundamentais rupturas com: o método

epistêmico da psiquiatria, centrado nas ciências naturais; o conceito de doença mental, enquanto erro, desrazão, periculosidade; o princípio da instituição asilar como recurso terapêutico (o princípio pineliano do isolamento terapêutico), ainda hoje muito presente em nossas velhas e *novas* instituições e serviços; os princípios do tratamento moral, atualmente presentes nas bases das terapêuticas normalizadoras.

Enfim, se não existirem rupturas não existirão os novos (sem ironias) serviços; existirão apenas falsas *metamorfoses*, roupagens *novas* para velhos princípios. Assim, cumpre verificar se os novos serviços estão assumindo o caráter substitutivo —assumindo a demanda real dos portadores de sofrimento psíquico, os recursos financeiros, o pessoal tradicionalmente destinado ao sistema hospitalar, e assim por diante— ou criando uma *nova* demanda, formando uma rede paralela, talvez medicalizante/psicologizante, talvez cronicizante.

Serviço	**CAPS**	**NAPS**
Modelo de referência	• Sanitarista; • Preventivismo; • Psicoterapia institucional	• Desinstitucionalização; • Desconstrução
Proposta de intervenção	• Alternativo entre o hospital e a comunidade	• Substitutivo ao modelo manicomial
Funcionamento	• Em torno de 12h/dia, das 8h às 17h	• 24 horas, 7 dias por semana, sem interrupção
Responsabilidade quanto à clientela	• Limitada — psicóticos e neuróticos graves	• Não pré-definida — responsabilidade total
Referência ao tratamento	• O espaço do próprio serviço	• Além do serviço, o território
Oferta de serviços e recursos	• Natureza técnica	• Natureza diversificada (técnica, social...)
Objeto	• Grave acometimento psíquico — “doença”	• Existência–sofrimento do sujeito em sua relação com o corpo social (doença)

Referências e indicações bibliográficas sobre os novos serviços de saúde mental no Brasil

AGUIAR, M.G.G. "A reinvenção do ser enfermeira no cotidiano da Casa de Saúde Anchieta e Núcleos de Atenção Psicossocial". Dissertação de Mestrado em Enfermagem. São Paulo: USP, 1995.

AGUIRRE, B.; SILVA JÚNIOR, M.R.; CARROSO, N. & LANCETTI, A. "Hospital-dia 'A Casa': conversando sobre dez anos de experiência" *in* LANCETTI, A (org) *Saúde-loucura I.* São Paulo: Hucitec, 1989.

BOCADO, M.F. & MARINS, T.M.L. "Núcleo de Atenção Psicossocial: uma contribuição para a desconstrução da cultura manicomial". Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1992.

BORGES, M.R.R. "NAPS Mater: questionamento de uma prática". Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1995.

CALVERT, D.F. CAIS: "Uma proposta em reabilitação psicossocial'?" Monografia da Residência Integrada em Saúde Mental. Rio de Janeiro. Ministério da Saúde/ Instituto Philippe Pinel/Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

CAMBRAIA, M. *Detalhamento do projeto do Centro de Atenção Psicossocial.* Perdizes: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 1992.

CAMPOS, M.A. "O hospital-dia como alternativa assistencial em psiquiatria social — opinião de pacientes e seus familiares". Tese de Doutorado em Medicina. Ribeirão Preto/USP, 1986.

______. "Os modelos de internação parcial em hospital-dia e integral vistos por pacientes psiquiátricos e seus familiares". *Revista ABP-APAL, 11(01),* jan./ fev./mar, São Paulo, 1989.

CAPOCCI, P.O. "Análise de três centros de atenção psicossocial-CAPS. No nível propositivo formal". Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

CAPUTO, V. “Saúde Mental no Brasil. Caracterização do modo psicossocial”. Monografia de Pós-Graduação em Psicologia. São Paulo: UNESP, 1997.

CARMELLO, P.S. “Sobre a implantação de um CAPS na cidade do Rio de Janeiro: discussões preliminares para uma assistência em transformação”. Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

CARVALHO, L.M. “Reflexão sobre o conceito de reabilitação psicossocial e suas possíveis implicações”. Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social, Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE QUIXADÁ — CE / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUIXADÁ. *Atenção à saúde mental em sistema local de saúde em município de médio porte — a experiência do Centro de Atenção Psicossocial de Quixadá.* Quixadá — CE, 1993.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. *O capcioso.* São Paulo: CAPS, 1989.

______. *I Encontro Sobre Tratamento de Psicoses em Instituições*. São Paulo: CAPS, 1990.

CHICAYBAN, A. “Oficina de expressão e composição musical para pacientes psicóticos no âmbito de hospital-dia”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria,* 38(06). Rio de Janeiro, 1989.

COLMENERO, M.I.V. *Napsiando em Curitiba,* 1991, mimeo.

COORDENADORIA DE SAÚDE MENTAL/ SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *O Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luiz da Rocha Cerqueira.* São Paulo, 1987. mimeo.

COSTA, M.H.C. “Perfil da situação clínica, familiar e psicossocial de pacientes esquizofrênicos: *follow-up* de oito anos de funcionamento do Instituto de Saúde Mental do Distrito Federal”. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Brasília. Universidade de Brasília, 1997.

COSTA, M.P. “Saúde mental e reabilitação psicossocial”. Tese de Doutorado em Medicina. Ribeirão Preto/USP, 1996.

DAMY, M.L.C. “Cotidiano do NAPS IV— Vila Belmiro”. Monografia do Curso de Especialização em Saúde Mental. Secretaria de Higiene e Saúde da Prefeitura de Santos / Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

FERREIRA, M.L.J. “Hospital-Dia do Instituto de Saúde Mental: uma solução criativa”. *Revista de Saúde do Distrito Federal,* volume 8, suplemento 1, Brasília, 1997.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO D.F./HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO. *Relatório do Hospital-Dia do H.S.V.P. referente ao ano de 1995.* Brasília, 1995, mimeo.

FURTADO, T.R.S. “Hospital-dia IPUB-UFRJ — dois anos depois”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria,* 38(06). Rio de Janeiro, 1989.

GOLDBERG, J.I. “A doença mental e as instituições — a perspectiva de novas práticas”. Dissertação de Mestrado em Medicina. São Paulo: USP, 1992.

______. “Reabilitação como processo — o Centro de Atenção Psicossocial — CAPS” *in* PITTA, A (org.) *Reabilitação psicossocial no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1996.

______. “Centro de Atenção Psicossocial — uma estratégia”. *Cadernos do NUPSO.* ano 2, n° 3. Rio de Janeiro, 1989.

GUERRA, J.D. “Novos serviços em saúde mental: uma reflexão sobre os conceitos de NAPS e CAPS”. Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

INFANTE, R.G. “Hospital-Dia — Uma realidade na redefinição da assistência em saúde mental”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria,* 38(06). Rio de Janeiro, 1989.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/HOSPITAL DR. PHILIPPE PINEL/NAICAP/ Hospital-Dia Infantil. *Uma proposta de assistência intensiva à criança autista e psicótica.* Rio de Janeiro, 1993.

MINAYO, M.C.S (org.) *Pesquisa social.* Petrópolis: Vozes, 1994.

MIZIARA, K.B. “Se esta rua fosse minha: uma proposta de ação institucional em um hospital-dia infantil”. Monografia do Curso de Especialização

em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

NAPS II. *I Seminário de Saúde Mental*. Santos: NAPS, 1989, mimeo.

______. *Texto sobre o NAPS II*. Santos: NAPS, 1991, mimeo.

NAPS. *Núcleo de Atenção Psicossocial*. Santos: NAPS, 1990, mimeo.

______. "Declaração sobre os direitos e proteção legal dos doentes mentais". *Formal-São*, 1(17), 1991.

NICÁCIO, M.F.S. "O processo de transformação em saúde mental em Santos: desconstrução de saberes, instituições e cultura". Dissertação de Mestrado. São Paulo. PUC, 1994.

______; *et al. Produzindo uma nova instituição em Saúde Mental*. O Núcleo de Atenção Psicossocial. Santos, 1990, mimeo.

PAULIN, L.F. "Está o hospital-dia indicado para pacientes em crise?" *Revista de Ciências Médicas — Puccamp.* 4(3). Campinas/SP, 1995, mimeo.

PITTA, A. "Avaliação como processo de melhoria da qualidade de serviços públicos de saúde". *Revista Brasileira de Administração Pública*, 26(2), abr/jun de 1992.

ROBERTELLA, S.C. "NAPS 1— Material para discussão". Santos, 1991, mimeo.

SALDANHA, L.R.V. "Um CAIS em mar aberto: o percurso do CAIS — Núcleo de Atenção Psicossocial — no contexto da Reforma Psiquiátrica". Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

SANTOS, A.W.G. "Avaliação Crítica dos Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial no Nordeste: Perfil Organizacional dos serviços instalados até 31 de dezembro de 1995". Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Fortaleza. Centro de Ciências da Saúde/Departamento de Saúde Pública/Universidade Estadual do Ceará, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO/ COORDENADORIA DE SAÚDE MENTAL. *O Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luiz da Rocha Cerqueira (CAPS). Projeto de Implantação.* São Paulo: SES/SP, 1982.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO CEARÁ. "Dossiê sobre os CAPS do Estado". SES/CE, 1994.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1991. *Portaria n° 189*, de 19 de novembro de 1991.

______, 1992. *Portaria n°224*, de 29 de janeiro de 1992.

SILVA, E.C. "Hospital-Dia, de novo; continuação de um percurso". *Fascículos Fhemig — Rumo às Oficinas, 10.* Belo Horizonte, 1994.

SILVA, L.G. "Sobre o Discurso Terapêutico do CAPS — IPUFRJ: O registro de uma prática construída". Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1995.

SILVA, M.R. "NAPS — Uma porta para a sanidade". Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Saúde Mental. Santos. SEHIG/Fundação Oswaldo Cruz, 1997.

______."Engenho da Casa — Possibilidades de engenhar dentro: um estudo sobre a construção da autonomia do cliente no serviço de Hospital-Dia, do Centro Psiquiátrico Pedro II, RJ". Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

TAVARES, C.M.M. *et al.* "Implantação do Hospital-dia de Jurujuba, Comunicação preliminar". Niterói, s.d., mimem.

YASUI, S. "CAPS: Aprendendo a perguntar" *in* LANCETTI, A. *Saúde-Loucura 1,* São Paulo: Hucitec, 1989.

______. "A construção da reforma psiquiátrica e o seu contexto histórico". Dissertação de Mestrado. Assis. Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 1999.

A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA, OS ESTABELECIMENTOS DE CUIDADO E AS PRÁTICAS GRUPAIS

Regina Duarte Benevides de Barros *
Silvia C. Josephson *
Luis Eduardo Godoy Catalán **
Wilma Fernandes Mascarenhas **
Alessandra Daflon dos Santos **
Fernanda Pinheiro de Oliveira **

O presente trabalho pretende apresentar resultados parciais obtidos com a pesquisa (período de 1997/1999) intitulada "As Práticas Grupais, a Instituição da Saúde Mental e os Estabelecimentos de Cuidado", realizada no Município de Niterói/RJ, e no CAPS Rubens Corrêa, em Irajá/RJ.

A pesquisa tem por objetivo principal investigar as práticas implementadas pelos Serviços de Assistência em Saúde Mental voltadas para a construção da cidadania dos usuários no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Como objetivos específicos, visa a proceder ao levantamento das propostas terapêuticas utilizadas nesses serviços, mapear as redes profissionais aí existentes, investigar quais práticas grupais têm sido efetivadas (e como), e analisar mecanismos de produção de subjetividade frente à efetivação de tais práticas.

Para a consecução dos objetivos foi realizado um trabalho de campo incluindo observações, entrevistas com os coordenadores e profissionais dos Serviços acima referidos, e enfocando três grandes temas: a Reforma Psiquiátrica, os processos de desospitalização e desinstitucionalização e a utilização das práticas grupais.

* Professoras do Departamento de Psicologia da UFF.
** Graduandos em Psicologia, bolsistas PIBIC/UFF.

Alguns resultados

Os dados relatados a seguir referem-se a uma síntese das respostas às entrevistas. Para os entrevistados, a Reforma Psiquiátrica se configura como mudança de paradigma e como movimento concreto de modificação na administração pública, visando a outras propostas para a assistência psiquiátrica. Como pontos importantes desse movimento, enfatizam os tratamentos alternativos, a construção de uma clínica singular e ampliada, e o necessário envolvimento da comunidade e da cidade nessa construção. A Reforma Psiquiátrica aparece como possibilitadora de um outro modo de pensar a assistência psiquiátrica a partir da criação de outros dispositivos e estratégias de cuidado, comprometida com a saúde enquanto responsabilidade do Estado, com ênfase na implementação de mecanismos de reinserção social e ressocialização dos usuários.

Como efeitos positivos da Reforma foram destacados: a desconstrução do poder verticalizante da instituição psiquiátrica; a possibilidade de ressocialização dos usuários; a criação de novos dispositivos de assistência; a mudança para uma política de grupalidade e de integração dos profissionais; a diminuição da taxa de internação e reinternação.

Dentre as dificuldades, apontaram: a falta de reconhecimento econômico–financeiro pelo trabalho que exige grande disponibilidade e implicação; a lentidão na ampliação da rede de assistência; a articulação política deficiente entre os diferentes níveis da rede; a desinformação da população quanto aos objetivos da reforma psiquiátrica; a falta de dispositivos de assistência adequados aos usuários quando do retorno à família e à sociedade.

Quanto ao tipo de atendimento, constatamos o aumento de propostas de trabalhos em grupo, divididas, segundo os entrevistados, em duas grandes modalidades: os grupos terapêuticos e as oficinas. Os primeiros são frequentemente referidos como um espaço para o estabelecimento da escuta clínica e para a formação de vínculos afetivos, enquanto as oficinas, por seu aspecto de propiciar o trabalho e a produção, são articuladas à questão da

reinserção social e ao exercício da cidadania. Os grupos terapêuticos, assim concebidos, dizem respeito ao psiquismo, à interioridade, à clínica; e as oficinas, ao social, ao político.

Perguntados sobre como definem os termos desospitalização e desinstitucionalização, afirmaram que o primeiro representa apenas uma etapa do processo mais amplo, que é a desinstitucionalização. Seria o passo inicial da Reforma, suporte para um trabalho de rede que consistiria na retirada do paciente do hospital, oferecendo assistência que não a manicomial, mas que não garantiria, por si só, a desinstitucionalização, considerada como uma mudança mais profunda da assistência, sujeita a constantes avaliações.

A desinstitucionalização é definida como um "norte" para a problematização da loucura —por se constituir como processo de desconstrução/desmontagem da cronificação, do isolamento e de estereotipias—, capaz de promover a reinvenção/ reconstrução de dispositivos sanitários e culturais de assistência integral à saúde. Trata-se, portanto, de um movimento político que visa à produção de outras formas de conceber e lidar com a loucura. Ela é concebida como: "Tirar a gerência da loucura, mudar a prática e a teoria, dar ao psicótico base para que ele possa produzir, trabalhar, inserir-se na sociedade" *(sic).*

Nossas conclusões

Os dados, apesar de parciais e não exaustivos, indicam que a implantação da Reforma Psiquiátrica apresenta-se visivelmente em curso. As falas dos entrevistados dão ênfase ao desmonte do modelo hospitalocêntrico, à mudança de uma política isolada de ambulatório para uma política mais grupalizada, à regionalização da assistência, à construção de redes de acolhimento e a ações voltadas para a reinserção no meio social e conquista da cidadania.

No que diz respeito à utilização das práticas grupais, apesar de termos observado certa ênfase nos efeitos que elas produzem

(“desconstrução e desmontagem de cristalizações subjetivas, possibilidade de compartilhar o sofrimento e de experimentar outras formas para lidar com este”), constatamos também uma precária problematização das diferentes concepções teórico–clínicas de grupo por parte dos profissionais —o que vem de encontro à hipótese inicial, orientadora de nossa pesquisa, sobre a utilização acrítica do dispositivo grupai.

Além disso, a qualificação dos grupos como espaços reservados para o acolhimento clínico de questões íntimas, profundas, privadas, e das oficinas como direcionadas para o âmbito social e político, comprometidas com a reinserção dos usuários, reproduz a dicotomia que mantém em campos opostos a clínica e a política, o individual e o social.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o fato do processo de desospitalização se encontrar mais desenvolvido que o de desinstitucionalização. Ao tornarmos a desinstitucionalização em seu aspecto crítico com relação à loucura —poder garantir a efetiva construção da cidadania dos usuários e sua retirada dos territórios de segregação e exclusão a que, historicamente, eles têm sido relegados— ou como movimento político que visa à produção de outras formas de concepção da loucura, constatamos que os passos são ainda iniciais; ou seja, é ainda insuficiente a ampliação da rede de saúde mental para além dos “muros” . dos Serviços de Saúde Mental.

Desinstitucionalizar não se refere somente a recusar a internação do louco, mas ela é principalmente o desmantelamento de toda a trama de saberes e práticas construídas historicamente em torno da loucura. Assim, a preocupação com a construção da cidadania do louco (AMARANTE, 1998; BEZERRA, 1992; BARROS, 1994) deve se coletivizar através dos equipamentos sociais.

Neste ponto, as ações desenvolvidas pelos grupos e pelas oficinas são fundamentais para criar outros caminhos de contato com a loucura, novos espaços de análise, de tratamento e de inclusão nas diferentes esferas do *socius*.

Para tanto, é urgente que superemos as dicotomias entre individual e social, entre questões clínicas e questões políticas, e possamos construir um plano onde clínica e política componham um dispositivo[1] que acione novos processos de subjetivação, nos quais indivíduo e social não sejam mais tomados como polos opostos.

O regime de enunciação que permeia os discursos dos profissionais entrevistados faz um desenho do *socius,* esquadrinhado-o em campos dicotômicos e inconciliáveis. Para cada um destes campos, um especialista com seus saberes e objetos específicos: a clínica e o sofrimento psíquico de um lado; o político e a conquista da cidadania de outro.

Se pensarmos os grupos em geral (sem separá-los por objetivos clínicos ou ligados à ressocialização dos usuários) como dispositivos, podemos ter condições de habitar em outro regime de enunciação, no qual clínica e política formariam um espaço indissociável e de mútuo engendramento. O Grupo, então, potencializaria sua função analítica, na medida em que haveria uma transversalização entre as questões ditas sociais e políticas e as chamadas subjetivas ou "íntimas". Outra concepção de grupo, outra concepção de clínica e de política, outra concepção de subjetividade.

Recusando a perspectiva em que a subjetividade é definida como efeito de uma relação vertical, hierarquizada entre infra e superestrutura ou é determinada por uma estrutura profunda, o que está em pauta, aqui, é a afirmação da subjetividade como produto de componentes heterogêneos, a transversalização de uma multiplicidade de processos que não se situam somente em agentes individuais (instâncias intrapsíquicas ou egoicas) ou grupais. Tal noção de subjetividade, não dicotomizante, torna impossível dizer: isto é do indivíduo e aquilo é do social (GUATTARI,1986).

---

[1] "O que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado de criar, é seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos que procuram explicar dando a tudo o mesmo sentido. O dispositivo tensiona, movimenta, desloca para outro lugar, provoca outros agenciamentos... O dispositivo está sempre referido a um regime de enunciação operando sentidos diversos. Cabe, então, perguntar qual regime e com quais sentidos tal dispositivo se produz" (BARROS, 1997:1189).

Nesta proposta, as lutas já não se podem mais circunscrever à apropriação dos meios de produção ou dos meios de expressão política, mas devem adentrar no campo da economia do desejo. Neste, os componentes econômicos e políticos encontram-se junto a tantos outros, não havendo nenhuma hierarquia natural ou definitiva entre eles.

Retornando a preocupação dos profissionais entrevistados acerca da exiguidade de dispositivos para o acolhimento e reintegração dos usuários, as concepções de grupo, subjetividade e clínica podem promover uma aproximação/problematização do espaço urbano com a instituição da loucura.

Pesquisas recentes em filosofia, geografia, psicologia, antropologia e áreas afins têm sido realizadas no sentido de analisar os modos de produção que, nas grandes cidades contemporâneas, fazem emergir os comportamentos individualistas em concomitância a espaços de exclusão e hierarquização sociais (JOSEPHSON, 1998, 1994; VELHO, 1987; GUATTARI, 1992; ROLNIK, 1994). A concepção que orienta estes trabalhos considera os espaços urbanos para além de um aspecto puramente técnico; prioriza o aspecto político e os identifica a uma máquina produtiva que tanto pode se orientar no sentido de um esmaga mento uniformizador quanto na direção de uma ressingularização (GUATTARI, 1992).

Algumas pesquisas, privilegiando uma abordagem histórico–genealógica, nos apresentam, em cores vivas, o mecanismo pelo qual o projeto político de normalização social do espaço urbano —formulado e difundido pela medicina social do século passado (1840 a 1890)— escolheu como alvo privilegiado de intervenção a população que tinha nas ruas seu espaço de vida e circulação: pobres, loucos, prostitutas e operários (ENGEL, 1994).

Os trabalhos citados se referem à existência de dispositivos e estratégias de disciplina e controle que presidem a organização e a reformulação dos espaços urbanos. A ação desses dispositivos tem redundado na produção de cidadanias hierarquizadas mediante a segregação e a marginalização de uma significativa massa de indivíduos, isolada do convívio

com as classes detentoras do poder econômico e político: alguns são lançados em subúrbios e favelas; outros, em prisões; outros ainda, em manicômios.

Atualmente, continuamos a conviver com redes de microconflitos que erguem, no cotidiano, novas muralhas segregacionistas e produzem novas exclusões e novas hierarquizações da cidadania, numa velocidade alarmante. Perguntamo-nos, então: como proceder para que o resgate da cidadania dos chamados "doentes mentais" não se configure como uma resposta à demanda de diminuição de gastos públicos através da simples delegação, às comunidades, de cuidados para com a saúde?

Da mesma forma que Guattari (1992), pensamos que retirar a psiquiatria e Os loucos dos hospícios e recentrá-los na cidade significa mais do que implantar ágeis equipamentos psiquiátricos no seio do tecido urbano, os quais poderiam se tornar miniaturas das conhecidas estruturas segregativas. Trata-se, portanto, de agenciá-los e integrá-los aos problemas existentes no campo social, sem transformá-los em novas máquinas produtoras de separações artificiais entre os grupos, marginalizados ou não (toxicômanos, pobres, ex-prisioneiros, desempregados, e tantos outros), que compõem o tecido social.

Ao propor a dissolução de territórios de exclusão —espaços controlados por especialistas e técnicas—, Guattari afirma a ideia de "transdisciplinaridade", mediante a qual se aboliriam igualmente as rígidas fronteiras entre saberes, objetos e práticas. Coletivizar-se-ia, assim, a preocupação com a saúde, tornada um afazer de todos.

Estas reflexões iniciais sobre tema tão complexo, que tivemos a pretensão de apresentar neste trabalho, pretendemos ampliar e estruturar como projeto de pesquisa, objetivando analisar as fronteiras entre o "dentro" e o "fora" dos muros dos manicômios. Através de um trabalho de campo, buscaremos acesso às práticas de ressocialização, reinserção social e de resgate de cidadania que estão efetivando na rede de Saúde Mental do Município do Rio de Janeiro. Interessa-nos conhecer as respostas que Os territórios urbanos e equipamentos sociais têm dado às iniciativas de

ressocialização e reinserção social, e também os efeitos que estes movimentos podem produzir no trabalho desenvolvido na rede de Saúde Mental, para os técnicos, os usuários e seus familiares.

Referências bibliográficas

AMARANTE, P. "Forças e diversidade: as transformações na saúde e na loucura" *in* CASTELO BRANCO, G.; BAETA NEVES, L.F (orgs.) *Michel Foucault — da arqueologia do saber à estética da existência.* Rio de Janeiro: NAU; Londrina: CEFIL, 1998.

BARROS, D. D. "Cidadania *versus* periculosidade social: A desinstitucionalização como desconstrução de um saber" *in* AMARANTE, P (org.) *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz,1994.

BENEVIDES DE BARROS, R. "Dispositivos em ação: o grupo" *in* EIRADO, A. *et al (*orgs.) *Saúde e Loucura,* 6 . São Paulo: Hucitec, 1997.

BEZERRA JR., B. "Cidadania e loucura: um paradoxo?" *in* BEZERRA JR., B.; AMARANTE, P (orgs.) *Psiquiatria sem hospício.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

ENGEL, M. "A loucura na Cidade do Rio de Janeiro: ideias e vivências (1830–1930)". Tese de Doutorado. São Paulo. UNICAMP. 1995 (xerox).

GUATTARI, F. *Caosmose. Um novo paradigma estético.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

______. & ROLNIK, R. *Micropolítica. Cartografias do desejo.* Petrópolis: Vozes, 1986.

JOSEPHSON, S. "Espaços urbanos e estratégias de exclusão e hierarquização" *in Cadernos do IPUB***,** n. 14. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

ROLNIK, R. "Planejamento urbano nos anos 90: Novas perspectivas para velhos temas" *in* RIBEIRO, L.C. & SANTOS JR., O.A (orgs.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

VELHO, G. *Individualismo e cultura.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987.

NARRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS:
VAGABUNDOS E TURISTAS NAS PRÁTICAS DA SAÚDE MENTAL

Luis Antonio Baptista *

Desmaiou emocionado o sacerdote após a bênção ao hospício da Praia Vermelha; ao lado do imperador Pedro II, e de outras personalidades, inauguravam em 5 de dezembro de 1852 o primeiro estabelecimento para alienados no Rio de Janeiro. A emoção do padre realizava o desejo do ex-intendente geral da polícia José Clemente Pereira, na época provedor da Santa Casa da Misericórdia, junto ao sonho dos médicos cariocas, os quais "em memórias, artigos e relatórios, declararam que a situação existente não podia continuar, isto é, que os indivíduos loucos não deviam ser considerados 'besta-feras', trancafiados, como eram, nas jazidas das cadeias públicas, ou nos porões das Santas Casas, recebendo através das grades a água e o alimento" (BARRETO FILHO e LIMA, 1942: 147). A cidade, após a inauguração, entre humanismos e utopias científicas, gradativamente presenciará sentidos singulares traduzidos das suas ruas e dos desatinados que as ocupavam.

Apesar do desmaio do padre enaltecendo a grandiosidade do evento, o novo espaço hospedará poucos internos durante o Império. A capacidade do hospício era de 350 leitos, porém somente 140 alienados, oriundos da Santa Casa da Misericórdia e da enfermaria provisória da Praia Vermelha, ocuparam a majestosa instituição ornada em mármore de Carrara. No salão nobre, a estátua do imperador Pedro ao lado das escadarias, as dos renomados cientistas da época, Pinel e Esquirol, celebravam a união do poder do Império com a ciência. A capela no interior do hospício juntava-se a esta união, justificando o desfalecimento do sacerdote. Não obstante as

* Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. O trecho deste artigo referente aos "passos repetidos da Via Marconi" foi publicado no livro *Conversando em casa,* organizado por Gina Ferreira e Paulo Fonseca. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

criticas dos jornalistas da época, opondo-se aos gastos para obra que abrigava poucos internos, o sonho dos médicos e do ex-intendente-geral da polícia prenunciaram o futuro dos deserdados da razão. Na República, personagens insólitos, gente dos becos, serão traduzidos em perigo social e varridos do espaço do público, encarnando as mazelas cariocas. O hospício pouco a pouco enchia, realizando a higiene da ação médica.

> Obras adicionais tiveram de ser feitas com o correr dos anos, aumentando a capacidade do hospício para 800 doentes. Nem assim foi o suficiente, pois, ainda em 1940, ali se abrigavam para mais de 2.000 enfermos, que sepultavam todas as seções e ainda atulhavam os corredores e os desvãos das escadas (*ibidem*, 149).

Novos hospitais psiquiátricos serão construídos, porém sem longos discursos ou desmaios. O Rio de Janeiro, aspirando ser a cidade civilizada, não admitirá desfalecimentos ou emoções em demasia; a neutralidade seca e racional do gerenciamento laico e científico edificará hospícios com linhas arquitetônicas inspiradas na racionalidade dos espaços. Ordem e Progresso, lema da bandeira brasileira, farão Os hospícios encherem e os padres controlarem seus sentimentos. Bênçãos religiosas darão lugar à sagrada sabedoria da Natureza. Arquitetura, Estado, Ciência falarão articulados para a cidade sobre perigos e sobre a felicidade prometida pelos tutores da nova ordem urbana. Hospícios projetados como bucólicas comunidades, longe do perímetro urbano, farão a loucura falar em nome do natural. A insânia medicalizada necessitará da atenção do Estado rodeada por árvores, riachos, muros, e silêncio.

A exclusão social do louco no Brasil do Império e da República apresentou as "bestas-feras" deserdadas da razão, os doentes da alma deserdados da natureza saudável, porém meticulosamente incluídos nos respectivos espaços de pertinência, fazendo-os reproduzir verdades. Os espaços não só enclausuravam, mas fundamentalmente compartilhavam dos discursos que enunciavam o real significado do desatino. Loucuras visíveis no corpo ou na alma, protegidas por grades ou pelo silêncio bucólico, reproduziam as marcas dos medos e das utopias da cidade dos sábios. Cada coisa no seu devido lugar, cada verdade estrategicamente revelada no seu

devido lugar, cada temor e cada promessa de felicidade cuidadosamente refletidos nos seus devidos lugares desenharam a exclusão social nos tempos do capitalismo da modernidade, legando ao excluído a clareza e o visível significado da sua sina. Arquitetura, Estado, Ciência, temerosos das sombras urbanas produzidas pelas luzes da razão, deram-lhes corpo, materialidade, visibilidade, protegendo a cidade da impertinência dos modos de vida inclassificáveis e sem pouso fixo.

No mundo do capitalismo da hegemonia do mercado, onde tempo e espaço ganham sentidos específicos, quais seriam as articulações entre loucura e espaço urbano? A purificação do espaço urbano requer, na contemporaneidade, lugares fixos para domar o inclassificável? Excluímos hoje produzindo visibilidade? O mundo da globalização, do Estado que se intitula mínimo, necessitará de estabelecimentos gerenciadores da saúde e da ordem? A exclusão social das geografias, em constantes desterritorializações, que face e resistência nos mostra?

Proponho, para a análise destas indagações, uma primeira pista elucidativa, aparentemente ingênua, mas promissora como provável iconografia da exclusão social no mapa do capitalismo contemporâneo. Sabemos que os mapas nos informam não só sobre a localização dos lugares, mas, de modo não muito visível, comunicam fronteiras, confins, presenças, ausências, tensões enunciadoras da disruptora ação da alteridade. São iconografias de guerras maiúsculas e minúsculas, ilustração de campos de forças antagônicos, apresentando a visibilidade e a invisibilidade conquistadas nos combates. Esclarecendo a primeira pista: a poucos metros do Centro Psiquiátrico Pedro II, tradicional manicômio situado no subúrbio carioca do Engenho de Dentro, um empreendimento imobiliário é promovido com uma forte campanha publicitária. No posto de vendas da Rua Ana Leocádia, em frente ao hospital, a maquete e os cartazes coloridos informam como será o futuro edifício, o seu entorno geográfico, e o dia-a-dia dos proprietários. Imagens em cores vivas indicam referências do bairro, ilustrando o cotidiano como escola, comércio, ruas vizinhas, posto de saúde, a feira semanal; porém um fato curioso chama a atenção: o grande

hospital de muitas décadas sumiu da publicidade. Por que será que o velho e conhecido manicômio do Engenho de Dentro foi traduzido em invisibilidade? Qual a relevância para nós, pesquisadores empenhados na luta antimanicomial, deste sumiço? Quais os efeitos políticos, nesta era do Estado que se intitula mínimo e do desmantelamento de verbas públicas e projetos coletivos, do manicômio invisível?

No mundo, segundo Zygmunt Bauman, dos consumidores–turistas e dos excluídos–vagabundos[1], qual a relevância deste mapa–publicidade comunicando o fim do hospício? Terá este fim semelhanças com a nossa luta?

Conhecendo este fato, recordei de um outro episódio insólito, no qual um ex-paciente psiquiátrico italiano sumia, à semelhança do manicômio carioca. Na segunda pista, proponho repartir as reflexões contidas no meu diário de viagem, onde investigo o sumiço do ex-paciente após a Reforma Psiquiátrica na Itália, e suas estratégias incansáveis para não se deixar capturar pela invisibilidade. Neste diário de pesquisa, relato a experiência do pesquisador–estrangeiro frente à produção e às intervenções sobre o diverso neste mundo onde padres já não desmaiam, os hospícios dispensam mármores de Carrara, as colônias revelando a natureza, fazendo a loucura falar, são ineficazes; no entanto, o Estado que se diz mínimo nos oferece singulares desafios, entre vagabundos e turistas na era do consumo.

---

[1] "Uma palavra de advertência: turistas e vagabundos são as metáforas da vida contemporânea (...) Os turistas se demoram ou se movem segundo desejo de seus corações. Abandonam o local quando novas oportunidades não experimentadas acenam em outra parte. Os vagabundos, porém, sabem que não ficarão por muito tempo, por mais intensamente que o desejem, uma vez que em lugar nenhum em que parem são bem-vindos: se os turistas se movem porque acham o mundo irresistivelmente *atrativo,* os vagabundos se movem porque acham o mundo insuportavelmente *inóspito* (...) os vagabundos, as vítimas do mundo que transformou os turistas em seus heróis, têm, afinal, suas utilidades. Como os sociólogos gostam de dizer, eles são 'funcionais'. É difícil viver em suas imediações, mas é inconcebível viver sem eles. São suas privações gritantes demais que reduzem as preocupações das pessoas com as inconveniências marginais. É a sua evidente infelicidade que inspira os outros a agradecerem a Deus, diariamente, por tê-los feito turistas" (BAUMAN, 1997: 117–120).

Os passos repetidos da Via Marconi

O inverno não conseguia impedir o percurso diário que ele fazia da Via Marconi à Via Carducci. Em todas as estações do ano, as ruas de Imola cruzavam com seus passos. Franco Fuzzi, filho de camponeses e nascido nesta cidade em 1942, caminhava sempre na mesma hora e itinerário, insistindo em explorar vestígios e contatos. Os dois quilômetros percorridos de sua casa na Via Marconi ao ponto de ônibus da Via Carducci são repetidos em sua caminhada há vários anos. Franco Fuzzi viveu 32 anos no hospital psiquiátrico Lolli[2], internado aos oito anos de idade porque sofria de epilepsia. No pós-guerra, o Lolli abrigava crianças pobres para tratamento ou as deixadas pelas famílias para não morrerem de fome. Hoje. aos 56 anos, vive só no apartamento alugado pelo sistema de saúde local. Segundo ele, o longo período vivido no hospital lhe traz saudade e, ao mesmo tempo, repulsa: “foram 32 anos e 32 anos não são um dia” —diz, expressando os paradoxos detonados pela internação. Apesar dos anos que lhe foram tomados, ainda teima em estar atento a tudo. A curiosidade é sua forma de abater dores e combater fantasmas que o aprisionam a si e a seu passado. Sentindo saudade daquele lugar, tenta apoderar-se da história que lhe restou. Estar fora do manicômio poderia ser uma ameaça de perdê-la. Sentindo saudade daquele lugar, recriava a história que lhe restou. Estar fora do manicômio poderia ser uma ameaça de perdê-la.

Fora do Lolli, em 1982, descobriu que o manicômio persistia, invisível, em outros espaços. Para Franco, a lei 180 —a do fechamento dos hospitais psiquiátricos— estava iniciando um longo percurso; viver fora dos muros médicos ultrapassava o geográfico e o visível. Porém, nos passos repetidos da caminhada diária, habitando a seu modo o apartamento alugado, envolvendo-se curiosamente no dia-a-dia, usando e apropriando-se da cidade, encontrava armas para destruir o manicômio. No Lolli nada o surpreendia: os significados duros das coisas e dos fatos, ao lado de identidades predestinadas a serem o que eram, anulavam o uso de sua

[2] Sobre a história do hospital psiquiátrico, ver: Venturini *et alii,* 1994.

curiosidade. Lá, o cotidiano traduzia-se em intensidade máxima de familiaridade; nada acontecia, nada se estranhava; apenas se reproduziam as horas, esperava-se. Naquele lugar nem a morte existia. Até 1968, tomava banho frio de mangueira junto aos outros; presenciou a destruição de alguns companheiros de pavilhão pelo eletrochoque, agressões físicas da enfermagem aos que desobedeciam; a diferença de tratamento nos pavilhões dos ricos e dos pobres, a indiferença dos médicos; viveu situações nas quais a condição humana inexistia.

No entanto, a exclusão não seria a característica fundamental definidora do manicômio, que, segundo ele, permanece dentro dos seus ex-habitantes, grudado ao corpo, "dentro da alma". O espaço que persistia nesses anos fora do Lolli, endurecendo-o preso à identidade do ex-paciente, fazendo-o falar do passado e do futuro sem o costumeiro brilho nos olhos curiosos era algo mais violento que a exclusão. Nos encontros no bar das tardes de Imola, o estrangeiro pouco a pouco conhecia o manicômio invisível de Franco. Em uma dessas tardes, após beber o *cappuccino*, sugeriu que aquele lugar não tinha tempo. Lá, nem morte nem vida existiam. Neste dia, o outro suspeitou que a curiosidade de Franco ultrapassava suas marcas pessoais. Uma arma para enfrentamentos, foi a provisória conclusão. O manicômio para o andarilho da Via Marconi é ausência e recusa de tempo. Lugar onde nada acontece fora dos desígnios das sinas. Espaço do amanhã sem hoje, do passado ausente de memória e inacabamento. Antro do mesmo e do nada. Ali, um diálogo rotineiro repetia-se, ultrapassando os limites de Ímola: "Doutor, quando volto pra casa'?"; resposta do médico: "Amanhã" (DE LUCA e FRATURA, 1999).

Franco Fuzzi é muito conhecido na cidade. No percurso da caminhada diária dos passos repetidos, cumprimenta a todos que encontra no caminho. Porém, um certo dia, confidenciou ao amigo estrangeiro suas impressões sobre a solidão dos ex-habitantes do manicômio visível e o seu modo particular de dissipá-la:

> O fechamento do manicômio foi uma boa coisa; porém uma pessoa como eu, e como tantas outras, que viveram boa parte de suas vidas

> lá dentro, segregadas, sem poder sair, levarão no coração as marcas do desperdício de suas vidas, que não viveram, não gozaram, não curtiram. Ficará sempre o descontentamento pelas coisas que não puderam realizar. O meu sonho para o futuro é encontrar muitos amigos. Mas como faço? Não sou muito hábil em falar, apesar de falar com prazer. Portanto, não sei como fazer para encontrar amigos. É preciso sempre que a primeira pedra, a primeira palavra parta dos outros. Sei que tantas pessoas me reconhecem, cumprimentam-me quando nos encontramos nas ruas, me fazem elogios, mas depois eu fico sempre só, e isto não é bom. Acredito que para sair do manicômio que temos dentro do coração, seria preciso encontrar uma pessoa de confiança, uma pessoa à qual se possa dar tudo de si mesmo. Não digo de encontrá-la imediatamente, pode ser daqui a um ano, dez, ou vinte, quem sabe, a sorte pode talvez chegar. Se eu a encontrasse poderia verdadeiramente dar tudo de mim, ou seja, tudo aquilo que tenho no coração, até mesmo os anos que vivi dentro do manicômio; se eu encontrasse esta pessoa, seria como não tê-los vivido. Seria a liberdade. Gostaria de reviver a minha juventude, sair com os amigos para comer uma *pizza*, ou quem sabe jogar baralho, ou comer um bom churrasco[3].

O outro, após ouvi-lo, abriu as janelas da sala onde estavam para deixar entrar o que a cidade tinha a dizer sobre ele, desejou conhecer a ressonância das pegadas deste andarilho nos caminhos insistentemente percorridos. Abrindo a janela, foi em direção ao bar e à tabacaria frequentados por Franco diariamente. No bar da Via Marconi ouviu o seguinte da proprietária:

> Conheço Franco há muitos anos, desde que veio morar aqui após o fechamento do pavilhão onde estava internado. Ele começou a frequentar este bar há mais ou menos três anos. É uma pessoa com quem temos uma ótima relação, vem aqui regularmente todos Os dias, comporta-se muito bem, é autossuficiente, nos faz sempre alguns favores, como por exemplo ir ao banco trocar dinheiro, e se precisamos de alguma coisa, ele vai comprar. É uma relação de recíproca estima e também de confiança; este é um pequeno bairro onde quase todos se conhecem. Ao contrário dele, existem pessoas um pouquinho mais agitadas, pessoas que, sem dúvida, deveriam ser

[3] O depoimento de Franco Fuzzi e dos comerciantes da cidade de Ímola foram extraídos do documentário MA DOV’É FRANCO’?, 1997.

> acompanhadas mais pela estrutura psiquiátrica. Não se pode fechar o hospital e depois dar adeus. Segundo o meu ponto de vista, existem pessoas que sofrem em estar fora porque viveram uma vida lá dentro, são acostumadas a conviver com outras pessoas, e de repente encontram-se sozinhas em um apartamento. Tem uma senhora que vem aqui com frequência, mas ela não sabe o que fazer, aonde ir, parece um pouco perdida. É difícil sair, mas, repito, depende do caso.

Na tabacaria, a tradução de Franco pelos proprietários ganhava particulares sentidos:

> Franco é nosso cliente, um ex-paciente do Lolli. O conhecemos porque é um cliente singular, com problemas porque está o tempo todo sozinho. O fechamento do hospital é justo porque os pacientes são fechados ali dentro, sem um momento de liberdade ou de vida privada, onde suas vidas são sempre controladas. É justo fechar o hospital, mas é preciso criar estruturas fora que acolham os pacientes, que tantas vezes são vistos pelas ruas abandonados, sós, vivendo marginalizados pela sociedade. Não conseguem manter em ordem as suas coisas; para cozinhar, por exemplo, precisam de uma mão, e frequentemente vão à confeitaria. Eles têm dificuldades para enfrentar a vida, como cozinhar, cuidar de suas roupas *etc.* Com frequência nós ajudamos Franco, lhe damos camisas porque necessita. Ele precisa de uma lavanderia; outro dia ele estava muito sujo, desleixado; necessita de uma pessoa que o acompanhe, que o ajude a respirar nesta sociedade, e a prosseguir na vida cotidiana, porque é difícil a inserção na nova vida. Para mim, ele se encontra muito só no meio dos outros, e isto é desagradável porque Franco é muito sensível. Ele nos dedicava belas poesias com muito afeto; é uma pessoa entusiasmante, porém muito sozinho.

Seguindo os rastros dos passos repetidos, o estrangeiro encontrou a casa do andarilho. Nela, fatos e impressões o traduziam em outros sentidos.

São fortes as cores e os odores do apartamento da Via Marconi, um espaço ocupado por imagens e pelo uso. Ali nada é asséptico. Os objetos prenunciam gestos em prosseguimento, efêmeros, seduzindo o visitante a compartilhar da narração. As cadeiras e mesas pintadas e repintadas em cores vivas, manchadas, deixando transparecer justaposição de usos, insinuam que uma cena lúdica realizou-se, sucedeu um jogo, e a qualquer momento poderá recomeçar. São móveis envelhecidos por acontecimentos,

por toques, utensílios despretensiosos disponíveis para contatos. É uma casa desprovida de neutralidade. Os livros na estante, dispostos ao alcance das mãos, sobre pássaros e botânica informam as preferências do morador e, simultaneamente, solicitam aproximação, assim como todos naquela casa. Dos móveis à solidão do morador, tudo é revestido por presenças. A suspensão da tediosa inevitabilidade do cotidiano encontra-se nas coisas e nos cantos. Na parede do quarto, desenhos pintados por ele junto aos amigos enchem a casa de peixes. Por meio desses desenhos e cores as imagens parecem não revelar, decorar, ou representar nada. São imagens de experimentações de sentidos, carregadas de tempo, portando a urgência de fazê-lo escapar do manicômio.

No Hospital Psiquiátrico Lolli, residiam imagens do delírio arraigadas a significados duros e à dor. Na casa dos objetos envelhecidos por acontecimentos, dos panos cheirando a uso e a finitude, das paredes manchadas por contatos, as coisas incrustam-se de morte e criação. Os objetos revidam o olhar de quem os observa. Nada é réplica, eterno ou mudo. Ali a solidão não é asséptica. O habitar, para Franco Fuzzi, desconhece ninhos ou casulos.

Sua modalidade de apropriação do espaço ignorava a proteção e o isolamento dos lares românticos, delimitando compactas barreiras entre o mundo íntimo e o de fora. Sua residência experimenta o tempo e abriga uma memória que não arquiva e nem restaura o passado; ela se espanta e interfere, recriando. Uma memória movida pelo desassossego. As janelas estão sempre abertas, quebrando rígidas fronteiras. O tempo das imagens do apartamento da Via Marconi é pleno de infatigáveis surpresas. São imagens que apelam. Uma casa habitada por rugas e por apelos. Da solidão de Franco aos objetos, nada é liso ou repleto de paz, foi a impressão do amigo estrangeiro.

Após a visita à casa da Via Marconi, o outro constatava uma intrigante disparidade. Confrontava o que tinha presenciado naquela casa ruidosa com os depoimentos na tabacaria e no bar, traduzindo Franco e seus companheiros do manicômio em cidadãos frágeis e abandonados. A escassez de bens de consumo, o descuido, a ausência de companhia

desenhavam o andarilho dos passos repetidos e seus companheiros em particulares consumidores da era do mercado veloz. O fechamento do Lolli e do Osservanza, segundo os depoimentos dos comerciantes, os reeditavam em atônitos personagens desprovidos de lugar e de visibilidade. Em certas falas da cidade, eram vistos como doces crianças à espera de proteção; em outras, traduzidos em consumidores inábeis, na expectativa de máquinas de lavar e de uma residência onde tudo funcione dentro dos princípios higiênicos. Fragilizados e atônitos, vagavam pelas ruas de Imola, predestinados à escassez e à homogeneização. A visibilidade de suas histórias dava lugar a uma compacta diferença, estranha a todos. Contornos de corpos esculpidos por faltas acentuavam a invisibilidade. Vidas tristes e fracas condenadas à sombra e aos eletrodomésticos. "O que têm a nos dizer estas degradadas formas de vida? O que restou após tantos anos de violência asilar? Nada".

Perguntando e respondendo sobre a vida fora do manicômio, certos discursos da cidade os traduziam em vultos. Gradativamente, a casa ruidosa de Franco Fuzzi, dos panos cheirando a finitude, convertia-se em ficção científica. Imagens carregadas de tempo, seduzindo e desassossegando, diluíam-se em nada. Invisíveis e inodoros tornavam-se todos e tudo no pequeno apartamento da Via Marconi. A loucura impregnada de perigo e desrazão dava lugar a outros sentidos.

Fazia frio no final do outono. Caminhar pelas ruas planas de Imola não aquecia os passos rápidos do estrangeiro. As díspares vozes da cidade o atordoavam. O diverso o desacomodava, fazendo-o andar mais rápido e não encontrar um pouso tranquilo. Diferentes tonalidades de luzes da estação, naquela tarde fria, o faziam recordar modalidades de solidão. Para ele não importava a sua, e nem a da cidade esvaziada pelo vento cortante. Atordoado pelo contraste entre a casa das imagens que apelam, divergindo dos depoimentos dos comerciantes apontando a fragilidade dos ex-pacientes, recordou, entre elas, três modalidades de solidão: a do tirano, a do rebelde sonhador, e a dos tristes e angustiados. Modalidades ausentes de

inconsciente, sujeito, consciência, porém recentes e atuantes na história do ontem e na do agora.

A primeira diz respeito ao fascínio pelo poder, e à força. É a que encerra o tirano no isolamento de suas ambições, onde tudo fora dele é instrumento ou resto. O poder, para esta modalidade, não cria, e desconhece o desejo por mudanças; serve apenas ao tirano como meta de afirmação e confirmação da potência de suas ideias. A solidão reverberará implacavelmente na inutilidade dos que o cercam, fazendo-o perfeito e eterno. Torturando, exercitará o seu ser no mundo na busca da perfeição e do poder, refletido no outro tornado coisa. Quando fracassa na consecução de suas metas, será condenado ao exílio; porém, este não é o lugar definidor da solidão da tirania. No rosto dos fracos que compõem o resto, no espelho onde uma estratégica paranoia é refletida medindo forças, a encontramos fazendo do tirano poderoso, completo, eterno, e só. A solidão não o faz sofrer. A inutilidade, o nada do outro, é o seu alimento e companhia.

A segunda, a do rebelde sonhador, é tecida a partir da constatação sofrida, do desencanto, frente a um mundo dissonante às ideias do sonhador. Sofrimento decorrente da falência de modelos, de ausências de réplicas, de rebeldias iguais. Difere da dor presente na vida ordinária, movendo o homem comum a deparar-se com a contingência, a experimentar perdas, finitudes, tornando-se humano no ato do fazer e do inventar. Nesta modalidade, o sofrimento ausenta-se de disparidades do mundo, configurando-se em dor épica impregnada de aura. É o sofrer dos heróis e do sonho da ideia. Encontra-se nos utópicos desatentos às coisas miúdas do cotidiano, ignorando dores e invenções incrustadas em fatos medíocres. Os sonhos, nesta modalidade, não devem ser despertados ou interpelados por outros sonhos estranhos, impuros, híbridos. Encerrados nas utopias e na rebeldia, construídos isoladamente, ignoram revoltas alheias e fecham-se no desencanto ou na esperança. Uma espera sofrida, vaidosa, e só.

A terceira, a dos tristes e angustiados, encontra-se nos pesquisadores de mistérios, nos exploradores de tesouros e de infernos assentados dentro do si mesmo ausente de outro. Esta modalidade, ao contrário da segunda,

não procura réplicas de sua rebeldia no mundo porque é incapaz de sair para fora de si. A solidão dos tristes e angustiados, originária da exploração incansável dos enigmas a decifrar, a que promete tesouros e localiza infernos interiores, é única e intransponível. A do outro, só a ele pertence. O díspar, o fora de si, aturdindo e redesenhando fronteiras, servirá ao usuário desta modalidade como recurso analógico, mas nunca lhe trará espanto fazendo-o sair dos seus limites. A tristeza, para este solitário, resulta do necessário exercício de conhecimento de rastros pessoais, das marcas deixadas nos caminhos percorridos absolutamente só. Tristezas e angústias manchadas de mundo, prenunciando sopros de vida, rastreando encontros dissonantes, inacabamentos de gestos e de existências, São preteridos. Repleta de emoções encharcadas de eus e inconscientes, a solidão destes tristes e angustiados hermeneutas se faz envolta por mistérios. É a modalidade fundada na incerteza. Apesar de triste, as dores do mundo lhe escapam, não dizendo coisa alguma.

No outono imolês, o estrangeiro descobriu uma modalidade híbrida, contemporânea da hegemonia do mercado veloz da globalização. De certas vozes da cidade conheceu a solidão asséptica. Ao contrário das três modalidades relembradas, possuía uma textura lisa, amorfa, desprovida de tensão e visibilidade. Encerrado na produção do mundo global da circulação ininterrupta, das coisas e afetos descartáveis, o solitário aliena-se de suas tramas e alvos e torna-se um passageiro de um fluxo desconhecido. Perde as nítidas geografias do dentro e fora dos outros solitários e, silenciosamente, se movimenta invisível. Em constantes desterritorializações, só vislumbrará o que lhe falta. Carência e circulação compõem esta moderna modalidade, tornando seus usuários ávidos e disformes consumidores de tudo, e igual a todos. Sem história, forma, desejo, lugar, mesmo que provisório, traduzem-se em asséptica opacidade.

De certas vozes da cidade, o estrangeiro conheceu a solidão globalizada, higienizando as díspares impurezas urbanas, traduzindo as rugas de Franco Fuzzi e as dos seus companheiros do Lolli e do Osservanza em homogêneas linhas ausentes de narração. O risco da conversão da

rugosidade desses novos atores urbanos em códigos de barra, ou do desvio do percurso dos passos repetidos do andarilho da Via Marconi em caminhos que não se repetem, o preocupava. Ele intuía que a repetição do percurso era uma potente arma contra a invisibilidade de Franco. Atento a estas ameaças, lhe veio à lembrança a imagem de uma cidade particular, descrita por um estrangeiro alemão. Era Nápoles, a cidade porosa. O estrangeiro e filósofo alemão, descrevendo a experiência napolitana, o aproximava da solidão de Franco Fuzzi, uma modalidade igual à da cidade:

> A arquitetura é porosa como essas rochas. Construção e ação se entrelaçam uma à outra em pátios, areados e escadas. Em todos os lugares se preservam espaços capazes de se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos. Evita-se cunhar o definitivo. Nenhuma situação aparece, como é, destinada para todo o sempre; nenhuma forma declara o seu 'desta maneira e não de outra' (...) Pois nada está pronto, nada está concluído... Aqui também há uma interpenetração do dia e da noite, do ruído e do silêncio, da luz de tora e da escuridão de dentro, da rua e do lar (BENJAMIN, 1987: 147–148).

Franco Fuzzi comunicando ao amigo estrangeiro o projeto de fazer amigos dissolvia, da solidão, o isolamento. Na dos tiranos, dos tristes angustiados, dos rebeldes sonhadores, entre outras modalidades, o isolamento as sustenta. Essas formas emergentes da história, construídas por conflitos e impasses das práticas humanas, nutrem-se de singulares fronteiras. Apesar das singularidades, possuem uma característica comum: são apartadas daquilo que almejam ou rejeitam. Fechadas e protegidas, com suas metas, sonhos, poder, encarceram-se no mundo impermeável do solitário. Fazer amigos, para Franco, talvez o tornasse vulnerável, contingente, evitando o amargo teor das situações destinadas "para todo o sempre", reduzidas ao "desta maneira e não de outra". Fazer amigos lhe imprimia porosidade. A solidão dele, "interpenetrando dia e noite, ruído e silêncio", cunhava o cenário de inéditas constelações de afetos. Tudo poderia acontecer. Havia nela desejo, e não falta.

Apesar dos 32 anos vividos no "espaço da memória interrompida", resistia, como muitos outros, recusando "cunhar o definitivo". Resistia

usando a curiosidade, deixando-se ser atravessado por acontecimentos não restritos a si mesmo. “O meu sonho para o futuro é encontrar muitos amigos. Mas como faço?” Precário e curioso, dissipava a fragilidade da condição de carente. Na solidão dele, a porosidade era movida por desejo, e não por falta. O “como faço?” precário e curioso o movia para fora das amarras do definitivo. “Interpenetrando ruído e silêncio”, como a cidade onde “nada está pronto, nada está concluído”, lutava contra o manicômio de dentro, de fora, ou de qualquer lugar. Ímola era usada incansavelmente nesta luta.

Certas vozes do capital, apropriando-se da cidade, traduzindo-o em solitário asséptico, consumidor fracassado, o impermeabilizavam. Para elas, ávidas em experimentar identidades na busca de necessidades nunca saciadas, metamorfoseando-se seguindo o devir do mercado global, o mundo é um fascinante turismo. Essas vozes e o que elas excluem são o alimento do capital. Para Franco, segundo este alimento, o seu posto está traçado em nomadismo sem escolha; um percurso errante coreografado por uma dura identidade que não lhe permite sair do lugar, apesar do errático movimento. Consumidor inábil, vagabundo, nômade, desprovido de escolha, são as únicas possibilidades para os excluídos do mercado global.

O estigma da modernidade, marcando e definindo a loucura em periculosidade e desatino, apesar de ainda manter-se em nossos dias, perde a força. De furiosa e ameaçadora, transforma-se, gradativamente, em transtorno, ineficiência, vulto. Manicômios, reformatórios, estabelecimentos erguidos para os cuidados dos males da alma no passado perdem sorrateiramente suas funções. Os vigiados ingressos bloqueavam a saída. Agora, a exclusão impede a entrada. Manicômios e reformatórios, pouco a pouco, tornam-se desnecessários. Instituições bloqueadoras do escape desatualizam-se no contato com o espaço do capitalismo global, traduzido em volátil, em ciberespaço. O banco de dados, por exemplo, ilustra essa espacialidade e o controle aos que não podem entrar:

> O banco de dados é um instrumento de seleção e exclusão. Ele segura na peneira os globais e deixa passar os locais. Algumas pessoas ele admite no ciberespaço extraterritorial, fazendo com que se sintam à

> vontade onde quer que se encontrem e sejam bem-vindas onde quer que cheguem; outras têm seu passaporte e vistos de trânsito confiscados, sendo impedidas de perambular pelos espaços reservados aos residentes do ciberespaço (...). O banco de dados é um veículo de mobilidade, não grilhões a imobilizar as pessoas (BAUMAN, 1999: 59).

Praças projetadas para circulação, *shopping centers*, condomínios fechados, entre outros espaços privatizados, enunciam a exclusão da entrada e a indiferença ao que está além dos seus limites. Dentro dessas máquinas de sentidos, os usuários poderão experimentar sonhos e identidades. Fora, não existe nada. Muralhas e portas do passado, sinalizando o perigo do forasteiro, as impurezas urbanas, perdem suas funções. A cidade traduz-se em passagem ao redor dos privatizados oásis da convivência e do consumo. Fora, não existe ninguém. Dentro, o presente se eterniza, alimentado por faltas e indiferença.

Entre oásis do consumo e guetos dos consumidores fracassados, uma mapa da cidade invisível indica a falência e os efeitos desses espaços. São conflitos, insurreições urbanas anunciando os efeitos das “cidades das diferenças”. Por meio deste mapa, estratégias urbanas em conflito traduzirão a inevitabilidade da diversidade, celebrada pelo mundo da globalização, em violência. Consumidores fracassados não serão movidos por carência, mas por revolta. Usarão astúcia no dia-a-dia, fazendo da invenção um ato político. Algumas estratégias em turbulência poderão remetê-los a sutis armadilhas, deixando a revolta no meio do caminho, seduzidos por confortáveis oásis do consumo ou por comunidades fechadas entre si. Caindo nesta cilada, esquecerão a intensidade da luta, seduzidos por identidades ou pelas promessas da felicidade privatizada do mundo global. Outras estratégias em turbulência afirmarão a cidade como local propício para o combate, fazendo da revolta uma obra solidária. Nesta ação, o ontem será inesgotável, e o presente uma experimentação constante de solidariedade. No mapa das cidades invisíveis, estranhos e microscópicos combates acontecem no dia-a-dia, por detrás da publicidade iluminada em *néon* e dos espaços da velocidade.

Franco Fuzzi desejando fazer amigos, astuciosamente desejando, tornava-se poroso e visível. O desejo intensificava a sua história e lhe dava

corpo. Usava Ímola para essa conquista, enfrentando vozes da dissonante polifonia urbana. Conquistar visibilidade era quase um ato de combate. À semelhança das rochas de Nápoles, descritas pelo filósofo alemão, assentava o cenário para inéditas constelações de eventos, destroçando uma compacta sina. A solidão de Franco, insurgindo carregada de precariedade e curiosidade, deslocava o posto definitivo da predestinação.

O andarilho da Via Marconi, repetindo o trajeto pelas ruas de Ímola, transgredia o devir do mercado globalizado gerador da opacidade do sofrimento alheio e das possibilidades de dissolvê-lo. Parecia dizer para os acontecimentos que ficassem, permanecessem mais um pouco, que não morressem antes de tornarem-se vivos. Repetia, como muitos outros, impedindo o esmaecimento de sua singularidade conquistada ardentemente por meio de uma história incansável, não exaurida, onde não protagonizou e protagoniza só. A redundância do trajeto urbano enunciava: Veja. Fique. Existo. Prossigamos. Franco Fuzzi, cidadão de Ímola, internado 32 anos no hospital psiquiátrico Lolli, usava a cidade para dissipar o volátil manicômio contemporâneo que não lhe permite entrar, escolher, ter corpo. Uma luta urbana microscópica, incansável, como muitas outras.

Da Via Marconi à Via Carducci repetia os passos como injustiças não indenizadas; ritmos do cotidiano; gestos banais, prenunciando ausências e presenças; ondulações marítimas; movimentos circulares das mulheres argentinas na Praça de Maio, exigindo seus mortos; rituais vivificando a memória; apelos inconformados; surpresas diurnas e noturnas de todos os dias, como tudo que, repetindo, afirma intensidade e diferença. O andarilho da Via Marconi repetia os passos à semelhança das renitentes insurreições de trajetos de vida que ficaram na metade do caminho, à espreita do agora. Franco repetia para não sumir, ser apagado, desmaterializar-se. Uma luta urbana como muitas outras. Repetia como as mulheres argentinas exigindo seus mortos, vivificando a memória e a cidade.

Referências bibliográficas

BARRETO FILHO, M.; LIMA, H. *História da Polícia do Rio de Janeiro. Aspectos da cidade e da vida carioca 1831–1870*. Rio de janeiro: A Noite, 1942.

BAUMAN, Z. *Globalização, as consequências humanas.* São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

______. *O mal-estar da pós-modernidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas II. Rua de Mão Única.* São Paulo: Brasiliense,1987.

DE LUCA, L.; FRATTURA, L. *Ruolo e Funzioni delle Strutture Residenziali nelle Politiche e miei Progranuni di Salute Mentale*. Imola, 1999 (mimeo).

VENTURINI, E. *et al. La città proibita: Nascita e fine dell Ospedade Psichiatrico di Imola (1844–1994)*. Imola: Azienda USL, 1994.

Referência cinematográfica

Documentário MA DOV'É FRANCO'?, direção e roteiro: Luiz Antonio Baptista. Filmagem e edição: Luigi Martinuci. Produção: La Palazzina, Ímola, 1997.

PARTE III

DO PÓS-PSICANALÍTICO
À PÓS-HISTÓRIA DA PSICANÁLISE

Dentre os inúmeros dispositivos reorganizativos da dinâmica da paz no pós-Segunda Guerra proliferam as pesquisas quanto aos sistemas simbólicos, a funcionalidade dos papéis sociais para os agenciamentos coletivos, os processos identificatórios e identitários do homem na comunidade, família e trabalho. Acompanhando este viés inquisitorial, o espectro intervencionista da psicologia também se ampliou, incorporando o social à sua prática clínica, e os limites entre corpo e mente se foram esfumaçando e ganhando novos sentidos na profusão discursiva que eclodia em psicossomática, análise sistêmica, inconsciente grupal, análise transacional, cognitivismo, liberação de couraças... Por outro lado, aperfeiçoando o gerenciamento individualizante da drogadicção heterogerida, a ordem médica recebe da indústria farmacêutica os psicofármacos, munição de grosso calibre a serviço da psiquiatria, tanto a hospitalar (psicose) quanto a de consultório (neurose).

Enquanto movimentava a pélvis ao som de ritmos cardíacos e *Sex Pistols,* o homem ocidental se encontrava às portas da percepção —que se abriam com mantras, *canabis*, elixir paregórico, xaropes com codeína... e se fechavam com benzodiazepínicos. Qual um monumento surrealista, era **L**ucy, aquela que estava no **S**ky com **D**iamonds, o graduado porteiro das visões do paraíso e do inferno. A novíssima tradição científica parecia ter banido, para fora do presente, os êxtases de Santa Teresa.

Renova-se a religião —a Teologia é Libertação—, e novas igrejas se fundam; a psiquiatria e a psicologia se tornam comunitárias e, até, antipsiquiátricas; nas escolas, a luta de classes parece unir mais do que separar professores, alunos e movimentos sindicais operários. O Ocidente continua se debruçando sobre o Oriente em busca de sabedorias que o

protejam de si. Paz e amor, lema dos jovens tantristas comunais do Ocidente, sucumbe, porém, à crise da adolescência, à guerra fria e às quentes, ao pó branco que libera da culpa o indiviso *sahib* da pós-modernidade e ao antidistônico que seca os suores dos *mal transados.* Entre os espasmos dos anos 60, a Psicanálise faz o seu *boom,* desafiando, inclusive, o domínio asilar da psiquiatria tradicionalista —e a Psicologia bem-comportada dos consultórios privados a acompanha.

Os *hippies* se vão; maio se aquieta; *Hair é* apenas um filme —muito bom, por sinal— e a juventude transviada dos anos 50 ascende a Wall Street, higienizada, psicopatologizada, antropologizada, subtraída aos movimentos da plebe pela abstração dos índices da bolsa, ou segue carreira política em democracias formais.

As engrenagens do capital, separando, esquadrinhando, classificando, liberando e reprimindo, fazem emergir, como um de seus efeitos, uma paranoicização da vida que os discursos oficiais tentam pacificar, conduzindo a produção de verdades para longe de uma analítica institucional: doença do pânico, crime organizado, defeitos genéticos, violência *funkeira,* centro e periferia... Lapidado o cotidiano —qual um cristal— por naturalizações de ordem divina, biológica, sociológica, psicológica... a luz que reflete recria incontáveis sombras e, como em inúmeros outros momentos da história ocidental, o medo do hoje embala os pesadelos do amanhã.

Assim, impotente e assustado, sozinho e conflitado com sua contemporaneidade, o indivíduo procura um lugar em paisagens outras, em antigos rituais ou em futurísticas promessas da ciência. Não raro produzindo estranhas brechas entre os fractais de nossa espacio–temporalidade. Brechas que têm desarticulado, em muito, o vastíssimo campo da Psicologia —em especial, as práticas clínicas apoiadas no modelo dual não medicamentoso, herança do antigo poder pastoral, ativamente atualizado pela Psicanálise e afins. E nada há de mais pós-psicanalítico do que a supressão farmacológica da ansiedade —dispositivo médico inalienável, no qual se apoiam inúmeras experiências recentes de

desospitalização, pelo menos, no Brasil— ou a reinvenção do homem pela engenharia genética. Quiçá, o método preconizado pela Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB) para realizar o diagnóstico diferencial entre neurose, psicose e possessão: exorcismo —em perfeita consonância com as (irônicas?) palavras de Lacan à imprensa italiana, em 1974. Pois, conforme vaticinou o sábio francês: "A religião triunfará. A psicanálise sobreviverá, ou não". E com ela sobreviverá, ou não, boa parte do que consideramos hoje Psicologia.

Ana Paula Jesus de Melo

A HISTÓRIA DA GESTALT–TERAPIA NO BRASIL: “PELES-VERMELHAS” OU “CARAS-PÁLIDAS”?

Eleonôra Torres Prestrelo *

Este trabalho se propõe a resgatar, sob o olhar da narradora (como não poderia deixar de ser), um pouco da história da Gestalt–Terapia no Brasil. Segue um eixo de reflexão que ressalta a dicotomia existente, desde o início, entre duas formas divergentes de encaminhar a divulgação dessa abordagem e de privilegiar aspectos do trabalho clínico.

Partindo dessa concepção, faz-se necessário contextualizar, ainda que brevemente, o surgimento da Gestalt–Terapia desde o período de sua fecundação europeia até o nascimento e primeiros anos de crescimento nos EUA.

Friedrich Salomon Perls (Fritz Perls), mentor da Gestalt–Terapia, nascido em Berlim. Alemanha, no ano de 1893, numa família de origem judaica, formou-se em medicina, atuando como neuropsiquiatra. Sua carreira profissional o levou a ter contato com vários expoentes da psicanálise —à qual aderiu, inclusive em seu processo de análise pessoal—, bem como com a Psicologia da Gestalt —através de Kurt Goldstein, com o qual trabalhou e, posteriormente, de Kurt Lewin que trouxe para sua vida uma perspectiva holística do funcionamento orgânico.

Além dessas referências em sua formação, Fritz, desde a adolescência, sempre se interessou pelo teatro (chegando inclusive a participar de forma amadora do Deutsche Theater, sob a direção de Max Reinhardt), tinha uma enorme curiosidade intelectual, favorecida pelo domínio de vários idiomas (alemão, francês, hebraico e grego), e estava sempre em companhia de poetas, filósofos e artistas anarquistas identificados com a chamada “contracultura” berlinense (Grupo Bauhaus).

* Professora do Departamento de Psicologia Clínica do IP/UERJ.

Tais influências vão se fazer presentes, de alguma forma, durante toda a sua vida, inclusive na construção da Gestalt–Terapia.

Em 1935.. Fritz e sua esposa Laura Perls, refugiados da perseguição aos judeus na Alemanha, instalaram-se em Johanesburgo, na África do Sul, onde continuaram exercendo a atividade de psicanalistas, fundando o Instituto Sul-Africano de Psicanálise. Foi durante esse período de sua vida que começaram a ser plantadas, e a germinar, as primeiras sementes do que viria a se constituir como abordagem gestáltica.

Em 1936, no Congresso Internacional de Psicanálise, na Tchecoslováquia, Fritz Perls apresentou um trabalho destacando a importância do que denominou “resistências orais” como fonte de entendimento do processo de formação das neuroses. Esta nova perspectiva, ansiosamente preparada e defendida por ele, foi criticada e quase que inteiramente ignorada pelos psicanalistas ali presentes. Ser ignorado foi novamente a experiência de Perls ao procurar Freud para um contato pessoal e discussão de suas ideias.

O desenvolvimento dessas ideias culminou na elaboração e publicação de seu primeiro livro: *Ego, Hunger and Aggression — A Revision of Freud’s Theory and Method,* em 1942.

Logo depois, em 1946, mudou-se para Nova York, para onde seguiu sua família no ano seguinte. Em contato com grupos de artistas, filósofos, intelectuais e terapeutas com os quais se sentia afinado quanto à forma de pensar e viver a vida, começou a estruturar mais sistematicamente o que viria a se constituir nas bases teóricas e consequente aplicação da Gestalt–Terapia. Sempre se atualizando, utilizou, na estruturação desse corpo teórico, toda a gama de conhecimentos e experiências adquiridas durante a vida:

> Desenvolvendo a Terapia Gestáltica, Perls baseou-se em diferentes e diversas tradições, colhendo delas aqueles elementos que ele podia empiricamente validar em sua vivência. Entender a posição que a Terapia Gestáltica ocupa hoje e a direção que parece estar tomando requer um treinamento cuidadoso em seu passado, naquele manancial

> de ideias que confluiu através da pessoa de Perls (SMITH *apud* CAVANELLAS, 1998: 70).

Essa abordagem se deu a conhecer na publicação de *Gestalt Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality,* lançado nos EUA no ano de 1951, escrito por Perls (a partir de apontamentos) e tendo por colaboradores Paul Goodman e Hefferline.

Após este brevíssimo histórico acerca da origem da Gestalt–Terapia, retomemos o eixo de reflexão proposto. A dicotomia anteriormente enfatizada nos remete a diferenças presentes na forma de lidar com a divulgação da nova abordagem por seus pensadores e fundadores. Tais diferenças foram contextualizadas por Miller em sua introdução ao livro *Gestalt–Terapia* (1997), na qual reproduz a crítica à sociedade americana realizada pelo crítico literário Phillip Rav no ensaio intitulado "Cara-pálida e pele-vermelhismo".

Em resumo quanto ao que nos interessa neste trabalho: Rav identificava os escritores americanos como participantes de uma disputa entre dois campos de valorização de uma visão de mundo. De um lado, haveria o que chamou de grupo dos "peles-vermelhas": autores que representavam a inquietude e a irreverência aos costumes estabelecidos, valorizando a intuição, a expressão de sentimentos, o individualismo — estereótipo que poderia ser caracterizado por aqueles que "*punham o pé na estrada*" (MILLER, 1995:18).

Do outro lado do campo estaria o grupo dos "caras-pálidas": autores que valorizavam as tradições literárias e intelectuais, a reflexão na elaboração e descrição da experiência humana, e que tendiam a se concentrar nas grandes cidades.

Michael Vincent Miller —eminente estudioso contemporâneo da Gestalt–Terapia— resgata os estereótipos utilizados na crítica de Rav para identificar duas vertentes de gestalt–terapeutas: os "peles-vermelhas", no caso, seriam os gestalt–terapeutas voltados para a defesa de uma prática que valoriza a intuição, a expressão catártica de emoções, rejeitando a reflexão teórica sistemática sobre sua prática. Identificados com o grupo que se fixou

na Costa Oeste americana, enfatizam o aspecto vivencial e se diferenciam, assim, das práticas psicológicas hegemônicas no momento de seu surgimento. Os "caras-pálidas", por sua vez, seriam aqueles gestalt-terapeutas identificados com o grupo que se fixou na Costa Leste dos Estados Unidos, onde a Gestalt–Terapia se fez conhecer e se constituiu como uma abordagem autônoma. Estariam preocupados com a divulgação de seus pressupostos e com a sistematização de uma prática coerente com seu corpo teórico.

Como podemos ver, a disputa é identificada, inclusive, geograficamente.

Essa dicotomia foi se constituindo a partir de alguns elementos que refletiam os interesses predominantes do grupo inicial de estruturação e divulgação da Gestalt–Terapia, dentre os quais podemos citar:

a) Gestalt–Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality (1951), até hoje considerado a bíblia da Gestalt–Terapia, era composto por dois volumes reunidos em um só livro. O volume I consistia na estruturação teórica da abordagem; o volume II, numa série de exercícios descritos e comentados referentes à sua prática. A ordem dos volumes foi alterada, no entanto, por ocasião de sua primeira publicação, em 1951; segundo consta, por razões comerciais. O volume I passou a ser o de exercícios e o volume II, o correspondente à fundamentação teórica —o que implicou uma visão distorcida da Gestalt–Terapia: a de que poderia se constituir numa "autoterapia" ou a de que sua base residiria numa série de exercícios.

b) A aceitação e divulgação da Gestalt–Terapia ganhou grande impulso no início dos anos 60 por ser ela uma corrente de pensamento e prática terapêutica afinada (em alguns dos seus pressupostos) com os movimentos de contracultura, fenômeno histórico efervescente nos EUA e Europa nessa época.

> (...) a juventude engajada na contracultura dos anos 60 buscava, através deste conjunto de ideias e comportamentos, cair fora do sistema (...) Rejeitavam-se não apenas os valores estabelecidos mas, basicamente, a estrutura de pensamento que prevalecia nas sociedades ocidentais. Criticava-se e rejeitava-se, por exemplo, o predomínio da racionalidade científica, tentando-se redefinir a realidade através do desenvolvimento de formas sensoriais de percepção (PEREIRA, 1984: 22–23).

Fritz Perls, referência principal da Gestalt–Terapia, começou a correr o país, claramente dedicado à divulgação de sua abordagem, realizando *workshops* para profissionais da área. Esses *workshops* foram muitas vezes tomados como suficientes para que profissionais se considerassem aptos a sair praticando a Gestalt–Terapia.

Seus trabalhos em grupo pareciam propiciar “curas” milagrosas, dado a rapidez na resolução dos conflitos apresentados pelos participantes. Não se levava em conta sua vasta experiência profissional, os 50 anos de prática clínica, as quatro análises vividas e seus 76 anos que fundamentavam a incrível perspicácia clínica, concretizada no exercício de seu trabalho;

c) Laura Perls e o chamado “Grupo de Nova York” —grupo de colaboradores que ajudou, inclusive, a fundar o primeiro Instituto de Gestalt de Nova York— se mantiveram dedicados ao aprofundamento da abordagem, bem como à elaboração de grupos de estudo permanentes, adquirindo grande competência na elucidação de questões vinculadas à teoria e à prática gestálticas. Como nos diz Juliano (1992: 13): “A imagem que vem é que Perls vai na frente abrindo picadas, e o grupo vai atrás fazendo o trabalho de pavimentação dessa estrada”.

Fritz se colocou *“na estrada”* para divulgar a abordagem; Laura, por sua vez, plantou raízes em Nova York, mas só assumiu realmente o lugar de cofundadora da Gestalt–Terapia após a morte de Perls, em 1970.

É interessante notar, como se poderá ver a seguir, que a história do surgimento da Gestalt–Terapia no Brasil segue movimento semelhante ao da época de sua origem.

Segundo Jean Clark Juliano (1992), o contato com a nova abordagem se deu inicialmente como resultado do anseio de alguns profissionais —ela própria, Thérèse Tellegen e outros— em trazer para suas práticas, a princípio com grupos, toda uma concepção de mudança na estrutura das relações pessoais, inclusive nas instituições onde trabalhavam. Eles estavam embalados pelas ideias libertárias tanto de alguns movimentos europeus (como Sumerhill) quanto de uma nova perspectiva de trabalho em grupo,

como o realizado nos chamados “Grupos de Encontro” nos Estados Unidos, onde o crescimento pessoal se vinculava à perspectiva de construção de um mundo melhor.

Pode-se registrar o início do movimento gestáltico no Brasil no ano de 1972, em São Paulo, com o repasse dos primeiros conhecimentos adquiridos sobre esta abordagem, decorrentes de *workshops* realizados em Londres por Thérèse Tellegen. No mesmo ano é lançada a primeira publicação sobre Gestalt–Terapia, intitulada “Elementos de Psicoterapia”, no Boletim de Psicologia da Sociedade de Psicologia de São Paulo.

A partir de então, começaram a ser trazidos profissionais representativos da abordagem para desenvolver trabalhos junto a um grupo de profissionais paulistas, inicialmente integrado por Jean Clark Juliano, Walter Ferreira da Rosa Ribeiro, Paulo Barros, Abel Guedes e Lilian Frazão.

Esses *workshops* eram teórico–vivenciais, neles se podia observar a forma de trabalho terapêutico do profissional convidado, bem como se submeter ao trabalho pessoal.

Posteriormente, tendo-se ampliado o grupo inicial pela incorporação de outros profissionais, e passado o encantamento da descoberta, começou a se fazer necessário um aprofundamento dos conhecimentos até então adquiridos através de *workshops* e grupos de estudo autônomos. Iniciou-se, assim, um processo que Juliano (1992) identifica como de *“aculturação”:* a rejeição de algumas formas de trabalho julgadas inadequadas à nossa cultura, neutralizando, dessa forma, nossa tendência a uma apreensão indiscriminada de formas de pensamento e práticas europeias.

A necessidade de entender como se dava o processo terapêutico e em que bases conceituais se alicerçava se fez presente e cada vez mais necessário, o que configura uma identificação com o grupo dos “caras-pálidas”.

Tal processo de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos esbarrava, no entanto, na escassez de material traduzido. Os primeiros livros —*Tornar-se presente, de* Stevens, e *Gestalt–Terapia explicada,* de Perls—,

em sua maioria transcrições dos trabalhos desenvolvidos por Perls em seus *workshops*, favoreciam a ideia errônea de que a Gestalt–Terapia resumia-se a uma série de técnicas que, aplicadas, produziam efeitos milagrosos.

Propiciavam mais uma vez, conforme ocorrera no início de sua divulgação nos Estados Unidos, a ideia de que qualquer um poderia se utilizar das técnicas da "Gestalt" para desenvolver seu trabalho. Dessa forma, estabeleceu-se a noção de que Gestalt–Terapia seria qualquer coisa que se referisse à aplicação de "técnicas" propiciadoras da expressão de sentimentos. Isto demandou considerável trabalho, por parte dos profissionais pioneiros, em especificar o que *não* era Gestalt —necessidade que, infelizmente, ainda se impõe até os dias de hoje a todos aqueles que se aprofundam nesta abordagem.

Em 1978, Walter Ribeiro, junto com profissionais de diferentes lugares do Brasil, criou em Brasília o primeiro grupo de formação em Gestalt–Terapia, auxiliado pela terapeuta Maureen Miller, residente na Califórnia. Posteriormente foi criado em São Paulo, por iniciativa de alguns profissionais que compunham esse grupo inicial, o primeiro curso de "Especialização na Abordagem Gestáltica em Psicoterapia" no Instituto Sedes Sapientiae. Com duração de três anos, o curso continua até os nossos dias, agora sob orientação de outros profissionais. Começaram a se formar, a partir de então, Centros de Estudo e Formação em outras localidades do país: Rio de Janeiro (onde se destacam os nomes de Maria Cristina Frascarolli Tsallis e Teresinha Mello Silveira, que prosseguem exercendo) essa atividade até hoje), Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina *etc*.

Em 1981 foi fundado o Centro de Estudos de Gestalt de São Paulo, por Thérèse Tellegen, Lílian Frazão, Jean Clark Juliano e Abel Guedes, a fim de se constituir num centro de referência nesta abordagem, propondo-se, inclusive, a combater as deturpações existentes. Por essa época já existiam outros profissionais brasileiros que, de maneira independente, buscaram treinamento, especialmente no Instituto de Esalen, na Califórnia.

Em 1984 foi publicada a primeira obra brasileira de Gestalt–Terapia —*Gestalt e grupos: Uma perspectiva sistêmica* de Thérèse Tellegen—, seguida, em 1985, pelo livro de Jorge Ponciano Ribeiro —*Gestalt–Terapia: Refazendo um caminho.* O material disponível se expandiu bastante a partir daí, inclusive com o surgimento de algumas revistas nacionais: o *Gestalt Jornal,* do Centro de Estudos de Gestalt do Paraná; a *Revista de Gestalt,* do Departamento de Gestalt do Instituto Sedes Sapientae; a *PRESENÇA: Revista Vita de Gestalt–Terapia,* do Rio de Janeiro (infelizmente extinta) e várias dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Como se percebe, inicialmente a Gestalt–Terapia no Brasil pode ser identificada ao grupo dos "peles-vermelhas": contato com uma abordagem "nova", "alternativa" às conhecidas e hegemônicas, na qual a proposta vivencial se estabelece como marca preponderante. A proposta de favorecer o autoconhecimento através de uma perspectiva de valorização do mundo sensível em detrimento do racional, do intelectual, mostra-se extremamente sedutora.

Com o passar do tempo, podemos identificar, no entanto, duas formas de continuidade do movimento da Gestalt–Terapia: um grupo de terapeutas sente a necessidade de um entendimento maior de como essa prática se dá, e em que bases conceituais se alicerça (identificação com o grupo dos "caras-pálidas"), lidando com isso não mais como a manutenção de uma "dicotomia" e sim como um "processo" de integração e amadurecimento da abordagem; um outro grupo de profissionais se mantém preso à forma inicial de apreensão da Gestalt–Terapia. reproduzindo, portanto, a dicotomia apontada neste trabalho.

A título de conclusão, ou me atrevendo a tentar contribuir com o desenvolvimento dessa "história", me pergunto se será um dia possível eliminar a dicotomia que me parece intrínseca à origem da própria abordagem, como configuração histórica das influências e necessidades peculiares a uma época e aos indivíduos pertencentes a ela.

Por outro lado, por crença ou utopia, me nego a desistir de buscar uma perspectiva mais agregadora na apreensão do mundo, na qual as disputas não se darão por "uma" verdade, pela demarcação de um "território", e sim por uma perspectiva holística, que facilite o entendimento da história humana.

Referências bibliográficas

CAVANELLAS, L.B. "A Gestalt–Terapia no envio da modernidade — Teoria e técnica na confrontação da dor". Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

CIORNAI, S (org.) *Gestalt–Terapia, psicodrama e terapias neo-reichianas no Brasil: 25 anos depois*. São Paulo: Agora, 1995.

FROM, I. "Reflexões sobre a Gestalt–Terapia após trinta e dois anos de prática: um réquiem para a Gestalt" *in The Gestalt Journal*, vol. VII, n° 1, Primavera de 1984.

JULIANO, J.C. "Gestalt–Terapia: revisitando as nossas estórias". *Revista de Gestalt*, ano II. n° 2. São Paulo, 1992.

MICHAEL, V.M. "Introdução à Gestalt Terapia Explicada (Gestalt Terapy Verbatim)". *Revista de Gestalt*, n° 4. São Paulo, 1995.

PEREIRA, C.A.M. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PERLS, F., HEFFERLINE, R. e GOODMAN, P. *Gestalt–Terapia*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

SILVEIRA, T.M. "A moderna Gestalt–Terapia do Rio de Janeiro" *in PRESENÇA: Revista de Gestalt Terapia*, ano 2, n° 3. Rio de Janeiro, 1996.

_______, OLIVEIRA, L.A., RAQUEL, A.P. e PEREIRA, W. de O. "A inserção da Gestalt–Terapia no Instituto de Psicologia da UERJ" *in* MANCEBO, D (org.). *Práticas "Psi" em debate/ I Jornada Interna do SPA*. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 1999.

TERAPIA DE FAMÍLIA NO RIO DE JANEIRO

Edna Lúcia Tinoco Ponciano *

A história da Terapia de Família no Rio de Janeiro pode ser apresentada a partir de uma comparação com o início dessa modalidade terapêutica nos Estados Unidos. Começo, então, caracterizando a sua "invenção" —formulada como Abordagem Sistêmica, em contraposição à Psicanálise—, a partir dos anos 50 naquele país. Lembro, porém, que o campo da Terapia de Família no Rio de Janeiro tem características próprias, marcado, fundamentalmente, pela convivência com a Psicanálise.

No final da década de 70, psicólogos, psicanalistas e psiquiatras começam a trabalhar com famílias. Hoje são muitas as instituições que formam terapeutas e atendem famílias, baseando sua prática em várias referências teóricas.

Trarei a história de algumas destas instituições, elaborada através do relato dos entrevistados, que constituiu a minha pesquisa de dissertação de mestrado.

Anos 50 — Estados Unidos da América

Os anos 50 foram os da prosperidade, principalmente para os países capitalistas desenvolvidos. Para os Estados Unidos, representou a consolidação de sua expansão, ocorrida durante e após a Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995).

A Terapia de Família foi fortemente influenciada por esse clima de progresso e confiança no futuro (ARIÈS, 1992). Os desenvolvimentos tecnológicos e científicos que serviram aos propósitos da Segunda Guerra tornaram-se fonte de inspiração para a ideia de terapia de família, baseada

* Psicóloga, terapeuta de família, doutoranda em Psicologia Clínica, PUC/RJ.

no controle e no poder do terapeuta para ocasionar mudança. Tal concepção intervencionista não era, contudo, uma característica de todas as escolas; surgiu como traço marcante em uma escola específica, a de Palo Alto, e disseminou-se pelo campo da Terapia de Família como um todo (WITTEZAELE, 1994).

Os anos 50 foram, assim, um período fértil na criação e consolidação de novas teorias e propostas terapêuticas. Nomeio, aqui, algumas importantes elaborações anteriores à proposta de intervenção terapêutica na família: Teorias e Terapias de grupo, movimento de orientação à criança, Serviço Social e famílias, aconselhamento conjugal, Antropologia do parentesco, Sociologia da família, pesquisa em dinâmica familiar e etiologia da esquizofrenia (NICHOLS, 1998; ELKAÏM, 1998; WINKIN, 1981; LASCH, 1991).

Destaco também o grupo de pesquisa de Gregory Bateson, em Palo Alto, como determinante para a Terapia de Família. Uma nova visão encontra-se neste grupo: de uma compreensão da patologia como individual passa-se à relacional/interacional, tendo como referência uma miríade de disciplinas não psicológicas que compõem e influenciam a Abordagem Sistêmica à família. Essas disciplinas são, principalmente: a Teoria Geral dos Sistemas, a Cibernética, a Teoria da Informação e a da Comunicação (MORIN, 1990; 1997).

Os primeiros terapeutas de família, em sua maioria da Abordagem Sistêmica, rejeitaram a Psicanálise e/ou qualquer referencial terapêutico que tivesse como fundamental a noção de intrapsíquico. Começava-se a elaborar, assim, uma teoria e uma prática que levassem em conta as relações. A partir dessa marca relacional nascem muitas escolas (anos 60 e 70). Hoje outras tantas também surgem, desta vez podendo retomar à importância das considerações quanto ao intrapsíquico (subjetivo e/ou individual). Essa extensa história, no entanto, de muitos lugares e tempos (HOFFMAN, 1994; NICHOLS, 1998; ELKANI, 1998), não será desenvolvida aqui. Vou ao Rio de Janeiro.

Anos 70 — Rio de Janeiro / Brasil

No Brasil, a Terapia de Família, em sentido amplo, tem cerca de 25 anos. Sabe-se que os primeiros brasileiros, isoladamente e sem conhecimento uns dos outros, obtiveram a sua formação em cursos fora do Brasil, trazendo para cá as novidades que lá encontraram. Apesar deste início solitário, a Terapia de Família foi, aos poucos, encontrando espaço em instituições.

No Rio de Janeiro, temos, atualmente, duas instituições públicas que atendem famílias, ao mesmo tempo que formam terapeutas em seus cursos; um localizado na UFRJ e outro, na UERJ. Entre as instituições particulares que contemplam a formação de terapeutas de família, citamos: Mosaico, ITF, Núcleo, CEFAI, SPAG e Delphos.

Em minha pesquisa, entrevistei oito terapeutas de família pioneiros destas instituições formadoras, que confirmam os anos 70 como o início da Terapia de Família no Rio de Janeiro e, de forma geral, no Brasil. Dentre os acontecimentos determinantes para esse início, os principais são: a expansão da Psicanálise, em instituições públicas e privadas (RUSSO, 1987); as Teorias Grupais; o trabalho já conhecido dos assistentes sociais com famílias; e a criação de Centros de Orientação com atendimentos às crianças e adolescentes, que começam a valorizar a participação dos pais no tratamento (TEIXEIRA, 1997).

Diferente do ocorrido nos Estados Unidos, a Psicanálise, em nosso contexto, pode ser vista como forte aliada da Terapia de Família, já que sua disseminação na sociedade carioca (e brasileira) prepara o solo para várias outras práticas terapêuticas (RUSSO, 1987). Seguindo o relato dos entrevistados, pode-se visualizar a importância desta diferença: a Psicanálise e, de modo geral, os “saberes psicológicos” (DUARTE, 1997) estão presentes desde o inicio na Terapia de Família da cidade do Rio de Janeiro.

O universo dos entrevistados

O grupo dos oito entrevistados é formado por seis mulheres e dois homens. Todas as mulheres são psicólogas e os dois homens são médicos (psiquiatras). Estas características são, por um lado, representativas do campo da Terapia de Família no Rio de Janeiro, porque, em sua maioria, os terapeutas de Família são mulheres e psicólogas. Por outro lado, não se pode afirmar que seja uma caracterização suficiente, já que encontramos, dentre os terapeutas de família, uma grande variedade de profissionais, como: pedagogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais *etc.*

Há uma discussão, atualmente, quanto à viabilidade de que outros profissionais possam exercer a Terapia de Família, além de médicos e psicólogos. Contudo, não há, efetivamente, nenhum estudo que relacione a presença de tão diferentes profissionais no campo com sua prática, à exceção da pesquisa de Teixeira (1997), que discute o embate, existente no campo, entre assistentes sociais e psicólogos.

A década em que os profissionais entrevistados se graduaram foi a de 70. Os psicólogos fizeram curso na UFRJ e na PUC/RJ, com a única exceção de uma psicóloga que cursou a PUC de São Paulo. Os dois médicos graduaram-se na UEG (atual UERJ) e na UNI-RIO. A aproximação dos médicos com a Terapia de Família ocorre após a especialização em Psiquiatria, a partir da prática em hospitais psiquiátricos. Os psicólogos, porém, relatam ter um contato inicial com a Terapia de Família desde a graduação, revelando o pioneirismo das universidades citadas.

A formação em Terapia de Família é iniciada na década de 70 por metade de nossos entrevistados, enquanto a outra metade faz sua formação na década de 80. Na década de 70 só havia duas instituições que ofereciam formação em Terapia de Família. As duas instituições eram públicas, UFRJ e UERJ, sendo que os dois profissionais que nelas fizeram sua formação afirmam ser um inicio ainda não oficial; isto é, eram cursos somente reconhecidos posteriormente pelas universidades, após uma formalização institucional.

Três dos nossos entrevistados realizaram sua formação através de grupos de estudos e contato com terapeutas de família estrangeiros, geralmente, fora do Brasil. Outros três entrevistados formaram-se em instituições particulares que já propunham, na década de 80, cursos de formação em Terapia de Família.

Outra característica interessante de nossos entrevistados é a formação paralela em Psicanálise. Cinco entrevistados afirmam ter, ao mesmo tempo, se formado como psicanalistas e terapeutas de família, exercendo as duas possibilidades clínicas. Três desses cinco, porém, afirmam ser hoje mais terapeutas de família do que psicanalistas. É uma peculiaridade desses pioneiros no Rio, já que nos Estados Unidos os pioneiros, mesmo quando com formação em Psicanálise, tendem a rejeitá-la, considerando-a incompatível com a nova intervenção terapêutica. Dois dos entrevistados também realizaram formação em Psicodrama, trazendo para sua prática, como terapeutas de família, as técnicas específicas dessa referência.

Instituições que formaram, e formam, o campo da Terapia de Família no Rio de Janeiro

No final da década de 70 compõem-se grupos, inicialmente de modo informal, em duas universidades: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especificamente no Instituto de Psiquiatria (IPUB), e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). A partir desses grupos, surgem os primeiros cursos de formação em clínicas particulares.

Comparando com a história da Terapia de Família nos Estados Unidos, é interessante constatar que lá o início se deu em clínicas particulares e não nas universidades. Aqui, tendo começado nas universidades, hoje é, primordialmente, uma atividade de clínica particular. Em contrapartida, nos Estados Unidos, atualmente, a Terapia de Família já invadiu e se consolidou nas universidades e nos grupos de pesquisa acadêmica.

Trarei, resumidamente, a história de algumas das instituições existentes no Rio de Janeiro, privilegiando as pioneiras que formam terapeutas de família até hoje.

No Instituto de Psiquiatria (IPUB), hospital público e universitário, os primeiros profissionais, recém-chegados dos Estados Unidos, que começaram a trabalhar com Terapia de Família não tinham vínculo formal com a instituição, dificultando a oficialização de um curso (TEIXEIRA, 1997). A nova prática terapêutica, entretanto, consolidou-se aos poucos na enfermaria, no serviço de orientação infantil e, hoje, está inserida em várias modalidade de atendimento, seguindo uma orientação basicamente sistêmica.

O Hospital Pedro Ernesto (UERJ), uma instituição pública universitária, realiza um trabalho exclusivamente pautado na Escola Inglesa de Psicanálise, na qual os Grupalistas Franceses se inspiraram para criar uma Terapia de Família especificamente psicanalítica (RUFFIOT, 1985; VILHENA, 1991; ALMEIDA PRADO, 1992).

O Pedro Ernesto é um hospital com várias especialidades médicas, que possui um setor de Psicologia e de Psiquiatria. Aparece como um dos pioneiros em Terapia de Família, ao lado do IPUB, tendo semelhanças com este quanto ao processo de formalização institucional.

Em 1980 foi fundado o Centro de Família, Adolescente e Criança (CEFAC), primeira instituição particular, com profissionais originários da PUC e da UFRJ (IPUB). A PUC é mencionada várias vezes, por nossos entrevistados, como um lugar de discussão e disseminação da Terapia de Família, e possui hoje a única linha de pesquisa em Terapia de Família — pós-graduação *lato senso.*

O CEFAC dividiu-se em meados dos anos 80, formando uma outra instituição particular, presente até hoje, o Instituto de Terapia de Família (ITF). Este se caracteriza por trazer ao campo as reflexões mais atuais provenientes do Construtivismo e do Construcionismo Social (ANDERSON & GOOLISHIAN, 1988; LOKETEK, 1997; GERGEN, 1998; 1999; FRUGGERI, 1998; MATURANA, 1980; 1995; 1998).

Outra instituição particular, o Núcleo de Pesquisa Integrada da Família e do Adolescente, nasce, em 1986, do trabalho de um psiquiatra que participara do início da Terapia de Família no IPUB. Caracteriza-se pela perspectiva da criação de uma abordagem própria, articulando referências como a Abordagem Sistêmica e as técnicas psicodramáticas (GROISMAN, 1996).

Considerações finais

No Rio de Janeiro, os terapeutas de família, de um modo geral, acompanharam as transformações ocorridas nas escolas terapêuticas que iam se desenvolvendo nos Estados Unidos e na Europa, principalmente na Itália. Desta forma, acompanharam as mudanças conceituais da Abordagem Sistêmica à família, mantendo constantes contatos com os pioneiros da Terapia de Família de outros países. A necessidade de contatos com o "exterior" é, até hoje, muito marcante.

São muitos os tipos de Terapia de Família, convivendo nos dias atuais. É também imensa a dificuldade em se definir uma linha diretriz única para a Terapia de Família (ACKERMAN, 1971). O campo se caracteriza pela articulação entre diferentes referenciais teóricos e práticas terapêuticas.

Meu objetivo tem sido, diante desta multiplicidade, traçar as opções teórico–práticas a partir de um percurso histórico. Intento, assim, visualizar o campo da Terapia de Família no Rio de Janeiro, identificando sua riqueza e limitação como prática terapêutica (PONCIANO, 1999).

Finalizo com o relato de um dos entrevistados, resumindo as questões que acompanham a história da Terapia de Família, brevemente apontadas aqui, refletindo a convivência entre diversos referenciais teórico–práticos (nó e riqueza desta prática terapêutica).

> Porque eu tava aqui na UFRJ, depois com a coisa política no Brasil (...) fui pra Santiago do Chile (...) lá (...) eu comecei uma clínica mais direcionada pra criança, Psicanálise infantil, uma linha inglesa kleiniana, e aí quando você é terapeuta infantil você vai encontrando alguma coisa na... no grupo... a criança começa a melhorar um pouquinho, tiram da terapia. Ann... Você começa a sentir que você

entra num sistema em que a melhoria de um altera muito as variáveis, né? (...) eu tive uma informação vinda de uma assistente social em que ela me disse: 'Ah!! (...) eu tenho um livro com coisas interessantes com um psicanalista nos Estados Unidos. Tá levantando essas questões, Ackerman. É... e fala da família e fala...'. Aí foi o primeiro livro que eu li (...) eu tive que ir embora por causa do Pinochet. Fui pra Buenos Aires onde eu entrei pra um centro comunitário (...) numa equipe que era equipe de famílias. Já não mais me senti como analista de criança. comecei a pensar... e aí comecei a ter uma informação sistêmica mais afinada, mais rigorosa.., e aí continuei com algumas reflexões que a Psicanálise marca, né? Mas fui desenvolvendo essa linha.., do sistêmico. Mas isso era sempre assim um pé na Psicanálise, um pé no sistêmico... Fiz essa trajetória toda de uma clínica muito singular por causa dessas questões. Eu nunca fui uma sistêmica puríssima e nunca fui uma psicanalista tão pura porque eu circulava de alguma forma na minha clínica com uma leitura contextual e uma leitura do intrapsíquico, né? Até que quando sai... dentro da... quando a leitura contextual vai saindo dessa etapa dos sistemas, vai entrando mais na coisa da construção do sentido através do Construcionismo Social, do Construtivismo, aí eu me situo melhor porque aí faz um sentido, faz uma ponte entre as minhas questões.

Referências bibliográficas

ACKERMAN. N. W. "The growing edge of family therapy" *in Family Process,* 10 (02), 1971.

ALMEIDA PRADO, M.C.C. "Destino e mito familiar: uma questão na família psicótica". Tese de doutorado. Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro. PUC, 1992.

ANDERSON, H. & GOOLISHIAN, H. "Human systems as linguistics systems" in *Family Process,* 27, 1988.

ARIÈS, P. "A contracepção antigamente" in DUBY, G. *Amor e sexualidade no Ocidente*. Portugal: Terramar, 1992.

DUARTE, L.F.D. "A análise da pessoa moderna pela história e etnografia dos saberes psicológicos" in *Cadernos IPUB,* n° 8. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ELKAÏM, M.(org.) *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus, 1998.

FRUGGERI, L. “O processo terapêutico como construção social da mudança” in MCNAMEE, S. & GERGEN, K. *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GERGEN, K.J. & KAYE, J. “Além da narrativa na negociação do sentido terapêutico” in MCNAMEE, S. & GERGEN, K. *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

_______ “When relationships generate realities: therapeutic communication reconsidered” in www.swarthmore.edu/SocSci/Kgergenlitext6.html, 1999.

GROISMAN, M. *Histórias dramáticas: terapia breve para famílias e terapeutas*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914–1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMAN, L. *Fundamentos de la terapia familiar. Un marco conceptual para el cambio de sistemas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LOKETEK, A. *Más allá de pactos y traiciones: construyendo el diálogo terapéutico*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

MATURANA, H. *A árvore do conhecimento*. Campinas, SP: Editorial Psy, 1995.

_______. *Da Biologia à Psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

_______ & VARELA, F. *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Boston, EUA: D. Reidel Publishing Company, 1980.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_______. *O método*. Portugal: Publicações Europa-América (vol. 1), 1997.

NICHOLS, M. P. & SCWARTZ, R. C. *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PONCIANO, E.L.T. “História da Terapia de Família: de Palo Alto ao Rio de Janeiro” Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro, PUC, 1999.

RUFFIOT, André *et al. La Thérapie fanziliale psychanalytique*. Paris: Dunod, 1985.

RUSSO, J.A. “A difusão da psicanálise nos anos 70: indicações para uma análise”. *In* RIBEIRO, I.(org.) *Família e valores.* São Paulo: Edições Loyola, 1987.

TEIXEIRA, S.B.S. “O Serviço Social com famílias e as terapias familiares”. Tese de Doutorado. Instituto de Psiquiatria. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997.

VILHENA, J (org.) *Escutando a família: uma abordagem psicanalítica.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

WINKIN, Y (org.) *La nouvelle comunication.* Paris: Éditions du Seuil, 1981.

WITTEZAELE, J.J. & GARCIA, T. *La Escuda de Palo Alto: historia y evolución de las ideas esenciales*. Barcelona: Editorial Herder, 1994.

OS PPPês: PROFISSIONAIS "*PSI*" NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

Ana Cristina Figueiredo *

Em trabalhos anteriores sobre a história dos profissionais "*psi*" no Brasil, tive a oportunidade de fazer um estudo cujo recorte foi a formação dos psicólogos no Rio de Janeiro. Demonstrei, então, a estreita relação entre a psicanálise e a psicologia clínica, na qual a primeira tinha uma ascendência significativa sobre a segunda, gerando situações complexas, e mesmo contraditórias, que envolviam tanto a formação profissional quanto o suporte teórico–instrumental da clínica (cf. FIGUEIREDO, 1984; 1988a; 1988b).

Uma década depois, desenvolvo um estudo sobre relações semelhantes, porém em novo contexto, incluindo a terceira categoria "*psi*" pouco discutida anteriormente: Os psiquiatras. O novo contexto são os serviços de saúde mental da rede pública de saúde, local de práticas multiprofissionais e diferentes dispositivos de intervenção terapêutica.

Na seara do serviço público se encontram e desencontram estas três categorias —psiquiatras, psicólogos e psicanalistas— que constituem e fazem funcionar o chamado campo *psi*. São propriamente a sua face mas, dependendo da organização dos serviços, nem sempre se pode delimitar suas diferenças com nitidez. E, de certo modo, isto talvez nem seja desejável.

O objetivo dessa pesquisa, diferentemente de meu estudo para o mestrado que visava a uma discussão crítica da formação psicanalítica propriamente dita, foi o de situar a questão da viabilidade, ou não, da psicanálise no serviço público, fora de seu meio dito "natural" que seria o consultório. No decorrer do trabalho, deparei com uma certa variação nos discursos que convém discriminar para melhor compreender o problema.

* Professora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

O que me interessa aqui é apontar e comentar alguns segmentos de diferentes discursos, que ora se afastam ora se aproximam da psicanálise, determinando o campo de possibilidades de seu exercício. Esses discursos resultam de certas identificações produzidas no percurso da formação de diferentes profissionais e, a partir das mesmas, determinam o modo como tais agentes atuam e reproduzem diferentes representações de sua função. Esboço, a seguir, uma certa tipologia, sem pretensões classificatórias, apenas para melhor matizar tais discursos e localizar sua incidência, no que diz respeito às diferentes concepções correntes sobre a psicanálise, de acordo com a inserção dos profissionais nos serviços.

Ao examinar, primeiramente, a categoria dos psiquiatras, observo dois tipos que dividi *grosso modo* em: médicos mentais, cuja função em geral se reduz a medicar os pacientes, e clínicos do psíquico. Estes, além de medicar, oferecem sistematicamente algo mais do que medicação — psicoterapia, na maioria das vezes, ou outro tipo de atendimento, dependendo da oferta do serviço: grupos terapêuticos ou operativos, oficina de trabalho terapêutico, acompanhamento de eventual internação em outro local.

Escolhi fazer uma certa oposição entre os termos mental e psíquico supondo que o primeiro porta uma significação mais associada ao orgânico, e o segundo, ao que costumamos designar como subjetivo.

Entre os médicos mentais, há os chamados organicistas ou biológicos que concebem o tratamento como alteração de reações neuroquímicas no organismo e não levam em consideração qualquer outro instrumento clínico, em qualquer situação. O máximo que admitem no campo das psicoterapias é o modelo comportamental–cognitivo. Neste sentido, não consideram viável uma abordagem psicanalítica. Há também os que têm uma formação sistemática em psicanálise, em geral vinculados a uma das sociedades psicanalíticas tradicionais (refiro-me às pertencentes à IPA). Aqui, a psicanálise está referida à aquisição de uma técnica terapêutica, com estatuto bem definido, autorizando um modo específico de atendimento restrito ao consultório, tantas vezes por semana e para uma população bem diferente da que chega aos ambulatórios e serviços de saúde

mental em geral. Poderia tratar disto como mais um exemplo da burocratização tanto do trabalho clínico quanto da formação profissional. E, segundo o que entendemos como a boa clínica, não deixa de sê-lo. Mas, se tomamos o ponto de vista do profissional, há algo mais a considerar: a própria concepção de psicanálise que está em jogo.

Por um lado, existe o preconceito gritante quanto à flexibilidade do *setting* analítico, no tocante à frequência, que aparece em enunciados do tipo "você vê o paciente uma vez por semana, às vezes de 15 em 15 dias, como vai poder trabalhar a transferência?" Ou "eles vão e voltam de modo muito irregular, não se ligam ao tratamento". Ou "uma análise exige que a pessoa dedique um tempo constante de sua rotina para poder ver os primeiros resultados.., às vezes o paciente chegava e eu nem me lembrava mais do que ele falou na última sessão".

Todas estas afirmações são frequentes entre os diferentes profissionais no serviço público e, sem dúvida, preocupantes; pois, de fato, lida-se com uma população, instável e variável, em busca de atendimento. O problema é fazer disso um argumento, quiçá um pretexto, para inviabilizar qualquer tentativa de trabalho psicanalítico ou mesmo psicoterapêutico, para empregar o termo corrente.

Por outro lado, o preconceito aparece na própria definição estereotipada do que seja o trabalho analítico como, por exemplo:

"Uma análise exige que o paciente compreenda a linguagem do inconsciente, traga sonhos, fale de sua realidade interna e não dos fatos do dia-a-dia". Ou:

> No começo até tentei com algumas pessoas, especialmente mulheres que vinham se lamentando da vida.., mas, quando chegava a uma interpretação mais profunda, não entendiam, ou não queriam acreditar no que eu dizia,... ou simplesmente passava um tempo e não voltavam.

Ao indagar o que seria o "mais profundo", ouvi como resposta:

> Você sabe... algo sobre a sexualidade... Por exemplo, uma senhora que reclamava de ter que cuidar do marido alcoólatra e quando

> interpretei, depois de tanto escutar detalhes sobre isso, que ela queria desmamar o filho que não amamentou [esse dado sobre o filho lhe foi fornecido lateralmente numa sessão], ela ficou danada comigo e não voltou mais.

Este exemplo remete especificamente à discussão sobre o que seja a interpretação em psicanálise, mas não abordarei este ponto aqui. O que interessa agora é a apreensão mais geral de uma concepção pedagógica da psicanálise, presente não apenas entre os médicos mas corroborada pela ideia de que um tratamento exige uma adequação do paciente ao que lhe é oferecido de modo objetivo e claro, sem arestas ou desvios que possam comprometer seu bom andamento. O melhor exemplo disso, relatado por um entrevistado sobre uma conversa informal com um colega, poderia estar no tratamento medicamentoso propriamente dito:

> Se até pra medicar eles são difíceis... imagine se dá pra oferecer psicanálise?... A gente não sabe se eles tomam o remédio direito como foi prescrito. Eu tento explicar para que serve a medicação, como deve ser tomada, que não deve ser interrompida sem meu conhecimento etc. Tem médico por aí que nem se dá ao trabalho de explicar. Antes eu achava um absurdo... mas, hoje, penso que quanto mais se explica mais complica. Eles querem a melhora imediata e pronto.

O que chama a atenção é o "até pra medicar", como se a medicação, último baluarte da objetividade, fosse envolvida por essa incapacidade dos despossuídos de discernir entre magia e ciência. Convém lembrar que esse exemplo refere-se a pacientes e ou familiares que teriam condições de se responsabilizar pela administração da medicação.

Um entrevistado me forneceu uma indicação para refletir sobre esse tipo de discurso como o sintoma do médico. Comentando sua formação, se disse impressionado com a expectativa criada nos cursos de medicina sobre o verdadeiro trabalho médico:

> Somos preparados para lidar com doenças graves que requerem hospitalização, mais raras como a leucemia e outras, e quando você chega no ambulatório vai tratar diarreia, verminose, anemia... Isso cria um conflito muito grande, você sente sua clínica desvalorizada.., pra que leu tanto texto em inglês?

Transpondo tal fala para o campo "*psi*": "Você acha que o cara não subjetiva, só vê o corpo, não tem possibilidade de fazer uma análise".

Em suma, se só o fato de ser médico já provoca esse "choque cultural", o que não dizer do fato de investir numa formação prolongada e cara como a oferecida nas sociedades psicanalíticas? Há uma escolha a ser feita no enfrentamento da clínica no serviço público que não diz respeito exclusivamente à psicanálise. Se a autoridade médica é o ápice da hierarquia, isso não quer dizer que, pelo menos no que diz respeito ao psíquico, o médico de fato saiba o que é melhor para o paciente. Quem deve se adaptar a quê?

Sem dúvida, quem sabe sobre o "remédio" é o médico. Remediar um dado sofrimento traduzido como conjunto de sinais e sintomas específicos que requerem determinada composição química com efeitos diretos e colaterais é, por excelência, o campo do saber médico. E é bom que o próprio saiba bem como fazê-lo, mas até para isso é preciso ter, no mínimo, a paciência (ou ela é própria dos pacientes?) benevolente de escutar para melhor traduzir a queixa. Isso já significa que ao queixoso se atribua alguma legitimidade, tanto no que se refere à veracidade de sua fala sobre as sensações quanto à possibilidade de explorá-la até um limite satisfatório para a escolha da medicação e o modo de administração. Tomar remédio nunca é um ato isento da participação do sujeito que, por sua vez, nunca se revela de modo transparente e unívoco ao médico.

Tomemos um exemplo prosaico da clínica médica: um paciente hipertenso, após acompanhamento com nutricionista por um bom tempo, não consegue emagrecer nem alterar sua pressão. A médica encaminha para a psicologia, não sem antes passar-lhe um carão. Depois de uma ou duas entrevistas com a psicóloga, que nada lhe pedia além de falar, confessa:

> Sabe o que é, doutora, é que eu minto pra outra doutora. Ela é muito zangada. Não posso dizer pra ela que não consigo deixar minha cachacinha, minha linguicinha, porque senão ela não me atende mais...

Esperteza, burrice, má-fé, impulso suicida, ou algo mais na vida de alguém que se recusa a ser definido apenas como “hipertenso”? Que saber está em jogo? O exemplo fala por si.

Entre os que defini como clínicos do psíquico, se encontram os que consideram a psicanálise mais um recurso entre outros no trabalho clínico do que a afirmação de uma identidade irredutível a outras definições. Em geral, dedicam-se mais aos pacientes psicóticos e diversificam sua abordagem promovendo ou incentivando outros recursos terapêuticos, como os grupos com diferentes finalidades —operativos, visando a execução de tarefas; de ajuda mútua; terapêuticos *etc.*— e atividades extra-ambulatoriais nos serviços que oferecem espaços de convivência e ocupação, como oficinas, hospitais-dia, lazer assistido *etc.* São menos corporativos, interagem mais com os outros profissionais e não se valem de sua autoridade médica além do necessário para fazer funcionar os dispositivos de cuidado em geral. Curiosamente, alguns são vistos como “santos”, muito dedicados, principalmente porque, de um modo geral, não dão ouvidos às regras e formalidades do serviço público e privilegiam as situações clínicas emergentes em qualquer circunstancia.

Um paciente psicótico retorna ao grupo um dia dizendo que teve que se internar porque não encontrou seu psiquiatra em casa, naquele fim de semana, para medicá-lo. Para ele, isto era a exceção. Contudo, essa não é a principal característica dos clínicos do psíquico. Esse profissional salvador da pátria é raro e não chega a se constituir como modelo. Seu modo de agir é singular e movido por motivações que não me cabe discutir. Entretanto, sua presença na instituição por si já é modificadora, tanto das demandas de atendimento quanto dos efeitos sobre outros profissionais não médicos que gravitam a seu redor. Por sua conta e risco, faz funcionar uma clínica mais próxima dos projetos renovadores da assistência psiquiátrica. O risco maior é de se tornar insubstituível exatamente pelo mesmo motivo de ser inigualável; ou seja, de não visar, ou não ter meios de, transmitir seu modo de trabalhar, ou provocar mudanças mais efetivas nos serviços.

Há também, entre os clínicos do psíquico, os que ao serem identificados com o médico, o doutor por excelência, se apresentam ao paciente como os que fazem psiquiatria —ministram medicamentos— e psicologia —conversam. Sendo assim, esses médicos-psicólogos abrem espaço para uma possível escuta psicanalítica e, segundo alguns entrevistados envolvidos com a psicanálise, essa é uma tática importante para tornar viável uma demanda diferenciada, em geral dirigida aos psicólogos. Estes sim, os conversadores por excelência. Aqui, fazer psicanálise não significa apresentar-se como psicanalista, seja para o paciente ou para a instituição. Isso pode ser mais um anseio corporativista sem efeito algum. A psicanálise para esse profissional não é mais uma técnica restrita a certas regras impraticáveis nos ambulatórios, mas uma possibilidade marcada pela oferta do profissional. Agora depende do sujeito aceitar ou não, e daquele que se propõe levar à frente um trabalho psicanalítico, de manter sua oferta e manejar os meandros delicados da transferência.

Um entrevistado me alertou sobre os perigos de se “ir com muita sede ao pote”, principalmente no caso de um iniciante (Freud já chamava a atenção para o *furor sanandi*. Mas há também o furor *psicanalisandi*, num rústico latinismo) Ele relata o caso de uma paciente histérica que era trazida pela vizinhança e chegava sonolenta, adormecendo na sala de espera. Tinha que ser acordada para ser atendida.

> Eu fiquei tão encantado que ela começou a dizer que eu a tinha seduzido, ela sacou aquilo de uma outra forma. Mandei para uma pessoa medicar, e ela foi se queixar no serviço social que eu tinha feito ela dormir, que eu a tinha seduzido no consultório.

O encantamento do jovem médico, que pratica a psicanálise, com o caso clínico tem seu correlato no desencantamento da bela adormecida, seduzida, que transforma seu sono entregue numa revolta queixosa às assistentes sociais, criando caso — endereçamento caprichoso e prenhe de sentido para uma histérica.

Freud nos alerta:

> (...) desamparado contra certas resistências do paciente, cuja recuperação, como sabemos, depende primariamente do jogo de forças que opera nele (...) o analista deveria se contentar com algo similar [a] ‘*Je le pansai, Dieu le guérie’* (FREUD, 1912: 115).

À bela indiferença, como responder com a diferença? Esse exemplo pode ser paradigmático de uma dificuldade muito presente entre os iniciantes na psicanálise, médicos ou não, que se deparam com o óbvio dos livros no inusitado do sujeito onde se produz um fosso entre o quadro clínico e o que pode vir a ser o caso clínico. Este é o maior desafio.

Voltemos à psicologia possível para os médicos-psiquiatras e retenhamos a lição de que é preciso ser um pouco psicólogo, no sentido lato, para se afastar das armadilhas do modelo médico. A principal delas é tomar o sintoma como sujeito do experimento e o sujeito como objeto de intervenção. Em outras palavras, o problema aí reside em separar o sujeito de seu sintoma como se sujeito e sintoma tivessem que ser tratados separadamente, ficando o sintoma do lado “objetivo” e o sujeito do lado “subjetivo” do tratamento.

Quanto à categoria dos psicólogos, são uma esmagadora maioria de mulheres com diferentes percursos no campo das psicoterapias e na psicanálise. Logo de saída, se deparam com o peso da autoridade médica na hierarquia do saber. Frases como “o doutor é quem sabe” ou “estou aqui porque o doutor mandou” são recorrentes no início dos atendimentos frequentemente encaminhados pelos médicos, e o primeiro indício de que há uma difícil tarefa pela frente. Interditados, e por isso liberados, do recurso à medicação, os psicólogos sabem que é preciso fazer outra coisa. Nesse sentido, há quem diga que estão naturalmente convocados à chamada psicoterapia. Se a psicoterapia é tão natural e os médicos mentais são os primeiros a reconhecer isso, qual a natureza da psicoterapia?

A conversa é o ponto de convergência e a referência primeira daqueles que demandam um tratamento diferente do medicamentoso. A coisa complica quando indagamos que tipo de conversa e com que finalidade?

Em sua formação, os psicólogos se deparam com uma grande variedade de “teorias e técnicas psicoterápicas”. Este é o nome de uma série de disciplinas obrigatórias na maioria dos cursos de psicologia. Deixo de lado as técnicas de modelagem do comportamento com suas variações —cognitiva, dessensibilização, reflexológica *etc*.— e as chamadas terapias alternativas — Gestalt–Terapia; terapia rogeriana; abordagem fenomenológica; e, mesmo, as terapias corporais menos centradas na palavra (RUSSO, 1993)— que, de imediato, nos levam à pergunta: alternativas a quê? Deixemos que Castel (1981) responda: são alternativas à própria psicanálise e dela derivam, numa certa banalização, sob a rubrica de pós-psicanalíticas.

O que interessa discutir é esse território de fronteiras indefinidas que compreende a psicanálise e sua correlata, a chamada psicoterapia de base analítica tão difundida nos anos 70 por uma certa facção dos psicanalistas como a única possibilidade de trabalho clínico para os psicólogos.

Como já discuti nos estudos aqui mencionados, de um modo geral, define-se a psicoterapia de base analítica pelo negativo. Não seria psicanálise porque não tem o mesmo *setting* —frequência, duração das sessões, divã, pagamento—, nem a mesma qualidade da transferência e da interpretação, pilares do trabalho psicanalítico. Os principais motivos alegados por psicanalistas das mais diferentes filiações são as condições do serviço público e o tipo de clientela. Justiça seja feita aos lacanianos que recusam essa diferença apostando que só existe uma psicanálise e qualquer variação conspurca a verdadeira revolução freudiana. O risco é cair num corporativismo estéril que só dificulta as relações intrainstitucionais e acaba por ter consequências na clínica. A diferença aí adquire outro estatuto: pode-se não ter condições de levar adiante uma psicanálise. Logo, o que se consegue nesses casos é produzir efeitos terapêuticos aquém dos efeitos propriamente psicanalíticos, mas a postura seria a mesma, não cabe dar outro nome para encobrir um limite muito mais sutil da prática psicanalítica que deve ser discutido a partir de suas próprias premissas.

É notável que vários psicólogos e psiquiatras referidos à psicanálise adotam o termo psicoterapia de base analítica, ou porque se submetem a

critérios inflexíveis assimilados em sua formação para definir o que é psicanálise ou porque, em seu próprio percurso —análise pessoal, principalmente, mas também definição e percurso teórico–clínico—, não conseguem definir seu trabalho como tal. Estão divididos em relação a seu lugar como psicanalistas, só podendo afirmá-lo sob a proteção do ideal do consultório onde, não raramente, enfrentam dilemas semelhantes no cotidiano da clínica. Eis o seu sintoma. Seriam, numa certa ironia, classificados como os psicanalistas de consultório embaraçados em sua prática, de um lado, com uma população difícil, e de outro, com os desafios do serviço público.

Com relação aos psicólogos, observei um outro dilema que não diz respeito apenas à trajetória na psicanálise, mas também ao ideal social. Em geral, são profissionais mais sensibilizados para as questões sociais, talvez porque seu percurso seja marcado por uma certa tradição de militância política privilegiando os direitos sociais do cidadão em detrimento das exigências da clínica. Isto é, o sujeito é considerado mais a partir de suas condições socioculturais e econômicas do que a partir das sutilezas que podem ser lidas ou inferidas em seu discurso, que apontam para uma dimensão mais virtual, mais obscura de sua queixa.

Suponho que esses profissionais tiveram maior acesso à literatura referente aos estudos sociológicos e antropológicos sobre a chamada população de baixa renda e ainda permanecem sob o impacto paralisante de suas revelações que, sem dúvida, são fundamentais para se repensar a clínica. Entretanto, sabemos que ao clínico compete ir adiante de posse dessas informações, sem, contudo, erigi-las à condição de instrumento ou de impedimento para a clínica. Esse nunca foi o objetivo dos cientistas sociais.

Sabemos que não existe o puro sujeito do inconsciente como uma entidade abstrata fora das condições socioculturais que o engendram, e também, que um certo modo de tradução da experiência subjetiva pode, numa primeira visada, se apresentar como incompatível com determinada concepção de sujeito atribuída à teoria psicanalítica. O que destaco aqui é o aspecto sintomático da apropriação desses estudos e suas consequências inibidoras. É preciso que situemos nossa função na clinica psicanalítica

como produtores de um dispositivo peculiar da fala que lhe atribui uma dimensão específica.

O que quero aqui é alertar para esta hipervalorização da palavra "social" que subsume uma variedade de concepções que têm como ponto comum as velhas oposições indivíduo psicológico *x* realidade social, alienação *x* engajamento, e cuja função maior parece ser a de favorecer a resistência à psicanálise por parte dos próprios profissionais, já que o "social" é por eles tomado como uma condição intransponível do sujeito. Aí se confundem e se perdem numa espécie de psicologia do social ou, ainda, de uma sociologia do psíquico. Poderíamos chamá-los de sociólogos do psíquico.

Entre alguns exemplos da "determinação do social" são mencionadas situações constantemente recorrentes nos atendimentos relativas a faltas, interrupções, histórias de vida trágicas —como estupros, espancamentos, mortes violentas de entes queridos, pobreza miserável—; enfim, toda sorte de problemas raramente encontrados no consultório. Tudo isto é posto sob a rubrica do "social" como uma entidade, quiçá uma identidade, reificada que opera maciçamente sobre o sujeito inviabilizando o trabalho psicanalítico. Depoimentos do tipo:

"Não podemos tratar essas pessoas fora do social". Ou: "As condições sociais são tão mais pregnantes,... como vamos fazer o paciente pensar só nele e em seus problemas pessoais se os problemas que ele tem são muito mais concretos?" Ou: "Para eles não faz sentido ficar especulando sobre coisas que não dizem respeito a suas condições de vida". Ou: "Eles vêm atochados de problemas... histórias cabeludas.., e querem que você, como por milagre, acabe com tudo que os faz sofrer... como posso dizer pro sujeito que ele tem que se mudar daquele lugar ou esquecer as cenas de violência... *etc.*?" Ou: "A mulher apanha do marido e diz que não tem como sair de casa... e não tem mesmo pra onde ir..." Ou: "O cara bebia muito e dizia que sua vida era um inferno.., já foi pro AA, já tentou suicídio, já foi no psiquiatra, e disse que sua última esperança era que eu o fizesse parar de beber... já estava com o fígado comprometido... é muita

responsabilidade! Eu disse que isso ia depender dele e ele não aceitou... não tive mais notícia...”

Pelos exemplos, começo perguntando o que é tratar uma pessoa fora do social? É tratá-la fora de seu hábitat? Ou fora de seus referenciais? Ou, fora do mundo concreto, propondo um mundo abstrato e especulativo? Ouvi como resposta:

> Você não faz parte daquele meio... qualquer coisa que você pergunta já significa que você não entendeu. Isso aconteceu com uma pessoa que atendi.., eu pedia para ela explicar e isso era tomado como uma desconsideração... sei lá...

Ou:

> Você tem que tomar o maior cuidado porque se quer levar a conversa para uma coisa mais subjetiva, você pode estar desvalorizando aqueles problemas todos, tão graves.., as pessoas parecem sem saída.., não dá pra fazer um trabalho só falando sobre coisas concretas que fazem sofrer mesmo.

Este tipo de argumentação, se não confirma, pelo menos corrobora minha hipótese de que a velha dicotomia indivíduo *x* social é o seu ponto de partida. Trata-se apenas de escolher de que lado se está; ou melhor, de que lado colocam a psicanálise. Sabemos que há um limite real do alcance da psicanálise, ou de qualquer terapêutica, mas esse é o fim da história e não seu começo. Sabemos também que não se faz psicanálise da miséria. E, por isso, vamos afirmar a miséria da psicanálise?

Como lidar com essas situações–limite?

A tarefa do psicanalista aí consiste, mais do que nunca, em oferecer ao sujeito uma possibilidade de tematizar, ressignificar e elaborar sua “miséria”, até onde for possível, para tomar uma outra posição frente a toda essa desgraça cotidiana da qual, até certo ponto, não fazemos parte, mas justamente por ser parte da vida desses sujeitos, que resposta é possível para que não sejam totalmente assujeitados à sua condição?

O sujeito não é idêntico às condições sociais que o determinam, se assim for, estamos irremediavelmente condenados a essa determinação. A apreensão subjetiva dessa determinação é o que nos interessa; ou seja, o modo como o sujeito aí se situa. Além disso, tudo vai depender das possibilidades da transferência. Se o sujeito acha que está falando com alguém que não pode “compreendê-lo”, não há nada mesmo a fazer. É bom lembrar que isso pode acontecer em qualquer lugar e por motivos aparentemente banais. O manejo da transferência é fundamental para fazer falar. Se isto não é possível...

A psicanálise seria uma tarefa impossível? Para Freud, de certo modo, sempre foi, juntamente com educar e governar. E afirmava a miséria banal como parte da condição humana que jamais seria erradicada pela psicanálise.

Quanto aos outros argumentos, como as faltas, podem ser indicadores de momentos difíceis do sujeito na vida, mas também na análise. Uma coisa não exclui sumariamente a outra. Quanto às interrupções, sempre há o recurso de um chamado sem repreensão, ou de um convite a retornar quando for possível ou quando o sujeito sentir necessidade. O resto cabe a ele, seja com que recursos for.

Quanto às histórias de vida, aí temos, ao invés do típico sentimento de “não há nada a fazer”, um manancial de trabalho: como são contadas e recontadas; onde se situa o sujeito; que fantasia aí se tece; do que ele pode realmente se desfazer para dar um rumo minimamente diferente a sua vida. Isto não é psicoterapia de apoio, aconselhamento, ou de base analítica. Muito menos o esvaziamento da condição social do sujeito. É propriamente uma aposta na possibilidade de haver mudança na realidade do sujeito, em função de até onde vai sua aposta, em um campo variável de possibilidades. Isto, por sua vez, depende também do manejo do analista. O investimento é diferenciado, mas é para ambos. E a recíproca é verdadeira: ao desinvestimento do profissional, seja na instituição ou na psicanálise, corresponde um desinvestimento do sujeito.

Portanto, antes de afirmar que essa população não investe no tratamento —seja por não pagar, por não saber do que se trata, por não poder, em função de suas condições precárias ou, simplesmente, por não querer—, é preciso que o profissional se inclua no processo analítico e questione seus próprios investimentos. Antes de delegar ao outro, exclusivamente, o fracasso antecipado do projeto analítico, é necessário transformar suas hipóteses —quase certezas— em questões acerca de si mesmo: “Estarei desinteressado deste trabalho por não ser bem pago?; por não saber o que fazer de sua própria clínica?; por ter condições precárias de suportar as mazelas alheias?; ou. simplesmente, por não querer?”

Entre os psicólogos entrevistados, encontrei os que admitem não ter mais fôlego para investir no serviço público. Geralmente estão à beira da aposentadoria. Estes seriam, de antemão, os psicólogos aposentados. E, também, os iniciantes recém-concursados com muito fôlego mas sem saber como afirmar sua clínica. Seja por terem um percurso recente na psicanálise, ou por não saberem como lidar com os entraves burocráticos que ameaçam seus projetos ou por ambos os motivos. Seriam os novos pessimistas, que já se retiram antes mesmo de entrarem no jogo.

Os dois grupos apresentam uma fala queixosa e acusatória da falência das instituições públicas que justificaria uma inoperância da clínica já de saída. Sem dúvida, este é um problema grave e sua solução, ou não, é determinante das condições de trabalho em qualquer área, da saúde à educação. Neste sentido, uma coisa não deve se confundir com a outra. Reconhecer limites não significa abrir mão de experimentar, de ousar na clínica e levar adiante seu trabalho.

Duas ameaças pairam no ar: a burocratização do trabalho clínico como confirmação da falência do serviço público, e o recurso ao corporativismo como forma de proteção da identidade profissional, que pode gerar um empobrecimento da clínica.

Os burocráticos fazem uma psicoterapia anódina, e os corporativistas criam tensões que acirram as disputas de poder pelas pequenas causas, mais do que nunca imersos, no indesejável narcisismo das pequenas diferenças.

Há, ainda, os psicólogos que, mesmo não se apresentando como psicanalistas, falam com simplicidade de uma clínica, na qual veem acontecer situações de análise muito próximas das encontradas no consultório, sem que isto signifique uma redução ao *setting* privado. De um modo geral, parecem ainda não ter conseguido, em seu percurso, um reconhecimento ou autorização para se dizerem psicanalistas. A psicanálise parece estar substancializada num ideal a ser atingido. Em determinado momento de maior dificuldade na clínica, esse ideal pode ter consequências perturbadoras. Por este mesmo motivo, buscam supervisões, conversam com colegas, recorrem aos livros, grupos de estudo e a suas próprias análises. Curiosamente, eles põem em marcha a concepção de formação analítica por excelência proposta por Freud e sistematizada, nem sempre da melhor maneira, nas sociedades psicanalíticas. São os que denomino psicólogos psicanalíticos. A psicanálise vem adjetivada em expressões como: “trabalho com o referencial psicanalítico”. Ou “faço uma clínica psicanalítica”. Ou, ainda, “minha experiência é psicanalítica”.

Mas, isto é bem diferente da chamada “psicoterapia de base analítica”. Esta pressupõe duas maneiras de fazer psicanálise, enquanto que as frases acima vão em direção à psicanálise. Essa diferença não é nada desprezível em suas consequências clínicas.

Finalmente, encontrei entre psicólogos e psiquiatras os que se definiam como psicanalistas e, como tais, se apresentavam nas instituições, recusando atribuições que os desviassem de sua prática psicanalítica. São os psicanalistas estrito senso e correspondem, aproximadamente, a um terço dos entrevistados. Em sua grande maioria são lacanianos com filiação institucional; outros são lacanianos, mas não são membros de qualquer instituição; e outros são de algum modo afinados com a leitura que Lacan faz de Freud, mas filiados a instituições com diferentes tendências. Em minha amostra, não encontrei ninguém que defenda um trabalho

psicanalítico no serviço público, e se diga psicanalista sem hesitar, que não tenha uma ligação com o pensamento lacaniano. Isto não é novidade.

Em trabalhos anteriores sobre o movimento psicanalítico no Rio de Janeiro nas décadas de 70 e 80 (FIGUEIREDO, 1984, 1988a/b), eu já havia indicado que o movimento lacaniano aparece com a função de redefinir o campo psicanalítico e retirá-lo do imbróglio eclético das psicoterapias que ameaçavam descaracterizá-lo, transformando tudo em psicanálise, ou a psicanálise em nada. Portanto, não é de se estranhar que, na década de 90, aquele projeto tenha se concretizado.

Os psicanalistas explicitamente referidos a Lacan insistem em marcar uma diferença para com os psicólogos psicanalíticos que pode gerar tensões, às vezes, insolúveis. Pode, por outro lado, traçar com clareza os próprios limites do trabalho psicanalítico no serviço público.

Uma psicanalista relata observações curiosas sobre a ambiguidade de seus colegas, que hesitam entre se apresentarem como psicanalistas, ou como psicólogos, num serviço eminentemente médico. Ao mesmo tempo, tiram proveito de uma outra ambiguidade entre a figura do médico e a do psicólogo niveladas pela designação de "doutor" atribuída a ambos pelos próprios colegas, o que adquire um sentido bem diferente de quando essa atribuição é feita pelos pacientes. O que essas ambiguidades vêm nos indicar? Que tipo de qualificação é essa que, ao privilegiar a igualdade de *status*, desqualifica as diferenças na clínica?

Para afirmar a clínica psicanalítica, o que está em jogo, num primeiro momento, é um sintoma específico: a manifestação de uma fantasia que traduzo como o desejo de ser psicanalista, produzido no percurso de cada um. Trata-se de um sintoma necessário, mas não suficiente, exatamente porque, de algum modo, coloca a psicanálise num lugar ideal de onde exerce seu fascínio. Sem ele, não se tem como avançar diante de tantos desafios e obstáculos cotidianamente presentes no serviço público.

Dado este primeiro passo, é fundamental definir com clareza o que deve ser identificado como o trabalho do psicanalista, sua função propriamente dita.

Só assim, pode-se manejar aquele sintoma na direção desejada, e fazer cair a idealização da psicanálise, seja como uma prática sublime envolta em uma obscura roupagem teórica a ser desvelada um dia, seja como uma prática elitista e individualista fadada a restringir-se aos consultórios.

Referências bibliográficas

CASTEL, R. "1967–1980. Destabilisation du discours psychiatrique et mutation des pratiques de la médecine mentale". Tese de Doutorado, Université Paris V — René Descartes, 1981.

FIGUEIREDO, A.C. "Estratégias de Difusão do Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro — 1970/1983". Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, PUC/RJ, 1984.

______. "Uma reflexão sobre as relações entre psicanálise e psicologia clínica no Rio de Janeiro na década de 70" *in* STTUBE, H. e LANGENBACH, M (orgs.) *História da Psicologia no Brasil*. Departamento de Psicologia, PUC/RJ, 1988a.

______. "O movimento psicanalítico no Rio de Janeiro na década de 70" *in* Percursos na História da Psicanálise, Rio de Janeiro, Taurus-Timbre, 1988b.

______. "Por uma psicanálise possível nos serviços de saúde mental" *in* *Cadernos IPUB*, n° 3, UFRJ, 1996.

______. "Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público". Tese de Doutorado, IMS/UERJ, 1996.

FREUD, S. *Standard Edition of the Complete Psychological Works*, Londres, Hogarth Press, 1978: (1912). The Dynamics of Transference, vol. XII

RUSSO, J. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1993.

A PÓS-PSICANÁLISE — ENTRE PROZAC E FLORAIS DE BACH

Jane Araújo Russo [*]

Este trabalho busca refletir sobre um fenômeno bastante atual que é, de um lado, o crescimento e a difusão da psiquiatria biológica —tanto no campo profissional propriamente dito quanto entre a clientela leiga— e, de outro, a ampla difusão de um complexo terapêutico alternativo que, como o nome indica, consiste na intensa utilização de terapias alternativas às terapêuticas médicas e psicológicas “oficiais”.

Tentarei desenvolver aqui a ideia de que há uma ligação entre os dois fenômenos[1]. Essa ligação, segundo minha hipótese, deve ser buscada num certo “clima cultural” desse fim (ou começo) de século, que se expressa de diversas formas (na cultura erudita, na cultura popular e na indústria cultural) e que poderíamos chamar de *neorromantismo.* Sua característica básica é a recusa da visão dualista, seja do homem seja do mundo[2].

Para melhor caracterizar esse “clima cultural”, iniciarei o trabalho discutindo a dualidade que marca a Pessoa Ocidental Moderna e o modo como essa dualidade se vincula às duas grandes tradições que marcam (e balizam) a chamada cultura ocidental moderna.

I

Quando falamos em Pessoa Ocidental Moderna, estamos partindo da premissa de que há modos culturalmente determinados —e diferenciados— de construção da pessoa. A pessoa ocidental moderna tem como especificidade estar centrada na categoria “indivíduo” e nos dois valores

---

[*] Professora do Instituto de Medicina Social da UERJ e do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

[1] Trata-se de hipótese ainda pouco elaborada, a ser melhor desenvolvida em trabalhos futuros.

[2] Minha hipótese é fortemente inspirada nos trabalhos do sociólogo inglês Collin Campbell; a saber: *The Romantic Ethic and the Spirit of Modern Consumerism* e “A orientalização do Ocidente”.

básicos que a sustentam —a igualdade e a liberdade[3]. Para além da liberdade e da igualdade, entretanto, o indivíduo assim constituído também é dono de uma interioridade, e pensa em si mesmo como um sujeito absolutamente singular e original em suas escolhas e trajetória. Além disso, a própria forma jurídica ou legal de entender esse sujeito —que afirma sua liberdade e sua igualdade— é contrabalançada e complementada por uma interpretação médico–psicológica de seus atos, que põe em xeque exatamente a ideia de um indivíduo senhor de si. O indivíduo moderno obedece, ao mesmo tempo, à lei e à norma.

Essa dualidade tem sido interpretada como referida as duas grandes tradições que marcam a cultura ocidental moderna —o racionalismo iluminista e o romantismo[4]. De um lado, a racionalidade, o universalismo que a todos iguala. De outro, a singularidade mais absoluta da experiência individual, irrepetível e intransmissível, a originalidade do artista e do "gênio", perigosamente próxima da irracionalidade do "alienado". De um lado, a certeza da razão que tudo ilumina e a lei que abole as diferenças. De outro, as inquietações da intuição, das emoções e das paixões, que diferenciam as experiências e as pessoas entre si. Estas imagens, aparentemente contraditórias, conformam a concepção que temos acerca de nós mesmos, no interior da qual convivem o sujeito racional, cidadão responsável por seus atos perante a lei, e o sujeito "descentrado", alienado de si, passível de tutela.

A "virada expressivista" representada pelo romantismo, que produz um verdadeiro "culto da sensibilidade" (valorizando o afeto, as paixões, o feminino sobre o masculino) e que se desenvolve no decorrer da segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, é normalmente considerada

---

[3] Minha referência aqui é a teoria de Louis Dumont acerca da ideologia individualista como marca da cultura ocidental.

[4] Sobre isso ver o artigo já clássico de Simmel, "Individual and society in the eighteenth and nineteenth century views of life", além de autores mais recentes como Charles Taylor e Collin Campbell. Entre nós, alguns trabalhos de Luiz Fernando Duarte são extremamente esclarecedores (ver DUARTE, 1994 e 1998; RUSSO, 1997).

como uma reação ao racionalismo iluminista[5]. Tem como uma de suas características principais uma concepção *vitalista* da natureza e do universo como um todo (em contraposição ao mecanicismo científico dominante), à qual se acopla um *monismo totalizante* (em oposição ao modo fragmentário e analítico da visão mecanicista).

II

Passaremos agora ao tema desta apresentação, com a descrição de duas cenas que marcaram a segunda metade do século XX.

Primeira cena: final dos anos 60. Um movimento que ficou conhecido como contracultura toma conta de boa parte da juventude dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos. É tanto um movimento de crítica acirrada aos valores então dominantes quanto de "renascimento cultural". A partir da contracultura desenvolve-se um complexo terapêutico alternativo que se difunde de forma difusa nas sociedades europeias e americanas, e que encontra no movimento chamado "nova era" sua sustentação filosófica e metafísica.

Misturando cristais, medicina chinesa, florais de Bach, do-in e terapia de vidas passadas, as práticas terapêuticas alternativas são cada vez mais procuradas e fazem um número cada vez maior de adeptos entre membros das camadas médias urbanas —mesmo, ou sobretudo, entre os mais intelectualizados e psicologizados— neste fim de século. Práticas francamente esotéricas misturam-se a terapêuticas alternativas mais tradicionais, como a homeopatia, ou vinculadas a um sistema médico propriamente dito, como a acupuntura. A estas, somam-se técnicas divinatórias (relativas à adivinhação) desde as mais tradicionais, como a astrologia, até aquelas mais distantes de nossa tradição popular, como o tarô ou as runas —todas de algum modo desempenhando o papel de aconselhamento psicológico, assumindo por vezes um caráter francamente terapêutico. É comum a combinação entre elas —um astrólogo que receita

---

[5] Taylor e Campbell são autores que analisam essa "virada" demonstrando que, apesar de se constituir enquanto reação ao iluminismo, o romantismo tem as mesmas raízes culturais.

florais de Bach, ou um acupunturista que se utiliza da astrologia. As próprias terapêuticas "oficiais" deixam-se cada vez mais penetrar pelo *alternativismo:* se os psicólogos, por um lado, são atraídos pelas práticas mais francamente esotéricas, como a astrologia ou os florais, a medicina oficial empresta cada vez mais seu prestígio aos sistemas médicos importados do Oriente (como a medicina chinesa, da qual faz parte a acupuntura) ou à homeopatia, antes tão combatida. Acupunturistas e homeopatas ocupam espaço nos postos de saúde e em hospitais públicos, incluindo os universitários. Os clientes, por sua vez, inserem-se num *continuum* que vai desde aqueles que transitam com desenvoltura pelas diversas propostas terapêuticas, sem muita preocupação com a coerência, até os francamente convertidos, para quem o uso das práticas alternativas se conjuga a um estilo de vida rigorosamente observado. Pano.

Segunda cena: anos 70. A psiquiatria americana, através de sua poderosa Associação, decide criar uma força-tarefa encarregada de realizar uma total reformulação do Manual Estatístico e Diagnóstico (DSM) publicado desde 1952 pela Associação, visando a tornar o diagnóstico psiquiátrico mais preciso e objetivo, evitando o uso de teorias não comprovadas cientificamente. O que se inicia como um movimento interno da psiquiatria americana produzirá modificações na classificação das perturbações mentais, com reflexos mundiais, expressando uma mudança fundamental do campo psiquiátrico como um todo. Em 1980, após sete anos de lutas e embates, é publicada a terceira versão do DSM (Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders). Categorias até então consagradas são abandonadas (a mais famosa delas a de neurose) em favor do termo genérico *disorders*[6]. A questão terminológica, que implicou sérias disputas entre os diversos representantes do *establishment* psiquiátrico, nem de longe se resumia a uma questão *meramente* terminológica. O abandono de certas categorias que *implicavam uma determinada teoria etiológica*, em favor de outras *estritamente descritivas,* significava uma importante mudança no modo de conceber a doença mental (e, por extensão, o próprio

[6] A tradução literal é "desordens", mas o termo acabou sendo traduzido por *transtornos.*

ser humano portador dessa doença). Não é à toa que a American Psychoanalytic Association lutou até o fim para manter o termo *neurose* no manual. Os embates envolvidos na feitura da nova versão do DSM, que perduraram por toda a década de 70, foram coroados pela vitória inconteste, já nos anos 80, da chamada psiquiatria biológica; isto é, pelo triunfo de uma visão puramente fisicalista da perturbação mental sobre uma visão psicológica, representada pela psicanálise até então hegemônica no campo. Abandona-se a ideia de que há uma especificidade própria da doença mental, e o tradicional dualismo corpo/mente ou somático/psíquico é substituído por um monismo fisicalista.

A substituição de *desease* por *disorder* indica a opção por uma terminologia meramente descritiva, que não faça qualquer referência a uma etiologia. Produz-se, deste modo, um manual pretensamente *ateórico*, no qual as categorias diagnósticas atêm-se estritamente à descrição de comportamentos observáveis e mensuráveis, não se apoiando em qualquer teoria prévia. Deixando de lado a ingenuidade epistemológica implicada na afirmação da possibilidade de uma visão objetiva acerca de determinado fenômeno que não seja informada por algum tipo de teoria, é importante ressaltar o óbvio: o pressuposto empiricista dessa posição "ateórica" implicou, de fato, a adoção de uma visão fisicalista da perturbação mental. E não poderia ser de outro modo. A objetividade *empírica* dos sinais e sintomas corresponde idealmente à objetividade *empírica* do substrato físico. Ou seja, a psiquiatria só terá a garantia de objetividade no caso de se apoiar no que é concreto, físico, empiricamente observável, quantificável e reprodutível através de exames e aparelhos, representado pelo substrato orgânico, pelo que é passível de tradução pela linguagem da biologia, da fisiologia, da neuroquímica, da genética. A *objetividade do diagnóstico psiquiátrico é igual à objetividade do substrato fisiológico e orgânico.* Neste sentido, o "ateoricismo" é de fato a adoção de uma teoria específica acerca das perturbações. A psiquiatria finalmente pode deixar de ser uma "medicina especial", meio "maldita", passando a tratar de doenças *médicas* por meio de exames e terapêuticas estritamente *médicos.* Nada de *talking*

cure. No máximo uma terapia cognitiva, para treinar o comportamento. Afinal, comportamento não é mente[7].

É importante ressaltar que o embate ocorrido nos anos 70 entre os representantes da psicanálise, vertente até então hegemônica na psiquiatria norte-americana, e os representantes da nova vertente biologizante é uma marca registrada da psiquiatria desde os seus primórdios. De fato, desde seu nascimento a psiquiatria se dilacera entre a vocação de ser uma "medicina especial", referida a fatos de outra ordem que não o físico, e uma medicina *tout court,* tão somática quanto qualquer outra especialidade médica. Ora voltando-se para um lado, ora para o outro, a disciplina viu-se desde sempre oscilando entre o privilégio de uma visão moral do transtorno mental e a ênfase numa interpretação puramente física do mesmo[8]. Neste sentido, poderíamos interpretar a atual hegemonia da visão biológica na psiquiatria como o mais recente movimento deste pêndulo físico–moral[9]. Pano.

III

Como pensar a convivência das duas cenas, convivência não apenas externa, no mundo, mas muitas vezes interna ao sujeito?

Detenhamo-nos por um momento na primeira cena. A aproximação entre o fenômeno da "nova era" e a "virada expressivista" romântica (tanto a original quanto os seus sucedâneos posteriores) é evidente. No artigo "A orientalização do Ocidente", Campbell argumenta que estamos assistindo ao surgimento de uma nova teodiceia —em substituição àquela

---

[7] É importante assinalar que o atual fisicalismo psiquiátrico faz parte de um fenômeno mais amplo: uma espécie de "rebiologização" de temas e discussões antes circunscritos ao campo do embate político. Referimo-nos, por exemplo, às discussões em torno da diferença de gênero e da diferença de "raças". Outro exemplo é o projeto "genoma humano", que promete desvendar os segredos contidos nas espirais de DNA do ser humano —segredos relativos não apenas às doenças que acometem os homens, como também a seus comportamentos de um modo geral. No caso da psiquiatria o triunfo fisicalista é mais visível e festejado, na medida em que a década de 80 foi considerada a "década do cérebro", com avanços significativos das técnicas e dos resultados de pesquisas concernentes à função cerebral.

[8] O alienismo francês e a psiquiatria kraepeliniana expressam bem os polos desta oscilação.

[9] Para uma discussão dessa questão, ver Russo e Henning, 1999.

tradicionalmente considerada como típica do Ocidente (baseada na religiosidade judaico–cristã)—, que poderia ser propriamente designada como “oriental”. Essa nova teodiceia nada tem a ver com a importação de ideologias orientais (embora acabe por incentivá-la), mas com a triunfo de uma vertente não hegemônica da própria cultura ocidental —a vertente romântica. Campbell pinça vários dos elementos que compõem o fenômeno da “nova era”, tais como a ecologia e o vegetarianismo, para apoiar seu argumento. Uma das características básicas da nova teodiceia seria o abandono da tradicional visão dualista do homem e do mundo, em favor de uma visão unitária. Esta, por sua vez, estaria na raiz de uma concepção vitalista de natureza, com o consequente abandono do mecanicismo racionalista, à qual somam-se as críticas ao progresso tecnológico e a nítida tendência a um *holismo* que enfatiza as singularidades. O caráter neorromântico de uma tal teodiceia é inegável. Isso quanto aos florais de Bach. Mas, e o Prozac? Como localizá-lo nesse movimento?

Não seria o Prozac, e toda a parafernália científica que o sustenta, a mais clara expressão da vertente iluminista a que me referi mais acima? Não se está lidando aí com o sujeito da razão, capaz de, através do progresso científico, ganhar controle sobre suas próprias disfunções?

Acredito que seja possível relativizar o aparente antagonismo entre as duas cenas se examinarmos um traço comum a ambas: a crítica ou o abandono do dualismo mente/corpo. No caso da psiquiatria biológica, por causa do antimentalismo. No das terapias alternativas, devido a uma espécie de anti-intelectualismo, ou antirracionalismo, que leva a uma consequente revalorização do corpo.

É importante não perdermos de vista que o abandono do dualismo mente/corpo implica o abandono concomitante de diversas outras formas de dividir (e compreender) o universo. Por exemplo: da ideia de que há uma fronteira entre o reino humano e o reino animal, ou entre natureza e

cultura[10]. Estamos na verdade frente ao mesmo dualismo; isto é, as dualidades homem/animal e cultura/natureza são fruto do dualismo mais fundamental (mente/corpo) e se reduplicam entre si. O que nos leva a perceber que o dualismo mente/corpo implica necessariamente a afirmação da *especificidade do humano:* a mente é específica do ser humano que, assim, se diferencia do animal, através da cultura —especificidade que indica de fato uma *superioridade.* Neste sentido, abandonar a visão dualista significa abandonar a ideia de uma *especificidade* e, por extensão, de uma *superioridade* do plano moral (ou espiritual, ou psicológico) sobre o físico. No fundo, abandonar a ideia de uma especificidade do humano.

Acredito que é esse traço comum —abandono da tensão físico–moral, a partir do qual toda a realidade pode ser concebida e analisada num plano único— que dá conta da convivência pacífica, quanto não entusiasmada, entre Prozac e Florais de Bach.

Uma objeção, entretanto, poderá ser feita a esse argumento. Embora, de fato, as práticas alternativas partam de uma negação do dualismo corpo/mente (ou psique/soma), é verdade também que essa negação não leva a um reducionismo fisicalista, ou mesmo mecanicista, como é o caso da psiquiatria biológica. Pelo contrário, verifica-se mesmo uma busca de espiritualidade e uma crítica ao materialismo estrito da sociedade moderna. Ao lado da crítica ao materialismo, porém, observa-se uma critica não menos ácida ao modo como o excessivo intelectualismo (ou racionalismo) ocidental deixou o corpo de lado. Neste sentido, a negação do dualismo leva à adoção de um monismo *pelo corpo.* Seria possível, por exemplo, atingir um grau de espiritualidade mais alto através de exercícios respiratórios, de uma alimentação especial, de movimentos corporais, da ingestão de determinadas substâncias *etc.* Ou seja, como corpo e espírito (ou mente, ou como se chame essa outra instância) não podem ser pensados separadamente, *é através do corpo* que se atinge o espiritual. No meu entender, talvez seja possível ver nessa *corporificação* do mental operada

[10] O holismo e a ideologia ecológica que permeiam o conjunto das práticas alternativas são um exemplo do modo como essas fronteiras deixam de fazer sentido.

pelas práticas alternativas típicas da “nova era” um traço em comum com o fisicalismo que hoje vemos imperar na psiquiatria. Neste sentido, a partir de um exame aprofundado do atual “clima cultural”, talvez possamos relativizar o antagonismo entre os dois fenômenos, e chegar a uma fonte comum tanto do reencantamento do mundo quanto do triunfalismo médico.

Referências bibliográficas

CAMPBELL, C. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism.* Oxford, UK & Cambridge, EUA: Blackwell, 1987.

______. “A orientalização do Ocidente” *in Religião e Sociedade,* 18/1, 1997.

DUARTE, L.F.D. “Formalização e Ensino na Antropologia Social: os dilemas da universalização romântica” *in XVIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 1994.

______. “A investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução” *in* DUARTE, L.F.D.; LEAL, O (org.) *Pessoa, doença e perturbação. Perspectivas Etnográficas.* Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 1998.

RUSSO, J. “Indivíduo e transcendência: algumas reflexões sobre as modernas ‘religiões do eu’” *in*: *Doxa — Revista Paulista de Psicologia e Educação,* 3 (3), 1997.

______; HENNING, M. “O sujeito da ‘Psiquiatria Biológica’ e a concepção moderna de Pessoa” in *Antropolítica — Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política,* n° 6, 1999.

SIMMEL, G. “Individual and society in the eighteenth and nineteenth century views of life” *in* WOLFF, K.H (org.) *The Sociology of Georg Simmel.* Nova York: The Free Press, 1950.

TAYLOR, C. *As fontes do self — a construção da identidade moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 1997.

PARTE IV

USTED PREGUNTARÁ POR QUÉ CANTAMOS

Fins da década de 60, inícios dos anos 70. As ditaduras S.A. da América Latina perseguem, incansáveis, as barricadas do desejo. Tradição, família e propriedade parecem ser o mote para uma progressiva cassação da liberdade democrática. Tremulando sob o nacionalismo das bandeiras da Ordem, os interesses oligárquicos e de empresas multinacionais fazem esquentar a *guerra fria.* Contra o fantasma da foice e do martelo, fuzis, canhões e sórdidas masmorras inquisitoriais.

No rastro das diferenças, perscrutando as mais distintas formas de organização civil —partidos, sindicatos, grupos religiosos, grupos de teatro...—, um vermelho cor de sangue faz cessar, para a maioria dos latino-americanos, os direitos constitucionais do homem moderno ocidental, enquanto a tarja preta da censura cobre de luto a literatura, os jornais, as revistas... os corpos desnudos do sexo e da morte. Vermelho e preto são, então, o grito da moda! "*Cantamos porque los sobrevivientes y nuestros muertos quieren que cantemos!*"

A cada golpe de Estado, prenhe de atrocidades e ilegalismos, os militares denominam revolução: Bolívia e Brasil, 1964; Argentina, 1966 e 1976; Uruguai e Chile, 1973... Talvez, pensando nos acontecimentos desses longos anos, um certo humor negro justifique o epíteto *revolução* para as ações ditatoriais: a militarização do poder de Estado, literalmente, *revolveu* as tripas de seus supostos oponentes; *revolveu* a terra para ocultar, em covas coletivas, os corpos torturados, carbonizados, desumanizados, de suas vítimas; *revolveu* a moral religiosa, tornando-a medo, ressentimento e vergonha; *revolveu* o ensino, desvinculando geografia e história, suprimindo —ao menos no Brasil— a filosofia dos cursos secundários e introduzindo, em seu lugar, a *educação moral e cívica; revolveu* o sistema legal sonegando o direito de defesa àqueles que acusava de traição... Sim,

foram muitas as *revoluções*. Mas foram *también* as brumas de Isabelita — *"Yo no creo en brujas; pero..."*—, tornando *"los aires"* não mais *"buenos aires"* e os sonhos argentinos de liberdade *"lejos como un horizonte"* — abrindo caminho para a política de *desaparición* a ser implantada por Videla (1976)—, que provocaram o êxodo da intelectualidade *psi* portenha para o Brasil da distensão "lenta, gradual e segura" de Geisel. Pois, mesmo para não guerrilheiros, nas ruas dos bairros *"cada noche es sempre alguna ausencia y cada despertar, un desencuentro"*.

Conquanto muitíssimo lenta e assombrosamente gradual, a redemocratização brasileira emergia como uma esperança de porvir frente ao desalento de ter a vida se tornado *"no más que un blanco móbil"*. Embora se sentindo perseguidos, nossos vizinhos platenses volveram a cantar. E a nos cantar para que permanecêssemos, nós também, *"militantes de la vida"*.

A partir de tais encontros, muitos de nós jamais retornarão ao espaço seguro e tépido da neutralidade científica, sequer ao conforto intimista dos divãs. E, mais uma vez, *usted preguntará por qué cantamos*. Cantamos porque, apesar da dor, vislumbramos a grande *plataforma* que nos une às Mães da Praça de Maio, e sabemos, hoje, que *"el cruel no tiene nombre, y en cambio tiene nombre su destino"*. Aprendemos o vasto uso do termo *revolução* e desejamos, nós também, *revolver* a terra, em busca de nossos desaparecidos; *revolver* o ensino para que inclua a história silenciada, para que revivifique a geografia não contemplativa, para que os *Diálogos* possam retornar às salas de aula do secundário —independentemente do interlocutor de Platão—; *revolver* a moral hipócrita da submissão a fim de nos opormos à violência que os índices do desejo construídos por algozes naturalizam (lia Karl Marx, *quer ser torturado/a;* rebola quando anda, *quer ser estuprada/o;* mora no morro, *quer morrer...*); *revolver* o sistema legal para que a justiça própria a um Estado de Direito Democrático seja feita e para que não sejamos obrigados a compactuar com criminosos que clamam pelo esquecimento de crimes paradoxalmente *anistiados* sem terem sido julgados.

Tudo o que nos tiraram ainda chora em nosso peito. E, contudo, cantamos. “Cantamos porque el grito no es bastante (...) y porque no podemos ni queremos que la canción se haga ceniza”.

Ana Paula Jesus de Melo

BREVE HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DO GRUPO PLATAFORMA ARGENTINO

Patrícia Jacques Fernandes *
Maria das Graças dos Santos Duarte **
Heliana de Barros Conde Rodrigues ***

O presente artigo tem como horizonte de pesquisa caracterizar a importância do Plataforma Argentino —primeiro grupo de psicanalistas a renunciar, por motivos declaradamente políticos, à legitimação emprestada pela IPA (International Psychoanalytical Association)— para a elaboração de uma história da Análise Institucional no Brasil. Neste sentido, explora-se brevemente o percurso da Psicanálise no país vizinho, bem como se abordam as condições propiciadoras da ruptura político–institucional que constitui nosso foco pontual de interesse.

Medicina, Psiquiatria e Psicanálise

Desde 1918 a Reforma Universitária Argentina favorecera a ampliação educacional exigida pelas classes médias, predominantemente originadas da imigração europeia. A partir dos anos 20, cresce o número de institutos de assistência e obras sociais, e a carreira médica é uma das mais procuradas. Ao mesmo tempo, evidenciam-se os primeiros indícios de proletarização da profissão.

Com o intuito de dirimir a concorrência, a corporação médica toma algumas providências: diagnostica um suposto decréscimo na qualidade da formação e sugere reduzir as cotas de ingresso à universidade; incrementa a oferta de cursos de pós-graduação —especializações—, bem como o número de seções da Associação Médica Argentina, legitimando a

---

* Graduanda do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ.
** Graduanda do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de Iniciação Cientifica da UERJ.
*** Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ.

estratificação de uma hierarquia, através da divisão do trabalho e da diferenciação de funções, que permita direcionar a ampliação do mercado e contrabalançar a, ainda incipiente, crise de empregos. Na mesma linha de ação, considera premente bloquear os não legalmente habilitados, dado que atenderiam à população-alvo cobiçada pelos médicos, agora predominantemente urbana (cf. BALÁN, 1991: 33).

A psiquiatria, por sua vez, lutava para se afirmar enquanto especialidade. Há muito identificada com o controle e vigilância da loucura, deslizava agora para o tratamento de distúrbios "mais leves", buscando redimensionar sua imagem profissional. Neste contexto, o psiquiatra "flutuava" entre a repressão à loucura e a promoção da saúde mental.

Nos anos 30, a Psicanálise chega definitivamente à cultura argentina, apresentando-se, concomitantemente, como atraente forma de especialização para os psiquiatras, por oferecer inovações teóricas e técnicas, em particular no campo das psicoterapias. Trazia, porém, alguns aspectos considerados inquietantes: a formação se daria fora do controle corporativo da medicina; isto é, as associações psicanalíticas poderiam oferecer formação aos não médicos, desafiando os propósitos de controlar o exercício ilegal da profissão.

Ocorre em 1940, numa confeitaria da Calle Florida, em Buenos Aires, a primeira reunião destinada a fundar uma associação psicanalítica. Os participantes, dos quais somente o primeiro não possuía título médico, eram: Bela Székeli (estudioso húngaro de Psicologia e Psicanálise), Gregório Bermann, Jorge Thénon, Arnaldo Rascovsky, Enrique Pichón-Rivière, Angel Garma, Guillermo Ferrari Hardoy e Celes Ernesto Cárcamo.

Depois de muitos debates, delimitaram-se dois grupos inconciliáveis: o primeiro composto pelos defensores da obrigatoriedade da análise didática como requisito para aceder ao titulo oficial de psicanalista, conforme exigido pela IPA, dispensando, paralelamente, o diploma em medicina; o segundo, recusando qualquer ingerência *ipeísta* em assuntos julgados de competência exclusivamente médica.

Não houve acordo naquele momento, portanto, para a fundação de uma associação.

A ANA contextualizada: anos 40 e 50

A Associação Psicanalítica Argentina (APA) foi fundada oficialmente em 15 de dezembro de 1942 por Arnaldo Rascovsky e Enrique Pichón-Rivière[1], Angel Garma[2], Ceies Ernesto Cárcamo[3], Guillermo Ferrari Hardoy[4] e Marie Langer[5]. Nomes como Luís Rascovsky, Matilde Wencelblat, Simon Wencelblat, Arminda Aberastury e Luisa Gambier Alvarez de Toledo também compunham o grupo de pioneiros, que possuía características peculiares: Garma, Cárcamo e Langer, os fundadores que tinham formação ortodoxa e se tornaram, por tal motivo, didatas e supervisores de seus colegas, não se propunham a seguir o modelo hierárquico dos institutos europeus e norte-americanos, mas a constituir uma espécie de "república de iguais" (cf. ROUDINESCO e PLON, 1998: 34).

À mesma época, no campo político, a Argentina mobilizava-se em torno das polaridades definidoras da Segunda Guerra Mundial. Em 1943, um grupo de coronéis do exército, integrado por simpatizantes do Eixo, opôs-se às candidaturas previstas para as eleições daquele ano, majoritariamente compostas por pró-aliados. Através de um golpe de Estado, implantaram um regime nacionalista, industrializante e pretensamente neutro frente à Segunda Grande Guerra. Um nome de destaque entre os golpistas é o de Juan Domingo Perón que, em 1946, ascenderá, mediante eleições, à presidência da República Argentina. Seu governo teve características populistas e reformistas nos setores social e econômico, sendo, ao mesmo tempo, marcadamente conservador e autoritário.

---

[1] Ambos psiquiatras argentinos, descendentes de imigrantes.
[2] Psiquiatra espanhol, formado no Instituto Psicanalítico de Berlim.
[3] Médico argentino, formado no Instituto Psicanalítico de Paris.
[4] Médico argentino com especialização em psiquiatria, em Berlim.
[5] Médica austríaca, formada no Instituto de Psicanálise de Viena. Chegou a Buenos Aires ao fim dos anos 30, exilada em função da Segunda Guerra Mundial, depois de participar do Partido Comunista Austríaco, bem como das Brigadas Internacionais em favor da República Espanhola.

Por volta de 1952, a medicina oficial intensifica as pressões para que a APA limite aos médicos a oferta de formação analítica. Acatando parcialmente as exigências, a associação modificou seus estatutos, restringindo as atividades dos psicanalistas leigos à “readaptação de pessoas psicossocialmente desadaptadas” e obrigando-os a manter-se sob a supervisão de um médico (cf. BALÁN, 1991: 132). Tal medida, no entanto, foi considerada insuficiente, pois a formação de não médicos, quando já iniciada, não fora interrompida. Sendo assim, em maio de 1954, Ramón Carrillo —ministro da Saúde Pública do governo peronista—, através da Resolução 2282, determina que apenas os portadores do diploma em medicina estariam autorizados à prática da psicoterapia e da psicanálise, embora os denominados “assistentes de psiquiatria” pudessem exercer funções auxiliares de readaptação e aplicação de testes psicológicos, sempre mediante supervisão legalmente habilitada.

Em 1955, novo golpe de Estado, autodenominado “Revolução Libertadora”, depõe Perón, ascendendo à presidência o general Eduardo Leonardi, logo seguido pelo general Pedro Aramburu. Durante o período compreendido entre 1945 e 1955, a sociedade argentina sofrera significativas mudanças. A classe média urbana prosseguira em vertiginoso crescimento, ao passo que a população rural decrescera rapidamente. Os filhos das classes médias em ascensão viram aumentar as dificuldades para ingressar nos estudos superiores, pois a população estudantil que buscava a formação universitária triplicara nesses dez anos, havendo-se mantido constantes o número de carreiras e de estabelecimentos. Tal situação descontentava os jovens que, além disso, se deparavam com currículos defasados, dificuldades de acesso à formação e incerteza quanto ao reconhecimento profissional. A primeira metade da década de 1950 foi marcada por protestos dos estudantes que, à época, viam no antiperonismo a principal forma de participação política.

No tocante à Psicologia, antes mesmo da queda do governo peronista, crescia a demanda por uma formação específica, valorizando-se possíveis aplicações na clínica, na docência, na indústria e no controle da opinião

pública. Em 1953 já havia sido criada, em Rosário, a carreira de *auxiliar de psicotecnia*, mediante um curso de dois anos de duração. Em 1954 fundara-se, na mesma cidade, o Instituto de Psicologia, cuja proposta era a ampliação da carreira de acordo com as recomendações estabelecidas no Congresso de Psicologia, realizado em Tucumán naquele ano. Em 1956, com duração de cinco anos, institui-se, mais uma vez em Rosário, o primeiro curso de Psicologia da Argentina.

Em 1957, também a Universidade de Buenos Aires ganha o seu curso de Psicologia —até então, a oferta universitária se limitava a cadeiras de Psicologia Geral ministradas nas faculdades de Filosofia e Letras ou de Humanidades— que, em princípio, deveria possuir uma orientação de estilo acadêmico, descontentando os estudantes, mais interessados em uma carreira direcionada para a prática, competitiva com a medicina.

A ampla participação do alunado na gestão dos cursos universitários, oriunda da Reforma Universitária de 1918, promoveu a contratação de professores com perspectiva psicanalítica. O primeiro foi José Bleger, logo seguido por outros companheiros da APA, como Fernando Ulloa e David Liberman. Sendo assim, a formação dos primeiros psicólogos argentinos teve, na verdade, cunho marcadamente psicanalítico.

A APA fora dos muros

Apesar das tentativas da Associação Psicanalítica Argentina de garantir o seu monopólio, a partir da segunda metade da década de 50 a formação em Psicanálise não parou de se difundir fora de seus limites estritos. Além da grande influência na formação em psicologia, a Psicanálise penetrou nos serviços hospitalares públicos, através das experiências grupais, tendo por antecedente os trabalhos de Pichón-Rivière, desenvolvidos, ainda nos anos 40, na sala de adolescentes do Hospício de Las Mercedes (cf. LEMA, 1996: 69–74).

A psicoterapia realizada em grupo se popularizou na década seguinte e, em 1955, membros da APA e profissionais não pertencentes à associação

fundam a Associação Argentina de Psicologia e Psicoterapia de Grupo (AAPPG). Em 1957 é lançado, por Marie Langer, Emilio Rodrigué e León Grinberg, o primeiro texto argentino sobre o tema, intitulado *Psicoterapia de grupo,* que se tornou referência obrigatória neste campo.

Simultaneamente, estabeleciam-se transformações no campo psiquiátrico. Sob a influência da Organização Mundial da Saúde, configuram-se as ações e o conceito de "Saúde Mental", em substituição à antiga (e criticada) "higiene mental". Segundo a OMS, o campo da saúde mental deveria ser abordado de forma ampliada, vinculando-se a psiquiatria à medicina geral e incluindo-se as contribuições da Psicologia e da Sociologia.

Destaca-se, neste sentido, a experiência-piloto levada a cabo sob a direção de Maurício Goldenberg na Policlínica Gregório Araóz Alfaro, em Lanús (província de Buenos Aires), propondo uma reforma total da atenção psiquiátrica mediante os seguintes procedimentos: reorganização da internação nas colônias e hospícios; criação de consultórios externos e dispensários; abertura de hospitais diurnos; e, principalmente, organização de serviços psiquiátricos nos hospitais gerais. Apesar de contar com poucos recursos, o "Lanús" tornou-se um polo de referência. Através da aliança com jovens médicos, Goldenberg conseguiu erradicar velhas disputas internas ao campo psiquiátrico. Assim, trabalhavam juntos psiquiatras com orientação fenomenológica tradicional, reflexólogos e psicanalistas; entre estes, candidatos da APA. O Lanús foi também o primeiro serviço de psiquiatria em hospital público a incorporar psicólogos à equipe técnica.

Neste sentido, podemos dizer que as inovações no campo da saúde mental, a popularização das experiências grupais —destacando-se as desenvolvidas nas instituições públicas— e a inclusão de disciplinas psicanalíticas nos currículos de psicologia favoreceram sobremaneira a expansão da psicanálise para além dos muros da APA.

“Puros” e “impuros”?

Se a grande difusão fomentava a busca pela psicanálise, a APA não supria tal demanda, mantendo restrito e controlado o número de didatas. Durante a espera, os aspirantes à formação se sentiam impelidos a continuar sua análise terapêutica e a ampliar seu treinamento prático onde fosse possível, participando de grupos de estudo e recebendo pacientes em análise, mesmo sem supervisão oficial. Os grupos de estudo serviam principalmente como saída para os psicólogos, cujo acesso à formação oficial permanecia vedado.

Nesse contexto, foram organizações impulsionadas por membros da APA que promoveram o ensino e a difusão da psicanálise. Dentre elas mencionamos, para que se aprecie a diversidade de propósitos, tanto a Escola de Psicoterapia para Graduados —criada por membros associados, a partir de uma iniciativa de Rascovsky, como uma espécie de “grupo de espera” para a formação oficial— quanto a Escola Privada de Psiquiatria Social —onde Pichón-Rivière, ao lado de Bleger, Liberman e Ulloa, pretendia menos treinar psicoterapeutas do que explorar aplicações da Psicanálise a áreas outras que o consultório; ou seja, grupos, organizações, comunidades, vida cotidiana *etc*.

Apesar de tantas extensões da psicanálise para além dos domínios da APA, alguns grupos da Associação continuaram defendendo a manutenção de um sem tido mais estrito para a doutrina e a técnica. Por conseguinte, pode-se falar numa grande divisão interna, em que os adjetivos “puro” e “impuro” foram manejados como categorias de defesa e/ou acusação.

A defesa da manutenção da “pureza” acompanhava, em geral, uma diferenciação proposta por Bleger. Na perspectiva blegeriana, o treinamento de analistas e a prática da psicanálise *stricto senso* deveriam continuar a ser monopólio da APA —e, consequentemente, dos médicos—, ficando as intervenções politicamente avaliadas como mais importantes —a psico-higiene e a ação em instituições e/ou comunidades, orientadas por uma

compreensão psicanalítica do comportamento humano— nas mãos dos novos profissionais de saúde mental, os psicólogos[6].

Entre os que defendiam a "pureza" destaca-se o grupo apelidado "Escobar" —denominação inspirada na região em que seus integrantes possuíam casas de final de semana—, constituído a partir de 1959, ano em que Marie Langer, uma de suas componentes mais destacadas, assume a presidência da APA. Integravam ainda o grupo León Grinberg, David Liberman e, após seu retorno dos Estados Unidos, em 1962, Emilio Rodrigué.

Embora tivesse inúmeros adversários na APA, o Escobar não deixava, igualmente, de estabelecer alianças. A mais importante, sem dúvida, era a desenvolvida com Pichón-Rivière e seus seguidores. Tal proximidade sugere que se relativize bastante o sentido estrito do "purismo Escobar", visto que Pichón jamais se constituiu em um típico analista ortodoxo, insistindo, ao contrári o, nas articulações entre a teoria e a técnica psicanalítica clássicas e uma variedade de perspectivas oriundas de múltiplos campos disciplinares. Marie Langer, em especial, com ele partilhava orientações político–ideológicas de cunho marxista, além de lhe dedicar uma antiga amizade, desde os tempos da chegada a Buenos Aires.

Do complexo e por vezes paradoxal entrecruzamento dos intelectuais de esquerda com o grupo Escobar, ambos sob a influência, entre outras, de referenciais teóricos kleinianos, surgiram os movimentos de reforma voltados para a ruptura do isolamento da APA com respeito ao contexto político–institucional.

A Argentina na segunda metade da década de 60

Em 1966 a Argentina sofre um novo golpe de Estado, que depõe o presidente eleito, Arturo Ilha. A ditadura imposta pelo general Juan Carlos Onganía tem como características o anticomunismo, o autoritarismo e o extremismo religioso, na forma de catolicismo exacerbado. Sua intervenção

[6] Para apreciar as polêmicas produzidas por esta diferenciação, principalmente devido à influência de Bleger na formação de psicólogos, deve-se consultar Bricht *et al.*, 1973.

nas universidades se dá mediante violenta repressão, cujo ápice ficou conhecido como “La Noche de los Bastones. Largos”[7].

Onganía dissolveu partidos políticos, perseguiu líderes estudantis e sindicalistas combativos, estabeleceu censura e apreensão de livros.

Paralelamente, implantou uma política econômica liberal que favorecia o capital externo enquanto alegava combater a inflação. Nos primeiros momentos esse projeto obteve aparente sucesso, embora sempre à custa do arrocho salarial, do aumento de impostos, do crescimento das falências, do desemprego e da redução das exportações (cf. BEIRED, 1996: 66).

A renúncia, em massa, a seus cargos por parte dos professores universitários e a resistência estudantil foram algumas das primeiras respostas da sociedade aos métodos da autodenominada “Revolução Argentina”. Reflexos logo se fizeram sentir dentro da APA, apesar do afastamento que a maioria de seus membros procurava manter quanto ao campo político. Para muitos candidatos que participavam ativamente da vida institucional e cultural —engajados em serviços hospitalares e em centros de saúde—, o elitismo da associação não se coadunava com o sempre propalado “caráter revolucionário” da doutrina freudiana. Sob a orientação de mestres afinados com igual pensamento, trabalhavam em colaboração com o emergente sindicalismo de base, ou estudavam a relação entre a psicanálise e o marxismo, articulação valorizada pela militância política externa aos partidos tradicionais da esquerda argentina. Definiam-se, neste sentido, tanto como *trabalhadores de saúde mental* quanto como *psicanalistas.*

Maio de 68 serviria como estopim para muitos movimentos de contestação e, na Argentina, o cenário não foi diferente[8]. Toda a agitação universitária, exacerbada pelas intervenções do governo golpista, culminou em enfrentamentos deste com estudantes e operários, nos meses de abril e

[7] Para um detalhamento acerca dos acontecimentos desta noite terrível, em que alunos e professores foram brutalmente espancados, ver Caldelari & Funes, 1997.

[8] Acatando os paradoxos, pode-se dizer que, assim como o início do maio de 68 francês data de março, o maio de 68 argentino eclode de forma efetiva em 1969.

maio de 1969. Esta série de acontecimentos ficou conhecida como “Cordobazo”, por ter tido epicentro na cidade de Córdoba, que acabou, na represália governista, ocupada pelo exército nacional.

A APA, sempre silenciosa, reagiu: em sinal de luto, suspendeu por um dia suas atividades, além de publicar uma nota nos jornais portenhos, lamentando a incompreensão do governo. Foi o dia em que os psicanalistas fizeram greve[9].

Plataforma Internacional, Plataforma Argentino — a ruptura

Ainda sob os efeitos de Maio de 68 e do Cordobazo, realizou-se em Roma, em julho de 1969, o XXVI Congresso Internacional da IPA, cujo tema era *Protesto e Revolução.* Nas palavras de Marie Langer (1987: 98), “Plataforma apareceu, de fato, como um símbolo gráfico”. Conta ela que, no local em que se daria o Congresso oficial, o luxuoso Hotel Cavallieri Hilton, uma faixa, trazendo a palavra *psicanálise,* grafada em espanhol, com um cifrão no lugar do “s” final —*Psicoanálisi$*—, anunciava a realização de um Congresso Paralelo.

A iniciativa deste Paracongresso (ou mesmo Contracongresso), convocado para uma cantina popular (a *Carletto al Panorama)* situada nas imediações, partira de um grupo de candidatos[10] de associações psicanalíticas europeias. Nas palavras de Kesselman (1973), foram quatro —todos ativamente ignorados pelo Congresso Oficial— os pontos básicos nos debates: a formação do psicanalista; o significado, função e estrutura das sociedades psicanalíticas; o papel social dos psicanalistas e a imagem social da Psicanálise; as relações entre psicanálise e instituições.

---

[9] Acerca do Cordobazo e da nota publicada pela APA em 29/05/69, consultar Carpintero & Vainer, 1999.

[10] Em linhas gerais, podemos dizer que, nas sociedades vinculadas à IPA, o candidato representa o grau mais baixo na hierarquia da formação, não tendo direito, em geral, a voz nem voto nas reuniões oficiais. Os graus subsequentes são associado, titular e didata.

Como representantes argentinos compareceram Hernán Kesselman e Armando Bauleo. Ao final do evento, foi redigida uma lista de reivindicações referente aos problemas da carreira psicanalítica, a seus custos excessivos, ao conteúdo ideológico da formação e aos requisitos para o ingresso na carreira (cf. LANGER, 1987: 99). Por assemelhar-se a uma plataforma política, decidiu-se batizar o movimento de *Plataforma Internacional*, estabelecendo-se filiais na Argentina, Áustria, Itália e Suíça.

O grupo Plataforma Argentino foi fundado por Armando Bauleo e Hernán Kesselman, com o objetivo de levar à frente as reivindicações elaboradas no Contracongresso. Muito cedo diversos de seus integrantes aderem à FAP (Federação Argentina de Psiquiatras), com o intuito de, expandindo o raio de ação, promover maior difusão dos temas críticos. A Federação, à época, passava da simples denúncia à militância ativa, através da participação em mobilizações estudantis e operárias, ao mesmo tempo que combatia os projetos governistas no campo da saúde mental (cf. BRASLAVSKY & BERTOLDO, 1977: 34).

Na mesma ocasião surgia, dentro da APA, outro movimento contestador, com posições similares às de Plataforma, conhecido como Grupo Documento. Reivindicava o voto para os associados, bem como o direito de ser automaticamente didata para todos os titulares. Embora o conjunto de reivindicações fosse mais “internalista” que o de Plataforma, o certo é que ambos os movimentos tinham muitas posições em comum.

Em julho de 1971 ocorre novo Congresso da IPA, em Viena. Como em 1969, institui-se um Contracongresso fomentado por Plataforma Internacional, sob o tema A *teoria e a prática psicanalítica à luz dos diferentes caminhos em direção ao socialismo.* Se as relações do Plataforma Argentino com a APA mostravam sinais de irreversível desgaste, a situação de Plataforma Internacional era igualmente crítica: suas ideias transformadoras já não encontravam sustentação dentro das associações psicanalíticas filiadas, provocando a evasão de um grande número de “rebeldes”.

No retorno de Viena, o Plataforma Argentino prepara a ruptura com a APA e apresenta sua renúncia sem consultar previamente os membros de Documento. Por seu turno, poucos dias depois também Documento renuncia, pois sequer reformas parciais poderiam mais ser obtidas, tendo-se perdido os votos de Plataforma[11]. A luta política continuava agora, mais do que nunca, direcionada para a FAP, a cuja presidência Marie Langer ascendeu pouco tempo depois. Criou-se a Coordenadoria de Trabalhadores de Saúde Mental (CTSM) —formada pela reunião de Associação de Psicólogos, FAP, Associação de Assistentes Sociais e de Psicopedagogos—, cujo objetivo era ampliar, de forma conjunta, a luta político–sindical. Em seguida, o grupo Documento apresenta a proposta de criação do Centro de Docência e Investigação (CDI) dentro da CTSM, objetivando ministrar uma formação psicanalítica alternativa ao modelo da APA a todos os trabalhadores de saúde mental. O CDI foi efetivamente ativado em meados de 1972.

A história continua...

O período 1971–1973 é marcado pelas mudanças e rupturas institucionais promovidas pelos integrantes de Plataforma e Documento. Além da criação da CTSM, do CDI e da emergência efetiva da categoria de "trabalhadores em Saúde Mental", foram lançadas duas coletâneas de artigos escritos pelos contestadores, apelidadas *Questionamos I* e *Questionamos II* [12].

De 1973 em diante, os acontecimentos políticos se sucedem num ritmo quase vertiginoso: posse de Hector Cámpora, em 25 de maio, representando o retorno oficial do peronismo à cena institucional; exacerbação dos conflitos no interior do peronismo, desencadeando uma luta fratricida pelo domínio do movimento; retorno de Perón à Argentina, em junho, marcado por um entusiasmo popular logo transformado em terror, no Aeroporto de Ezeiza, quando franco-atiradores a mando da

[11] Para apreciar os textos de renúncia de Plataforma e de Documento, ver LANGER, 1987: 125–134.

[12] No Brasil, publicados como *LANGER*, M.; *BAULEO*, A (orgs.) *Questionamos a psicanálise e suas instituições*; e *LANGER*, M (comp.) *Psicanálise institucional e psicanálise sem instituição*.

“Triple A” (Aliança Anticomunista Argentina) disparam rajadas de tiros sobre a multidão, provocando ferimentos e mortes (cf. VERBITSKY, 1995); renúncia de Cámpora (julho) e eleição de Perón (setembro de 1973) à presidência, tendo como vice sua esposa, Maria Esteia Martinez de Perón (Isabelita); crescimento dos choques entre as tendências peronistas, seguidos pela decisão de Perón de desencadear grande ofensiva contra os *Montoneros* e a Juventude Peronista, exatamente os grupos que mais o haviam ajudado a chegar ao poder; implantação de uma lei antissubversiva, mediante a qual são perseguidos os simpatizantes da esquerda, inclusive nas universidades, que se veem “depuradas’· dos professores com simpatias marxistas; falecimento de Perón (julho de 1974). substituído no governo da nação por Isabelita; aprofundamento da violência política contra todos movimentos esquerdistas, com explícita participação da “Triple A”.

A partir de 1974, agentes da repressão estatal e paraestatal passam a perseguir membros de Plataforma e Documento. Comenta-se que nomes como Marie Langer, Amando Bauleo e Emilio Rodrigué, entre outros, estejam fazendo parte de “listas negras”. Devido à presumida (e provável) perseguição, muitos se exilam em outros países, onde mais uma vez procuram implementar ideias de socialização da psicanálise e do fortalecimento de um movimento de trabalhadores em saúde mental.

Na Argentina, o processo de endurecimento político culmina no golpe militar de 1976. As conquistas de Plataforma e Documento caem por terra, tornando-se extremamente arriscado falar em mudanças. Mas a história não termina aqui: os membros de Plataforma e Documento que sobrevivem à repressão dão continuidade às batalhas em outros países, dentre eles o Brasil. E esta já é uma outra história...

Referências bibliográficas

BALÁN, J. *Cuéntaine tu vida: una biografia colectiva del psicoaanálisis argentino*. Buenos Aires: Planeta Espejo de la Argentina, 1991.

BEIRED, J.L.B. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BRASLAVSKY, M.B.; BERTOLDO, C. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino” in LANGER, M (comp.) *Psicanálise institucional e psicanálise sem instituição*. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

BRICHT, S. *et al. El rol del psicólogo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

CALDELARI, M.; FUNES, P. “La Universidad de Buenos Aires, 1955–1966: lecturas de un recuerdo” in OTEIZA, E (coord.) Cultura *y política en los años 60*. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC, 1997.

CARPINTEIRO, E.; VAINER, A. El día que hubo huelga de psicoanalistas. *Diário Página 12*, Buenos Aires, 27/05/99.

KESSELMAN, H. “Plataforma Internacional: psicanálise e anti-imperialismo” in LANGER, M.; BAULEO, A (orgs.) *Questionamos a Psicanálise e suas Instituições*. Petrópolis: Vozes, 1973.

LANGER, M (comp.) *Psicanálise institucional e Psicanálise sem instituição*. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

______; BAULEO, A (orgs.) *Questionamos a Psicanálise e suas Instituições*. Petrópolis: Vozes, 1973.

______; GUINSBERG, E.; PALACIO, J. *Memória, história e diálogo psicanalítico*. São Paulo: Traço Editora, 1987.

LEMA, V.Z. *Conversaciones com Enrique Pichón-Rivière sobre el arte y la locura*. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1996.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

VERBITSKY, H. *Ezeiza*. Buenos Aires: Planeta Espejo de la Argentina, 1995.

Os "psicanalistas argentinos" no Rio de Janeiro: problematizando uma denominação

Maria das Graças dos Santos Duarte [*]
Patrícia Jacques Fernandes [**]
Heliana de Barros Conde Rodrigues [***]

O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, que visa à reconstrução do percurso histórico da Análise Institucional em nosso país. Nesta direção, uma análise preliminar da bibliografia pertinente permite destacar, no que tange ao Rio de Janeiro[1], a criação, em 1978, do Instituto Brasileiro de Psicanálise. Grupos e Instituições (IBRAPSI)[2], estabelecimento voltado à formação tanto de psicanalistas como de socioanalistas ou analistas institucionais[3]. A mesma bibliografia, no entanto, tem por característica marcante o exercício de uma espécie de diluição das propostas e ações do IBRAPSI nas de um conjunto mais amplo de estabelecimentos "alternativos", surgidos nos anos 70, no bojo do processo de progressiva perda do monopólio da International

---

[*] Graduanda do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de Iniciação Científica da UERJ.
[**] Graduanda do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de Iniciação Científica — FAPERJ.
[***] Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ.

[1] Para uma apreciação da presença do paradigma da Análise Institucional em Belo Horizonte, com cerca de uma década de antecedência, ver MATA MACHADO, M.N. *Práticas pedagógicas da Psicossociologia nos anos 60 e 70,* neste volume. Observe-se, em acréscimo, que alguns psicanalistas e profissionais das ciências humanas —destacando-se Chaim S. Katz e Marco Aurélio Luz— já trabalhavam com a Análise Institucional no Rio de Janeiro mesmo antes da fundação do IBRAPSI.

[2] O IBRAPSI teve como marco de instauração o I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, realizado em 1978. Seus fundadores foram Gregório Baremblitt, Luís Fernando Melo Campos e Chaim S. Katz. Para detalhes adicionais, consultar RODRIGUES, H.B.C. *"Um Robespierre rio-platense e um Damon tupiniquim?" Episódios da Análise Institucional no Rio de Janeiro,* neste volume.

[3] Para alguns autores, a socioanálise designa a Análise Institucional em situação de intervenção. Para outros, consiste na vertente do institucionalismo associada aos nomes de René Lourau e Georges Lapassade. No IBRAPSI, o termo era usado, em princípio, de forma ampliada, enquanto análise sociopolítico-institucional das problemáticas envolvendo a subjetividade.

Psychoanalytical Association (IPA) sobre a formação e legitimação de psicanalistas.

Nossa investigação, diferentemente, pretende singularizar a presença do IBRAPSI neste panorama, mediante uma análise minuciosa de suas condições sociopolíticas de existência e de seus efeitos. A exposição que se segue constitui um dos primeiros passos neste sentido.

Façamos, para tanto, uma brevíssima incursão a alguns traços distintivos da formação psicanalítica nos primórdios da década de 70. Encontramos então, no Rio de Janeiro, dois estabelecimentos filiados à IPA: SPRJ (Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro) e SBPRJ (Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro). Reconhecidas internacionalmente na segunda metade da década de 50, as duas sociedades começam a aglutinar-se em associações e comitês de caráter nacional, ou latino-americano, desde o início dos anos 60; aliada à restrição do acesso à corporação médica e à manutenção de hierarquias internas bastante rígidas, tal tática se insere na estratégia de monopolização da formação e legitimação de psicanalistas. Conforme a expressão de Coimbra (1999), SPRJ e SBPRJ se dirão "guardiãs da 'verdadeira' psicanálise" (p. 82), invalidando aprioristicamente quaisquer tentativas outras de transmissão e/ou prática do legado freudiano.

Segundo Figueiredo (1984), o papel dos psicanalistas argentinos é fundamental para a modificação desse quadro. A vinda de tais profissionais para ministrar cursos e supervisões intensifica-se desde 1970 e traz múltiplas inovações, pois os agentes portam concepções distintas daquelas aqui difundidas pelas sociedades oficiais: criticam a limitação da prática analítica aos consultório privados, ambicionando ampliar o campo assistencial da psicanálise; em acréscimo ao ajuste clássico, introduzem diversas técnicas terapêuticas adjetivadas como psicanalíticas, quase todas caracterizadas por tendências grupalistas. Sendo assim, embora a prática privada de consultório continue a ser privilegiada como representando a psicanálise *stricto senso*, a ortodoxia torna-se cada vez mais passível de contestação.

Ao apoiar-se nestas circunstâncias, grande parte da literatura dedicada à difusão psicanalítica costuma fazer menção ao papel dos "psicanalistas argentinos" no Rio de Janeiro. Acatando provisoriamente tal denominação, aproximemo-nos do momento de penetração das ideias e práticas dos colegas platenses, procurando, outrossim, apreendê-lo de forma matizada, mediante uma ampliação do olhar em direção ao panorama latino-americano e internacional.

Os "psicanalistas argentinos" no Rio de Janeiro

A formação de psicólogos na Argentina, iniciada à década de 50[4], é intensamente mareada por influências psicanalíticas: José Bleger, Fernando Ulloa e David Liberman estão presentes nos cursos praticamente desde a sua criação.

Quando graduados, os psicólogos fazem com os antigos professores terapias, supervisões e grupos de estudo, sem que isto redunde em serem oficialmente reconhecidos como analistas (cf. BALÁN, 1991), visto que a APA (Associação Psicanalítica Argentina) restringe a entrada aos diplomados em medicina.

A formação em Psicologia, na qual se destacam os paradigmas e projetos de Bleger, caracteriza-se por uma perspectiva socioantropológica, destinada a promover um trabalho psicoprofilático nas áreas menos favorecidas da sociedade, dirigido às instituições e à comunidade. Bleger preconiza que o psicólogo, ao contrário do psicanalista, ganha "identidade" exatamente por ir além dos limites do consultório privado, tornando-se um "agente de mudança" social. Os psicólogos, contudo, passam progressivamente a considerar que a proposta de tal atuação "preventiva" nada mais seria do que uma forma conveniente, porque politicamente atraente, de justificar sua exclusão da formação analítica oficial (cf. BRICHT *et al.*, 1973).

[4] O primeiro curso universitário de Psicologia da Argentina foi criado na cidade de Rosário, em 1956. No ano seguinte, iniciou-se o da Universidade de Buenos Aires.

Apesar de manter invioláveis as sendas oficialistas, Bleger propugna por uma extensão da compreensão psicanalítica aos fenômenos sociais, necessariamente associada à dialética marxista. Ao mesmo tempo, outros membros da APA contribuem para a expansão das ideias freudianas na cultura argentina durante a década de 60, conquanto mais preocupados, no caso, com o êxito simbólico–mercadológico da doutrina do que com a ideologia política a que esta se associa. Assim, multiplicam-se os grupos de estudo privados, bem como os estabelecimentos paraoficiais de ensino, quase sempre sob a égide doutrinária de algum didata ou grupo de didatas. Tampouco neste caso, embora por razões diversas das alegadas por Bleger, defende-se a abertura da associação psicanalítica a agentes alheios à corporação médica.

Ao final dos anos 60, assistimos à eclosão da turbulência mundial representada pelas manifestações de maio de 68. Jovens corações e mentes desencadearam então uma onda de protestos em todo o mundo, sintetizável na formulação de um desejo: *mudar a vida.* Assembleias, passeatas, *slogans* e barricadas selaram alianças entre estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores para contestar a autoridade em toda a parte.

Nas palavras de Marcuse, maio de 68 significa “a grande recusa”: do autoritarismo, da centralização do poder, da tecnocracia, da burocracia, do consumismo, do cientificismo. Em suma, do totalitarismo em todas as suas manifestações —do Estado à vida cotidiana—, sejam elas de direita ou de esquerda. Também chamada *Internacional Estudantil*, a insurgência fez com que convergissem séries de fluxos até então dispersos, destacando-se neste processo: desejos de politização do cotidiano: constituição de novos campos de luta em torno do político: produção de formas alternativas de existência social, contestando diretamente os sistemas totalitários através da ação; surgimento de modos originais de intervenção no plano político, nos quais os elementos estéticos têm presença marcante (cf. RODRIGUES, 1990).

Na Argentina, a segunda metade da década de 60 começa exatamente sob o signo de tudo aquilo que será contestado pelo maio. Em 1966, Arturo Ilha, o presidente eleito, é alvo de uma conspiração militar–sindical, sendo deposto pelas Forças Armadas. Instala-se a autodenominada “Revolução

Argentina", sob a presidência do general Juan Carlos Onganía, que desde o início exerce violenta repressão sobre a universidade e os trabalhadores vinculados ao sindicalismo combativo. Mas se em termos do calendário instituído o período até 1968 transcorre sem que sejam demasiado visíveis as *barricadas do desejo*[5], os meses de abril e maio de 1969 tornam-se palco de inúmeros atos estudantis de protesto, que somam forças aos dos operários insatisfeitos. Partindo de Córdoba, as manifestações —apelidadas "Cordobazo"— multiplicam-se, atingindo Tucumán, Corrientes, Rosário e Buenos Aires. Decreta-se uma greve geral para o dia 30 de maio e a sempre tradicionalista APA adere ao repúdio à repressão exercida sobre estudantes e trabalhadores, publicando uma nota discreta nos jornais e suspendendo por um dia suas atividades[6].

O governo de Onganía, em represália às contestações generalizadas, adota medidas como o fechamento da Universidade de Córdoba, a criação de tribunais militares e o estabelecimento de um governo militar na província (cf. BEIRED, 1996). Ainda em 1969, os cursos de Psicologia são praticamente interrompidos, acusados de focos de subversão contra o regime.

No mesmo ano realiza-se o XXVI Congresso Internacional da IPA, em Roma, ocasião em que grupos europeus descontentes com a política da associação organizam um Contracongresso para pôr em debate: 1) a formação psicanalítica; 2) o significado, função e estrutura das sociedades psicanalíticas; 3) o papel social dos psicanalistas; 4) as relações entre psicanálise e instituições (cf. KESSELMAN, 1973).

Tais questionamentos redundam na formulação de críticas contundentes às ideologias burguesas presentes na psicanálise oficializada, culminando na criação de uma comissão internacional encarregada de conectar grupos de trabalho em diferentes países. Elabora-se, então, uma pauta de reivindicações, ou *Plataforma*, batizando assim o recém-criado movimento Plataforma Internacional.

---

[5] Título do livro de Olgária Matos (1981) sobre o maio francês.
[6] Acerca deste dia em que "os psicanalistas fizeram greve", consultar Carpintero e Vainer, 1999.

De volta a Buenos Aires, Armando Bauleo e Hernán Kesselman, candidatos da APA que haviam participado do Contracongresso, fundam o Grupo Plataforma Argentino, congregando outros colegas em torno dos temas críticos.

Dois anos depois, no XXVII Congresso Internacional da IPA, realizado em Viena, Plataforma Internacional posiciona-se para além de simples contestações organizativas, afirmando não passar sua atitude, fundamentalmente, "pelas revoltas institucionais, mas pelo compromisso dos psicanalistas com os povos empenhados em suas lutas de libertação" (KESSELMAN, 1973: 248). Neste mesmo ano de 1971, precisamente em 4 de novembro, todos os membros do Plataforma Argentino[7] apresentam renúncia formal à APA e à IPA através de uma declaração pública, na qual denunciam a ideologia burguesa da instituição oficial em todos os níveis de atividade: teórica, técnica, investigativa, didática e econômica (cf. SLAVUTZKY, 1983).

Pouco tempo depois, os analistas ligados ao grupo Documento, que questionavam igualmente o presumido apoliticismo da APA, também abandonam as sendas da psicanálise oficializada.

Se o Brasil teve o seu 68 "pontualmente", embora o país estivesse há quatro anos sob uma ditadura militar, muito depressa as lutas contra a mesma na forma de discursos, conclamações, passeatas e barricadas foram brutalmente interrompidas. Ao final do ano, o Ato Institucional nº 5 e o decreto 477 começaram a esmagar, através de braços militares e paramilitares, as batalhas visíveis travadas por parlamentares, intelectuais, religiosos, trabalhadores e estudantes. Restou, como extrema recusa, a luta armada —urbana ou rural—, sob a inspiração dominante do foquismo guevarista, combatida durante o Governo Médici (1969–1974) com uma

[7] São 18 os psicanalistas participantes do Plataforma Argentino quando da ruptura: Marie Langer, Gilberte Royer de Garcia Reinoso, Diego Garcia Reinoso e Emilio Rodrigué (didatas); Eduardo Pavlovsky (titular); Armando Bauleo, Hernán Kesselman e José Rafael Paz (associados); Lea Nuss de Bigliani. Fany Baremblitt de Salzberg, Gregorio Baremblitt, Guillermo Bigliani, Manuel Braslavsky, Luis Maria Esmerado, Andrés Gallegos, Miguel Matrajt, Guido Narvaez e Juan Carlos Volnovich (candidatos).

ferocidade da qual somente hoje começamos a conhecer minimamente os detalhes sórdidos e os protagonismos particulares.

Portanto, no momento em que alguns psicanalistas argentinos passam a frequentar o solo carioca, as inovações propostas, que em seu lugar de origem são objeto e instrumento de um debate acirrado, no qual a revolução nacional–popular, ou mesmo socialista, tem lugar privilegiado, aqui encontram um "milagre brasileiro" que alia, paradoxalmente, contestação e silenciamento. A categoria dos psicólogos, excluída da formação psicanalítica, luta por um lugar ao sol; a "cultura psicológica", que tanto reivindica a palavra e a expressão livres, está, paradoxalmente, em franca expansão; mas os anos são de perseguição e tortura, e não de "plataformas" que, embora também combatidas nas terras do Prata, ainda ousam por lá, pelo menos até o golpe de 1976, trazer alguns sonhos de transformação à luz do dia.

Neste sentido, será mesmo possível falar do papel dos "psicanalistas argentinos" no panorama *psi* carioca de forma ligeira e pouco nuançada?

Os "psicanalistas argentinos" no Rio de Janeiro?

A literatura existente sobre o tema descortina uma variedade de apreciações. Boa parte dela, partindo do problema da difusão da psicanálise, trata quase em bloco os analistas argentinos, considerando-os subconjunto dos inúmeros agentes de implantação/expansão da "cultura psicológica" nas grandes cidades brasileiras. Alternativamente, outros trabalhos, preocupados em articular tendências sociopolíticas e produção de subjetividades, esforçam-se por estabelecer campos de diferença e/ou conflito entre agentes, segundo suas produções teóricas, práticas concretas e/ou alianças institucionais, tanto em seu país de origem quanto no Brasil.

Visando a uma aproximação crítica ao tema, tomemos como exemplo da primeira postura a pesquisa empreendida por Figueiredo (1984). Ali, embora a expressão "os argentinos" emirja associada à relevância dos mesmos na constituição e expansão da APPIA (Associação de Psiquiatria e

Psicologia da Infância e da Adolescência)[8], outros grupos —destacando-se o CIAP (Centro de Investigação e Assessoramento em Psicologia)[9] e o CDI (Centro de Docência e Investigação)[10]—, bem como nomes particulares —qual Rodolfo Bohoslavsky[11]— são também subsumidos pelo rótulo, malgrado os diferentes momentos e espaços de influência, a variedade de posturas teóricas adotadas e a heterogeneidade das alianças institucionais estabelecidas. Mediante tal procedimento, embora não sejam *a priori* ignoradas as diferenças entre "os argentinos" —o trabalho é, inclusive, rico em especificações—, os distintos focos de origem dos profissionais e dos modelos de intervenção acabam por ser globalmente apreendidos pelo leitor como "tendo a psicanálise como suporte comum" e enquanto igualmente aptos a "proporcionar uma maior autonomização dos psicólogos em sua tentativa de apropriar-se da psicanálise" (FIGUEIREDO, 1984: 67).

Em contrapartida, os trabalhos que buscam romper com este efeito de totalização–homogeneização parecem preocupados em responder a duas indagações formuladas por Baremblitt (1987: 53), um dos tantos "argentinos" atuantes no Rio de Janeiro, integrante do Grupo Plataforma:

> Creio que cabe perguntarmo-nos, em primeiro lugar, se alguma vez existiu ou existe algo como "um grupo de colegas que chegaram da Argentina"(...) Em segundo lugar, nos caberia interrogar se existe ou existiu algo como "Escola Argentina" ou "os argentinos"...

---

[8] A APPIA mantinha fortes vínculos teóricos e institucionais com a ASAPPIA (Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência), organização à qual se filiavam os primeiros psicanalistas argentinos a ministrar cursos e supervisões em solo carioca, entre os quais Mauricio Knobel, Eduardo Kalina, Arminda Aberastury, León Grinberg e Arnaldo Rascovsky.

[9] Centro privado criado por psicólogas argentinas para ministrar cursos, assessorar instituições e, em especial, dirigir laboratórios grupais intensivos, sob a influência do Tavistock Institute, de Londres. Ao CIAP pertenciam Susana Pravaz e Esteia Troya que, em 1971, realizaram um diagnóstico institucional no Instituto de Psicologia Aplicada da PUC/RJ.

[10] Núcleo formativo de trabalhadores em saúde mental, com ampla participação dos grupos Plataforma e Documento. Detalhes sobre o CDI serão explorados no corpo do texto.

[11] Discípulo de Bleger e criador de um famoso paradigma de orientação vocacional sob influência psicanalítica.

A tais perguntas, o autor contesta com duas negativas: percebe os compatriotas, no Brasil, "comportando-se de forma feliz ou desafortunadamente heterogênea" (p. 53); faz desfilar uma série de referências bibliográficas, cujos fundamentos se estendem do kleinismo à Análise Institucional francesa, passando por diferentes vertentes do freudo–marxismo e/ou do lacanismo–althusserianismo, no intento de desestabilizar qualquer intuito de afirmar tendências unitárias entre os analistas de seu país.

Alguns estudos mais recentes, conquanto marcados por esta invectiva a enfatizar a multiplicidade, esforçam-se por delimitar campos de forças, apelando ao conceito de *geração*, por mais que o reconheçam como bastante problemático quando usado em pesquisa histórica[12]. Nesta linha, Coimbra (1995: 145) distingue duas gerações de argentinos no Brasil:

> A primeira (...) defende a 'verdadeira' psicanálise e a formação analítica nos moldes da IPA (...). Aqui seus interlocutores são os psicólogos — carentes de modelos para uma 'identidade' profissional— e, sobretudo, alguns psicanalistas da SPRJ e da SBPSP [Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo]. A segunda geração, que chega a partir de 1976, em sua maioria exilada, irá gradativamente romper com as instituições analisadas anteriormente, demonstrando uma expressiva vinculação político–social em suas práticas, além de introduzir novas estratégias e táticas de ação.

Consciente do novo campo de uniformização introduzido pelo termo *geração*, a autora se apressa em assinalar que, mesmo na "segunda geração", existem:

> os que vêm exilados, por questões de militância política; os que vêm por questões de mercado, após a implantação da ditadura militar na Argentina, que muito vai 'incomodar' os `*psi*' sem implicações políticas e (...) os que, mesmo por questões de exílio, encontram no Brasil um excelente 'mercado *psi*' (COIMBRA, 1995: 145).

A classificação em gerações, no entanto, não parece soar muito despropositada quando Coimbra se refere às reações dos psicanalistas das

---

[12] Para uma análise crítica do conceito de *geração*, por parte de um historiador, consultar Sirinelli, 1996.

sociedades oficiais, inclusive os por ela avaliados como mais progressistas, entrevistados em sua pesquisa: “insistem em dizer que a influência dessa ‘segunda geração’ de argentinos (...) é quase nenhuma”, sendo unânimes em afirmar que “a mais importante contribuição vem dos ‘oficiais’ do início dos anos 70” *(idem:* 150–151).

Finalmente, recente trabalho de Rodrigues (1999), dedicado à análise da historiografia das práticas grupais, retoma, apesar de todos os riscos, a expressão *gerações de argentinos.* Mediante o termo *geração* busca caracterizar menos um conjunto definido de agentes, uma temporalidade específica ou um paradigma fixo do que uma particular articulação entre estes elementos, enfatizando a necessidade de preservar, em qualquer análise, o vínculo entre a gênese teórico–técnica das práticas e a gênese social das mesmas; ou seja, suas condições histórico–institucionais de existência.

Nesta direção, afirma que na primeira metade da década de 70 uma “primeira geração” de argentinos —modernizadora, desenvolvimentista, sanitarista–preventivista, grupalista em compreensão (kleiniana, bioniana, pichoniano–blegeriana) e em extensão (mães, gestantes, crianças, adolescentes, pacientes orgânicos, professores, instituições)— vem ao Brasil e logo retorna a seu próprio país, sempre respondendo às demandas formativas que ela mesma ajuda a produzir. Já na segunda metade da década, uma “segunda geração” —igualmente grupalista, contudo também freudo–marxista, estruturalista, althusseriana, institucionalista, antipsiquiátrica, deleuze–guattariana *etc.*; em suma, “plataformista”— vem porque é obrigada a sair da Argentina em função do golpe militar de 1976 e tão cedo não pode retornar à terra natal.

A autora assinala, em destaque, que enquanto a primeira geração era bem acolhida pelos hierarcas oficialistas da Psicanálise do Rio de Janeiro, a segunda só recebe, por parte deles, desqualificação e desprezo.

Psicanálise e política nos anos 70

Com base nas considerações anteriores, retornemos à década de 70, momento em que a aparente tranquilidade que cerca a vinda de psicanalistas argentinos ao Rio de Janeiro é, decerto, apenas a face mais visível de um conflitivo e violento contexto sociopolítico presente no Cone Sul, inclusive nas hostes *psi*.

Durante o ano de 1970, dois acontecimentos são indicativos de tais circunstâncias. Em outubro, alguns integrantes do Plataforma Argentino, cada vez mais ligados à FAP (Federação Argentina de Psiquiatras) em busca de uma conexão sindical com as lutas estudantis e operárias, distribuem dentro da APA um panfleto de solidariedade a uma greve de trabalhadores. O presidente da Associação Psicanalítica protesta oficialmente em carta encaminhada à direção da FAP, qualificando a relação entre o órgão sindical e os psicanalistas como "pressão ideológica encoberta (...) impedindo a prévia assimilação reflexiva" (apud BRASLAVSKY e BERTOLDO, 1973: 35). Para o mesmo mês está convocado o VIII Congresso Latino-Americano de Psicanálise, a ser realizado em Porto Alegre, cujo tema fora previamente definido como "Violência e Agressão". No entanto, por solicitação da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre e da APB (Associação Brasileira de Psicanálise)[13], a temática — demasiado explosiva para a bem-comportada psicanálise oficial brasileira— é substituída pela presumidamente neutra "Correntes Atuais do Movimento Psicanalítico". A APA, embora tivesse votado contra a mudança, envia um relatório oficial. Alguns didatas da associação, entretanto, recusam-se a participar do encontro, qualificando o novo tema como "uma espécie de sintoma (...) que permita ultrapassar a barreira da censura, levando porém sua própria marca" (GARCIA REINOSO, Diego *apud* BRASLAVSKY e BERTOLDO, 1973: 36). Sintoma bem pouco enigmático para falantes da língua portuguesa,

[13] Associação que congrega, em nosso país, as sociedades filiadas à IPA.

diríamos nós, pois a Psicanálise latino-americana parece, efetivamente, aprisionada por rígidas *correntes*[14].

O mês de março de 1971, por sua vez, assinala a primeira apresentação orgânica do Plataforma Argentino dentro da APA. Em uma sessão plenária, dispositivo no qual os candidatos não têm direito a se manifestar, Eduardo Pavlovsky, membro titular, assume como própria uma análise radicalmente crítica do relatório oficial enviado ao VIII Congresso Latino-Americano, na verdade redigida pelo candidato Gregorio Baremblitt[15]. Até aquele momento, as ações de Plataforma haviam sido minimizadas dentro da associação, interpretadas como meras "rebeliões juvenis". A partir de então, tendo-se ouvido pela primeira vez nos salões do *petit hotel* da Calle Rodriguez Peia —a luxuosa sede da APA— os termos "internacionalismo" e "revolução" pronunciados em reunião de caráter institucional, fica-se tentado a concordar com as palavras de Braslavsky e Bertoldo (1973: 37): "isto [as 'rebeliões juvenis'] podia estar certo, mas era o menos importante da questão".

Com o fortalecimento de Plataforma e a emergência do Grupo Documento, abrem-se novas possibilidades e desafios: os excluídos da APA —uma minoria, por explícito desacordo político–ideológico; uma maioria, por discriminação corporativa (os psicólogos) ou econômica (altos custos da formação)— convertem-se em elementos de pressão, exigindo definições político–institucionais mais claras por parte dos analistas contestadores.

Como vimos anteriormente, tais definições serão explicitadas ainda em 1971, através da ruptura efetuada por Plataforma e Documento. A partir da mesma, os renunciantes, em lugar do pequeno e elitizado círculo da APA, encontram-se com amplos setores profissionais, mobilizados tanto pelas lutas políticas que sacodem o país como pelos redimensionamentos que estas implicam quanto às concepções e práticas em saúde mental. Nesta linha, a

---

[14] Ao contrário do que possa parecer ao nosso "portunhol" habitual, o termo *correntes,* no sentido de grilhões. não seria traduzido em espanhol pelo quase homófono *corrientes,* e sim por *cadenas.*

[15] O texto completo encontra-se publicado em Baremblitt (1973).

regional Capital Federal da FAP reúne-se às associações de psicólogos, de assistentes sociais e de psicopedagogos, constituindo uma frente sindical conjunta, a Coordenadoria de Trabalhadores em Saúde Mental (CTSM).

Ao final do ano, o Grupo Documento, frente à demanda de membros da CTSM de coletivizar um conhecimento até ali monopolizado pela APA[16], propõe a criação, no interior da Coordenadoria, do Centro de Docência e Investigação (CDI). O projeto ganha a adesão de diversos membros de Plataforma, sendo implantado em meados de 1972, com o objetivo de oferecer uma alternativa de formação analítica aos "trabalhadores de saúde mental" (TSM), novos personagens que entram em cena, *com* acesso à psicanálise *sem* passar pela IPA.

Esta formação, no entanto, deve incorporar as críticas teóricas, técnicas, políticas e institucionais que os agora *trabalhadores* em luta pela revolução fazem aos moldes *burgueses* de transmissão, investigação e ação. Sendo assim, o projeto do CDI pretende "levar em conta a necessidade do exame crítico dos suportes que fundamentam a prática dos TSM e das condições socioeconômicas concretas em que estas se realizam", situando a problemática da saúde mental "no contexto de uma sociedade dividida em classes, com interesses econômicos e políticos contrapostos", na qual "a saúde se converte em um privilégio das classes dominantes" (Projeto do CDI, *apud* BRASLAVSKY e BERTOLDO, 1977: 42). Por conseguinte, a formação deveria distanciar-se radicalmente de um mero aprendizado de doutrinas e técnicas, bem como incluir, na própria dinâmica organizacional, dispositivos críticos, "em ato", tanto dos modelos *ipeístas* como dos habitualmente utilizados em grupos de estudo privados.

Para tanto, estabelece-se um ensino não enciclopedista, sem seriação ou duração predeterminadas e que propugna pela horizontalidade nas relações professor–aluno. Três áreas foram implementadas: Teoria Geral

[16] Quanto a tal monopólio, concordamos com Baremblitt, para quem "o elitismo [da APA I contribuiu para criar uma profusa mitologia nos *outsiders,* pela qual tudo que pertence ao horto proibido é superior e inquestionável, e deve ser seguido acriticamente" (1974:77).

(Materialismo Histórico e Materialismo Dialético); Teoria Específica (Epistemologia, Teoria Psicanalítica, Nosografia e Psicopatologia Psicanalítica); e uma terceira vertente, chamada simplesmente “área 3” — recomendada a todos, docentes e discentes—, cujo objetivo seria o questionamento permanente dos métodos e técnicas empregados pelos TSM. Esta *área* deveria promover a análise do quanto tais métodos e técnicas estariam condicionados pelo modo de produção capitalista vigente, e propor transformações em uma direção crítico–revolucionária.

Conquanto seus membros participem da instalação do CDI, Plataforma se autodissolve ao final de 1972, por razões que Baremblitt (1974) sintetiza como “políticas”, incluindo o adjetivo, evidentemente, uma variedade de zonas de conflito —teóricas, ideológicas, partidárias. profissionais. de luta pelo poder institucional *etc.*—, cuja análise ainda está por ser realizada em minúcia. Julgamos, no entanto, que Braslavsky e Bertoldo (1977: 41) enunciam um promissor ponto de apoio:

> O fato político máximo deste grupo, a ruptura com a APA, marcou em sua própria cristalização o começo de seu declínio: a impossibilidade de repetir-se politicamente dentro da especificidade de sua tarefa. Os acordos ideológicos iniciais foram insuficientes para manter a coesão, pois a política os ultrapassava. A mudança de um cenário profissionalista para outro de sentido sindical coincidiu com um revigoramento das discussões políticas ante a perspectiva eleitoral...

O que em 1972 é perspectiva, em 1973 significa o retorno à democracia e, em especial, o regresso do peronismo, por 18 anos banido do cenário oficial, sob cuja bandeira conviviam as posturas e aspirações mais díspares (da burocracia colaboracionista e corrupta aos setores francamente revolucionários, passando por formas espontaneístas e ecléticas de “justicialismo”). A eleição do candidato peronista Hector Cámpora, seguida, poucos meses depois, por sua renúncia e novo processo eleitoral, traz o general Juan Domingo Perón de volta à presidência da nação, reativando esperanças de diversos matizes. No entanto, rapidamente crescem os enfrentamentos entre tendências peronistas, seguidos pela decisão do general de desencadear uma violentíssima perseguição aos Montoneros e à Juventude

Peronista, bem como às agrupações combativas da esquerda não peronista que eventualmente se aliavam às frações peronistas revolucionárias.

A CTSM e o CDI, antes funcionando em local pertencente ao Sindicato dos Gráficos, em 1973 haviam alugado sede própria, na Rua Thames, no bairro de Palermo, onde se realizavam tanto assembleias como aulas. A partir de 1974, esta forma legal de existência passa a ser bastante ameaçada, pois, principalmente após o falecimento de Perón, as "medidas antissubversivas" que este decretara são instrumentadas também sobre as universidades e outros setores de trabalhadores intelectuais, com explícita e amplamente tolerada participação da Triple A (Aliança Anticomunista Argentina). Assim, ao final de 1975 a polícia invade a sede da Rua Thames e, sob a alegação de uma presumida presença de material subversivo, aprisiona diversos alunos e professores.

Apesar do clima de terror que começa a solapar os projetos alternativos, o CDI resiste, chegando a pôr em marcha alguns projetos de publicações. Mas o golpe militar de março de 1976 não demora a encerrar as iniciativas remanescentes: o Centro fecha suas portas, temendo a onda incontrolável de prisões, sequestros e assassinatos, ainda mais porque "algumas vezes um ou outro general declarava na imprensa que Marx e Freud eram os inimigos da família e da pátria" (SLAVUTZKY, 1983: 52).

Durante o período 1974–1976, a par da experiência do CDI, implementam-se outros ensaios originais de formação, podendo-se entre eles destacar a EPFSO (Escola de Psicologia Freudiana e Socioanálise)[17], criada por Gregorio Baremblitt. Embora fosse uma escola privada, tampouco escapou por muito tempo à vigilância do aparato de segurança: ameaças de bombas assustam os participantes e, pouco antes do golpe, encerra-se esta experiência de articulação entre Psicanálise e Marxismo,

[17] Na EPFSO atuavam como docentes e/ou coordenadores de grupos operativos, entre outros, Juan Carlos De Brasi. León Rozitchener, Raul Sciarretta. Miguel Matrajt e Juan Carlos Volnovich. Na inauguração, em 1974, falou Oscar Masotta, indicando as relações de aliança então ainda possíveis entre lacanianos e marxistas.

que já incorporava amplamente, como instrumentos de intervenção e crítica, as ideias e ações da Análise Institucional francesa.

Considerações finais

Diante deste panorama (ou pesadelo?), são muitos os participantes de Plataforma, do CDI e da EPFSO, bem como dos movimentos de renovação desenvolvidos via cátedras universitárias, hospitais psiquiátricos e serviços de psiquiatria em hospitais gerais a deixar às pressas o país. O êxodo nem sempre espera até o golpe militar[18] e em nada se assemelha a viagens de cooperação cultural. Trata-se de exílio, por lúcida precaução ou ausência de opção.

Nesta linha de análise, é indispensável inserir aqui um breve adendo sobre as defasagens temporais que marcam nosso velho Mercosul das ditaduras. Embora concordemos que, conforme assinala boa parte da bibliografia dedicada à difusão da psicanálise, a década de 70 assista à expansão da "cultura *psi*" tanto na Argentina quanto no Brasil, julgamos que certas diferenciações no plano político estão aptas a tornar visíveis novas nuanças.

Enquanto a Argentina vive um período de lutas nacional-populares e/ou revolucionárias (1969–1973), nosso país está mergulhado no "milagroso" período dos anos de chumbo. Quando, por outro lado, aquela ingressa no prenúncio e desencadeamento do "Processo" ou "Guerra Suja" (1974/1976 em diante), aqui se inicia a distensão "lenta, gradual" e principalmente "segura" do Governo Geisel (1974–1979), pois ainda se vive sob o terrorismo de Estado e a Doutrina de Segurança Nacional.

É comum que se sublinhe ser este último Brasil um estranho país para exílio de "plataformistas". Consideramos, por nossa vez, incômoda a ausência de estranhamentos quanto às *tranquilas* visitas de psicanalistas àquele outro Brasil —o dos "anos de chumbo"— a fim de ministrar cursos e supervisões. Há, no caráter como que "constatativo" ou "factual' da narrativa

---

[18] Marie Langer exilou-se no México em 1974; Emilio Rodrigué em Salvador, Bahia, no mesmo ano.

de tais visitas, um pressuposto implícito: a possibilidade de analisar o campo psicológico colocando entre parênteses o contexto sociopolítico.

Em nossa perspectiva, tal suposição deve ser severamente questionada. E é através do estranhamento quanto a algumas *certezas,* como esta, *solidamente instituídas,* que afirmamos a singularidade das ações de uma “segunda geração” de argentinos em solo carioca —fundamental, a nosso ver, para uma reconstrução do percurso histórico da Análise Institucional no Brasil.

Referências bibliográficas

BALÁN, J. *Cuéntame tu vida. Una biografia colectiva del psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Planeta Espejo de la Argentina, 1991.

BAREMBLITT, G. *Ato psicanalítico e ato político.* Belo Horizonte: Segrac, 1987

______. “Consideraciones en torno al problema de la realidad en psicoanálisis y del psicoanálisis en la realidad *in* BAREMBLITT, G. *El concepto de realidad en psicoanálisis.* Buenos Aires: Ed. Socioanálisis, 1974.

______. “Psicanálise, ideologia e política” *in* BAULEO, A; LANGER, M (org.) *Questionamos a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BEIRED, J.L.B. *Breve história da Argentina.* São Paulo: Ática, 1996.

BRASLAVSKY, M.B.; BERTOLDO, C. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino” *in* LANGER, M (comp.) *Questionamos 2. Psicanálise institucional e Psicanálise sem instituição.* Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

BRICHT, S. *et al. El rol del psicólogo.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1973

CARPINTERO, E.; VAINER, A. *El día que hubo huelga de psicoanalistas.* Página 12. Buenos Aires. 27/05/1999.

COIMBRA. C.M.B. “Práticas ‘*psi*’ no Brasil do ‘milagre’: algumas de suas produções” *in* JACÓ-VILELA, A.M.; RODRIGUES, H.B.C.; JABUR, F

(org.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

______. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas* psi *do Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.

FIGUEIREDO, A.C.C. "Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro 1970–1983". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1984.

KESSELMAN, H. "Plataforma Internacional: Psicanálise e anti-imperialismo" *in* BAULEO, A; LANGER, M (org.) *Questionamos a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MATOS, O. *Paris 1968: as barricadas do desejo.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, H.B.C. "As novas análises". Projeto de Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. IMS/UERJ, 1990.

RODRIGUES, H.B.C. "Sobre as histórias das práticas grupais. Considerações sobre um intrincado problema" *in* JACÓ-VILELA, A.M.; MANCEBO, D (org.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

SIRINELLI, J.F. "A geração" *in* FERREIRA, M.M. e AMADO, J (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SLAVUTZKY, A. *Psicanálise e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1983.

"UM ROBESPIERRE RIO-PLATENSE E UM DANTON TUPINIQUIM?" — EPISÓDIOS DA ANÁLISE INSTITUCIONAL NO RIO DE JANEIRO[*]

Heliana de Barros Conde Rodrigues [**]

Depois de alguma frequência a encontros, simpósios ou seminários, qualquer integrante de mesa-redonda se torna extremamente cauteloso. Afinal, a tantas assistiu nas quais os participantes "expõem seu negócio" sem qualquer intercessão[1], que passa a aspirar a algo distinto. Neste sentido, preocupei-me de tal forma com o tema geral desta mesa, com os temas particulares das companheiras e com a articulação de tudo isso com meu próprio objeto de pesquisa —a história da Análise Institucional no Brasil—, que chego a recear que a quantidade de considerações preliminares a estabelecer supere em volume as intermediárias, quiçá as finais! Paciência... Se este for o caso, ao menos não nos sentiremos parte da constituição de um novo aglomerado de falações sobre as hegemonias no campo *psi*, que correm o risco, quase invariavelmente, de redundar em mera instauração de renovadas hegemonias (neste próprio campo ou em outros assemelhados).

Sendo curto nosso tempo de exposição, cria-se o paradoxo, pois as pesquisas históricas que vimos desenvolvendo inscrevem-se, geralmente, no modelo das longas durações[2]. Não necessariamente porque o período

---

[*] Este artigo corresponde ao material preparado para apresentação na mesa-redonda *Instituições e hegemonia psi*, no II Encontro Clio-Psyché (16 a 18/11/1999). Em função da escassez do tempo concedido a cada participante, não foi possível, naquele momento, expor a maior parte de seu conteúdo. Optamos por manter o plano original, no intuito de deixar registrados os pontos polêmicos que se pretendia pôr em análise junto às companheiras de mesa.

[1] O termo *intercessão*, conforme o estamos utilizando, deriva do conceito deleuziano de *intercessor*. Nesta linha, menos do que a uma interlocução, em que cada um dos participantes "reflita sobre" a fala do outro, à maneira de uma troca de ideias em busca de alguma verdade essencial, aspira-se a criar um *movimento:* "linhas melódicas estrangeiras umas às outras e que não cessam de interferir entre si" (DELEUZE, 1992: 156).

[2] A expressão *longas durações*, conforme manejada neste trabalho, apoia-se na introdução a *A arqueologia do saber* (Foucault, 1987: 3–20). Ali se relativiza bastante a oposição entre

abarcado seja secular em extensão —o desta mesa se estenderia, no máximo, às décadas de 60/70—, mas por se afastarem do "agitado" paradigma dos decretos (associados a governantes–autores) e dos enfrentamentos globalizantes (ligados a comandantes–mentores) sequencialmente datados —história–comemoração, história–homenagem, história–reconciliação[3]—, para buscar, nas permanências das forças em jogo, na produção repetida dos sentidos e das codificações, nos rearticulados gritos vencedores a transformar em sussurros, murmúrios ou mesmo silêncios as vozes dos vencidos, o processo efetivo de constituição de nosso *presente* —aquilo que, historicamente (e, portanto, contingencialmente), temos sido e/ou ainda somos.

Paralelamente. a fim de elaborar tal tipo de história —*genealogia* ou *ontologia do presente*, como prefere Foucault (1983)—, não há como ignorar a aventura do *atual*[4]. Somente as novas ficções políticas que nos desprendem, ainda que parcial ou momentaneamente, do que temos sido e/ou ainda somos, permitem ficcionar histórias que ainda não existem —ou, ao menos, não existiam—, porque delas somos (ou éramos) apenas elementos, experimentando-as como "quase-naturezas". Daí, também, certas características deste Encontro Clio-Psyché. Nele se apresentam muitos trabalhos que seriam ditos "não historiográficos", caso adotássemos o sentido hegemônico do termo historiografia. Ou seja, trabalhos que versam sobre discursos e práticas desinstitucionalizantes no percurso recente da Psicologia brasileira, que inventam políticas e, com isso, nos facultam ficcionar novas histórias —exatamente as histórias críticas de

continuidade e descontinuidade (busca de fixidez *versus* procura de ruptura), em benefício da ênfase em uma *história–construção (versus* história–relato ou história–rememoração).

[3] Sinto-me dispensada de maiores explicações sobre este tipo de narrativa histórica, visto estarmos a poucos passos dos "500 anos do 'descobrimento' do Brasil".

[4] O estabelecimento de uma produtiva distinção entre o *presente* e o *atual*, devemos a Deleuze (1989: 190–191): "O atual não é o que nós somos, mas, de preferência, o que nos tornamos, isto é (...) nosso devir-outro. Em todo dispositivo, é preciso distinguir (...) a parte da história e a parte do atual". Esta diferenciação nos parece análoga à enunciada por Foucault (1984) entre a *análise histórica propriamente dita* e a *dimensão experimental* da mesma, ambas imprescindíveis para a constituição de uma *atitude crítica* em face do presente.

nossos modos instituídos de constituição enquanto sujeitos de conhecimento, poder e ética. Nas belas palavras de Michel Foucault (1980: 75), "ficciona-se uma história partindo de uma realidade política que a torna verdadeira"; e, um pouco mais adiante, "ficciona-se uma política que ainda não existe partindo de uma verdade histórica". Sendo inseparáveis os dois movimentos, tanto as ações/intervenções que se anunciam rupturais quanto os discursos explicitamente historicizantes representam, em nossa perspectiva, as duas faces indispensáveis do encontro entre Clio e Psyché.

Nesta linha, o problema que me proponho a abordar —pois esta é também uma história de problemas ou mesmo *história-problema* [5] enquanto termo composto— se insere nas duas faces citadas. Isto porque a Análise Institucional[6] pretende-se, simultaneamente, como experimentação histórico–concreta de ruptura e como discurso investigativo necessariamente desnaturalizador, contingenciador ou historicizante dos modos de constituição das instituições[7]. Prática e saber nada hegemônica, ela se tem visto ultimamente relegada quer aos murmúrios dos vencidos quer ao esquecimento ativo, ou mesmo a coadjuvante um tanto "fora do lugar" no interior de histórias–problema outras —as da Psicanálise, em particular.

Esta última eventualidade não consiste necessariamente em uma falsificação[8], conquanto redunde, quase sempre, em atenuação ou

---

[5] A construção da narrativa histórica com base em problemas formulados a partir do presente é característica da Escola dos Anais desde a sua fundação, na França, ao final dos anos 20. Representa um dos procedimentos por ela adotados para afastar-se da história política de tipo positivista, com seus pressupostos realistas. A este respeito, pode-se consultar Febvre (1993), Dosse (1992) e Burke (1991).

[6] Ao longo deste texto, utilizamos *análise institucional, institucionalismo* e *movimento institucionalista* em sentido análogo; isto é, remetendo a um mesmo objeto.

[7] Por *instituições* estamos designando a fixação, em formas, das forças de produção de qualquer realidade, o que redunda na proeminência das dimensões de *registro* e *consumo* sobre a própria dimensão da *produção–criação.* Quanto a esta definição, ver Deleuze (1988: 83) e Lourau (1978: 136).

[8] O vínculo entre as histórias da Psicanálise e da Análise Institucional pode ser sugerido através de uma observação brincalhona, conquanto precisa, que me foi feita há anos por Osvaldo Saidón, num momento em que eu preparava uma aula a partir da pergunta "quais as

amortecimento de algumas das questões mais importantes que o movimento institucionalista se tem esforçado por promover. Assim, propor a elaboração de uma história da Análise Institucional no Brasil representa uma tentativa de não subordinar, *a priori*, as inquietações que o institucionalismo possa ainda vir a instaurar, ao percurso aparentemente "agitado", mas quase invariavelmente calcado na vertente da tranquilização/legitimação, daquilo que já possui arqueologia, história e até mesmo, talvez, pós-história... — para fazer referência ao título da apresentação de Jane Russo[9].

O problema envolvido na construção de uma história da Análise Institucional em nosso país se multiplica quando nos deparamos com a ausência quase completa de documentação, no sentido tradicional do termo. Em uma analogia um tanto exagerada com a historiografia dos grupos populares, das minorias, dos dominados[10], ela não tem registros escritos ou os tem escassamente[11]. Faz-se imprescindível, por conseguinte, o recurso às fontes orais, ou provocadas, com todas as reticências metodológicas que tal procedimento provoca, ainda mais, como no meu caso, quando se é agente-participante do que se pretende investigar.

Foi exatamente em uma dessas incursões "oralizantes" —uma entrevista recente com Armando Bauleo, um dos fundadores do Grupo Plataforma Argentino[12]— que busquei o "gancho" para estabelecer uma conexão aos trabalhos de minhas companheiras de mesa. Bauleo me "conta

---

contribuições da Psicanálise à Análise Institucional?". Disse-me ele então: "A grande contribuição são os agentes, quase todos ex-psicanalistas!" A este respeito, ver Rodrigues, 1992.

[9] Ver RUSSO, J. "A Pós-Psicanálise: entre Prozac e Florais de Bach", neste volume.

[10] Sobre a importância desta problemática para a constituição do campo da *história oral*, ver Ferreira (1994) e Thompson (1992).

[11] A escassez de documentação escrita a que nos referimos remete a normas organizacionais, regulamentos, atas de eventos *etc.* Paralelamente, dispõe-se de uma razoável bibliografia institucionalista (livros e artigos), bem como de uma boa quantidade de material publicado pela imprensa.

[12] Plataforma Argentino: primeiro grupo de psicanalistas a romper com a International Psychoanalytical Association (IPA) por razões declaradamente políticas. Ocorrida em 1971, tal ruptura, em função de um bastante antigo "Mercosul das ditaduras militares", redundou em exílios forçados de membros, discípulos e simpatizantes de Plataforma, fazendo de alguns deles agentes da história do institucionalismo em nosso país.

sua vida” —qual o título do interessante livro de Jorge Balán[13]— e frisa ter sido sempre “muito estudioso”: “Até hoje, quando alguém telefona e pergunta o que estou fazendo, às vezes respondo que ‘estou estudando’. As pessoas se surpreendem e retrucam: que é isso, Armando, não se fala mais assim depois de terminar a faculdade! No máximo, se diz ‘estou lendo’...”

Pois também eu andei “estudando”, nas últimas semanas, alguns dos escritos de Ana Cristina Figueiredo e Jane Russo. Da primeira, uma dissertação de mestrado, datada de 1984, pioneira no campo da história do movimento psicanalítico brasileiro das últimas décadas —*Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro 1970–1983*—, bem como o mais recente *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos (1997)*, tese de doutorado que põe em cena (e em análise) os “PPPês” —psicólogos, psiquiatras e psicanalistas— do instigante título da apresentação de hoje[14]. De Jane, andei visitando o artigo “Uma leitura antropológica do mundo *psi*”, incluído no livro que resultou do I Encontro Clio-Psyché (JACÓ-VILELA *et al.*, 1999) e, com isso, provavelmente começando a fazer a história de nossa história...

Darei início à discussão apoiando-me no trabalho de Jane para reportar-me, simultânea ou sucessivamente, aos de Ana Cristina. Esclareço que fomos as três, durante muitos anos, companheiras no Departamento de Psicologia de uma universidade privada, onde ensaiamos implantar uma formação cujos princípios, embora elaborados de maneira rigorosa, por vezes se viam, de forma jocosa, sintetizados nas seguintes aspirações: garantir que, ao final do primeiro período do curso, os alunos estivessem

---

[13] Ver BALÁN, J. *Cuéntame tu vida. Una biografia colectiva del psicoanálisis argentino.* Observe-se que “Cuéntame tu vida” foi o título dado na Argentina ao filme *Spellbound*, de Alfred Hitchcock, datado de 1945 e estrelado por Ingrid Bergman (no papel de uma psicanalista) e Gregory Peck (no papel, a princípio, de desmemoriado paciente). Tal título serviu a Balán para dar a seu livro uma tripla conotação: a da importância da Psicanálise como fenômeno cultural; a de solicitação de associações livres a um paciente; a de uma história baseada em fontes orais. Quanto ao filme, o tradutor brasileiro optou pelo título, sem dúvida menos sugestivo, embora mais romântico (ou mesmo piegas), “Quando fala o coração”.

[14] Ver Figueiredo, A.C., “Os “PPPês”: profissionais *psi* nos serviços de saúde mental”, neste volume.

certos de que a Psicologia nem sempre existira; de que tampouco sempre houvera uma Psicologia no Brasil; e, principalmente, de que a Psicologia não representaria "a verdadeira sabedoria", superior aos demais conhecimentos, apenas estes lamentavelmente tão imperfeitos[15]... Tudo isto cria um campo de coimplicação com a temática desta mesa que, seguramente, favorecerá uma confrontação que nos faculte pensar/agir/ser diferentemente do que temos feito —fator indispensável para continuar a viver neste mundo do pensamento unitário (único e totalitário).

Em seu artigo, depois de caracterizar brevemente o *boom psi* (especialmente psicanalítico) dos anos 70 no Brasil, Jane assim se refere a um momento de encontro entre os intelectuais do campo *psi* e a literatura socioantropológica e/ou antipsiquiátrica:

> Dentre as questões que eram problematizadas estavam a difusão da psicanálise e outras teorias ou práticas *psi*; a medicalização/ psiquiatrização do social; o atendimento psicológico às classes populares; a demanda por atendimento *psi*; de um modo geral, a história das práticas *psi* (RUSSO, 1999: 68).

Tais problematizações instauradoras, na provocativa metáfora utilizada pela autora, de uma verdadeira "lua-de-mel" entre *psis* e cientistas sociais, vão, ainda segundo ela, paulatinamente arrefecendo. Dando seguimento por nossa conta à metáfora, embora ainda apoiados no texto, entendemos que o casamento se desfaz não muito depois da primeira noite, quando Psyché já extraiu de seu suposto amado aquilo de que necessita, como arma, para as disputas particulares em seu próprio campo, no qual obtém um favorável rearranjo. Em uma grande síntese marcada por nossa própria ironia e que se arrisca a não fazer inteira justiça à argumentação incluída no artigo ora examinado, diríamos que o olhar desencantado do

---

[15] Esta última aspiração significava, a nossos olhos, a reversão de uma perspectiva surgida com frequência nas provas de alunos que se candidatavam à transferência para a Universidade onde trabalhávamos. Em uma delas, em particular, a candidata afirmava ser a Psicologia "o verdadeiro saber", enquanto os demais campos representariam "meros conhecimentos". Para este relato, lanço mão da memória, à maneira dos entrevistados sob o paradigma da história oral.

antropólogo e/ou o desnaturalizador do historiador nos servem, povo *psi*, para afirmar: (1) que a IPA (International Psychoanalytical Association) tem uma compreensão burocratizada da transmissão psicanalítica e, portanto, não necessitamos mais dela, podendo criar nossos próprios *locus* de formação (por mais que, *aggiornata*, ela agora nos abra as portas); (2) que a Psicanálise mesma nos oferece, saída de seu ventre invariavelmente revolucionário (senão, o que será de nós?), uma refundação lacaniana capaz de nos relegitimar enquanto psicanalistas críticos de quaisquer ingenuidades, adaptacionismos ou psicologismos do passado.

A partir deste panorama, por que não pedir divórcio às ciências sociais? Estas deixam de interessar, ainda mais porque podem, inclusive, ser retraduzidas no interior do campo psicanalítico refundado por Lacan: alguns "pequenos outros" e, principalmente, o "Grande Outro" nos dispensam das suspeitas históricas e antropológicas de que estejamos meramente *produzindo os* (e sendo *produzidos pelos)* objetos de nosso tratamento e/ou investigação. E se essa nova ortodoxia corre o risco de instalar renovadas hierarquias entre os "verdadeiros" e os "falsos" herdeiros/moedeiros do pensamento freudiano —como em 1984 já suspeita Ana Cristina, na conclusão de sua dissertação[16]—, pouco importa: está feita nossa Revolução Francesa (mas tão burguesa!) no interior do campo *psi*. Fiquem os cientistas sociais com a relativização, os antipsiquiatras com a crítica radical, os historiadores com suas inquietantes desnaturalizações: nós já temos a verdadeira maestria pela, e na, Psicanálise! Que este "narcisismo" —para utilizar seus próprios conceitos— esteja sujeito aos desafios da clínica —como novamente aponta Ana Cristina[17]—, é coisa de menor importância neste vai-e-vem centrífugo–centripeto[18]: se meu exterior

[16] "O movimento desencadeado a partir das teorias de Lacan toma para si essa tarefa de exercer a função de uma nova ortodoxia (...). As outras 'psicanálises' deverão ser imediatamente destacadas e sumariamente desqualificadas (...)" (FIGUEIREDO, 1984: 141).

[17] "Correndo o risco de uma certa leviandade, diríamos que essa proposta atende sobretudo ao narcisismo dos psicanalistas que é atingido diariamente pelo próprio desafio da clínica" (FIGUEIREDO, 1984:143).

[18] Em Figueira (1981), este movimento aparece como um "mecanismo peculiar" da teoria psicanalítica desde a sua emergência: ela absorve fenômenos heterogêneos através de um

—o histórico, o social, o cultural, o político...— pode sempre ser recodificado em meu interior, quem ousará desafiar-me?; ao menos durante umas boas décadas, já que o Antigo Regime psicanalítico, figurado por frágeis kleinismos e psicologias do ego, que de tão débeis necessitavam lançar mão de algo “fora” deles (o histórico, o social, o cultural, o político...), resistiu por tanto tempo...

Intrigada com tão simples fim de paixão —se é assim, que fazemos nesta mesa, neste evento?—, decido estudar a mim mesma. Na coletânea em que se encontra o artigo de Jane, releio um texto de minha autoria —“A oficina da história: método e ficção”— em que se divisa um cenário diferente: movimentos sociopolíticos, em lugar de casamentos falidos; novos personagens, ao invés de releituras; alianças, em alternativa a hierarquias; descentramentos e perdições, em que não se está casado (e dependente?) nem divorciado (e autossuficiente?), mas transformado (e transtornado).

> A partir daquele momento [final dos anos 70] encontramos novos personagens, ou companheiros. No plano discursivo, os escritos de Foucault, Castel, Deleuze, Guattari, Lourau, Lapassade, Goffman —para citar apenas meus principais encontros—, bem como aqueles das vibrantes antropologia urbana e história crítica da psiquiatria brasileira nos transformaram (...) de aspirantes à maestria na ‘fabricação de interiores’, em ‘mestres da suspeita’ quanto a nossos próprios dizeres e fazeres, sempre suscetíveis de nos configurar enquanto `guardiães da ordem’, ‘empresários morais’, ‘alugadores de orelhas’ ou (...) `psico-tiras’ (RODRIGUES, 1999: 41).

O fragmente citado não se apega a qualquer redistribuição de hierarquias no interior do campo *psi*. É, ao contrário, conduzido, pela mediação de uma referência às ações desinstitucionalizantes de Basaglia, a um presente em que as relações entre as intervenções *psi* e a justiça social

---

movimento centrífugo e sobre eles exerce uma homogeneização explicativa mediante um movimento centrípeto. Julgamos, porém, que esta alegada “vocação” (FIGUEIRA, 1981: 305) seria mais bem analisada caso a encarássemos na qualidade de *dispositivo* —rede estratégica articulada de discursos e práticas que configura o que se torna dizível e visível enquanto formação sócio-histórica (cf. FOUCAULT, 1979: 244). Neste caso, menos do que como *capacidade* —a ser reconhecida/respeitada— o vai-e-vem centrífugo-centrípeto poderia emergir como simples *limite* —a ser historicizado/contingenciado e eventualmente transgredido.

se fazem multiplicidade e pergunta, abandonando as sendas, até então, inabaláveis das afirmações autolegitimadoras e autoglorificantes (cf. RODRIGUES, 1999: 42).

Por que motivo somos, Jane e eu, levadas por caminhos discursivos tão diferentes? Uma resposta possível seria atribuir-me uma grande ingenuidade de avaliação. Não acredito nesta solução simplista e grosseiramente psicologista (ou politicista). Julgo, outrossim, que nesse momento —final da década de 70— se abrem duas histórias-problema distintas, embora entrecruzadas: a primeira permanece no interior dos limites, conquanto ampliados, das continuidades psicanalíticas; a segunda, se não inicia propriamente a trajetória da Análise Institucional no Brasil[19], "dá a partida" aos galopes desenfreados do que gosto de apelidar *cavalos do diabo*[20], em uma referência mais que simbólica à visita de Lapassade a nosso país, em um remoto 1972, quando, prosseguindo com a metáfora turfística, já se fazia o *canter* —galope ligeiro, de apresentação dos cavalos ao público, antes do páreo— do institucionalismo.

Por tais galopes desenfreados é responsável, em fração substancial, aquela que costumo denominar "segunda geração de argentinos". Não porque se diferencie da primeira pelas pessoas abarcadas —alguns nomes podem ser comuns—, mas pelas circunstâncias políticas, históricas, conceituais e estritamente institucionais envolvidas, tornando-a bem distinta daquele vai-e-vem[21] da primeira metade da década de 70, quando a primeira

---

[19] Já na década de 60 alguns intelectuais brasileiros desenvolvem perspectivas institucionalistas. Em uma enumeração não exaustiva, vale fazer referência a Chaim Katz e Marco Aurélio Luz, no Rio de Janeiro, e a Celio Garcia, em Belo Horizonte. Sobre o papel deste último na Universidade, ver MACHADO, M.M., "Práticas pedagógicas da psicossociologia nos anos 60/70", neste volume.

[20] *Les chevaux du diable é* o título do livro de Georges Lapassade, publicado em Paris em 1974, na forma de uma espécie de "diário de campo" relativo à estada no Brasil.

[21] Em analogia com o tema do vai-e-vem centrífugo–centrípeto anteriormente focalizado, vale mencionar a diferenciação que Percia (1989), atento ao problema do pensamento grupalista argentino, estabelece entre duas tendências: a de *aplicação* e a de *ruptura* ou *desvio*. No primeiro caso, trata-se de estender as ações clínicas da Psicanálise, "aplicando-a" aos grupos, para, qual um aluno "aplicado" —como se costuma dizer de um bom aluno—. regressar à instituição, prestando-lhe contas e relegitimando-a: "nunca haviam deixado de ser

geração aportava frequentemente em nosso país para responder às demandas que ela mesma ajudara a produzir[22].

Em meio a esta segunda geração se destaca, sem dúvida, a presença de Gregório Baremblitt. Chega em março de 1977, em fuga diante da crescente escalada de violência que acabou por deixar 30.000 desaparecidos na Argentina como macabro saldo do período ditatorial. E é o próprio Gregório quem me dirige, em carta datada de 25/01/1999, a frase que utilizei para compor o título desta apresentação: “Guardadas as devidas distâncias, pensei muitas vezes que o dispositivo [IBRAPSI][23] acabou distribuindo-se em uma espécie de contraponto entre um Danton tupiniquim e um Robespierre rio-platense, que teve consequências menos heroicas, contudo também algo menos cruéis que a revolução burguesa”.

Se também aqui se alude à Revolução Francesa, o aspecto frisado é bem outro que o por nós anteriormente utilizado com relação ao lacanismo. Munido da ruptura plataformista com a APA, da intensa participação sindical e política de muitos *psis* no país vizinho (e da suspeição de que foram consequentemente objeto, enquanto categoria[24]), de férteis contatos com uma literatura de articulação entre Marx e Freud (estendendo-se do Politzer dos anos 20 aos então recentes trabalhos de Lourau ou de Deleuze e Guattari, passando por Reich, Bleger, Pichón-Rivière e a epistemologia

---

psicanalistas. Faziam assim uma viagem a parte alguma” (PERCIA, 1989: 67). No segundo caso, divisa-se uma brecha quanto ao funcionamento institucional unificante: “tentativa de inaugurar o grupai não subordinado a uma legalidade ou série de princípios explicativos únicos. Desvio quanto ao modelo de aplicação, saída da direção autorizada e entrada em outra encruzilhada de sentidos” (PERCIA, 1989: 68). A nosso ver, estas duas tendências esboçam com algum grau de clareza as características da primeira e segunda gerações, respectivamente.

[22] Para um detalhamento da distinção entre as duas gerações de argentinos, ver Coimbra (1995) e Rodrigues (1999a). Para uma abordagem menos preocupada com a diferenciação, pois as incorpora *a priori* ao problema da difusão da Psicanálise, consultar Figueiredo (1984).

[23] Instituto Brasileiro de Psicanálise. Grupos e Instituições, organização fundada por Gregório Baremblitt, Luís Fernando Mello Campos e Chaim Katz, em 1978, da qual participei como aluna, professora e coordenadora de grupos operativos, de 1980 a 1983.

[24] Tanto durante a ditadura de Onganía quanto no decorrer do “Processo” ou “Guerra Suja”, Os *psis* foram encarados na Argentina como “subversivos em princípio” e, por conseguinte, bastante perseguidos. Para detalhes a respeito, consultar Perda (1989), Bauleo e Langer (1987) e Vezzetti (1987).

althusseriana), Gregório é um jacobino rio-platense, obsecado por transformar, em *trabalhadores* em Saúde Mental, os girondinos tupiniquins (ou "cariocas", afinal é tudo nome indígena...), que já então se dividem entre a causa da Revolução e a da Restauração dos privilégios (que deveria comportar, é claro, uma "adequada" divisão do trabalho e das vantagens financeiras entre velhos e novos *profissionais).*

Os episódios que têm marcado a trajetória desse Robespierre entre os Dantons é razoavelmente conhecida[25]: os bem-sucedidos grupos de estudo[26]; a intervenção institucional no CESAC (Centro de Estudos de Antropologia Clínica[27]); a criação do IBRAPSI, um instituto de formação em Psicanálise e Análise Institucional, sob o paradoxal regime de propriedade privada; a promoção do I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições[28]; as polêmicas midiáticas com os representantes da Associação Brasileira de Psicanálise (destacando-se a com Leão Cabernite, analista didata de triste figura[29]); a veloz expansão da Clínica Assistencial do IBRAPSI, que chegou a atender cerca de 500 pacientes por ano; a formação

---

[25] Receio, contudo, que os mais jovens a desconheçam quase inteiramente: o passado é uma zona asperamente disputada. conforme nos adverte Chesneaux (1995: 24).

[26] Segundo me diz em entrevista o próprio Gregório, não muito tempo depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, já possuía cerca de 200 alunos. Sempre irônico e crítico, acrescenta: "Eu era uma espécie de combinatória de Jacques Alain Miller com Che Guevara".

[27] Para apreciar algumas das análises efetuadas por Baremblitt, consultar Katz (1984: 291–294), que transcreve trechos do "Informe diagnóstico, prognóstico y indicación reorganizativa del Centro de Estudios en Antropologia Clínica" (Rio de Janeiro, 1977).

[28] Realizado de 20 a 22 de outubro de 1978 nos salões do Hotel Copacabana Palace, na qualidade de primeiro evento promovido pelo IBRAPSI, contou com a presença, entre outros convidados internacionais, de Guattari, Basaglia, Castel, Szasz, Goffman e Becker, muitos em primeira visita ao Brasil.

[29] Consultar o *Jornal do Brasil* de 10/12/79, 1/2/80 e, especialmente, 4/6/80, no qual Cabernite declara, no que foi então considerada uma clara alusão a Baremblitt e ao IBRAPSI: "Uma ruidosa legião de psicopatas tomou de assalto a psicanálise". Pouco tempo depois (setembro de 1980), durante o ciclo de debates "Psicanálise e Política", promovido pela Clinica Social de Psicanálise, na PUC/RJ, um membro da plateia, ex-preso político, denuncia Amílcar Lobo, candidato da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) e analisando de Cabernite, como integrante da equipe de torturadores do DOI-CODI. Observe-se que tal denúncia havia sido feita anteriormente na edição argentina de *Cuestionamos* 2, sob o título "Algo más sobre tortura" (BAULEO e LANGER, 1973) e que a edição brasileira do mesmo livro (LANGER, 1977) não inclui o referido texto.

em massa, barata e aberta a todos os tipos de agentes de nível superior; as batalhas verbais, via *Folhetim* —caderno cultural da *Folha de S. Paulo*—, com o ex-sócio Chaim Katz[30]; o polêmico processo de transformação do IBRAPSI em cooperativa; a saída de cerca de 50 membros, entre alunos, professores e coordenadores de grupo[31]; o declínio da organização (coincidindo, no tempo, com a Campanha das Diretas, no Brasil, e o processo de redemocratização, na Argentina); a mudança de Gregório para Belo Horizonte; a criação do Instituto Felix Guattari[32]; o produtivo contato com sindicatos e associações em terras mineiras; e, sempre, as falas e publicações[33] provocativas e instigantes.

Uma exposição matizada de todo este processo excederia em muito o tempo/espaço de que disponho. Por essa razão, limitar-me-ei a abordar uma situação que considero historicamente *analisadora*[34], visto que define com alguma nitidez, na forma como a apreendo, a diferença anteriormente assinalada entre meu texto e o de Jane. Trata-se de um percurso político–institucional que tem início com o chamado "Grupão". Pelos idos do final de 1977, começam a reunir-se cerca de 50 pessoas —psicólogos, médicos, assistentes sociais e alguns já psicanalistas— para discutir a possibilidade de criar uma sociedade de formação alternativa às então existentes. Do "Grupão" participavam, como convidados, Gregório Baremblitt —recém-chegado ao Brasil— e Chaim Katz —"primeiro psicólogo a se 'autorizar'

[30] Consultar, como exemplo, os números de 20/6/82 e 1/8/82.
[31] Grande parte deste grupo fundará, em 1984, o Núcleo —Psicanálise e Análise Institucional, do qual fui participante.
[32] Organização não governamental criada em Belo Horizonte (1995). Dedica-se ao ensino, à pesquisa, às publicações e à prestação de serviços, tendo como base conceitual diversas correntes do movimento institucionalista, especialmente as ideias de Deleuze e Guattari.
[33] Dentre os livros escritos e/ou organizados por Baremblitt é possível destacar, em uma enumeração não exaustiva: Progressos e retrocessos em Psiquiatria e Psicanálise (Global, 1978); Grupos: teoria e técnica (Graal, 1982); O inconsciente institucional (Vozes, 1984): Ato psicanalítico, ato político (Segrae, 1987); Cinco lições sobre a transferência (Hucitec, 1991); Compêndio de Análise Institucional e outras correntes (Rosa dos Tempos, 1993); Introdução à Esquizoanálise (I.F.G., 1998).
[34] Analisador histórico: acontecimento no qual uma peculiar composição de forças favorece a análise coletiva das instituições em jogo. Contrapondo os analisadores aos analistas especializados, os institucionalistas gostam de afirmar que "a análise é feita pelos analisadores".

psicanalista sem ter passado pelos rituais oficiais legitimadores dessa categoria profissional", no dizer de Passos (1984: 78).

Chamado como "consultor" em função de sua experiência institucional na Argentina, Baremblitt, já no primeiro encontro, expõe o que julga serem as alternativas possíveis à formação ipeísta, pondo em cena dois caminhos: o do grupo lacaniano —que conhecia bastante bem, pois estudara com Oscar Masotta e fora, inclusive, signatário da ata de fundação da Escola Freudiana de Buenos Aires (EFBA), em 1974— e o inspirado em vertentes de Plataforma, que considerava o mais desejável. Este último paradigma institucional seria basicamente caracterizado por uma postura política de esquerda e pela incorporação de um multifacetado e significativo número de agentes[35], o que supostamente teria por efeito a desestabilização das sociedades oficiais, das quais, por sinal, se deveria recusar qualquer ingerência ou mesmo colaboração.

Depois de muitas reuniões e debates[36], o "Grupão" reduz-se a um "grupinho" —13 mulheres, todas psicólogas, e um homem, assistente social— que, em janeiro de 1978, fundam o NEFF (Núcleo de Estudos e Formação Freudiana). Dá-se imediatamente início ao processo de legalização, ao mesmo tempo que se contratam aulas de Teoria Psicanalítica (com Chaim Katz) e de Epistemologia Regional da Psicanálise (com Gregório Baremblitt), além de se colocarem em funcionamento os seminários clínicos e as assembleias institucionais.

---

[35] Este caminho inspirava-se na experiência do CDI (Centro de Docência e Investigação), organização formativa criada em Buenos Aires (1972) por iniciativa da CTSM (Coordenadoria de Trabalhadores em Saúde Mental), ativo núcleo político-sindical derivado da aliança entre a Federação Argentina de Psiquiatras, a Associação de Psicólogos, a Associação de Assistentes Sociais e a Agrupação de Psicopedagogos. A experiência do CDI desenvolveu-se muito produtivamente entre 1972 e 1975, quando começou a ser inviabilizada pelos constantes atentados por parte da "Triple A" (Aliança Anticomunista Argentina) e pelas repetidas invasões da polícia a sua sede (cf. SLAVUTZKY, 1983: 30–57). Baseado na experiência do CDI, Gregório chegou a fundar em Buenos Aires uma escola privada, a EPFSO (Escola de Psicologia Freudiana e Socioanálise), que teve curta duração, pelos mesmos motivos.
[36] Consultar, a respeito. Passos (1984: 80–93) e Baremblitt (1987: 47–52).

O projeto do NEFF incluía aspectos tais como a crítica à elitização do conhecimento psicanalítico; a busca de ampliação do campo, de modo que atendesse às necessidades da população brasileira; o rompimento com as hierarquias institucionais via funcionamento em regime autogestionário; e, com destaque, "o respeito ao 'desejo', considerado, segundo a proposta de trabalho do grupo, a regra básica do saber psicanalítico" (PASSOS, 1984: 81). Tratava-se, em suma, de uma espécie de "híbrido" entre os dois caminhos antes apresentados por Baremblitt: elite de profissionais desejantes e massa de trabalhadores de esquerda.

Não acompanharemos em detalhe os desdobramentos do percurso do NEFF, optando por ressaltar apenas dois movimentos cruciais, que convergem para um mesmo campo de análise histórico–política. Em primeiro lugar, antes mesmo que a organização fosse oficialmente fundada, ou seja, ainda nos tempos do "Grupão", Baremblitt havia apresentado um projeto institucional para a criação do NEFI (Núcleo de Estudos e Formação Interdisciplinar), que não obteve suficiente adesão ou aglutinação de forças. Entre um F (freudiana) e um I (interdisciplinar), sem qualquer concessão de nossa parte à primazia do significante, delineavam-se as forças então em jogo: (a) o fechamento, a legitimação fundamentalmente conseguida entre o público erudito, a "distinção" (no sentido que dá ao termo Pierre Bourdieu); e (b) a explícita articulação com o campo social, cultural e político, em ruptura com o especialismo–profissionalismo–corporativismo–psi. Em segundo lugar, fortalecendo nossa visão de que "a historicidade que nos domina é belicosa, e não linguística" (FOUCAULT, 1979: 7), temos a ocorrência de outro episódio significativo.

Após a formação da primeira turma do NEFF, em reunião extraordinária convocada com o objetivo de discutir insatisfações com o curso de Epistemologia[37], 15 pessoas comunicam o desejo de abandonar o

[37] O curso já não era, então, ministrado por Baremblitt, que se retirara definitivamente do NEFF. A temática abordada afastara-se do marxismo, voltando-se para uma Introdução Geral à Filosofia (cf. PASSOS, 1984: 89).

NEFF, alegando que querem “estudar Psicanálise”[38], enquanto os demais prefeririam “fazer política” (cf. PASSOS, 1984: 91). Está assim atualizada uma categoria de acusação que, até os dias de hoje, será insistentemente manejada nas batalhas institucionais do campo *psi*. Dilacerado entre dois campos de atração e incapaz (ou incapacitado) para articulá-los ou imanentizá-los, o NEFF naufraga ao final de 1978.

Decidimo-nos pela exposição dos conflitos que fizeram ir a pique o NEFF, em lugar de abordar o percurso do próprio IBRAPSI, pois, a nosso ver, analiticamente mais importante do que as disputas que indubitavelmente também marcaram este último, é o confronto de forças que dá nascimento, ao final dos 70, tanto ao IBRAPSI quanto aos grupos lacanianos. Se o IBRAPSI esteve sempre mergulhado em contradições[39], mais vale, a seu respeito, priorizar um aspecto institucionalmente condicionante: fundou-se, resistiu seis anos, formou inúmeros agentes, publicou diversos livros, promoveu alguns simpósios e seminários, associou-se —não tanto quanto o desejado (ou desejável?)— a movimentos sociais, envolveu-se nas lutas pelos direitos humanos *etc*. Talvez possamos entender a relevância de tudo isso se nos recordarmos da resposta que Marie Langer, *La Pasionaria*[40] de Plataforma, deu a Enrique Guinsberg quando este lhe perguntou o que haviam conseguido, afinal, os contestadores de Plataforma diante da Associação Psicanalítica Argentina (APA). Mimi respondeu simplesmente: “(...) diante da APA, conseguimos sair, o que já *é bastante”* (LANGER *et al.*, 1987: 99–100; grifo nosso).

De um análogo “bastante”, que figura a saída de um dispositivo de antiprodução moldado pela *cadeia centrifugo–centrípeta* da instituição Psicanálise, se criaram as condições de existência do IBRAPSI e, segundo avalio, o efetivo desencadeamento da Análise Institucional no Rio de

---

[38] O grupo que traz este argumento se retira do NEFF e logo virá a fundar o IFP (Instituto Freudiano de Psicanálise).

[39] Para apreciar o debate em torno do IBRAPSI, comparar Katz (1984: 297–307) e Baremblitt (1987: 137–148).

[40] O apelido decorre da participação de Marie Langer, durante os anos 30, nas Brigadas Internacionais em defesa da República Espanhola. Para detalhes, consultar Langer *et al.*, 1987.

Janeiro. Ao perceber que esta afirmação quase figura uma topologia, prossigamos apelando a intercessores matemáticos.

Segundo diversos autores[41], o *boom psi* dos anos 70, do qual ainda somos em parte herdeiros, poderia ser apreendido como um singular produto de dois fatores: a acelerada modernização das camadas médias urbanas das grandes cidades brasileiras e as aspirações da categoria dos psicólogos à legitimação psicanalítica. Creio, contudo, que faltam matizes e mesmo fatores outros a este produto: não só, no primeiro caso, uma maior politização do conceito de modernização —para a qual a articulação com o plano macro dos regimes ditatoriais autoritários desempenha papel preponderante[42]— como, no último, o acréscimo de terceiros, quartos, ... enésimos elementos analíticos[43] que possam dar conta de decisões/adesões a campos (ou a "fora dos campos") em relação aos regimes de verdade então vigentes ou em vias de invenção. Em nossa perspectiva, destes matizes e

---

[41] Destacam-se, nesta linha, as análises de Figueira (1991), recentemente retomadas por Mezan (1998).

[42] Esta especificação de matizes está há muito descrita nos textos de Katz (1977; 1984) e, mais recentemente, Coimbra (1995). No segundo destes trabalhos destaca-se a linha de análise intitulada "política de poder". Nesta, a antes abstrata *modernização* urbana brasileira (com seus "quase neutros" desmapeamentos e remapeamentos, conforme teorizados por outros autores) se vê habilmente matizada pelo recurso à presença, especialmente a partir de 1968, das estratégias ditatoriais–autoritárias, agenciadas através da particularização (quase livre de disputas) das ofertas da academia e da mídia: "começa a cassação oficial selecionada dos professores 'mais politizados' e dos agentes *modernizadores (politicantes, historicistas*) dos saberes brasileiros acadêmicos (...) [Os meios de comunicação de massa] procurarão reprimir a política de sua produção, e isso é um *modo político de produzir* (...) Ora, para um país onde os *mais de 63% da população que viviam no meio urbano* já tinham tido uma experiência política, não bastava a produção do pensar despolitizante; havia que produzir algo que ficasse *no lugar da política* (...) as linguagens e saberes psicológicos" (KATZ, 1984: 288; grifos nossos).

[43] O historiador italiano Giovanni Levi revaloriza a oralidade (incluindo o biográfico) na prática historiadora, sugerindo que faculte "uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, (...) que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas" (LEVI, 1996: 180). Acreditamos que a incorporação, em nossa pesquisa, dos procedimentos da história oral permita, portanto, não só multiplicar os elementos analíticos (as regras, as normas) como apreender a diversificação das práticas apta a singularizar o percurso histórico do institucionalismo em nosso país.

fatores a acrescentar derivariam as histórias singulares, conquanto articuladas, da Psicanálise e da Análise Institucional no Brasil.

Concluindo esta apresentação, gostaria de propor algumas perguntas às companheiras de mesa, reafirmando meu intuito de estabelecer, agora afirmativamente, *intercessões* —planos que nos arrastem para fora das topologias preestabelecidas. Embora minhas tentativas venham em forma de indagações —o que não é, talvez, o melhor recurso—, estas devem ser entendidas como associações nem-sempre-tão-livres com os tortuosos caminhos até aqui delineados.

Em *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos*, Ana Cristina relança, dirigindo-o aos profissionais da rede pública, o desafio da clínica ao narcisismo psicanalítico. Na seção dedicada ao “jogo dos 3 P”, referindo-se aos psicólogos, uma frase chama especial atenção:

> Suponho que esses profissionais tiveram maior acesso à literatura referente aos estudos sociológicos e antropológicos sobre a chamada população de baixa renda e ainda permanecem sob o impacto *paralisante* de suas revelações que, sem dúvida, são fundamentais para se pensar a clínica. Entretanto, sabemos que ao clínico compete ir adiante de posse dessas informações, *sem, contudo, erigi-las à condição de instrumento clínico.* Esse *nunca foi o objetivo* dos cientistas sociais (FIGUEIREDO, 1997: 92; grifos nossos.).

Na falta de melhor instrumento, levanto algumas associações indagadoras: por que impacto paralisante?; o que são instrumentos clínicos?; que instância os delimita *a priori?;* por que motivo os estudos sociológicos e antropológicos (ou históricos, ou epistemológicos, ou filosóficos...) não podem, peremptoriamente, ser instrumentos analíticos na clínica?; qual teria sido, afinal, o objetivo dos cientistas sociais ao formularem reflexões sobre a população de baixa renda (bem como sobre a psicologização, a demanda de atendimento psi, a história das práticas *psi etc.*)?

Apoiada no último ponto, volto-me para Jane. Antes de propor perguntas, porém, devo reportar-me à conclusão de seu artigo, na qual se

faz referência a um conjunto de profissionais *psi* que teria mantido um razoável grau de diálogo com os antropólogos.

> Refiro-me aos profissionais que trabalham no campo da psiquiatria — psiquiatras ou não— pretendendo uma visão crítica e política da prática psiquiátrica, vinculados ao movimento da chamada 'Reforma Psiquiátrica'. Estabeleceu-se, a partir desse diálogo, todo um campo de estudo e pesquisa que se convencionou chamar de 'Saúde Mental', em que teorias e métodos antropológicos são amplamente utilizados a partir de seu potencial de crítica às instituições estabelecidas, às formas usuais de representação da doença mental *etc.* (RUSSO, 1999: 73).

Neste sentido, indago: que características político–institucionais teve a aproximação entre os cientistas sociais e os *psi à* época da lua-de-mel rapidamente interrompida?; que características político–institucionais tem o atual namoro (ou amizade) com os profissionais vinculados ao movimento da Reforma Psiquiátrica?; representa ele uma reminiscência dos tempos da lua-de-mel (namoros ou amizades podem resistir, embora casamentos se rompam) ou constitui um fenômeno totalmente novo quanto aos agentes envolvidos?[44]; a duração, ou emergência, deste namoro não nos deveria levar a repensar as críticas apressadas tantas vezes dirigidas aos projetos de formação de *trabalhadores em saúde mental*?

Quanto ao último ponto, permito-me uma derradeira digressão. A literatura socioantropológica, sociopolítica ou sócio-histórica, bem como o otimismo prático e desinstitucionalizante da tradição basagliana em face do pessimismo instituído, e tantas vezes cínico, das teorias relativas ao psíquico ou subjetivo (portadoras da aparentemente inevitável, embora sempre móvel, dimensão *normal–patológico)* há muito nos conduziram a perspectivas bastante críticas quanto à vertente de controle–disciplinarização necessariamente involucrada pelo que se convencionou

[44] Ao falar em "agentes envolvidos", refiro-me menos a pessoas concretas particulares —estas, evidentemente, podem (ou devem) ser outras— do que a linhas de *transmissão/formação* (noção bem menos vaga que a de influência).

chamar campo da "saúde mental"[45]. Neste sentido, façamos da expressão "saúde mental" meramente o fundo para uma figura —os *trabalhadores* e, consequentemente, o *trabalho.* Prosseguindo nesta direção, ensaiemos levar às suas consequências mais radicais a frase que se segue[46]:

> Trabalho: aquilo que é suscetível de introduzir uma diferença significativa no campo do saber, ao custo de um certo esforço (...) , e com a eventual recompensa de um certo prazer, quer dizer, de um acesso a uma outra imagem da verdade (FOUCAULT *et al.*, 1989: 7).

Se é que ainda existe, e se é que deve continuar existindo Análise Institucional no Brasil, creio que seja sob esta égide. Nosso Robespierre rio-platense muitas vezes tentou transmiti-lo à maneira de uma cena do filme *Danton,* de A.Wajda, onde, conforme a recordo, uma criança deve repetir prontamente "liberdade, igualdade, fraternidade" ante a ameaçadora palmatória de um preceptor autoritário. Esta análise, todavia, fica para outra ocasião. Hoje, mesmo correndo o risco de alguma mitificação do personagem, quero terminar lembrando que muitas vezes Gregório também nos fez rir e pensar, ou pensar porque rimos muito. Em uma delas, quando de sua primeira estada em Buenos Aires após o exílio, ao dizer, no retorno ao Rio de Janeiro: "Los psicólogos argentinos tienen más miedo a Lacan que a la policia". Não é uma boa jogada de *marketing,* mas não deixa de ser uma formidável advertência quanto a todas as mortíferas, por mais que sutis, relações institucionais conducentes a legitimações e hierarquias invalidadoras.

---

[45] A este respeito, consultar o trabalho "Organização de instituições para uma Psiquiatria Comunitária", de Birman e Costa (1994), originalmente datado de 1976 (enquanto Relatório Oficial do Segundo Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil).

[46] Não ignoramos que Foucault e colaboradores se referem, em primeira instância, ao *trabalho de pesquisa.* Pensamos, no entanto, que a afirmação se presta igualmente a uma reflexão sobre as ações no campo da saúde mental. Em apoio a tal suposição, basta transcrever a última frase do artigo de Jane Russo: "Não se trata aí [atual diálogo dos profissionais *psi* com os antropólogos], é bem verdade, de uma leitura antropológica do mundo '*psi*', mas do modo como a leitura antropológica pode, sem trair sua ética —que prevê sempre o estranhamento (e o desencantamento)— sustentar uma *prática crítica e transformadora"* (RUSSO, 1999: 73; grifos nossos).

BALÁN, J. *Cuéntame tu vida. Una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Planeta Espejo de la Argentina, 1991.

BAREMBLITT, G. *Ato psicanalítico, ato político.* Belo Horizonte: Segrac, 1987.

BAULEO, M.; langer, m. "Algo más sobre tortura" *in* LANGER, M (comp.) *Cuestionamos 2. Psicoanálisis institucional y psicoanálisis sin institución.* Buenos Aires: Granica, 1973.

______; ______. "À manera de epílogo: post-scriptum" *in* LANGER, M (comp.) *Questionamos —1971. Plataforma-Documento: ruptura con la A.P.A.* Buenos Aires: Búsqueda, 1987.

BIRMAN, J.; COSTA, J.F. "Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária" *in* AMARANTE, P (org.) *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.

BURKE, P. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

COIMBRA, C.M.B. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas* psi *no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

DELEUZE, G. *Foucault.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

______. "Qu'est qu'un dispositif?" *in* ASSOCIATION POUR LE CENTRE MICHEL FOUCAULT. *Michel Foucault philosophe.* Paris: Seuil, 1989.

______. "Os intercessores" *in* DELEUZE, G. *Conversações.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio/ Unesp, 1992.

FEBVRE, L. *Combates por la historia*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.

FERREIRA, M.M. “História oral: um inventário das diferenças” *in* FERREIRA, M.M (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FIGUEIRA, S.A. “Psicanálise e História: a história psicanalítica de Alain Besançon” *in* FIGUEIRA, S.A.; VELHO, G (orgs.) *Família, psicologia e sociedade.* Rio de Janeiro: Campus, 1981.

______. “Notas sobre a cultura psicanalítica brasileira” *in* FIGIEIRA, S.A. *Nos bastidores da Psicanálise.* Rio de Janeiro: Imago, 1991.

FIGUEIREDO, A.C. “Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro 1970–1983”. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1984.

______. *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

FOUCAULT, M. “Sobre a história da sexualidade” *in* FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

______. “Interview with Lucette Finas” *in* MORRIS, M. E PATTON, P (orgs.) *Michel Foucault: Power, truth and strategy*. Sidney: Federal publications, 1980.

______. “On the genealogy of ethics: an overview of work in progress” *in* DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics.* Chicago: University of Chicago Press, 1983.

______. “What is enlightenment?” *in* RABINOW, P (org.) *Foucault reader.* Nova York: Pantheon Books, 1984.

______. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

______; WAHL, F.; VEYNE, P. “Présentation de ‘Des Travaux” *in* ASSOCIATION POUR LE CENTRE MICHEL FOUCAULT. *Michel Foucault philosophe*. Paris: Seuil, 1989.

JACO-VILELA, A.M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H.B.C (orgs.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

KATZ, C.S. *Ética e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

LANGER, M (comp.) *Questionamos 2. Psicanálise institucional e Psicanálise sem instituição*. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

______; GUINSBERG, E.; PALACIO, J. *Memória, história e diálogo psicanalítico*. São Paulo: Traço, 1987.

LAPASSADE, G. *Les chevaux da diable*. Paris: J.P. Delarge, 1974.

LEVI, G. "Usos da biografia" in FERREIRA, M.M. ; AMADO, J (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LOURAU, R. *L'État inconscient*. Paris: Minuit, 1978.

MEZAN, R. "Figura e fundo: notas sobre o campo psicanalítico" in *Percurso*. Nº 20, 1998(1).

PASSOS, M.D., "O processo de legitimação do psicanalista: uma análise do Núcleo de Estudos e Formação Freudiana". Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1984.

PERCIA, M. "Introducción al pensamiento grupalista en la Argentina y algunos de sus problemas actuales" in *Lo Grupal 7*. Buenos Aires: Búsqueda, 1989.

RODRIGUES, H.B.C. "Psicanálise e Análise Institucional" in RODRIGUES, H.B.C.; LEITÃO, M.B.S.; BARROS, R.D.B (orgs.) *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

______. "A oficina da história: método e ficção" in JACÓ-VILELA, A.M.; JABUR. F.; RODRIGUES, H.B.C (orgs.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

______. "Sobre as histórias das práticas grupais: considerações sobre um intrincado problema" in JACÓ-VILELA, A.M.; MANCEBO, D (orgs.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999a.

RUSSO, J. "Uma leitura antropológica do campo *psi*" *in* JACÓ-VILELA, A.M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H.B.C (orgs.) *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

SLAVUTZKY, A. *Psicanálise e Cultura*. Petrópolis: Vozes, 1983.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEZZETTI, H. "Situación actual del Psicoanálisis" in LANGER, M (comp.) *Questionamos —1971. Plataforma-Documento: ruptura com: la A.P.A*. Buenos Aires: Búsqueda, 1987.

UN ENFOQUE INSTITUCIONAL EN LA ORGANIZACIÓN DE UNA CÁTEDRA DE PSICOLOGÍA INSTITUCIONAL

Virginia Schejter *

En 1994 al tener que encarar el proyecto de organizar una nueva Cátedra de Psicología Institucional en la carrera de grado en la Universidad de Buenos Aires consideré que los objetivos de la materia trascendían el hecho de formar a los alumnos en una "especialidad" dentro de la Psicología.

Partí de concebir que la Psicología Institucional no es sólo una especialidad, sino una perspectiva de conocimiento: un *modo de mirar* necesario para encarar todo trabajo psicológico en cualquiera de las especialidades o ámbitos de trabajo, un enfoque que amplía el campo de análisis de las problemáticas e incluye en este análisis la posición del psicólogo en el campo y su implicación en la situación de intervención o de investigación.

Coherentemente con esta concepción, enfoqué la tarea misma de organizar la Cátedra con una mirada institucional. Considero que un aprendizaje es realmente tal, si replantea los modos instituidos de pensar, las categorías conceptuales con las que los miembros de una institución organizan La realidad para hacerla inteligible; por lo tanto el primer trabajo para pensar la organización de la Cátedra fue analizar los modelos de pensamiento vigentes en la carrera y en la práctica de los psicólogos en ese momento histórico y social.

Este análisis estaba implicado con los ideales profesionales de la década del ‘60 en La que me formé, años en los que se aspiraba a integrar psicoanálisis y marxismo en un mismo cuerpo teórico y en los que la preocupación por lo social generó en Buenos Aires miradas psicoanalíticas de lo social e interpretaciones sociales de las instituciones psicoanalíticas.

* Professora de Psicologia Institucional da Universidade de Buenos Aires.

A partir de 1976, con el gobierno militar, en la Argentina toda actividad grupal se tornó peligrosa, ya que ser psicólogo era casi sinónimo de ser guerrillero. Fue así que la problemática social se excluyó de los espacios de producción teórica y práctica. La actividad profesional se encerró puertas adentro, a descifrar textos crípticos sobre la subjetividad y a ofrecer asistencia clínica individual, en los consultorios privados fundamentalmente.

En encuentros inter-hospitalarios realizados en 1982, en los tramos finales del gobierno militar, sintomáticamente los trabajos de prevención comunitaria que se habían realizado antes del 76 eran desconocidos por los psicólogos que trabajaban en los Hospitales, que habían libidinizado fuertemente el lacanismo en el que habían encontrado un sostén identificatorio, porque les posibilitaba la pertenencia a grupos con regias de inclusión y exclusión estrictas, que imponían un discurso con códigos propios y legitimaban su quehacer.

Cuando se reanudó la democracia en 1983, perduraba la alta valoración de la práctica clínica, unida al gran desarrollo que habían tenido las instituciones psicoanalíticas privadas que instalaron el monopolio del paradigma lacaniano. Concomitantemente la conceptualización a partir de otros paradigmas mantuvo un lugar marginal, lo mismo que otros campos de trabajo, como la Psicología Social, Institucional o de Grupos.

Este cuadro de situación fue cambiando muy paulatinamente aunque no se había revertido totalmente en 1994 y continúa parcialmente vigente aún hoy.

En función de esta historia profesional nacional cercana, en cuyas luchas teóricas y prácticas he estado implicada, para organizar la Cátedra de Psicología Institucional analicé los siguientes instituidos en la profesión:

1) Las concepciones instituidas en la sociedad sobre la práctica del psicólogo.

a. Para la mayor parte de las personas el psicólogo es alguien que se ocupa de la enfermedad mental, “atiende tocos”.

b. El psicólogo no es visualizado como un consultor en problemáticas sociales o comunitarias.

2) El imaginario profesional de los psicólogos: códigos, creencias y estereotipos presentes en el pensamiento y en la práctica de los alumnos y docentes de la carrera.

a. Ser psicólogo es sinónimo de dedicarse a la práctica clínica.

b. Los encuadres de trabajo se restringieron a unas pocas alternativas, el modelo de la clínica individual fue traspolado a otros ámbitos como el educacional, el laboral, el forense *etc.*

c. La tarea de prevención es escasa.

d. El nudo de la reflexión de los psicólogos es la subjetividad, pocas veces lo intersubjetivo.

3) Las prácticas más habituales en el campo laboral de los psicólogos.

a. Se valoriza el discurso verbal, más que el movimiento y lo gestual como medios de expresión y de intervención.

b. Muy pocos trabajan con pacientes físicamente enfermos (leves, crónicos o terminales).

c. La acción se confunde con el *acting out* (actuación).

d. Los psicólogos basan su trabajo en la creencia en la neutralidad profesional. Esta ilusión es un baluarte no cuestionado, por lo que tampoco se reflexiona sobre el trabajo de análisis de la propia implicación necesario para *tender* hacia esa neutralidad imposible.

e. El principal interés profesional es el amor a profundizar en el conocimiento, más que el deseo de incidir en las personas, en los grupos o en las instituciones, o a diseñar políticas de Salud.

4) Las teorías psicológicas pregnantes en la formación y en el ejercicio de la profesión.

a. La teoría Psicoanalítica es el marco de referencia fundamental (no citar a Freud en algunas épocas, era vivido como un riesgo para la pertenencia al grupo profesional).
b. Muchos psicólogos se autodefinen como psicoanalistas y niegan su identidad profesional.

5) Las metodologías tradicionales de formación y trasmisión en la Facultad.

a. Fuerte teoricismo, escasa conceptualización de la práctica.
b. Pocas pasantías y dificultad para que éstas cumplan realmente con su objetivo de ejercitar una práctica directa.

6) El territorio ocupacional y las distintas disciplinas que concurren en él.

a. Desocupación y subocupación: muchos psicólogos trabajan ad honorem en los Hospitales públicos y tienen unos pocos pacientes en sus consultorios privados, por lo tanto trabajan en una actividad no profesional para obtener otros ingresos para mantenerse.
b. Profesionales de otras disciplinas (ingenieros industriales, licenciados en administración, economistas, pedagogos, sociólogos *etc.*) o no profesionales (egresados de Escudas de Psicología Social, que no requieren haber cursado La Escuda Media para ingresar) hacen trabajos de Psicología Social, Institucional, Laboral e incluso Clínica.

7) Los modelos de producción de nuevo conocimiento, las metodologías de investigación, los contenidos fundamentales de indagación y las condiciones de los subsidios.

a. Las instituciones evaluadoras han valorizado tradicionalmente modelos cuantitativos y estadísticos que muchas veces en Psicología empobrecen o trastocan el objeto de estudio para adecuarlo al método.

b. No hay una jerarquización de temas de interés comunitario a investigar.

c. Son muy escasas las investigaciones subsidiadas y el monto de los subsidios no cubre el trabajo del investigador, solamente cubre algunos de sus gastos.

8) Las relaciones Universidad–comunidad.

a. Existen muy pocos servicios gratuitos a la comunidad.

b. La Facultad tiene una organización administrativa que hace muy dificultoso vender servicios de consultoría.

9) Las condiciones materiales de la enseñanza:

a. El número de alumnos por curso es tan grande que hace imposible una trasmisión personal.

b. Edilicias: las aulas son escasas para los requerimientos y muchas con condiciones acústicas y espaciales inapropiadas para dar clases.

c. La contratación de la mayor parte de los docentes es con una dedicación de tiempo de 12 horas semanales y la retribución económica cubre casi exclusivamente los gastos que la tarea le implica.

d. El tiempo de dedicación de los docentes es mínimo porque sus ingresos dependen de otras fuentes.

e. La mayor parte de los alumnos trabaja y dedican muy poco tiempo para estudiar.

f. Los cursos de la mayor parte de Las materias tiene un tiempo planificado que no alcanza más que para dar un panorama general del mismo.

10) La actitud de los alumnos frente al aprendizaje:

a. Estudian lo mínimo necesario como para aprobar las materias.

b. Creen que el aprendizaje principal lo harán después de graduarse.

11) La motivación de los docentes en relación a su tarea.

a. Continuar capacitándose a través de la actividad docente.

b. Vincularse para conseguir más trabajo en otros lugares.

12) Las normas explícitas e implícitas de acreditación de las materias.

a. Un alto porcentaje de los alumnos que cursan las materias son aprobados.

Este diagnóstico de situación hizo evidentes varios analizadores de la formación y la práctica profesional. Entre éstos, tres analizadores nos parecieron fundamentales para visualizar la práctica de los psicólogos: las teorías de referencia, los encuadres de trabajo que se diseñan y la posición del psicólogo en relación al campo de trabajo.

Las conclusiones de ese análisis guiaron el diseño de la Cátedra

1. La indagación de una institución en un trabajo de campo es el eje que vertebra el curso.
2. Cada docente a cargo de las clases de Trabajos Prácticos elige un ámbito institucional de su interés, al estar interesado en el tema acompañan con mayor entusiasmo la indagación de los alumnos.
3. Los alumnos pueden elegir al inscribirse el tema que les interesa.

4. Se comienza e trabajo registrando lo que los alumnos creen saber sobre el tema, sin formular hipótesis, ya que en una indagación exploratoria éstas sólo rigidizan los prejuicios e ideas previas restringiendo la posibilidad de descubrimiento.
5. Se ejercita la comprensión y conceptualización teórica de situaciones institucionales en relatos escritos por los docentes.
6. Se analiza la implicación grupal e individual de los alumnos con las instituciones en que realizan su trabajo de campo.
7. Se hace un ensayo de devolución del producto del trabajo y se concreta la devolución en todos los casos en que es posible.
8. Participan otros docentes en los coloquios de síntesis y evaluación a fin de aportar otras perspectivas de análisis a los trabajos.
9. Las evaluaciones parciales y finales están centradas en el análisis y conceptualización de situaciones institucionales tomando como referencia las teorías trasmitidas.
10. Trasmisión de diferentes paradigmas teóricos relatados desde la postura de sus propios autores y nuestra propia síntesis y modos de intervención.
11. Algunos docentes desarrollaron proyectos de investigación sobre los temas de su interés, a los que en algún caso se han sumado alumnos.
12. La Cátedra tiene un servicio de Consultoría y atiende demandas de instituciones de la comunidad, fundamentalmente del ámbito de la educación y la salud.

En estos años en que se dictó la materia fuimos introduciendo ajustes a nuestro modo de hacerlo.

La experiencia de los alumnos de atravesar las dificultades de un trabajo de campo, el cuestionamiento de las ideas instituidas a través de la organización, de los modos de actuar y de conceptualizar en la Cátedra, generó en muchos alumnos:

1. alivio, al salir de un encierro epistemológico y encontrar nuevos paradigmas teóricos que les abrieron caminos para encontrar relaciones no percibidas entre subjetividad e institución y para dar significado a muchos de sus preguntas sobre la vida institucional.
2. alegría, al descubrir un campo de trabajo no visualizado anteriormente y otros encuadres posibles para la tarea.
3. entusiasmo, al conocer La posibilidad de trabajar acompañando el desarrollo de proyectos colectivos y no sólo sobre conflictos instalados.
4. asombro, al analizar los modos en que sus implicaciones sesgaron el producto de su trabajo de campo y ver que también los diferentes docentes tiene distintas interpretaciones del material recogido, según cuál sea su relación con el tema.
5. temor de trasmitir sus ideas a los miembros de la institución analizada y a la vez entusiasmo al ver que el producto de su trabajo puede ser de utilidad para ellos.
6. interés de continuar investigando sobre los temas que trabajaron durante la cursada.

De todos modos, la materia es vivida como difícil porque rompe con valores y modelos de pensamiento de referencia instituidos e incorpora otros, desconocidos por la mayor parte de los estudiantes.

Referencias bibliográficas

LOURAU, R. *El análisis institucional.* Amorrortu editores, 1991.

CASTORIADIS, C. *Los dominios del hombre: las encrucijadas del laberinto.* Editorial Gedisa, 1988.

KAES, R. y otros. *Lu institución y las instituciones, estudios psicoanalíticos*. Paidós, 1989.

BLEGER, J. *Psicohigiene y Psicología institucional*. Paidós,1980.

SCHEJTER, V., KOLTAN, M. y otros. "Un proyecto de capacitación, conceptualizado y planificado desde la Psicología Institucional". Mimeo, 1993.

DEVEREUX, G. *De la ansiedad al método en las ciencias del comportamiento*. Siglo XXI, 1977.

SALTALAMACCHIA, H. *Los datos y su creación.* Puerto Rico: Kryteria, 1997.

BOURDIEU, P. *Cosas dichas.* Gedisa, 1993.

______. *Sociología y cultura.* Editorial Grijalbo, 1990.

PARTE V

VIOLÊNCIA, SUSPEIÇÃO E SUBJETIVIDADES

Definir violência é complicado; quem a vive, contudo, sabe perfeitamente o que significa. Embora não saiba que aquela violência específica, à qual está submetido, tem data de nascimento e de morte, pois toda forma de violência encontra registro em certa organização estatal — ainda que, mediante sofridas comparações entre as barbáries humanas e as ações defensivas/ofensivas do mundo animal estrito senso, a ciência tente devolver o problema a uma suposta natureza instintual dos seres vivos.

"Bandido bom é bandido morto" não traduz uma verdade instintual, assim como torturas, sevícias, enclausuramentos, rotulações —*câncer gay, marginal, louco*...— não encontram base em quaisquer atividades observadas fora da cultura —bem no sentido do modelo bacteriológico— humana. Nossa discursividade institucional forma o caldo no qual fermentam as violências, surdas e sonoras, do cotidiano urbano e rural.

Em tempos passados, tivemos o *direito* divino dos impérios, o *direito divin*o dos reis e, hoje, é outro direito *divino* que nos vem moldar (*in*-formar) os hábitos e os valores: o direito divino dos governos das nações — laico e, paradoxalmente, religioso; apoiado nos discursos pretensamente neutros das ciências modernas, na manutenção de exércitos permanentemente vigilantes e equipados pelo constante desenvolvimento da indústria bélica, e na difusão midiática da *fé*. Uma misteriosa fé na ordem do mundo cívico, que não se abala por escândalos públicos. Antes, faz-nos voltar nossa raiva e desprezo contra o subalterno, o fraco, o pobre, o infante, a mulher, o negro, o nordestino, o favelado. Uma fé hipócrita, pois fincada não na aquiescência aos acontecimentos gerais mas no medo, na impotência perante as armas do Estado, do rico, do patrão. Uma fé baseada na moral dos escravos, sustentáculo de uma servidão *voluntária* que denominamos *bom senso*, e que nos faz dizer, independentemente das

experiências cotidianas, que somos cidadãos de um regime no qual o poder público emana dos anseios populares.

Todos somos cidadãos; todos somos iguais perante a lei e perante Deus; porém... “casamento entre homossexuais não, vai destruir a família”; “preto quando não suja na entrada, o faz na saída”; “parente de bandido é tudo bandido”; “pobre não sabe votar”; “isso aí é doença de quem dá o rabo”; “com aquela roupa, *tava* pedindo por isso”; “pobre só sabe fazer filhos —é tudo animal”; “lugar de maluco é no Pinel, de crioulo é no *zoo,* e de crioula é na cozinha”; “a tristeza de um pai caçador é ter um filho *veado* e não poder dar um tiro nele”; “pobre fede”; “ô, povo burro!”; “comunista come criancinha”; “judeu é tudo ladrão”; “preta é tudo porca”... A lista é interminável. Tudo aquilo que não for *eu,* me ameaça. E há um *estrangeiro* a cada esquina; quiçá, dentro de minha própria casa.

Assim, tempos violentos são tempos de medos, e pânicos vicejam em cada esquina: crianças são perigosas; jovens são perigosos; velhos são perigosos; pobres são perigosos; loucos são perigosos; *despossuídos* são perigosos... Enfim, o perigo nos espreita em cada ruela, bar, academia, cruzamento. Os cruzamentos são perigosos. Nada de reforma agrária, desinstitucionalização da loucura, despenalização de pequenos delitos, diversificação das penas, distribuição de camisinhas, educação sexual libertária... Nada de código em defesa da vida, da infância, da adolescência... Nada deve funcionar, porque, para a Ordem, são precisos asilos e prisões, quarteirões fechados, condomínios fechados, carros fechados, *corpos fechados...* e uma *Ciência* e imprensa *livres* nos alertando para os *perigos da liberdade*!

Ana Paula Jesus de Melo

ENSAIO PARA UMA GENEALOGIA DA SUSPEIÇÃO NACIONAL: CAPOEIRAS, MALANDROS E BANDIDOS

Ana Paula Jesus de Melo *

O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem.
Michel Foucault

O presente trabalho pretende-se um brevíssimo intróito sobre a construção das intolerâncias sociais e, para tanto, busca relacionar três figuras históricas que, apesar de possuírem gêneses distintas, parecem ter partilhado, no cenário cultural brasileiro, por longo tempo, pesados estigmas de antissociabilidade[1] associados à pobreza e à negritude. As redes de suspeição, hoje ainda atuantes, que se viabilizaram através desses personagens sociais insistem em promover uma linearidade entre negritude, pobreza, periculosidade e marginalidade; ou, de forma mais direta, miséria e criminalidade[2].

Suspeitemos, porém, das explicações tranquilizadoras que, em suas atribuições *a posteriori* de causalidade, em sua busca reducionista por uma origem última para aquilo que recortam como o fato social, reintroduzem, sorrateiramente, as hierarquias planificadoras do positivismo científico ou as degenerescentes teorias das raças e das carências sociais (ou

---

* Psicóloga clínica.

[1] As redes sociais que delimitam os parâmetros para o juízo de antissociabilidade, nos três casos, incluem uma aliança entre a política de um Estado Monárquico Absolutista em transição para um Estado Republicano igualmente centralizador —e, em muitos sentidos, ditatorialmente mais eficaz— e alguns novíssimos, à época, saberes científicos: antropologia criminal, psicanálise, psiquiatria, frenologia, sociologia (predominantemente marcada pelo modelo do darwinismo social) *etc.* A este respeito, consultar, por exemplo: Correia, 1982; Schwarcz, 1993; Carvalho, 1987; Chalhoub, 1996.

[2] Um conceito assaz interessante, como ferramenta, para perscrutar as forças de instauração e manutenção do chamado mundo da criminalidade é o de *cifra negra*. Sobre isto, ver Thompson, 1983.

psicológicas). Produzindo uma hegemoneizante platonização do social, tais explicações nos fazem desconhecer, ativamente, os jogos políticos instauradores do domínio científico e transformam contingenciais arbitrariedades, comezinhas e regionais, em verdades universais.

Por isto, esclarecemos que não nos propomos a revelar A Verdade sobre capoeiras, malandros ou bandidos, mas rastrear alguns de seus lugares e deslocamentos no imaginário de nossas experiências. Em acordo com Castoriadis (1982: 176), supomos que "a história é impossível e inconcebível fora da imaginação produtiva ou criadora, fora do que chamamos imaginário radical tal como se manifesta ao mesmo tempo e indissoluvelmente no fazer história".

Por volta de 1530 se inicia a escravidão negra no Brasil. Os trinta anos anteriores à entrada dos africanos nesta, então, colônia portuguesa, haviam sido marcados por conflitos envolvendo Tamoios, Xavantes, Bororos, Paresis, Kayapós, Kaingangs, Tapuias, Caetés, Potiguaras, Tupiniquins, Aimorés, Tupinambás, Guiakurus[3]..., jesuítas e colonos. Todavia, a sanha catequizadora da Companhia de Jesus houvera, após os primeiros contatos mais amenos, dotado de alma os denominados gentios e os requisitara como seus pessoais servos na construção e manutenção das missões. Tal *apadrinhamento*, paradoxalmente, não impedia que o índio fosse "depois do pau-brasil. a principal mercadoria de exportação para a metrópole" (RIBEIRO, 1995: 42), nem que os negros, desde 1441 levados como escravos para Portugal a partir das costas da África, permanecessem, aos olhos da Igreja, corpos sem humanidade —sem alma, sem Deus—, apesar do batismo forçado a que eram submetidos nos navios negreiros.

Em 1541 Nicolaus Cleynaerts observa a respeito de Lisboa: "Tudo ali pulula de escravos (...) negros e mouros cativos, (...) existem em Lisboa mais escravos e escravas dessa espécie do que portugueses livres" *(apud*

---

[3] Estes, segundo Ribeiro (1995: 26), nômades possuidores de técnicas de adestramento de montaria, totalmente resistentes a quaisquer tentativas de catequização, domesticação ou dominação, agrediam o invasor e batiam em ligeira retirada, sendo amplamente temidos tanto pelas demais tribos quanto pelos colonizadores europeus.

ALENCAR, CAPRI e RIBEIRO, 1979: 10). E Portugal precisa se expandir em novos mercados para que essa mercadoria de *importação–exportação* lhe permita acumular mais terras, ouro, riquezas:

> De fato, o tráfico negreiro (...) tornou-se poderoso fator de acumulação primitiva, gerando (...) vultosos excedentes por intermédio da comercialização do escravo e viabilizando (...) a reprodução do estoque de cativos na colônia (KOVARICK, 1994: 22).

Assim, organiza-se a produção e, consequentemente, o trabalho nas colônias de exploração[4] inerentemente subordinados à expansão das *trocas* na Metrópole, e exige-se do futuro colono com pretensões a *privilégios*[5] fiduciários, além das cartas de sesmaria, que seja proprietário de escravos.

Ficcionando gêneses para a capoeira: da revolta à captura

> *É preciso desviar-se de 'a' política para distinguir uma forma rara, um bibelô político de época (...), uma certa prática, muito bem datada, que o objetivou sob um aspecto datado como ela (...).*
>
> Paul Veyne

Hoje associamos capoeira a corpos belos, ágeis, sensuais, multicoloridos e a ações comunitárias, dança, música, academias, fundações (como por exemplo a internacional Capoeira Foundation, com sede em Nova York) e vemos emergir disputas de mercado entre os produtos capoeira de Angola e Abadá-capoeira, produtos de alta rentabilidade num mercado em expansão e com apoio midiático.

---

[4] As colônias de povoamento da Nova Inglaterra, por exemplo, apresentaram outra organização econômico-social com relação à metrópole. Criaram um mercado de consumo interno e estruturaram-no segundo suas disponibilidades e possibilidades autonomizantes.

[5] Privilégio não é um termo irônico, deriva do vocabulário público feudal e compreende um mecanismo organizativo do poder real, pois, através de concessões fiduciárias de terras, o soberano busca cooptar a lealdade de seus vassalos e distribuí-la por solos conquistados, ampliando e mantendo seus próprios domínios sem a necessidade de um exército profissional regular. O súdito detém, então, a posse da terra e o direito de explorá-la; o rei permanece, contudo, com a propriedade. A concessão real do *privilégio* —dispositivo nobiliário— incorpora o súdito, automaticamente, ao funcionalismo estatal.

A capoeira é nossa! —clama o *liberto espírito nacional*. A difusão de uma origem romantizada como *resistência* faz remontar os festivos exercícios do presente aos sórdidos porões dos navios negreiros, onde cânticos provenientes de Angola ressoam como *banzo* a incompreensão, a esperança... a fúria. Unidos por um afã de vida, *conspiram* os corpos diversos que os olhos do *demônio de além-mar* fizera igualar na negritude da pele: iorubas, jejes, hauçás, minas e malês. Aguilhoados pássaros no cativeiro lúgubre, os sequestrados ferem a desesperança com os movimentos de uma dança de liberdade, suposta matriz da capoeira.

Apesar das dificuldades idiomáticas, estrategicamente consideradas pelos captores, os abençoados servos de Allah e os amados filhos dos Orixás se reconhecem homens, e à prece de liberdade amalgamam-se as forças do fogo, água, ar, terra, caça, guerra, lealdade, caos, harmonia, vida... morte. É uma inscrição, mas não é ainda um ato para a destruição da iniquidade. A convivência dos que sobrevivem[6] a este “sonho dantesco”[7] fortalece uma virtualidade de guerra que se fará presente em quilombos e mocambos, balaiada, sabinada, revolta praieira... e inúmeros outros movimentos de revolucionária solidariedade.

Nas senzalas e campos, na brutalidade cotidiana, nas sevícias e maus-tratos, na discriminação acima de quaisquer parâmetros então concebíveis, os escravizados procuram criar suas *linhas de fuga*. De início, desorganizadamente, fogem e se ocultam em matos e tocas, qual animais acuados. Em resposta a essa tentativa de recuperar a humanidade roubada, o Estado Colonial brasileiro faz emergir o capitão-do-mato, algoz implacável a serviço da sujeição.

Às fugas propriamente ditas juntam-se gradativamente outras formas de resgate-de-si: suicídio, aborto, assassinato de feitores, capitães-do-mato e proprietários. Em contrapartida, outro movimento, ainda que inesperado,

---

[6] Quarenta por cento dos negros malungos (aprisionados e transportados) faleciam durante a viagem nos navios negreiros, amplamente conhecidos como tumbeiros.
[7] Conhecida metáfora criada por Castro Alves, em “Navio negreiro”, para dar vida ao horror abolicionista à escravidão.

está ocorrendo no cenário nacional: unem-se, aos fugitivos negros, brancos desertores das forças armadas, foragidos da justiça, mulatos libertos e índios resistentes à catequização jesuítica.

Esses insólitos agrupamentos, conhecidos como quilombos e mocambos, além de promoverem resistência defensiva ante as forças escravocratas, preencherem de esperanças os corpos e mentes ainda cativos, oferecerem uma saída comunitária à sobrevivência neste estranho mundo construído pela europeização da vida, ainda libertavam, através do *rapto*, outros escravos. Pelas regras do quilombo, aquele que lá fosse dar por vontade própria era, de imediato, um homem livre. Aquele que o fosse mediante *captura* só provaria ter direito à liberdade após auxiliado a outrem a escapar das garras da escravização do corpo pela ganância. Lembremo-nos que, apesar de haver líderes nos quilombos, estes permaneciam comunitários, operando horizontalidades em suas trocas cotidianas.

Subsumindo a multiplicidade de tais eventos, uma novíssima tradição faz desaparecer o índio, o branco, o mestiço, isola o preto na solidão abissal de nossos próprios preconceitos raciais, e recria a capoeira numa idealizada africanidade, exclusivamente negra. Tática de resistência nascida, a partir de tribais folguedos angolanos, em quilombos brasileiros curiosamente saneados da dispersão étnica, a capoeira encontra, enfim, as suas *altas raízes* (FOUCAULT, 1979) no sangue de Zumbi.

Outra também novíssima tradição, mais politicamente correta, reclama ainda o quilombo à capoeira. Derivada do encontro entre negros bantos, malês, sudaneses, mestiços, brancos não proprietários[8] ou foragidos e povos de tradição Tupi, a capoeira primariamente surge, então, como uma

---

[8] "Montado o regime de trabalho escravo, *este* só poderia gerar a exclusão daqueles que, sendo livres, não conseguiam ser senhores (...) Desta forma, para crescente contingente, só restaria o trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou o perambular pelos campos e cidades sem destino (...) Em suma, a população livre era extremamente móvel, deslocando-se constantemente e prestando serviços ocasionais à grande propriedade (...) este vasto e crescente contingente de pobres (...) alijado do sistema produtivo (...) [era] encarado pelos grandes potentados como vadios e, portanto, imprestáveis para o trabalho disciplinar e regular" (KOWARICK, 1994: 28–30).

luta, uma forma específica de oposição ao domínio civilizatório do Estado escravocrata europeu. Sintetizando a organização dos quilombos e mocambos, o vernáculo *kapu'eira*, de origem Tupi[9], designa um terreno que teve sua mata queimada para que, do trabalho humano, emirja um novo produto de cultivo. Os capoeiras seriam, assim, o fogo dançante sobre a terra dominada que, vindo para destruir o colonizador, permitiria, após a devassa, o cultivo de um outro mundo, o qual a organização da quilombagem pressagia.

Analisemos, ainda que brevemente, o plano de consistência destas não menos *altas raízes*. Claro está que nem todos os homens livres, apesar das condições de expropriação social e moral a que se encontravam submetidos, aproximaram-se ou apoiaram os movimentos de libertação antiescravagistas. Uma das inúmeras possibilidades para que se explique tal acontecimento reporta-nos ao campo de dizibilidade–visibilidade que as redes de sociabilização instauravam, à época, como verdade. Uma parcela nômade e vadia da população pobre era menos vadia que outra ao prestar serviços à grande propriedade. Desta forma, além das profissões possíveis —tropeiro, mascate, carreiro e vendeiro—, todas indubitavelmente masculinas[10], outras formas de cooptação desses *corpos livres* eram oferecidas pela grande propriedade (apoiada pelo Estado e o clero): posseiros ou sitiantes —sempre à mercê da vontade do senhor que os expulsava das terras, sem indenização,

---

[9] O tupi. popularizado pelos jesuítas, era falado correntemente no cotidiano nacional até o século XVIII, mesmo entre os portugueses. O brado de Independência do Brasil favoreceu, inclusive, a tupinização de patrimônios portugueses: Galvão tornou-se Carapeba, em Pernambuco; Brandão, na Bahia, virou Jequitinhonha (ALENCASTRO, 1997: 53). Ao séc. XIX, com o movimento romântico, o Tupi chegou a ser proposto como língua oficial do Brasil (SKIDMORE, 1976).

[10] Optamos por excluir de nossa análise o universo feminino devido tanto ao imaginário masculino que recobre e fundamenta os objetos sobre os quais ora nos debruçamos quanto ao desconhecimento de uma bibliografia própria à mulher pobre e trabalhadora no Brasil colônia e Império. Aparentemente, até o surgimento de uma classe operária nacional, já na República, à mulher pobre destinavam-se tão somente os serviços de ocasião. Na época da escravidão negra, a mulher livre ficava à deriva do mercado produtor, não podendo inscrever-se nele sequer como nutriz (papel já realizado, com êxito econômico, pelas amas de leite escravas), restando-lhe a submissão à família (pai ou marido) e a prostituição.

quando assim o julgava necessário—, capangas, cabos eleitorais e eleitores[11], milícia particular, feitores e capitães-do-mato.

É interessante ressaltar que, durante o longo processo oficial de escravidão ocorrido em solo brasileiro (1530–1888), negros alforriados[12] e mestiços pobres compartilharam com brancos não proprietários o mesmo destino de vassalagem junto à grande propriedade; não raro exercendo os mesmos lugares sociais dentro do universo da miserabilidade.

Na verdade, pergunto-me se algo nesta disposição sofreu modificações tanto com a Lei Áurea quanto com a República. Ainda hoje, índios, negros, mestiços e brancos miseráveis partilham, no cotidiano, o mesmo universo de impossibilidades e, muitas vezes, sobrevivem por meio de estratégias consideradas tradicionalmente *negras:* favelas, pequenos furtos, prostituição, mão de obra escrava nos campos e periferias das cidades, esmolas, biscates, *favores*... Será o preconceito quanto ao preto apenas uma tradição de pele (raça?), ou um político jogo estatal de docilização da miséria (branca ou negra)?

Observemos os cínicos argumentos usados na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1923, sobre a possível imigração de negros norte-americanos para o Brasil. Toma a palavra o deputado Oliveira Vianna e esclarece seu temor acerca desse possível evento:

> (...) estes, que nos ameaçam vir da América, se acham modelados por uma civilização superior, falando uma língua própria e tendo um sentimento de altivez e agressividade, natural no meio em que vivem

---

[11] Deste vínculo de dependência forçada parece derivar a ainda atual prática do voto de cabresto. Os conhecidos *coronéis* do Antigo Regime eram fazendeiros cuja força distrital decorria, basicamente, da ativa omissão do poder público quanto aos desmandos nas áreas rurais. Ampliando seus domínios para além das cercas fundiárias, substituíam o rei nas decisões públicas do cotidiano.

[12] A alforria, comprada ou presenteada, era uma singular instituição legal. Bastava, para sua revogação, que o antigo senhor se dirigisse a um tribunal local e alegasse *ingratidão* por parte do alforriado. Imediatamente o agora *homem livre* volvia a ser propriedade privada de seu antigo dono, com direito a açoites, marcas de ferro em brasa, retirada da orelha e outras tantas formas de tortura que a bondade martirizante da Igreja incrustara nos piedosos corações católicos. Sobre isto ver Moura, 1993.

> e que não possuíam Os africanos que para cá vieram, em outros tempos da costa da África. Esses pela inferioridade de sua civilização, fundiram-se com os brancos superiores; quem nos dirá que farão o mesmo os negros americanos? Mas se se conservarem 'infusíveis', neste caso teremos mais um perigo político a nos assombrar os destinos (*apud* RAMOS, 1996: 67).

O deputado Fidélis Reis radicaliza os temores do colega:

> Quando então pensamos (...) na possibilidade próxima ou remota da imigração do preto americano para o Brasil é que chegamos a admitir a eventualidade da *perturbação da paz no continente* (...) O nosso preto africano, para aqui veio em condições muito diferentes, conosco pelejou os combates mais ásperos da formação da nacionalidade, trabalhou, sofreu e com sua dedicação ajudou-nos a criar o Brasil (...) O caso agora é absolutamente outro. E deve constituir para nós motivo de sérias apreensões, como um perigo iminente a pesar sobre nossos destinos (*idem*, *ibidem*; grifos da autora).

Não foram poucas as vozes tonitruantes que se levantaram para defender o negro brasileiro da *corrupção* proveniente do estrangeiro. Conforme Antônio Americano do Brasil:

> Já não teríamos para a lavoura as gentes simples, que foram os primitivos africanos da escravatura, facilmente identificando-se com a terra. Os negros de hoje viriam dos Estados Unidos, de São Salvador, de Barbados (...) possuindo apurados vícios que não tiveram os antigos escravos (*apud* RAMOS, 1996: 78).

Segue idêntica linha argumentativa o não menos *ilustre* deputado Antônio Carlos Simões da Silva:

> *Mesmo em favor do elemento negro do Brasil* não deve ser facilitada esta imigração, pois viriam imigrantes de religião diferente da dos negros do Brasil, que são católicos fervorosos, e sem o entusiasmo patriótico que o negro tem aqui, pelo Brasil (grifos da autora) (*apud* RAMOS, 1996: 79).

De que falam os representantes da *ordem continental*; a respeito de *raças* ou de *condições de existência*? Se optarmos por entender que o conceito de raça apenas *disfarça* dominações econômico–políticas, devemos ainda nos perguntar: são tão diversas as *condições* e as *existências*

para os miseráveis negros, índios, mestiços ou brancos? Não sei. Desconfio apenas que, em meio a uma estertorosa discursividade acerca das *raças*, produzimos um estranho silenciamento sobre a *miséria*, e que os brancos miseráveis não são assim tão *brancos* no Brasil.

Longe da decantada exclusão racial total, durante o Império, não obstante negros e mulatos estivessem legalmente proibidos de portar armas, vestir roupas *finas* e exercer cargos públicos ou eclesiásticos[13] — proibições estas extensivas a brancos não proprietários e índios, suprimidas apenas em caso de pertencerem à milícia de algum senhor de engenho— o governador da Paraíba entre 1645 e 1654, João Fernandes Vieira, conhecido por liderar a expulsão dos holandeses, era mulato, proprietário e plantador de cana-de-açúcar; outro Vieira, também mulato, tornou-se o famoso jesuíta padre Antônio; outro Antônio, proeminente advogado em Sergipe, secretário do governo da província, além de pai do engenheiro e abolicionista André Rebouças, era mulato; o baiano, fundador da OAB e estadista do Império, diplomado em direito e filosofia pela Universidade de Coimbra, Francisco Gomes Brandão (1794–1870), conhecido como Visconde de Jequitinhonha, nobreza togada, era mulato; José do Patrocínio, mulato; Machado de Assis... (ALENCASTRO, 1997; SKIDMORE, 1998). Problemas de *cor*, ou de *herança?*

Não ousamos pensar no que pode ter ocorrido aos capoeiras dos quilombos. Conforme testemunho de época, em Palmares "os soldados (...) degolaram aos que puderam. Desvairados pela sede de sangue, não pensavam em fazer presos (...) avançavam cortando e matando tudo o que encontravam" *(apud* FREITAS, 1984: 163).

É lícito supor que, emergindo dos quilombos como estratégia de ataque e defesa, a capoeira fosse de uso exclusivo dos resistentes, sendo técnica só por eles conhecida. Por esta via, podemos ainda supor que, apesar da sanha destrutivamente assassina dos exércitos e milícias escravocratas, sobreviventes dos quilombos tenham vindo a tornar-se mestres da

[13] Três elementos que caracterizam o circuito de privilégios na Corte e na colônia.

clandestinidade difundindo, em redutos ocultos ao poder real, a nova onda: a capoeira. Há, contudo, alguns *poréms* neste fascinante raciocínio.

A capoeira e o Rio

> *No Maranhão falavam com tanto assombro dos gatunos da corte! —os tais capoeiras!*
> Aluisio Azevedo

O florescimento da capoeira —caso esta houvesse permanecido nas mãos de escravos fugitivos ou alforriados rurais— deveria dar-se próximo, no mínimo, às cidades dos grandes quilombos, como, por exemplo, as dos atuais estados de Alagoas, Pernambuco... A capoeira, no entanto, parece surgir, no cenário nacional, em pleno século XIX, como um fenômeno típico da cidade do Rio de Janeiro. O hiato entre quilombagem e capoeira, sob tal aspecto, parece insuperável.

Acrescentemos ainda outros estranhos fatores à nossa análise. Na Guarda Nacional Imperial[14], durante o reinado de D. Pedro II, e antes da abolição oficial da escravidão, relata-se a presença de capoeiras brancos, mestiços e negros. Às vésperas da República calculava-se a existência de 20 mil capoeiras na capital. A existência de tantos capoeiras no Rio de Janeiro foi considerada pela República recém-empossada como nociva, e, no início do governo provisório republicano, os capoeiras foram perseguidos (sendo muitos deportados para Fernando de Noronha). Esta prática política de higienização do burgo através da expulsão, paradoxalmente, pode ter dispersado a capoeiragem pelo país (CARVALHO, 1987).

Por que a República teria uma relação tão pouco amistosa com a capoeiragem? Algumas pistas podem ser rastreadas. Ainda em 1888, José do Patrocínio arregimenta, entre os vadios —leia-se desempregados e pobres—,

---

[14] Criada pelo padre Diogo Antonio Feijó, ministro da Justiça da Regência Trina Permanente (1831–1832), em agosto de 1831. Era uma milícia, no momento de sua criação, composta por fazendeiros e capangas armados, subordinada tão somente aos juízes de paz dos municípios.

capoeiras, aquela que será conhecida por Guarda Negra, muito usada para dispersar comícios republicanos.

A capoeiragem, vinculada aos monarquistas, atuava diretamente nos processos eleitorais da capital. Além de provocarem arruaça nos encontros da oposição, os capoeiras agiam como eficientíssimos cabos eleitorais — através principalmente do temor, muitas vezes recorrendo ao uso da navalha— e eleitores especialíssimos (volvendo inúmeras vezes às umas para *re-votar*, numa mesma eleição, um mesmo candidato). Utilizavam ainda outras técnicas mais *modernas* para desequilibrar a competição entre os Partidos: esvaziamento ou sumiço de umas, introdução de umas já repletas no pleito, ressurreição de *almas mortas*...[15] Em suma, não eram apenas cabos eleitorais, constituíam toda uma milícia eleitoreira que, efetivamente, elegia os representantes do povo na capital.

Com a República, o emergente movimento operário da capital — marcado por jacobinos, socialistas e anarquistas— também via utilidade nos capoeiras, contratando-os para insuflar greves e fazer valer as reivindicações da classe operária contra a exploração capitalista. Os acordos com a capoeiragem se sustentavam nos obstáculos, quase intransponíveis, que a *carência formativa* dos operários brasileiros colocava à organização do trabalho *livre;* pois, segundo a expectativa daqueles que se outorgavam o papel de *vanguarda,* o *bestificado* operariado nacional, conquanto sumamente explorado, precisava ser *duramente incentivado,* a qualquer preço, para não permanecer alheio ao *seu* poder, necessidades e direitos.

Por outro lado, a polícia também utilizava os capoeiras como alcaguetes e provocadores de distúrbios nos encontros operários. Parece que da rebeldia passamos à captura. Mas ainda não é tão simples. “Diferentemente do que se pensa (...) entre os capoeiras havia muitos brancos e (...) estrangeiros. Em abril de 1890 (...) foram presas 28 pessoas sob a acusação de capoeiragem. Destas apenas cinco eram pretas. Havia dez

---

[15] Trabalhadores rurais já falecidos que, mesmo de além-túmulo, continuavam a votar no partido dos patrões.

homens brancos, (...) sete estrangeiros, inclusive um chileno e um francês. Era comum aparecerem portugueses[16] e italianos entre os presos por capoeiragem. E não só brancos pobres se envolviam. A fina flor da elite da época também o fazia" (CARVALHO, 1987: 155–156). O próprio Barão do Rio Branco o havia sido em sua juventude!

Não é à toa que a República, com seus ideais de *belle époque*, tivesse com o capoeira uma relação altamente ambígua. A capoeiragem misturavã, incorporava, dirimia as diferenças entre os adeptos obstando a aceitação inconteste de uma hierarquia cultural e racial que se necessita desvincular do primado sanguíneo. A estratificação do mundo entre nobreza e plebe, promotora de indiferenciações quanto ao segundo termo, tornara-se *excêntrica* e, cada vez mais, devia dar lugar a outra —menos rígida e mais facilmente manipulável por acordos extrafamiliaristas—, na qual diplomas emoldurando *educadas* maneiras equivalham a escudos e brasões. Radicalizar a separação entre a rica plebe e a pobre, para melhor incluir a primeira no circuito nobiliário de uma governabilidade que prescinde do *sangue*, gestar *afina flor* da sociedade em protetoras *estufas*, desenvolver *la distinction* nas *civilitudes* da riqueza citadina são, todos, processos interligados que exigem a domesticidade intimizante de hierarquizados e, portanto, infusíveis corpos.

Força de trabalho livre e mercenária, primariamente ligada à monarquia, o capoeira pobre, mestre no manejo da navalha, andava em

---

[16] A relação do II Império e da República com os imigrantes portugueses incluía extrema torpeza. Propunha-se aos imigrados, através da burocracia alfandegária, que rejeitassem sua cidadania de origem e se tornassem brasileiros no prazo máximo de seis meses; caso contrário, seriam ilegais no país e, portanto, passíveis de deportação. Aceitando, de imediato, a condição para a permanência no país, não lhes seria difícil a introdução no quadro de funcionalismo do Estado. Esta história é recontada um sem-número de vezes por portugueses que aceitaram e por portugueses que não o fizeram. Os que aceitaram, iludidos, a *oficiosa* oferta de apadrinhamento tornaram-se de pronto brasileiros. Em recompensa, foram presos e embarcados como marinheiros *voluntários* da nação. Os que se recusaram, foram posteriormente presos como ilegais e, ao invés de devolvidos à santa terrinha, tornaram-se marinheiros compulsórios da esquadra brasileira. Os castigos na esquadra para a insubordinação eram de dar orgulho a qualquer feitor de escravos. Recomendo a leitura de Caminha, 1997.

grupos, identificava-se pelo uso de fitas amarelas e vermelhas nos braços, morava, em geral, em cabeças-de-porco (cortiços), servia aos homens de Estado, à polícia, ao jogo do bicho, aos dirigentes operários... e não servia para ninguém. Era, mediante a perspectiva republicana, um mero dejeto social.

A capoeira, no entanto, ganha cada vez mais os salões e praças, se acalma, se pacifica; na República, abandona a navalha, a bandalha e envelhece. Hoje é ensinada para crianças ricas e pobres, meninos e meninas, homens e mulheres, contando-se, saudosamente, a história de uma origem guerreira que embala a anêmica revolta de nossa atualidade. Estranho, não'? Mais estranho se pensarmos que, na África, não se encontram, até onde sei, quaisquer atividades similares à capoeira.

Buscando justificar a origem angolana, pesquisadores associam a capoeira a um ritual africano de iniciação dos jovens para o acasalamento. Chama-se a este *n'golo* ou dança da zebra. Trata-se de uma exibição de agilidade, um folguedo, onde rapazes jovens demonstram às amadas os seus atributos viris e sensoriais. Às jovens damas cabe, então, selecionar o pretendente.

Difícil é crer que esta tradição tenha se desenvolvido, tão distanciada de si mesma, em capoeira no Brasil —mesmo considerando, ou inclusive por considerar, a existência de outros dois jogos de ataque e defesa similares à capoeira, o mani e o ladja, existentes respectivamente em Cuba e Martinica. O elemento negro ligados a estes jogos é óbvio; o não óbvio é a combinatória que permitiu a criação autopoiética de tais práticas sociais nesses três países e não em outros: campo, cidade?; porto, interior?; índios, ibéricos?; escravidão, liberdade?; segregação, misturas?; repressão ditatorial, omissão do poder monárquico?... Estas questões, para fora das origens, nos permitem ficcionar novos encontros ou nos aprisionar em arraigados preconceitos sobre a natureza das raças e culturas e a força meramente reativa dos homens. Com qual *ficção* ficaremos?

No rastro do malandro...

O passado é uma zona violentamente disputada.
Jean Chesneaux

Por malandro, na atualidade, compreendemos basicamente três coisas: a) um *elemento* socialmente improdutivo, perigosamente sem as marcas, os *caracteres*, do trabalho —um marginal, no sentido da produção[17]; b) um *indivíduo* marcado por uma peculiar inteligência —*esperteza*— e uma disponibilidade natural para empregá-la —*perversidade*— em proveito de seus objetivos, independentemente do mal, para outrem, que sua *conduta-para-o-sucesso* possa vir a promover; c) um sujeito misto entre o primeiro e o segundo, pois, apesar de não trabalhar —como o primeiro— e de ter o *dom* da esperteza —como o segundo—, é leal aos companheiros e segue algum código de honra mapeável pelos que o rodeiam.

Popularmente todos são identificados como *aqueles que querem levar vantagem em tudo ou aqueles que procuram sempre se dar bem*. A diferença entre os dois primeiros tipos e o terceiro encerra-se em sua psicologia, ou, talvez melhor dizendo, na gênese de seu registro social. Para *a* e *b* nada importa; querem *levar vantagem em tudo de qualquer jeito*. O tipo *c*, apesar de contar com uma moral bastante fluídica, permanece um *cavalheiro*. Em geral, é *boa-praça,* sedutor e para enriquecer precisa ganhar na loteria. Em muitos aspectos, é a alegria da festa, o menino da vila, a... *alma das ruas*.

Consequentemente, a figura do malandro encontra-se, hoje, submetida a um triplo registro imagético. De um lado, temos a equivalência moral entre vadiagem e ausência de caráter, própria dos registros da produção de capital do início do nosso século; de outro, incide sobre o personagem uma *periculosidade* ainda maior do que a anterior, posto capaz de ocultar seus

[17] Nestas duas primeiras categorias, embora a contragosto das elites, são comumente classificados, pela maioria da população brasileira, os políticos, banqueiros, empresários... Em suma, os que ao se afastarem da produção do trabalho, enriquecem às custas da exploração da miséria e do trabalho alheios.

objetivos, permanecendo alheio à culpabilização da normatividade social, através de uma espécie de *habilidade mental* que supera a inteligência média do homem; e, por último, vemo-nos frente a uma mescla entre a inscrição identitária de características individuais fixadas na *natureza psíquica* e resguardadas *tradições* populares de solidariedades pré-capitalistas matizadas pelo surgimento da *infância* nas classes dominantes. Dentro destas, *estar malandro* ou, como ainda dizemos *desta vez o malandro fui eu,* era apenas uma forma, como tantas outras, de sobrevivência.

Observando as duas últimas definições, é lícito afirmar que, instrumentando (pré) conceitos *científicos,* a recente *tradição* brasileira tem investido de permanência a malandragem, dotando o malandro de uma existência a-histórica que o consolida como *natureza.* Ou seja, o malandro atual é, devido a seus atributos psicológicos, 24h por dia malandro. Sua peculiar *inteligência* se traduz numa *perspicácia* que poderíamos chamar *instintual* e se faz acompanhar de uma *dubiedade litoral* bastante similar *à amoralidade* da psicopatia. Assim caracterizado, o malandro de nossa contemporaneidade assume, dentro de uma perspectiva radicalmente historicizante, o caráter de um "bibelô raro" pertencente aos saberes marcados pela psicologização da vida. Um "bibelô" que é dever do presente roubar àqueles que se consideram os seus legítimos donos.

Desejo frisar que desconfio dessa *esperteza* e dessa curiosa *capacidade de flexibilização moral* (como se ambas pudessem ser características individuais, inatas ou adquiridas!); antes as compreendo produtos, entre tantos outros, do imaginário social[18] capitalista, derivações da moral moderna —valorização do *homem–indivíduo,* população alçada à riqueza das nações através da exploração do trabalho assalariado, disciplinarização dos corpos mediante o esquadrinhamento controlado do tempo e do espaço, dos fazeres e dizeres (FOUCAULT, 1976; 1984; 1993)—, que se materializam em individualidades normalizadas ou estigmatizadas (GOFFMAN, 1995). Neste sentido, perdemos a literata *malandrice* e ganhamos uma categoria de

[18] Tomo aqui, de empréstimo, o conceito de imaginário social de Castoriadis.

acusação, *malandragem,* sobrecodificada como *disposição* para o ócio, a mentira e o crime, *aptidão* para objetivar o *sucesso* pervertendo a normalidade das regras *contratuais, vocação* para seduzir e enganar.

Todavia, invadido pela *intimidade* e encontrando-se associado a métodos de persuasão e ocultamento da verdade, o malandro do presente deve abstrair a violência direta ou o uso coercitivo da força para a obtenção de seus objetivos. Em caso contrário, transpõe a sutil fronteira que o separa da figura do *bandido* (Lembremo-nos que nem todo criminoso é bandido). Consequentemente, a *malandragem* sintetiza um modo específico de ilusionismo citadino, o convincente falseamento da verdade; podem ser malandros desde os homens que traem suas mulheres, *sem que estas o percebam,* até aqueles que enganam, com promessas eleitoreiras, toda a população de uma cidade ou país. Como nos assegura a música popular brasileira: “agora já não é normal/ o que dá de malandro regular, profissional/ malandro com retrato na coluna social/ que nunca se dá mal”.

Por esta *re-apresentação,* o malandro —personagem cuja gênese a história recente havia vinculado ao âmbito da política econômica e das redes do trabalho e do capital— tornou-se, na atualidade, *categoria de acusação* e objeto *do desejo,* um figurante do teatro psicologizado das ciências midiatizadas da modernidade.

No momento, retornemos ao Rio *antigo* e sigamos a navalha, a ginga, a fita amarela, a formação grupai e as relações entre contravenção e repressão. Haverá alguma relação entre a *queda* dos capoeiras e o surgimento do malandro na Lapa, nos anos 20?

O malandro: a alma das ruas...

> *Os destinos sociais (...) são igualmente fatais (...) porque encerram aqueles a quem caracterizam dentro dos limites que lhes são atribuídos e que eles são levados a reconhecer.*
>
> Pierre Bourdieu

A autoritária difusão de uma meia verdade, *o trabalho dignifica o homem* —melhor seria: o trabalho *de outrem* dignifica o homem *que o explora*—, desloca os aspectos *divinos* da *natureza humana* para dentro da produção de coisas. Aos homens que não querem, ou não podem, se tornar dignos de serem explorados, castigos —mesmo que trabalhem, como os ambulantes e os camelôs. Pois, a questão não é meramente a propagação de uma *ética protestante* (WEBER, 1990), mas também garantir que o famoso *bolo* só seja igualitariamente *repartido* num futuro sempre distante.

A história, qualquer história, é sempre uma reinvenção porque as palavras reinventam os *fatos*. Na *nossa* história, nem sempre malandro foi *esperto*... ou vadio[19], sequer adulto. Malandro, malandrice, malandragem... Perscrutando os usos literários do vernáculo malandro, no Brasil e em Portugal, percebemos insinuar-se uma distinção entre *malandrice* e *malandragem* que, gradativamente, fará fenecer a primeira.

Associada, pelo catolicismo reformado, à preguiça, à gula, à luxúria, à cobiça e à vaidade, a dócil *malandrice* —provavelmente derivada das recentes artes de mimar (ARIÈS, 1978)— negava-se a sucumbir sob o peso do pecado. Foi preciso uma verdadeira *revolução* para destroná-la dos corações *maternalizados* da alta burguesia.

Com a higienização e a eugenia, as *ideias novas*, a organização dos trabalhadores citadinos em associações, parece ter ocorrido no Brasil, como já o havia acontecido na França, Inglaterra, Alemanha, Itália *etc.*, o advento das *classes perigosas*. A partir desse momento, malandrice torna-se malandragem, vinculando *malandro* a vadio, vagabundo, capoeira, cáften, prostituta, bicheiro, ladrão, cigano, biscateiro, anarquista, desordeiro... todos, agora, obstaculizadores da cidadania. Cedendo aos demais elementos

---

[19] Dentro de um universo apoiado sobre a valorização do trabalho, a vadiagem corresponde à falta de uma ocupação institucionalizada pelas normas da produção. Para a construção de uma normatividade indissociável entre homem e trabalho fez-se necessário criminalizar atividades e personagens sociais que, até a emergência da ordem cidadã, eram tolerados ou não problematizados. Sobre o processo de criminalização e policiamento das cidades em modernização, ver FOUCAULT, 1979; 1984; 1993.

da multiplicidade, ora indesejada, do povo[20] os atributos que lhe eram *tradicionais* —hedonismo, graciosidade, inconstância de objeto amoroso, humor lúdico (coisas de infância!)—, o malandro recebeu daqueles, em troca, a vinculação à marginalidade quanto ao trabalho, à periculosidade e ao crime. Antes de sua reinvenção, nada devendo ao trabalho ou à lei, embalava-se em cueiros de linho ou excitava a monotonia dos salões.

Na literatura, até quase fins do século XIX, o malandro —personagem *blasé* do *laissez-faire*..., antítese do herói guerreiro— participa ativamente das altas rodas de influência da sociedade, bem-nascido e bem-falante, instruído e simpático. Não raro, mordaz e irônico, porquanto *verdadeiramente* cínico, traduzia a rebeldia burguesa frente aos interditos do sangue —qual a criança que, curiosa, busca ampliar os horizontes para além dos domínios paternos.

Sem ser um personagem *das armas* ou da *melancolia,* sua malandrice era indisciplina e *mimo* —obra do recém-descoberto *amor materno*!—, e consubstanciava, através do zelo familiar, o adiamento da emancipação —não apenas, nem sobretudo, afetiva— dos filhos, agindo exatamente contra o amor romântico. Enredado por uma heterogerida *ingenuidade infantil,* meiga e alegre, o malandro desaparecia quando, finalmente, o filho adentrasse a vida adulta, herdando as *propriedades* do pai. Espécie de personagem intermediária entre o *infante protegido* e o *respeitável empresário* (gênese, quiçá, do adolescente), o malandro encontrava-se, portanto, fora das redes de dominação do corpo pelo trabalho e longe da pobreza.

Malandro, *maroto, brejeiro*... Ainda hoje, a conexão entre malandrice e infância compõe, sem que o percebamos, algumas de nossas cartografias imaginárias. Aprendemos, com nossas avós, que *este(a) menino(a) é um(a) malandro(a),* numa alusão claramente amorosa aos modos da criança

---

[20] Era corrente a tristeza dos republicanos, monarquistas e esquerdistas acerca da ausência de povo no Brasil. Cada qual tinha em mente o povo que lhe convinha, e o que encontravam não se encaixava em seus conceitos apriorísticos.

conquistadora de simpatias. Aprendemos também a sentir que *não podemos, nem queremos, deixar de nos seduzir por seus inocentes encantos.*

De certa forma, até o momento de sua ruína, o malandro era tão-somente um *anjo da perdição.* Fagocitado pelas disciplinas da *monstruosidade humana,* apenas em fins do século XIX e inícios do XX, volve-se perdido, vadio, perigoso... ladrão não mais de corações, mas de outras riquezas bem mais consistentes. É a criminalização crescente das cidades, gerenciando a liberdade e a igualdades dos homens em fraternidades societárias, que traça para o malandro uma nova carreira e novos métodos de ação.

Empobrecido e associado *à vadiagem,* o antes *inocente* malandro circula agora por um submundo de botecos fétidos e imundas *tolerâncias.* A mulher que o pari não *é mãe*; falta-lhe nobreza aos modos, às vestes, ao berço, e aquilo que antes era sedução torna-se técnica de empulhamento e calhordice. Locupletar-se à sombra do operariado e às margens da produção passa a ser destino daquele que condensará, muito em breve, a anônima e *insensível* alma das ruas.

Ainda não é o cafetão, o ladrão (necessariamente), o perigo armado dos becos, mas uma figura mista que, por cautela, deve ser evitada e erradicada do convívio com as pessoas de *bens*; representa um perigo difuso e tem tempo de sobra para inventar quaisquer desordens. Gradativamente, a figura do malandro vai se amalgamando à do vadio —altamente desclassificada nestes tempos produtivos— e torna possível ocultar a ausência de empregos, ou de oportunidades iguais para todos, sob o manto da vadiagem —desorganizando, inclusive, a *caridade cristã* para com a mendicância, ambas práticas também visadas pela nova Ordem (FRAGA, 1995).

Em paralelo, através de dispositivos disciplinares que incluem desde a criação de vilas operárias no espaço físico das fábricas (1905) até a implantação coercitivo–policialesca do toque de recolher —teoricamente para reprimir a vadiagem—, molda-se, para o operário, a figura ideal do trabalhador (LOPES, 1987). E, neste drama burlesco, faltam moradias e empregos, a cidade incha de cortiços; os morros se ampliam de miséria

urbana; as redes informais de subsistência se recusam a morrer; a agitação citadina cresce, qual um pesadelo, nos cochilos do progresso. O malandro *expert* da ginga, figura altamente moderna, emerge enfim neste cenário: “Quando eu morrer, não quero choro nem vela, quero uma fita amarela, gravada com o nome dela”.

Ah, a *fita amarela gravada com o nome dela*!... Conforme vimos, as relações entre capoeiras e Estado eram fortemente ambíguas: olhos e bocas, às vezes braços, da polícia; seguranças do *bicho*, do cáften, de políticos... necessários, temidos e odiados. A fita amarela e a vermelha sinalizavam grupos distintos, quiçá rivais.

Aparentemente, os *fita vermelha* ou fecharam um acordo com o adversário —o cravo no coração e a fita *amarela* no braço— ou foram extirpados da cidade, pois, no Rio, só voltei a encontrar registros de capoeiras com fitas vermelhas recentemente, nos últimos 20 anos, com a entrada, já midiatizada, da capoeiragem baiana.

Por que retorno aos capoeiras? Porque o malandro de calça culote, paletó de linho branco, cravo vermelho na lapela, fita amarela no braço, o almofadinha da navalha e da ginga, personagem de contato entre ilegalismos, tolerado pela polícia e, não raro, informalmente apadrinhado por delegados é, sem dúvida, o *capoeira–cidadão*, higienizado, limpo, *medicalizado* —morte vestida de branco!—, respeitado pelo temor, reconhecido por uma esperteza que emana de suas dúbias relações com o poder. Ele é o *príncipe da contravenção*, sua sede é a Lapa; porém, está prestes a se tornar *o barão da ralé*.

No plano de uma visibilidade macropolítica, todavia, as contradições existentes entre Capital e Trabalho estão fazendo emergir, no cenário cultural brasileiro, a partir do movimento modernista, também em inícios da década de 20, uma revalorização das figuras do vadio (associada ao *fora* do universo do trabalho) e do malandro (revinculando-a aos prazeres mundanos), refundindo-as, neste mesmo ato, em uma malandragem tranquila (um *savoir vivre* tupiniquim ou caboclo). A obra *Macunaíma*, de

Mário de Andrade, ficciciona um anti-herói, anti-higienista, antibelicista, pré-nacionalista, preguiçoso, glutão, voluntarioso, libidinoso, mestiço, livre... *brasileiro.*

Essa versão de malandro surrealista, contudo, a ser reutilizada, na década de 40, por Oscarito e Grande Otelo, nada tem a ver com o malandro citadino que opera nas ruas. Macunaíma é antes um herói da natureza, e os malandros da Atlântida, ainda que lhe devam a inspiração, pertencem aos salões do carnaval domesticado.

O rádio (1922) e o cinema falado (1929) permitem que os ideais de domesticidade do povo, construídos pelos sonhos de cidadania da república, sejam francamente difundidos. Apesar da indústria fonográfica, em solo nacional, ainda preferir popularizar as *jazz-bands*, em detrimento do choro e do samba, o reconhecimento internacional da música brasileira[21] contextualiza a emergência de um *novo* Brasil.

A década de 30, ditadura e guerra, nos propagandeia a identidade nacional —tranquila, ordeira, sentimental, sensual, alegre e *esperta*— deste país que ora marcha, inexorável, para o *desenvolvimento*. Essa nos será retornada, a partir de Hollywood, em fins da mesma década, com a *notabilidade* de Cármen Miranda. O Brasil vende ao mundo, e do mundo compra, a sua face divertida e matreira, despreocupada e exótica. *Yes, nós temos bananas.*

O cinema nacional, por sua vez, aproveitando-se do filão aberto pelos musicais norte-americanos e pelo sucesso do rádio, ofertava, desde 1933 (filme: *A voz do carnaval),* películas leves com cantores *populares* protagonizando a alegria de um carnaval–baile, inocentemente pudico e, principalmente, abstraído de populacho. Fora das telas e em outro cenário, pululam anarquistas, socialistas, comunistas, integralistas, liberais... em meio a uma realidade febril de desempregos, epidemias, greves, escândalos,

---

[21] Pixinguinha e seus Oito Batutas eram, então, fenomenal sucesso na Argentina, juntamente com o violinista Canhoto (SEVERIANO e HOMEM DE MELLO, 1997: 50).

racionamentos, xenofobias e ditadura. Creio que, por fim, o surrealismo francês aporta em nossos corações!...

A organização do universo trabalhista mostra-se revoltantemente alijante. Diríamos que ainda estávamos *bestificados!* Tantas discursos sobre a identidade nacional, e o que se vive é ainda um Brasil *pra inglês ver!* Não nos esqueçamos que, para a construção desse Brasil moderno, as razões *sanitárias* empurraram a pobreza para fora dos novos cartões-postais da engenharia. A destruição dos cortiços, tradicional moradia dos pobres, no centro da cidade, obrigou a malandragem a subir os morros.

Alheias às sapientíssimas discussões a respeito de raças, culturas e religiões[22], cercadas por inúmeros perigos[23], atravessadas pelos múltiplos racismos que as condenariam a não existir, as favelas proliferam e fazem emergir, em fins dos anos 20, as primeiras escolas de samba.

A ginga do samba —os movimentos abertos e ágeis dos passistas masculinos— parece coincidir com a *pacificação* da boemia promovida pela reorganização das redes de contravenção desarticuladas pelo *bota abaixo,* pelo loteamento da cidade em zonas, pela distância indesejada do asfalto, pela solidariedade, ainda que forçada, entre o citadino *malandro* e o migrante rural familiarista. A favela parece dançar capoeira, mas uma capoeira modernista, uma *capoeira–samba/baile/cortejo,* que se apresenta como um partido que vem do alto. Coincidência? Talvez. No entanto, a emergência de um novo tipo de vigilância promovendo, na Era Vargas, uma centralização do poder de polícia nas mãos de especializados serviços de informação, instrumentando a *segurança nacional,* coincide com a emergência de uma desafiadora *malandragem* nas letras dos sambas.

---

[22] Sobre a política de imigração na era Vargas e as decisões eugênicas para a construção da suprema raça brasileira, ver Carneiro, 1988.

[23] Alceu de Amoroso Lima, através da revista *A ordem,* protestava, incansavelmente, sobre o caos que se avizinhava do país, através das influências estrangeiras, podendo levá-lo à ruína. Precisávamos, enfim, ficar alertas para “os perigos do judaísmo, da maçonaria, do espiritismo, do comunismo, do protestantismo” (CARNEIRO, 1988: 111).

Desde 1933 até 1940, o amor e a ojeriza ao trabalho constituirão os temas obrigatórios dos sambas de sucesso fora do carnaval. O Brasil se rende ao *Brazil,* e neste, canta-se o fim da exploração. O Brasil não é a sua elite; é povo. E o povo brasileiro é de uma *malandragem mansa.*

Inúmeras canções das décadas de 30 e 40 fortalecem este ideal, agora romântico, de *malandrice* para a *malandragem.* E o povo as canta pelas ruas enquanto caminha para o trabalho ou vadia desempregado, se virando em biscates e arranjos.

Alguns sambas fizeram surpreendente sucesso: “Lenço no pescoço” (1933), de Wilson Batista; “Conversa de botequim” (1935), Noel Rosa; “Acertei no milhar” (1940), Wilson Batista e Geraldo Pereira; “Inimigo do batente” (1940), Wilson Batista e Germano Augusto. Tão surpreendente que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no início dos anos 40, achando excessiva a apologia da malandragem, *aconselhou* os compositores a adotarem temas de exaltação ao trabalho e condenação à boemia.

Inicia-se, então, uma perseguição musical ao malandro, tendenciosamente convertido em boêmio arrependido e ordeiro operário. É o caso de “O bonde de São Januário” (1940), no qual Wilson Batista, em parceria com Ataulfo Alves, desiste de acertar no milhar: “Quem trabalha é que tem razão/ eu digo e não tenho medo de errar/ o bonde de São Januário/ leva mais um operário/ sou eu que vou trabalhar./ (...) a boemia não dá camisa a ninguém”.

Paralelamente, seguindo a inspiração do cinema norte-americano, em 1941 é fundada, no Rio de Janeiro, a Atlântida Empresa Cinematográfica do Brasil S.A. Vários de seus filmes imortalizam, com Oscarito e Grande Otelo, a *nossa* utopia *Tropical Brazil:* país sem contradições ou miséria —perfeita síntese hegeliana—; predominantemente branco, porém sem racismos; de dia, trabalhador; à noite, carnavalesco; elegante e educado. trajado diuturnamente com as últimas tendências estilísticas dos puritanismos de primeiro e segundo mundos; limpo, benfazejo e frequentador assíduo do Copacabana Palace. Nas ruas pouco povoadas do Rio de Janeiro, carros particulares trafegam

livremente apreciando a gentil paisagem e, conquanto avaro em transportes coletivos, o brasileiro desconhece a fila, o desconforto da superlotação ou, mesmo, se atrasa devido a problemas de trânsito. Tudo conflui, no país da grande tela, para uma alegria *civilizada.*

E o malandro, sumiu? Não, inclusive é figura de destaque neste ordeiro universo, pois, enquanto a capoeira se *nacionaliza*[24], o malandro se cobre de lama. Preto, nordestino ou matuto, apenas no baile de carnaval aparece vestido como os demais; ou seja, *fantasia-se* de povo brasileiro. *Sua,* agora patética, *esperteza* o ridiculariza; individualiza-o qual a caricatura do *atraso* —potencializada por um humor de *pâtisserie.* Assim como a sua antológica *valentia,* ricamente cultivada pela cultura policialesca das décadas anteriores, esconde tão-somente um covarde: "sossega leão, sossega leão". É como se o Estado brasileiro dissesse à *pátria amada,* num plágio antecipado de *Perdidos no espaço, nada tema, com Vargas não há problema.*

Apesar de tantos esforços para construir a identidade nacional vinculada ao *trabalhismo,* em 1946 o samba "Trabalhar eu não", de Anibal Alves de Almeida, ganhou a preferência popular, e seu estribilho —"trabalhar, eu não, eu não"— ressoava como um protesto contra *o patrão que fica rico enquanto o trabalhador pobre continua sem um tostão* (estrofes do samba). Usado, qual hino, numa greve no Porto, ainda em 46, o samba rendeu a seu autor —denunciado como comunista pelo, então, ministro do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima— a ameaça de prisão. À época vários jornalistas intervieram e impediram. pela força da imprensa, que o pior se consumasse.

Tudo acabou bem, mas o recado da recém-empossada *democracia com Dutra* estava dado, e em nada diferia daquele que antes fora dado pela ditadura de Vargas: *apenas o trabalho conduzirá o Brasil ao progresso; inimigo do empresariado é inimigo do país.* O malandro, contudo, vai cedendo espaço a

---

[24] Incluída no Código Penal de 1890, a capoeira ganha um estatuto totalmente diverso com o Estado Novo. Em 1937 passa a integrar a identidade nacional, destacando-se como *modalidade esportiva tipicamente brasileira.*

outro personagem que se insurge não contra o *labor,* mas contra a *exploração,* entre os quentes blocos de uma guerra fria —cujos estilhaços nos irão atingir o peito mais duramente a partir de começos da década de 60.

Por ora, a Lapa está deserta; uma outra boemia, classe média, se instaura nos bares; o *bicho* se empresaria, gestando o próximo passo; o samba se empresaria... O malandro tá velho. Talvez como diz Chico, “não espalha, aposentou a navalha, tem mulher e filho e tralha e tal. Dizem as mais línguas que ele até trabalha, mora lá longe, chacoalha no trem da Central”. E o *malandro–capoeira* desaparece antes da década de 50.

Parasitando a pobreza... *Rio by Disney*

Ainda no plano midiático, não nos esqueçamos do hoje simpático Zé Carioca, que nos imortalizou em *malandros* e *manés.*

Segunda Grande Guerra. Das mesmas pranchetas que nos deram Patópolis, surge o Rio de Janeiro! Cidade mareada por diferenças econômicas e culturais drásticas, porém passíveis de resolução, dada a sua exuberância natural, se *o povo* não fosse... Zé Carioca.

De um lado, a favela, onde vivem Zé, Nestor e Pedrão. Zé, que à época lembra um tucano com pernas de ema, pode ser definido como um *Macunaíma* antipático, egoísta, trapalhão, preguiçoso, glutão, vadio *vocacional,* tagarela e pernóstico; de cartola e guarda-chuva —misto de embromador e burguês fidalgo molièriano, com traços fisionômicos que guardam semelhança com caricaturas antissemitas então vinculadas na grande imprensa nacional[25]—, busca ostentar uma falsa riqueza. *Nestor,*

---

[25] Esta caracterização, poucos anos depois, se modifica, fazendo surgir o simpático papagaio que ora conhecemos. A revista passou a ter boa circulação no país só após os traços exteriores de Zé terem sido remodelados. Os traços de personalidade, contudo, não foram substancialmente alterados, até muito recentemente. Há pouco mais de vinte anos, Zé Carioca começou a mostrar real afeição por seus amigos e por Rosinha, tornando-se menos egoísta e mais *romântico.* Em contrapartida, ganhou parentes de diferentes partes do país que, sendo trabalhadores, o olham com simpática resignação, como quem diz: “é vagabundo, mas é boa gente”! O que ocasionou esta mudança? Quiçá, a entrada do Brasil na guerra, junto com os Aliados, seja a responsável pela primeira metamorfose. Mas, por que o Zé,

simpático *mané* seduzido pelo *malandro*, apresenta-se como um pássaro negro, identificável ao urubu, malemolente e preguiçoso como o seu companheiro. Pouco inteligente e fascinado pelo narcisismo do outro (Ah, o problema das más companhias!), é leal àquele que só o mete em furadas. Vadio sem convicção, Nestor trabalha irregularmente em biscates. *Pedrão*, por sua vez, é um... —não sei!—, marrom, gordo, molenga, simplório, contudo honesto, criador de galinhas; seu maior prazer é comer e oferecer aos vizinhos a *famosa* feijoada.

De outro lado, a riqueza e a opulência. A deslumbrante mansão —com direito a mordomo!— do pai de Rosinha, uma *rose face* deslumbrada, apaixonada por Zé Carioca, que nada fica a dever à triste enamorada de *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz. A grande tristeza do pai da jovem é essa *paixonite.* Em vão, Rosinha e o pai tentam reformar Zé. Ela para torná-lo figura aceitável pelo pai; ele, para fazer de Zé um papagaio digno de sua filha e de sua fortuna.

Na evolução do personagem, enquanto se desenrolam as tentativas de moldar em Zé o operário, mulatas lindas vagueiam languidamente pelas ruas, acompanhadas, de perto, por pássaros–homens alegres tocando pandeiro e de camisas listradas. Disney parece conhecer (e concordar com) a piada sobre Deus e o Brasil: *mas olha o povinho que eu vou pôr lá (*Detalhe: há muitos barracos pendurados na favela, mas apenas uma grande casa na alameda, do pai–trabalhador de Rosinha.).

Zé, conquanto agora sedutor e simpático, permanece um *explorador do afeto* e bolso *alheios*, vivendo do dinheiro *emprestado* —nunca devolve! —por Nestor, Pedrão e Rosinha. Sobrevive também de pequenas trapaças e, às vezes, do *ganho* que faz, ocultamente, nas frangas da minigranja do colega. Está dada a mensagem: cuidado, o malandro não é amigo de

---

entre 70 e 80, começa a ganhar família e a formar redes de solidariedade com *os novos personagens que entram em cena?* Em 80, os quadrinhos se *democratizam* e a diversidade de um Brasil que encontra a alegria maior no Rio se populariza. Zé até começa a procurar emprego, mas sua falta de aptidão para o trabalho o faz retornar, às vezes agora envergonhado, à velha rotina da vadiagem. São *novos tempos*.

ninguém! Mais ainda: todos devemos estar alertas contra este intruso do passado que teima em assombrar o presente, pois, por mais rico que seja o Brasil, nunca será nada nas mãos do *Zé-povinho.*

Além dessa já conhecida e repassada mensagem a que estava submetida, desde há muito, a população brasileira, havia outra, mais subliminar e eficaz: *todo malandro requer um otário.* E, no Brasil, nascia um otário a cada dia.

A década de 40 vira emergir o estelionatário e o punguista: ambos, mestres do ilusionismo. O primeiro, um *hipnotizador* que vende o Pão de Açúcar e o Corcovado a inúmeros incautos; o segundo, um mágico que, com maestria, esvazia bolsos e carteiras, faz sumir relógios e cordões à vista de seus incrédulos proprietários. Pertencem, a princípio, a uma contravenção individualizada, sem grupo; atuam, em geral, apenas com a sofisticação da linguagem cotidiana ou com a *arte;* agem rápido e sub-repticiamente. Não se expõem; não rivalizam; não usam armas. Foram perseguidos, e suas técnicas ampliaram-se em novos golpismos.

Compelido à visibilidade, acossado por forças similares e antagônicas —agentes da ordem e tráfico— o punguista talvez tenha sucumbido à grupalização. Prática não discursiva, não contratual e não bélica, refratária à corrupção dos jogos políticos, ao funcionamento das redes bancárias, jurídicas ou midiáticas, e cuja formação remete ao universo mítico das vocações[26], o punguismo torna-se rarefeito, tendendo a desaparecer, a partir dos anos 70. Todavia, em seu lugar, uma outra prática, mais agressivamente visível, começa a tomar vulto nas ruas do Rio: o *beliscão* dos moleques de rua.

Em *outro universo,* o estelionatário de sucesso cresce à sombra do sistema financeiro; especializa-se em mídia e linguagem jurídica; escolariza-se; diploma-se; não raro faz carreira política, e sem sujar sequer

---

[26] O aspecto vocacional corresponde à base material, supostamente natural, necessária para que o *desprendimento de si* realizado pelo discípulo perante o mestre —ascese monástica— permita-lhe tanto aflorar o *talento* quanto apreender as técnicas de sua arte (modelo artesanal pré-industrial, constantemente reinvocado por artífices das Belas-Artes).

o colarinho, constrói *édens* fiscais, para os quais envia, com certa regularidade e em proveito próprio, parcelas significativas do patrimônio de terceiros. Frequenta os salões da alta burguesia, e tem crédito para veranear na ilha de *Caras*. Seu primo pobre, o pequeno estelionatário, denunciado ao SPC por *cheques voadores* e outros trambiques, ainda caminha por aí tentando fazer a hora do golpe funcionar a seu favor. Oportunidades desiguais, personagens distintos: *direitos* para um, *cadeia* para o outro.

Enquanto *golpistas* vão assumindo os *espaços da malandragem*, a figura do malandro nacional sofre nova mutação. Como um amálgama entre os diversos *perigos* visualizados pelas correntes da degenerescência e a guerra fria, nasce *incriado* o malandro *do crime:* ladrão, assassino, temerário, que enfrenta a polícia, não leva desaforos para casa, iracundo e avarento, bêbado, promíscuo, jogador, desafiador, viril, agressivo e circunspecto, cafetão, bissexual, perverso; dono do discurso, dono do lugar, dono de corpos. Monstruosidade saída dos porões inquisitoriais das ditaduras, ele é o *magnata* da contravenção, o *administrador* do crime, o *empresário* da marginalidade, o *gerente* da subversão!

Por esta via, em nossa mais recente ditadura, malandro foi se aproximando de bandido, traficante, sequestrador... *crime organizado.* Mas isso é uma longa história. É contudo interessante notar que o ressentimento político contra o malandro veio sendo aplacado por outras forças de efetivação do social, inclusive durante a ditadura. Se, de um lado, forças sociais vinham desde as primeiras décadas do século XX associando periculosidade e malandragem; por outro, forças populares contra o aculturamento unidimensionalizante —favorecidas, paradoxalmente, pelo *comunitarismo* forçado das favelas, a expansão desordenada das cidades, o comércio turístico, a valorização internacional da música feita por negros e mestiços, o imaginário romântico do cinema falado, dos *quadrinhos*...— recolocaram, ainda que carregado de *psiquismo,* o malandro na galeria dos personagens simpáticos do país.

Ao lermos os rotineiros *escândalos* públicos nos periódicos; irmos trabalhar e, findado o mês, depararmo-nos com as dívidas que se

produziram à nossa revelia; sermos obrigados a mendigar *direitos* e, não raro, lastimar a perda de outros, também legalmente estabelecidos... Bem, após tanto cotidiano, volvendo os olhos para o poder que se investiu na figura do malandro desde o seu surgimento —em especial, nestes dias de medo difuso—, todos queremos ser, em algum momento, em algum lugar, ainda que secretamente, *malandros.* Pois, "Já falei p'ra você que malandro não vacila / malandro não cai e nem escorrega/ malandro não dorme nem cochila/ malandro não carrega embrulho/ e também não entra em fila".

Longe das figuras, maternalizada, do malandro manso ou, romantizada, do malandro heroico, quem emergirá, durante a ditadura militar mais recente, será efetivamente o *subversivo.* Herdeiro da lei de segurança nacional, gestora da figura do guerrilheiro urbano, o bandido da atualidade pertence ao *governo paralelo* de um *crime* que se quer *organizado.*

Bandido bom é bandido morto

Muito recentemente, traficantes e contrabandistas passaram a receber a alcunha de *crime organizado.* Esta figura, inconsistente no campo jurídico (ZAFFARONI, 1996), emergindo via propaganda de Estado na América do Norte, no pós-Segunda Guerra, época de macarthismo e *esfriamento das relações internacionais*, possibilitou a construção de um imaginário conspiratório nacional, a supressão do direito penal liberal e o consequente restabelecimento do direito penal autoritário (modelo inquisitorial, o mesmo das ditaduras). Serviu também para implementar uma política imigratória racista, em meio a uma enorme concentração de capital especulativo, e para comparar, equivalendo, regimes ditos totalitários com um certo tipo de *criminalidade*, agora *subversiva* da ordem do capital (assaltos a bancos, sequestros, panfletagem política...).

Esta criminalidade parâmetro, o *crime organizado*, foi construída dentro de uma trama que envolveu, sobretudo, o monopólio, por parte das polícias e governo, das informações referentes a todo o processo penal a que eram submetidos os acusados.

Além deste caráter específico, o *crime organizado* permitiu o aperfeiçoamento de um sistema de retroalimentação perverso entre policias e políticos. No campo gravitacional desse sistema se incluíam tanto as comissões parlamentares de inquérito e comitês de investigação do Congresso quanto imprensa e autores de ficção.

Os lucros políticos deste empreendimento não foram nada desprezíveis: notoriedades políticas, recompensadas nas umas, construíam-se em torno da perseguição ao crime organizado enquanto a vida política de seus adversários eram destruídas —mediante a relação entre o crime organizado e simpatias *prováveis* com o bloco socialista. Qualquer semelhança com o Brasil pós-64 não é mera coincidência.

A militarização do poder público brasileiro, implementada pela ainda recente ditadura[27], promoveu uma redefinição do conceito de segurança pública e, fazendo a equivalência entre guerrilha e criminalidade, submeteu-o a preceitos de guerra. Por esta via, legitimadora de todos os atos de arbítrio da ditadura militar brasileira, fabricou a implantação de uma ideologia militar para a polícia e submeteu, a esta, a sociedade.

Tornando o bandido comum equivalente ao guerrilheiro, incorporando-os, ambos, à figura do inimigo interno, foi possível elaborar uma ideologia militar para a investigação criminal que suprimia as garantias constitucionais dos direitos de cidadania e tornava ilimitado o poder das polícias militares —ainda hoje gozando a impunibilidade e cumplicidade do Estado que adquiriu nos anos de arbítrio—; aumentar o controle da União sobre as políticas estaduais de segurança; desmantelar o poder de polícia dos aparatos civis; criar uma Inspetoria Geral das polícias militares —vigilância direta sobre os governos de Estado, com consequente diminuição de sua autonomia frente à federação; fechar acordos internacionais de aperfeiçoamento da repressão com os EUA; promover o controle dos meios de comunicação, peças de teatro, música...; produzir, em cadeia nacional, o

---

[27] CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. "Remilitarização da segurança pública: a operação Rio" *in Discursos sediciosos, op. cit*, pp. 141–168.

mea-culpa de supostos guerrilheiros, para uma opinião pública cada vez mais bestializada. Em suma, tornar, pelo horror, ilimitado o poder militarizado. Pessoas sequestradas, torturadas e mortas; corpos carbonizados ou enterrados em valas clandestinas; crescimento de grupos de extermínio; exportação e importação de técnicas de tortura; personalidades de expressão cultural e política se exilando em países diversos.., tudo em meio a uma aparente normalidade social, imposta pelo mergulho cotidiano no paranoico universo da vida tornada guerra. Os efeitos de tudo isso estão aí pra quem quiser ver.

Em ambos os casos —*crime organizado* (EUA) ou *subversão* (Brasil)—, vemos emergir redes de práticas e discursos que, partindo de inúmeros focos (mídia, academia, parlamento, literatura, fiscalização de portos e aeroportos, leis de migração, polícia, cinema, música...) consubstanciam totalizações paranoicizantes.

Observemos primeiro o caso americano. Num primeiro momento de divulgação do perigo-que-vem-de-fora, duas totalizações, em direta oposição, tornam-se evidentes: a América boa, ameaçada e indefesa, e os imigrantes maus, perigosos e destruidores. Sobre o solo de uma totalização previamente fixada —o Estado Nacional ou a Nação— opera-se, a partir de um novo jogo de forças representado pela guerra fria, uma interessante reterritorialização: a nação ameaçada. *The game* continua até que a fragmentação da imagem produza um certo efeito de sentido na matéria-prima do poder moderno: o indivíduo torna-se o indivíduo ameaçado. Não *um* indivíduo. Todo, cada indivíduo do mundo ameaçado em sua vida, honra, poder, liberdade. A fragmentação reterritorializou-se em uma nova totalização. Mas se cada indivíduo está sendo ameaçado, de onde vem e o que gera tal ameaça? Nova fragmentação: não cada indivíduo, apenas os bons, os livres.., a começar pelos mais bons e mais livres; a começar pelos americanos. Nova reterritorialização: os americanos, os mais bons e livres da terra, estão sendo ameaçados. Por quem? Pelo inimigo *externo,* pelo que vem de fora, pelo incontrolável, por aqueles que acabarão com a liberdade, a riqueza, a honra. Pelo crime *organizado.* O crime que chega, qual um

exército, de todas as partes não livres do mundo; que vem, como legiões estrangeiras, partindo dos limbos do fascismo, do comunismo e das *ditaduras tropicais.* E cada americano se torna, na espreita, um vigilante, um delator, um ardoroso defensor de sua pátria. E em cada americano algo deseja os processos, os inquéritos, as barreiras... Porque se tal não se processa... “Amigo, você é realmente americano?”

No caso do Brasil, por estratégias muito similares, em especial o controle dos meios de comunicação de massa, a ditadura reativou a equivalência entre forças armadas e nação. Produzindo um novo campo (bélico) para o cotidiano, trouxe à cena desejante a antiga divisão entre povo e escória (bons brasileiros x maus brasileiros), direcionando-a para o *inimigo-que-é-de-dentro.* A relação de equivalência militarizada que se instaura entre o bandido comum e o chamado bandido político faz-se sensível no apoio popular aos grupos de extermínio, na demanda por policiamento mais ostensivo nas ruas, por mais leis...

Continuamos em guerra, presos aos devires da ditadura. Assim, vivemos vendo ameaças em todo canto. Elas vêm das ruas, campos, favelas; vêm do tráfico, do sequestro, da negritude, da Zona Norte, Oeste... “Disque-denúncia: a única arma do cidadão”. E o desejo de cidadania se instala nos condomínios, nos automóveis fechados, no rosto que vira —repugnado e assustado— as costas para o pedinte, o menino de rua, o ancião trôpego...

O inimigo espreita em cada esquina; há gente demais; pena de morte para sequestradores; aborto, não, esterilização em massa, sim; *eles* não querem trabalhar; é preciso *ordem*, quando os militares tomavam conta não era assim; agora está bem pior que antes; onde está a polícia que ninguém vê quando precisa...

> — Mas a polícia é corrupta!
> — Porque ganha mal. Você sabe o que é ganhar uma merreca e ver a contravenção e o tráfico todo dia movimentar milhões? Pague melhor; dê melhores armas, maior liberdade de ação... Bandido bom é mesmo bandido morto. Bandido não tem direitos humanos. E os direitos humanos da vítima? Esse pessoal é tudo um bando de

> subversivos, mariquinhas... Ô rapaz, o que tu és; tu tem certeza de que tu é brasileiro?

Lamentável, mas a história é sempre a dos vencedores e, até agora, bandidos são aqueles que os jogos de poder mais imediatos, dentro ou fora das leis, assim o determinam. Prestem atenção no que vai dar toda essa organização militarizada, tão bem sintonizada com os EUA, em torno do combate ao narcotráfico. Há gente dizendo que é hora de reatualizar a lei de segurança nacional. Vai sobrar pra nós. Como diz o dito popular: *a corda sempre quebra do lado mais fraco.*

Referências bibliográficas

ALENCAR, F.; CARPI, L.; RIBEIRO, M.V. *História da sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CAMINHA, A. *Bom-crioulo.* Rio de Janeiro: Atrium, 1997. Coleção Confluências, 2.

CARNEIRO, M.L.T. *O anti-semitismo na era Vargas (1930–1945).* São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados.* São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CASTORIADIS. C. *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO ALVES, A. "Navio negreiro" *in: Poesias completas de Castro Alves.* Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

CERQUEIRA, C.M.N. "Remilitarização da segurança pública: a operação Rio" *in: Discursos sediciosos.* Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Relume Dumará, número 1, 1º semestre de 1996.

CHALHOUB, S. *Cidade febril.* São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CORREIA, M. "Ilusões da liberdade". Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1982.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

______. *História da loucura.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

______. *Vigiar e punir.* Petrópolis: Vozes, 1993.

FRAGA FILHO, W. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.* Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1995.

FREITAS, D. *Palmares — a guerra dos escravos.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

GOFFMAN, E. *Estigma.* Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

KOVARICK, L. *Trabalho e vadiagem.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LOPES, J.S.L (coord.) *Cultura & identidade operária.* Rio de Janeiro: Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

MOURA, C. *Resistência ao escravismo.* Série Princípios. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

RAMOS, J. S. "Dos inales que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20" *in* MAIO, M.C.; SANTOS, R.V (orgs.) *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CCBB, 1996.

RIBEIRO, D. *A formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SCHWACRZ, L. *O espetáculo das raças.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVERIANO, J.; HOMEM DE MELLO, Z. *A canção no tempo. 1901–1957.* São Paulo: Editora 34, 1997, vol. 1.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

______. *Uma história do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, A. *Quem são os criminosos.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* Lisboa: Presença, 1990.

ZAFFARONI, E.R. "Crime organizado: uma categorização frustrada" in *Discursos sediciosos.* Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Relume Dumará, número 1, 1º semestre de 1996.

AIDS: TERRITÓRIOS, PSICOLOGIA E SUAS IMBRICAÇÕES

Antônio Carlos Cerezzo *

Se hoje, no Brasil, a AIDS pode ser assumida como um problema *nosso,* o mesmo não poderia ser dito quando do surgimento dos primeiros casos. Menos do que a uma *isenção,* tal fato remete a um aspecto comum a alguns povos, e particularmente no que se refere às doenças: a consideração do problema como algo pertencente ao mundo exterior e, consequência lógica, do *estrangeiro* como perigoso. A ideia de exterioridade também pode ser identificada na presença de sentimentos e estados subjetivos *estranhos,* incômodos, originados, no caso da AIDS, no preconceito, na discriminação, na solidão.

Esses aparentemente distintos *modos de exterioridade* não se excluem. Pelo contrário, sua conjugação dá o suporte para a problematização *psi* e faz com que, do estrangeiro cultural e socialmente dado, passando-se por quem sente em si mesmo a estranheza, chegue-se a quem se ressente da presença daquele, e nele se expurga.

Três textos, abordando por diferentes ângulos a questão da exterioridade, bem ilustram o exposto acima.

Abordando a questão do migrante, particularmente o migrante nordestino, Ferreira nos traz uma discussão a respeito da inserção no meio social, tomado a partir de seus condicionantes hegemônicos, os quais levam à emergência daquele como diferente. Apoiado em Freud, alude ao rechaço sofrido pelo estranho, dado ser sentido como ameaça. Assim nos diz o autor:

> O contato com o migrante na qualidade do diferente pode despertar ressonâncias de estranheza no espaço do eu, sinal de emergência ou ataque que exige defesa (...) É o outro que é devasso, promíscuo,

* Antônio Carlos Almeida, psicólogo. Assessor do Banco de Horas/IDAC (Instituto de Ação Cultural).

> violento, formas apaziguadoras de justificar sua segregação e exclusão para que o bem-estar seja preservado (FERREIRA, 1999: 22).

Já Thébert, exemplificando o uso da noção de estrangeiro feito pelas sociedades atenienses em sua relação com o vizinho império persa, entende que a imagem do exterior, ou do estrangeiro, é menos um modo de conceber o mundo do que um dispositivo engendrado na própria sociedade ateniense.

> Trata-se, pois, de um exemplo no qual se deve ler de modo particularmente claro a maneira pela qual uma ideia, a saber, a concepção do Outro e mais precisamente do persa, está em dependência direta das necessidades: sua evolução acompanha a evolução da política praticada em Atenas (THÉBERT, 1985: 18).

No terceiro texto[1], Billiet, ao tratar de casos clínicos referentes à pacientes com HIV/AIDS, ressalta a importância do sentido atribuído pela própria pessoa a seu estado e sua não conformidade ao olhar dos especialistas:

> Ante distintos especialistas, el paciente es el mismo, pero cada uno de ellos percibe los trastornos desde su ángulo de trabajo. Mientras tanto, para el interesado, sus procesos trastornados descriptos por los observadores como psíquicos u orgánicos, están cargados de sentido. Pues, están en juego importancias' vinculadas con su biografía, su contexto y actualidad.

Assim, a psicologia, em particular, e os saberes *psi*, em geral encontram, a partir de uma rede de desdobramentos, um vasto campo de atuação, discurso e afirmação: preconceito, discriminação, solidão, proximidade à morte, medos, angústias *etc*. Fazer, portanto, a história do percurso que leva ao estabelecimento da AIDS como uma questão é contribuir para historicizar aqueles saberes que, integrados a outros tantos, compõem jogos de legitimação.

Isto posto, neste trabalho pretende-se apontar a imbricação de três territórios —ciência, ONG–AIDS e imprensa— na relação que mantêm com a AIDS, e o suporte que aí se constitui para a entrada do discurso *psi*.

---

[1] BILLIET, L.E. "S.I.D.A. Características clínicas de pacientes inmunodeprimidos: prevención" *in* "Campo Grupal". Meio digital: www.geocities.com/SoHo/Museum/9653/textos.html.

AIDS: antes de tudo, uma doença?

O estudo das doenças infecciosas, considerado por McNeill (1976) fundamental para a humanidade, deixou como herança às investigações sobre a AIDS o reconhecimento de seu valor. Se já não houvesse essa herança, talvez a própria AIDS se encarregasse de deixá-la, tal é a gama de aspectos que a ela são relacionados —em especial, a sexualidade, em si mesma motivo de vários estudos. Mas é certo que a ligação entre sexualidade e doença não vem de agora, podendo ser remetida, para aludir apenas ao momento que se tornou um *problema de saúde pública* (CARRARA, 1994: 274), à sífilis. Porém, os recursos adquiridos ao longo dos últimos cem anos, particularmente em relação ao controle das doenças venéreas, poderiam parecer suficientes para impedir aquele legado. E se não foram, é porque

> (...) o espetáculo construído em torno da epidemia da AIDS recoloca em cena todas as cartas deste jogo macabro, indicando como foram débeis e relativas as conquistas éticas e políticas dos últimos anos, já que os antigos terrores se atualizam, de forma aguda e com muita violência (BIRMAN, 1994: 112).

Esse espetáculo se diz calcado na presença da morte, saída da coxia para a cena aberta. Na época clássica, porém, a morte, longe de ser um ponto de partida, relativiza-se à vida; esta transformada em riqueza passível de gestão (FOUCAULT, 1990: 127–132). Entra-se na era do que Foucault chamou de biopoder, e tal gestão, incidindo nos corpos e na espécie, traz à cena o sexo *(idem:* 136).

Com a AIDS, não é da morte que se parte, mas do sexo, a ela se chegando por meio de um conveniente deslocamento. Deslocamento radical, por certo, tornando absoluta a relação entre morte e sexualidade (BIRMAN, 1994: 112), pois se hoje se parte da ideia de que “AIDS mata” é porque a “AIDS tem a ver com sexo”.

Vale lembrar que se passou à *sexualidade de todos* não sem antes se referir *à de alguém em particular.* Até fins do século passado, a presença da

sífilis não causava medo, mas antes, orgulho (CARRARA, 1994: 301, nota 2): enfatizava-se a norma heterossexual, a qual nem mesmo as doenças venéreas questionavam Era preciso, portanto, *alguém* através do qual se conseguisse aquela passagem tão fundamental, notadamente após a chamada revolução sexual.

> Portanto, com a AIDS a morte é considerada como o efeito de uma modalidade de desejo, o desejo homossexual, e os sujeitos que optam por esta via sexual já são penalizados *a priori* no imaginário social e psíquico pela marca do seu desejo (BIRMAM, 1994: 112).

A referência ao homossexual torna-se mais viável na medida em que a ele já se relaciona a ideia de promiscuidade, que também surge, um pouco mais tarde, para a sexualidade *de todos.* Essa promiscuidade integra hoje um acordo entre médicos e moralistas, lugar antes ocupado, no caso da sífilis, pela continência sexual (CARRARA, 1994). Além disso, com a AIDS ocorre a introdução da noção de risco em relação à sexualidade (GIAMI, 1994), configurando, até hoje definitivamente, a relação entre esta e aquela. Portanto, além de ser necessário entender a sexualidade como uma experiência mareada por significados culturais e sistemas sociais (PARKER, 1994a: 157), torna-se fundamental abordar a própria AIDS segundo referenciais que apontem ‘para sua formação, constituição, produção, enfim, menos que para seu *natural* surgimento na humanidade.

> Pelo fato de a AIDS ser uma doença disseminada através de práticas socialmente determinadas, a forma que assume num determinado contexto social é muito mais um produto de estruturas sociais e culturais do que o resultado de fatores biológicos (PARKER, 1994b: 43).

Ciência

Levando-se em conta a característica produtiva dos discursos sobre a AIDS, particularmente os relacionados à sexualidade, torna-se importante considerar a ação do discurso médico, notadamente em relação à normalização dos comportamentos sexuais (CORRÊA, 1994: 118). Mareada a AIDS por intensas buscas por novos tratamentos e formas de cura, o discurso médico acaba se *generalizando* em um discurso científico.

Separar estes dois discursos tem por objetivo aqui apenas caracterizar dois campos da ciência —a assistência e a pesquisa—, em princípio distintos no tocante à presença frente à população, embora inequivocamente relacionados, e que com a AIDS têm uma forte tendência *à identificação:* as intervenções efetivadas junto aos pacientes são constantemente questionadas, revistas, alteradas segundo os resultados das pesquisas, tornando a intervenção médica quase uma prática de pesquisa. Como resultado, a AIDS sustenta o que Camargo Jr. chama de eclipsamento do doente: a desconsideração de seu sofrimento, e dele próprio, uma vez que as doenças "são as únicas rochas sólidas no leito arenoso da teoria médica" (CAMARGO JR., 1994: 52) —e a AIDS, como ocorrência clínica, é solidamente *nomeada*. O clínico fica como pano de fundo para a medicalização, atuante, também, no controle dos comportamentos individuais aos quais se associa a propagação da AIDS (CORRÊA, 1994: 119).

Essa ação do discurso médico, porém, não é de hoje. Em seu estudo sobre a Academia Imperial de Medicina no período de 1830 a 1850, Kury (1990) mostra a dualidade existente em relação ao clima tropical: de um lado, sua exuberância, o reconhecimento da riqueza que nele se encontra; de outro, sua malignidade e insalubridade. Sustentando-a, uma concepção romântica e as teorias médicas, climáticas e miasmáticas, respectivamente. O equilíbrio entre as duas posições deu-se através do aproveitamento das riquezas naturais ao mesmo tempo que se evitavam as manifestações das perversidades climáticas. Com isso, dá-se entrada às práticas de higiene, de início vinculadas à obtenção de meios de resistência às exalações, que, em uma concepção ainda influenciada pela teoria dos miasmas, seriam responsáveis por algumas doenças.

Essa presença das práticas médicas ou, genericamente, da racionalidade médica no cotidiano da população também foi objeto de estudo de Porto (1985), tomando como referência a estrutura do ensino médico no Rio de Janeiro do final do século XIX. Ressalta a autora que a incorporação, no Brasil, da teoria microbiana, surgida como tentativa de superar a inconsistência das teorias quanto à origem das epidemias —miasmática, contágio direto e contágio

contingente— não ocorreu de modo fácil, propiciando, por mais algum tempo, a manutenção das concepções que consideravam o clima, e o tipo de vida dele advindo, responsável pelas doenças.

O médico, portanto, passa a ser figura fundamental no cotidiano a partir da segunda metade do século passado. Sua existência, e mesmo relevância, contudo, não vem apenas de então. Garcia (1993), investigando as atividades mentais em relação aos ofícios e ao pecado na sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV, identifica uma semelhança na concepção da atividade do confessor e do médico, cabendo ao primeiro curar ou saber o remédio contra o pecado, entendido como doença[2].

O comportamento sexual, por certo, não ficaria livre da racionalidade médica. Vainfas (1985), investigando o discurso médico sobre a prostituição no Rio de Janeiro no século passado, mostra a sexualidade entendida como uma função orgânica, tendo como objetivo a reprodução da espécie. O desejo sexual, portanto, seria uma necessidade, mas também um risco, na medida em que sua livre manifestação e o excesso de prazer daí decorrente poderiam provocar um desvio do objetivo primordial. Assim, são considerados desviantes os comportamentos sexuais da prostituta, do libertino, do pederasta, do onanista, do sodomita, da lésbica e da ninfomaníaca. Os polos prostituição, lugar das perversões, e casamento, espaço sadio do prazer comedido, dão a base de constituição do discurso sobre a sexualidade até finais do século XIX. Em consequência, adotam-se medidas como a circunscrição das prostitutas, através da inscrição na polícia e o isolamento em certas áreas, e a higienização, abrangendo o plano físico, moral e social.

As decorrências morais fazem-se sentir[3]. Estudando os valores e vivências matrimoniais de 1750 e 1888, Brugger (1995) identifica dois

[2] Tratado de Avisos e Confessores, ordenado por mandado do Reverendíssimo D. F. Bartholomeu dos Martires, Arcebispo e Senhor de Braga Primaz, Coimbra, 1559, *apud* Garcia (1993).

[3] Não se quer dizer com isso que as formações morais são apenas uma consequência. Na verdade, elas poderiam ser tomadas como um *resultado* ou como um *ponto de partida* que

períodos de transformações da moral. O primeiro, de 1750 a 1840, foi marcado pela influência do Renascimento e das reformas protestantes, com destaque ao indivíduo; o segundo, influente sobre o século XX, é marcado por uma moral sólida, em que o casamento é concebido como uma resposta aos desejos dos noivos, baseado no amor. Ressalta a autora que este sentimento amoroso, por um lado representando a liberdade dos noivos, impõe limites ao próprio individualismo em que se constituiu, na medida em que passa a haver um código de comportamento que deve ser seguido.

As normatizações que aqui se depreendem, notadamente as sexuais, mas também referentes ao cotidiano social, não são meras consequências da *natureza das coisas.* Remetem, de fato, à problematização do social por uma nascente racionalidade médica.

ONGs–AIDS [4]

Hoje, mesmo ainda sendo possível identificar claramente a função controladora da medicalização, percebe-se ao mesmo tempo a construção de outros discursos antinormalizadores, responsáveis pela difusão das ideias de solidariedade e de não discriminação (CORRÊA, 1994: 118). Tais discursos não se relacionam apenas à questão da medicalização, mas também à defesa dos direitos das pessoas afetadas, compondo o que Galvão (1994: 341) chama de novas formas de solidariedade. Neste sentido. Carrara (1994: 299–301) afirma que a pressão política e as reivindicações jurídicas são fundamentais na distinção entre os cenários das doenças venéreas no passado e hoje, ainda que não sejam suficientes para o fim do que ele denomina “bacterio-lógica”: da mesma forma que, com o advento da bacteriologia, a preocupação passou a ser a eliminação da ação do micro-organismo que produz a doença invadindo o corpo, desenvolveu-se, em

configura certas questões segundo preocupações médicas. O que importa é a circularidade existente entre elas e a racionalidade médica.

[4] Entenda-se ONG–AIDS como toda organização não governamental atuante frente à AIDS, sendo específica ou não ao tema.

relação à sociedade, uma lógica que sustenta a identificação, localização e eliminação do doente.

A construção de discursos antinormalizadores pode ser identificada basicamente a partir da atuação de grupos organizados anteriormente à AIDS —como os de homossexuais— e de outros específicos a ela, as chamadas OSAs, Organizações de Serviços em AIDS. Ambos os tipos de organizações, reconhecidas como ONGs —Organizações Não Governamentais— tiveram suas ações iniciadas em meados da década de 80, podendo ser citadas, no primeiro caso, o GGB —Grupo Gay da Bahia— e o Grupo Atobá de Emancipação Sexual, do Rio de Janeiro; e no segundo, o GAPA —Grupo de Apoio para Prevenção à AIDS—, a princípio estabelecido apenas em São Paulo e posteriormente criado também em outros estados, sendo a primeira ONG brasileira voltada para o apoio a pessoas vivendo com HIV e AIDS (PARKER, 1994: 97; GALVÃO, 1994: 345).

Conforme Parker (1994: 97–100), ainda que unidas pelo ativismo em relação à AIDS, a adoção de diferentes estratégias e metas impediu a aproximação entre as entidades e a constituição de um movimento geral mais amplo, mesmo entre aquelas especificamente relacionadas à AIDS. Entre as diferenças, cita o autor o monitoramento crítico de políticas públicas e o fortalecimento dos serviços às pessoas com AIDS. Outra diferença, mais particularmente entre OSAs e aquelas não especificamente de resposta à AIDS, foi a aproximação estabelecida entre estas últimas e o Estado, cujas políticas eram criticadas e rejeitadas pelas primeiras. De qualquer forma, a insatisfatória atuação do governo viabilizou o fortalecimento da noção de ativismo como fundamental contra a AIDS.

Mesmo sendo inegável a atuação dessas organizações na constituição de uma contracorrente relativa aos discursos normalizadores, cabe pensar suas ações também como produtoras de efeitos de normatização dos comportamentos, particularmente aqueles efetivados segundo a ideia de *libertação,* transformados em *exigência:* uso da imaginação, práticas não penetrativas, masturbação, erotização da camisinha *etc.*

Imprensa

Além de caber o destaque à ciência e às ONGs–AIDS, ambas importantes para a construção social da AIDS —de um lado, pelos fins preventivistas, agindo na normalização dos comportamentos, e de outro, pela formação de uma resposta baseada no sentimento de solidariedade e na cidadania—, vale ainda ressaltar o papel da imprensa. Foi ela quem fez a AIDS existir para toda a sociedade, pois, como dado de experiência, a AIDS estaria restrita a um número comparativamente pequeno de pessoas, pelo menos até um dado momento (HERZLICH e PIERRET, 1992: 8). O debate público em torno da AIDS, particularmente em relação aos comportamentos sexuais, forma-se por intermédio dos discursos médico, psicanalítico, pedagógico, sociológico e pela mídia (CORRÊA, 1994: 119), o primeiro encontrando na última —particularmente na imprensa— respaldo para sua difusão, conforme observaram Herzlich e Pierret (1992: 13) em um estudo sobre a AIDS na imprensa francesa: "Nesse período, os médicos e os pesquisadores são portanto os verdadeiros locutores, sujeitos —reais ou implícitos— de todos os enunciados emitidos pela imprensa".

Se por um lado pode-se dizer que a existência e a persistência da AIDS se dá com a mídia, por outro, conforme aponta Lima, é a própria AIDS que dá início à disseminação do discurso médico através da imprensa (LIMA, 1992: 138). O casamento entre imprensa e ciência, via AIDS, pode ser verificado através das manchetes e da referência aos aspectos e aos nomes a ela associados: pneumonia dos homossexuais, câncer *gay,* síndrome *gay* e, por fim, a designação de AIDS, a nomeação do vírus e a caracterização como uma epidemia —exemplos da construção social da AIDS não só através do plano científico, mas também moral e cultural. Assim, ela se inscreve também para o grande público como uma realidade (HERZLICH e PIERRET, 1992). É o que ilustra Grmeck (1990: 31–32):

> Em 3 de julho de 1981, precedendo em um dia o comunicado do CDC, Lawrence Altman, cronista médico do *New York Times,* publicou, sob o título "Câncer raro em 41 homossexuais", o conteúdo essencial do relatório epidemiológico oficial e as declarações dos doutores

> Friedman-Kien e Curran. É assim que o público não profissional foi, pela primeira vez, informado pela grande imprensa do surgimento de um fenômeno patológico curioso que intrigava os especialistas e que começava a amedrontar os *gays* da cidade de Nova York[5].

O que aí se vê é o início de algo bem maior do que a simples divulgação de informações ditas *de interesse da população.* Junto à revelação de dados relativos a uma situação que, veríamos depois, diria respeito ao grande público, ocorre, na verdade, a construção de uma realidade da qual, desde então, não mais seria possível escapar. Sob a capa de *prestação de serviço,* esconde-se a enorme capacidade da imprensa de construir uma dada realidade, *para o bem ou para o mal, verdadeira ou falsa.* Tal é o que nos mostra Wallraff em seu trabalho sobre o jornal alemão *Bild,* no qual cita um trecho da análise feita pela empresa Springer, dona do jornal, a respeito do próprio, e que ilustra bem o processo de constituição da realidade através da imprensa:

> A necessidade dos leitores do *Bild* de um mundo ordenado, um mundo que pode ser visto e compreendido —um mundo que ele procura e encontra no *Bild*—, inclui também a angústia diante deste mundo impossível de se compreender sem ajuda. Essa angústia do leitor é captada pelo *Bild* de muitas maneiras... Graças à autoridade do jornal, o leitor livra-se de ter que procurar, por conta própria, ordenar, tornar visível e julgar o que acontece no mundo a seu redor. Como o jornal *Bild* fornece a seus leitores uma visão ordenada e comentada do que ocorre no mundo —de maneira curta, concisa e decisiva—, eles têm plena certeza de que, apesar de tudo, veem e compreendem este mundo (WALLRAFF, 1990: 79).

---

[5] Friedman-Kien era, na época, professor do Centro Médico da Universidade de Nova York, e James Curran, chefe do Departamento de Pesquisa de Doenças Venéreas. O relatório epidemiológico citado, de 4 de julho de 1981, tinha como título "Sarcoma de Kaposi e Pneumonia por Pneumocystis entre homens homossexuais —Nova York e Califórnia" e foi o segundo comunicado oficial sobre a doença, publicado, assim como o primeiro, no MMWR *(Relatório Semana/de Morbidade e Mortalidade)* do CDC (Centro de Controle de Doenças), Estados Unidos. Para mais informações a respeito ver Grmerck, 1990: 23–37.

A Psicologia na trama da AIDS

> *Visando a desfazer a aparente certeza da noção de autor, Foucault vai mostrar que ele é um nome próprio singular: ele não tem tanto uma função indicativa, mas principalmente uma função classificatória* (VAZ, 1992: 21–22).

Ser um nome singular significa que a noção de autor remete à função da autoria, classificatória, e não propriamente ao objeto *autorado* ou à sua posse. Em relação à AIDS, caberia perguntar *quais* são seus autores, ou ainda, *onde* estão, *quem* exerce essa função. Várias poderiam ser as respostas: Ciência, ONG, Mídia, Igreja. Governo, Pacientes. Uma relação entre as três primeiras, tratadas neste trabalho, pode ser vista em função, digamos, de um certo aspecto *histórico–cronológico:* a ciência, ainda que apenas recentemente possa ser identificada como hoje a vemos, mantém *referentes* milenares (a exceção talvez esteja nas ditas ciências sociais, mas que de qualquer forma configuram-se no mesmo leito em que as outras); a mídia, uma *velha* obviedade desde o surgimento da imprensa; e as ONGs, movimento bem mais recente, contemporâneo à AIDS. Essas diferentes *idades* propiciam verificar o percurso de construção, perpetuação, retomada e invenção de diversas regras e dispositivos de formação ao longo dos tempos[6]. Mas é fundamentalmente a relação que pode ser verificada entre estes três territórios no que diz respeito à AIDS que hoje os destaca: a *entrada* da AIDS se dá primeiramente através da *estupefação* científica com algumas ocorrências, cujo conhecimento circula entre integrantes do *grupo* ao qual então se referiu a doença, os homossexuais, e a divulgação na mídia. A repercussão leva à constituição de grupos da *sociedade civil* como forma de enfrentamento e cobrança.

[6] Evidentemente, incluem-se aqui regras e dispositivos não referentes diretamente à AIDS, dado o recente surgimento desta. Logo, não se justifica o uso destes três territórios por cobrirem a AIDS, mas sim por referirem-se a procedimentos diversos presentes *também* na e com a AIDS.

Nesta trama, da qual participam a verdade (ciência), o aviso (imprensa) e a ação (ONGs), ocorre o surgimento da figura do doente de AIDS, e mais propriamente de seu *perfil*, delineamento que marca a mútua exclusão entre determinações *externas* e conteúdos *internos*. Nele se percebe, mais nitidamente, a entrada do discurso *psi* —na incidência das objetivações morais sobre o paciente, configurando-o como desviante, ao mesmo tempo que é desconsiderado no que diz respeito ao seu sofrimento e dor; nas práticas de assistência das ONGs–AIDS, notadamente as grupais, ainda que não nomeadas como psicológicas; na imprensa, com as constantes consultas a profissionais *psi* sobre as repercussões do preconceito e da discriminação e o impacto da epidemia na configuração subjetiva, em especial, com a materialização, no doente, de certas características que o aproximam do risco— e da morte: são as circunscrições que advém de um conjunto de modos de ser e de fazer definidos como *viáveis*.

Ao mesmo tempo, dão-se também as práticas de gestão: os elementos que surgem naquela trama dão respaldo para que o discurso *psi* comungue com o questionamento —dar lastro à emergência de novos modos de existência— ou com a conformidade —adequar aos modos vigentes. Nos dois casos, é inevitável estar frente a frente com o *estrangeiro:* dar vazão, do que vem *de fora*, às práticas que desdizem o afirmado, ou, nomeando aquele, dar a este a purificação. E diante do chamado para que *atenda* a uma certa necessidade, a performance *psi* age como força motriz de si mesma e entra no conjunto de dispositivos que *permitem* (“Deu azar... é hemofílico”) ou *destinam* (“Veado hoje em dia acaba assim”), que *perdoam* (“Deus abençoe... ter nascido assim”) ou *incriminam* (“E ainda passou pra mulher”), cada qual, na confluência ciência–ONG–imprensa, viabilizando diferentes histórias: a do *aidético*, a do *contaminado*, a do *portador*, a do *são*, a do *doente*.

Tanto quanto a AIDS não é exclusividade *nossa*, também não o são as práticas e os discursos *psi*. Mas na confluência de todos esses elementos, vê-se o indelével rastro daquilo que desculpa, rechaça, permite, perdoa, incrimina, conforta, cura, desmancha... construindo marcas que ultrapassam

os corpos e legitimam os dispositivos: a psicologia, pairando sobre os nomes, desliza sobre a doença e o doente.

Referências bibliográficas

BILLIET, L.E. "S.I.D.A. Características clínicas de pacientes inmunodeprimidos: prevención" *in* "Campo Grupal". Meio digital: http://www.geocities.com/SoHo/Museum/9653/textos.html.

BIRMAN, J. "Sexualidade: entre o mal e as maledicências" *in* LOYOLA (org.). *AIDS e sexualidade.* Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

BRÜGGER, S.M.J. "Valores e vivências matrimoniais — o triunfo do discurso amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750–1888)". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História — UFF. Niterói, 1995.

CAMARGO JR., K.R. "As Ciências da AIDS & a AIDS das Ciências — o discurso médico e a construção da AIDS". Rio de Janeiro: ABIA-IMS/UERJ-Relume Dumará, 1994.

CARRARA, S. "AIDS e doenças venéreas no Brasil" *in* PARKER *et alli. A AIDS no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

CORRÊA, M. "Medicalização e a construção da sexualidade" *in* LOYOLA (org.). *AIDS e sexualidade.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, A.P. *O migrante lia rede do outro.* Te Corá Editora, Rio de Janeiro, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I.* Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GALVÃO, J. "AIDS e ativismo: o surgimento e a construção de novas formas de solidariedade" *in* PARKER *et al. A AIDS no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GARCIA, R.M.D. "Oração e Trabalho: as atividades mentais em relação ao pecado e aos ofícios na sociedade medieval portuguesa dos séculos XIV e XV". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História — UFF. Niterói, 1993.

GIAMI, A. “De Kinsey à AIDS: a evolução da construção do comportamento sexual em pesquisas quantitativas” *in* LOYOLA (org.). *AIDS e sexualidade.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRMECK, M.D. *Histoire da Sida.* Paris: Éditions Payot, 1990.

HERZLICH, C. e PIERRET, J. “Uma doença no espaço público” *in Physis.* Revista de Saúde Coletiva. IMS/UERJ, Relume Dumará, vol. II, n. 1, 1992.

LIMA, C.R.M. AIDS — “Uma epidemia de informações”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Escola de Comunicação da UFRJ e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia — IBICT/CNPq, 1992.

KURY, L.B. “O Império dos Miasmas (A Academia Imperial de Medicina — 1830–1850)”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História — UFF. Niterói, 1990.

MCNEILL, W. *Plagues and Peoples.* Nova York: Doubleday, 1976.

PARKER, R. “Diversidade sexual, análise sexual e a educação sexual sobre a AIDS no Brasil” *in* LOYOLA (org.). *AIDS e Sexualidade.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.

______. *A construção da solidariedade*. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ, Relume Dumará, 1994b.

PORTO, A.A. “As artimanhas de Esculápio — Crença ou ciência no saber médico”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História — UFF. Niterói, 1985.

THÉBERT, Y. “Reflexão sobre a utilização do conceito de estrangeiro” *in Diógenes,* nº 9, julho–dezembro, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

VAINFAS, M.E. “Meretrizes e Doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História — UFF. Niterói, 1985.

VAZ, P. *Um pensamento infame.* Rio de Janeiro: Imago Editora. 1992.

WALLRAFF, G. *Fábrica de mentiras.* São Paulo: Editora Globo, 1990.

PROSOPOPEIA OU O SILÊNCIO DA PSICOLOGIA SOBRE OS INOCENTES

Sylvia Leser *

Quando não se vê o que não se vê, não se vê nem mesmo que não se vê.
Paul Veyne

Procurei uma desculpa histórica, como convém a este encontro, para os meus papéis e para a minha fala não improvisada.

Clio, a deusa não só da história como da poesia heroica ou da epopeia, está representada no folheto de vocês com um papel na mão: o que significa que a história precisa ser fixada e, sobretudo, fixada de modo artístico. Contar a história, ou o que já passou, não é, pelo menos para os gregos, fazer um relato dos fatos, mas recontá-los de modo que permita ao ouvinte ou ao leitor, tornar-se presente aos acontecimentos narrados, devolver-lhes a inteligibilidade. Daí o sentido profundo da duplicidade da deusa da história: ela é também a musa dos relatos dos feitos heroicos, daqueles que estão na origem dos povos e dos quais uma nacionalidade pode se envaidecer; também há lugar aí para os valores que dão peso e direção aos atos do herói. E, não fossem gregos os gregos, há também as belas palavras. Os discursos fúnebres de louvor aos heróis não constroem apenas a fama deles, mas a fama de Atenas, como sugere Platão no *Menexeno*. Ou, no dizer de uma pesquisadora: “É bem possível de fato que, celebrando uma polis conforme seu desejo, os atenienses tenham sistematicamente elaborado, para uso próprio e para a posteridade, esta figura de si mesmos que, de maneira mais ou menos insidiosa, influenciou e influencia ainda toda a história de Atenas” (LOURAUX, s.d.: 23). Desejo, aqui, louvar também.

---

* Professora titular do Instituto de Psicologia da USP.

Heródoto, o criador da história no Ocidente, dá o nome de Clio à primeira parte de sua narrativa, que versa sobre as origens arcaicas e míticas das guerras dos atenienses contra os persas. Nada do que conta tem, como hoje aparentemente se exige do historiador, sua fonte em documentos. Ali se misturam informações de toda natureza: lugares de que ele dá testemunho porque os visitou, episódios que ouviu contar, mitos que relata sem explicar sua natureza. Há, também, o que hoje chamaríamos interpretações; ou seja, o narrador se debruça sobre os acontecimentos narrados para extrair deles o seu sentido latente, explicar o que não está, da ótica do narrador, claro ou explícito nos próprios acontecimentos.

Gosto de me abrigar sob esse manto, descansar um pouco da correria científica do nosso mundo ouvindo contar outras histórias, sem a necessidade de estar a todo instante medindo as verdades ali contidas. Gosto da advertência permanente que a história nos faz, do seu poder de dissolução das certezas mais evidentes, e gosto da ideia sensata de que não podemos nos levar muito a sério. Penso que somente o sofrimento, a dor imensa que ocupa todos os espaços do mundo pode ser levada a sério e servir como fundamento para falar do tema, tão amplo, que aqui me coube.

Um país que durante quatro séculos manteve a escravidão como sua forma privilegiada de exploração do trabalho, representa-o de um modo diferente daqueles países que têm uma longa história de homens livres, mesmo que muito pobres. O nosso imaginário relativo ao trabalho está carregado de imagens pesadas e negativas. País essencialmente rural, até há muito pouco tempo, um rural que foi criado e mantido com a força do braço do escravo, não se consegue libertar dessa experiência facilmente. Peço desculpas por evocar aqui um novelista americano, mas que encheu de sentido essa experiência. As extraordinárias novelas de William Faulkner[1] sobre o sul dos Estados Unidos têm como fundamento a sua crença de que a escravidão fez pesar sobre a terra uma mácula, como uma maldição.

---

[1] Lembro, especialmente, *Go down Moses.*

Suponho que a nossa mentalidade urbana foi construída sobre um substrato rural ainda muito recente e que esse solo está impregnado de imagens em que o trabalho subalterno e extenuante dos escravos, e depois dos imigrantes e dos camponeses pobres que os substituíram, compõem o pano de fundo. A servidão permanece mesmo após o fim legal do trabalho escravo: não podemos esquecer a saga dos miseráveis modernos, que Graciliano Ramos põe diante de nós em suas *Vidas secas.*

A onipresença do trabalho na vida da civilização ocidental, a descoberta do potencial criativo de riqueza que residia nas mãos dos homens e, depois da revolução industrial, seu poder de ordenação e de suporte da inserção dos indivíduos na estrutura social, o valor que lhe foi ideologicamente atribuído —sobretudo pelos que não o realizavam, mas que dele se beneficiavam— têm, em nosso país, um cunho ainda mais repressivo, porque é acompanhado de um profundo desprezo social pelos trabalhadores, que já não se procura mais disfarçar.

Não é possível fazer psicologia ou pensar os temas psicológicos do trabalho, no Brasil, sem ter presente esse pano de fundo. A universalidade do modo de produção capitalista reveste-se, em cada um dos lugares em que se instala, de manifestações próprias da organização da cultura local, dos pressupostos da identidade nacional. Embora haja modos universais de produzir os alimentos agrícolas, os camponeses não têm experiências iguais aqui, na França ou no Japão. Mesmo nas fábricas, onde o caráter universalista da produção é muito evidente, os operários desses três lugares não compartilham do mesmo modo a experiência do trabalho, mesmo porque ela não decorre num vazio social.

É certo que o Brasil não inventou a escravidão, mas aqui ela tomou formas diferenciadas, peculiares, e que variavam até mesmo dentro do próprio país. Do escravo do eito ao escravo doméstico, a servidão era a mesma: objeto possuído, quase sem alma. Mas as condições de vida não eram iguais. Não eram iguais também as disponibilidades psicológicas de cada um dos sujeitos, sua capacidade de suportar a servidão, os limites de sua resistência. O Brasil herdou de Portugal o seu desprezo pelo trabalho.

Gilberto Freire (1943: 396) assim analisa esse desprezo:

> Engana-se, ao nosso ver, quem supõe ter o português se corrompido na colonização da África, da Índia e do Brasil. Quando ele projetou por dois terços do mundo sua grande sombra de escravocrata já suas fontes de vida e de saúde econômica se achavam comprometidas. Seria ele o corruptor, e não a vítima. Comprometeu-o menos o esforço, de fato extenuante para povo tão reduzido, da colonização dos trópicos, que a vitória, no próprio reino, dos interesses comerciais sobre os agrícolas. O comércio marítimo precedeu ao imperialismo colonizador e é provável que, independente deste, só pelos desmandos daquele, Portugal se tivesse arruinado como país agrícola e economicamente autônomo. A escravidão que o corrompeu não foi a colonial mas a doméstica. A de negros de Guiné que emendou com a de cativos mouros. Compreende-se que os fundadores da lavoura de cana no trópico americano se tivessem impregnado, em condições de meio físico tão adversas ao seu esforço, do preconceito de que o 'o trabalho é só pra negro'. Mas já seus avós, vivendo em clima suave, haviam transformado o verbo *trabalhar em mourejar* (grifos nossos).

A história dos escravos e de sua luta pela liberdade só agora está sendo escrita no Brasil. Novas pesquisas, novos pesquisadores, nova história. Os grandes sistemas explicativos socioeconômicos ou políticos, que deixam um enorme vazio no lugar da subjetividade, vão cedendo lugar à procura de algo mais substancial: onde estão os sujeitos daquela história? Como viveram a servidão? Como foi possível, num regime de brutal exploração, a implacável resistência para manter vivas as respostas de suas antigas culturas aos desafios que enfrentavam aqui? As pesquisas atuais sobre a escravidão vêm retomando essas questões de um modo mais aprofundado, não se concentrando somente nos heróis, como Zumbi, mas buscando em crônicas policiais e judiciais as mais variadas, cotidianas e miúdas formas de resistência e de busca de liberdade dos cativos. Até mesmo, como mostrou Sidney Chalhoub, em *Visões de liberdade*, a avaliação de certos "direitos" dos escravos, como o de juntar o dinheiro para comprar a sua própria alforria.

> Havia visões escravas da escravidão que transformavam as transações de compra e venda de negros em situações muito mais

> complexas do que simples trocas de mercado. Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativeiro justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda (CHALHOUB, 1990: 27)[2].

É, pois, como se tentássemos ver por dentro o sofrimento do escravo, retomar a sua crônica, situar as questões em um terreno em que possam ser inteligíveis, sem reduções desapropriadoras da experiência do outro.

Essas marcas não se apagam com decretos. A forte presença da hierarquia e do autoritarismo na vida social brasileira, ainda hoje, caracteriza a relação dos "senhores" com os seus empregados. As mentalidades não se forjam no passado recente, apenas. Temos que olhar para trás e ver como se constituíram através do tempo. O eu e o outro, nascidos com a mera possibilidade da escravidão, a alteridade radical que ela pressupõe, permanecem atuantes e presentes no imaginário nacional, modificados, talvez, pelo transcurso do tempo e a mudança das instituições, mas dicotômicos ainda nas novas formas de segregação e de menoridade social.

Existem hoje propostas e soluções para o problema dos jovens das classes populares, nas quais, mesmo mediadas pela consciência dos direitos humanos, ecoam ainda as palavras dos industriais paulistas que, em 1930, defendiam a não redução das longuíssimas jornadas de trabalho dos menores, alegando que "o menor desocupado (...) estava com as portas escancaradas para o vício e o crime" (FOOT e LEONARD, 1982: 213).

Os operários, aos quais se dedicou a psicologia, são recentes em nossa história. Se desde meados do século XIX já se encontram algumas fábricas no Brasil, as primeiras com as características de grande indústria não nasceram antes deste século. O setor manufatureiro, que existia durante a colônia, era

---

[2] A respeito, ver também o excelente livro de Eduardo Silva (1997), que trata de figura curiosa que frequentava a corte de D. Pedro II. Sobre os escravos domésticos, pode-se consultar Graham (1992).

quase artesanal e fabricava tecidos para as vestimentas dos escravos, preparava fumo de corda, produzia azeite de baleia para a iluminação pública ou outros artigos que não se podia, ou não compensava, importar.

Havia também artífices, homens livres alguns, outros escravos e ex-escravos. Distinguiam-se dos proletários porque não eram assalariados e realizavam um trabalho de fabricação —com começo, meio e fim—, dominavam as regras da produção e controlavam o seu processo. Possuíam os instrumentos indispensáveis ao ofício e comercializavam livremente o produto do seu trabalho. Eram seleiros, sapateiros, carpinteiros, serralheiros, ourives, tanoeiros, chapeleiros.

> Spix e Martius, viajantes que estiveram no Brasil nos meados do século XIX tentaram contar o número de artesãos existentes na província do Maranhão. Em que pesem as possíveis falhas de tal censo, é interessante notar que encontraram 3.949 artífices, dos quais 2.985 eram escravos e 964 livres. A presença do escravo no artesanato tornava ainda mais peculiar essa produção no Brasil (idem: 115).

Os artífices especializados não se sentiam inclinados a serem confundidos ou identificados com os escravos, com os trabalhadores não qualificados ou com aqueles de ocupações incertas e inconstantes.

A manufatura empregava mulheres e crianças, estas mesmo de preferência aos adultos. Como a voracidade capitalista é a mesma em toda parte, escutamos ecos de Foucault[3], que nos fala sobre o "aproveitamento" industrial das crianças dos orfanatos na França. Aqui, muitos dos menores eram recrutados nos asilos de órfãos e nas instituições de caridade. Muitas dessas crianças não tinham mais de 10 anos e trabalhavam o mesmo número de horas que os adultos. Havia inúmeros casos de meninos e meninas de cinco ou seis anos trabalhando 12 horas diárias na indústria têxtil.

> Em 1869, quando a tecelagem São Luis de Itu foi fundada, um jornal local se felicitou com esse acontecimento prevendo para os menores

[3] Sobretudo, em *Vigiar e punir*. Para Foucault, a prisão, a escola, o exército e a fábrica têm origem nas mesmas necessidades históricas de instituir controles que vão se inscrever nos próprios corpos dos sujeitos.

> uma ocupação mais útil do que a vagabundagem em que vivem nesta cidade do interior de São Paulo (*idem:* 116).

Quem são os primeiros proletários? De início, a camada mais pobre da população urbana. Depois, um número crescente de imigrantes europeus. As condições de existência desses proletários eram as piores possíveis e as descrições que possuímos —não muitas, é verdade— repetem as descrições feitas por Marx das condições de trabalho na Inglaterra da metade do século passado, em seu livro *O capital,* sobre a jornada de trabalho. Aqui, como lá, com quase um século de atraso, a mais-valia era obtida também pelo prolongamento da jornada de trabalho.

> No setor têxtil, onde predominava a grande indústria, encontravam-se, normalmente, os casos limites de jornadas mais extensas: por exemplo, na fábrica de tecidos Santa Rosália, na periferia de Sorocaba, a jornada chegava a 15 horas diárias, das 5 da manhã às 8 da noite, indo de 'estrelas a estrelas'. Porém a isto agregava-se a utilização massiva e apropriação pelo capital da força de trabalho de menores e mulheres, submetendo por completo a família proletária às condições da produção fabril (*idem*: 179).

Difícil é saber, com certeza, qual a experiência desses homens e mulheres. Não possuímos documentos de seu quotidiano porque há pouca história sobre estes primeiros operários. Para encontrá-la é preciso desvencilhar-se da história oficial, e procurá-la nas entrelinhas dos relatórios da polícia[4], das comissões de saúde pública ou nas publicações dos ativistas políticos. E, evidentemente, na literatura.

Os relatos que começam a ganhar espaço nos livros de história permitem entrever um enorme sofrimento. Esse sofrimento aparece expresso nas muitas greves e revoltas que marcaram o princípio da industrialização e o surgimento das associações de operários. Não se pense que o Brasil urbano foi sempre um cenário tranquilo e que o povo aceitou com submissão e passividade as injustiças a que estava exposto. Há um

[4] Ver, a respeito, o livro de Maria Odila Dias (1984). Foi através de pesquisa em processos do judiciário que ela conseguiu identificar modos de agir das mulheres pobres em São Paulo, que lhes permitiam ganhar a vida, apesar das perseguições policiais de que eram vítimas.

número muito grande de revoltas nas cidades, no Rio, em Salvador, no Recife e em São Paulo[5]. Os jornais proletários publicam os relatos de "ativistas entre as costureiras de São Paulo que se queixavam de labutar até dezesseis horas por dia, saindo para trabalhar às sete horas da manhã e voltando para casa às onze horas da noite" (HAHNER, 1993: 202).

Ainda piores do que os trabalhos fabris eram, no entanto, os serviços domésticos, que nunca receberam muita atenção de ativistas. Em 1920, as mulheres que trabalhavam como domésticas, no Rio, representavam 19,3% da população feminina. Esses empregos nem mesmo eram remunerados, não tinham hora de entrada ou de saída, não deixavam às mulheres, ou meninas, qualquer liberdade pessoal ou privacidade. Será que essa experiência de trabalho acabou? Talvez. Mas muitas mulheres que hoje têm entre 45 e 50 anos viveram, meninas ainda, essa experiência do trabalho doméstico no interior de Minas Gerais. Em seus relatos, a dor maior é a da solidão: não compartilham com ninguém o esforço que fazem, a aflição ou temor que sentem. Estão sós entre estranhos e há uma enorme distância entre quem faz e quem manda. Os cuidados com o crescimento, o carinho com a infância não se estendem além da classe: a quase menina que cuida das crianças dos outros, mas à noite é segregada e se recolhe ao seu quartinho com uma lamparina e com saudades dos seus não é, para os patrões, uma menina, mas um objeto que trabalha. As imagens recolhidas, que contam o sofrimento no trabalho, são inesquecíveis porque não foram construídas com o objetivo de como ver o ouvinte. São lembranças do trabalho e de seu peso que inclui o abandono, a indiferença, a humilhação[6].

É interessante pensar que a psicologia só chegou a formular a ideia de sofrimento no trabalho há pouco tempo. Mesmo esse sofrimento, quando estudado por Dejours, diz respeito ao trabalho industrial e à organização

---

[5] Veja-se o trabalho, muito interessante, não apenas sobre as revoltas urbanas, tais como a Revolta da Carne sem Osso ou a do Vintém, como sobre as condições de vida nas cidades brasileiras de 1870 a 1920, de June Hahner (1993).

[6] Em Leser (1988), cito esses depoimentos, longos, dolorosos, das crianças submetidas desde cedo ao trabalho "na casa dos outros".

desse trabalho, vendo aí as raízes do sofrimento psicológico. Mas a dor é muito anterior. Há uma palavra de Camus que eu prezo demais, porque parece esquecida nestes tempos de estudos da significação.

> No apego de um homem à sua vida, há qualquer coisa de mais forte que todas as misérias do mundo. O juízo do corpo vale bem aquele do espírito e o corpo recua diante do aniquilamento. Adquirimos o hábito de viver antes de adquirir o de pensar. Nesta corrida que nos precipita todos os dias um pouco mais para a morte, o corpo guarda este avanço irreparável (CAMUS, 1942: 20).

Talvez seja mesmo desse poder do corpo sobre o espírito aquilo de que estamos falando quando assinalamos ser preciso pensar a questão do longo padecimento que o trabalho representa na vida dos pobres. Dizer que é um padecimento preso às significações do trabalho, ao seu enorme potencial de desumanização, é muito pouco. Remetê-lo à submissão aprendida pelos subalternos também não resolve o problema. Situá-lo no interior da organização do trabalho é deixar, num país como este, milhões de trabalhadores à espera de um olhar compreensivo.

Claro está que o trabalho industrial ganhou a dimensão de paradigma do aprisionamento do proletário no interior do sistema capitalista. Ele potencializou a dominação sobre o corpo e alma, ao mesmo tempo que se afirmava a partir da "liberdade" do trabalhador. Conseguiu extorquir do trabalhador pobre aquilo que os anos todos de servidão não conseguiram tirar do escravo: sua aquiescência à dominação.

Nada parece mais claro do que o futuro desta sociedade global administrada: alguns serão admitidos às benesses do capitalismo; a grande maioria ficará de fora, às margens, num processo sempre maior de espoliação, pois ao sofrimento no trabalho acrescentar-se-ão a angústia pela sobrevivência do amanhã e a impotência diante do futuro. Serão tempos difíceis para o povo miúdo, que verá o desaparecimento de alguns direitos pelos quais lutou muito tempo. Castoriadis, no entanto, coloca uma questãozinha, que pode ser um alento:

> Nesta atividade social fundamental que é o trabalho, e nas relações de produção onde esse trabalho se efetua, a organização capitalista apresenta-se, desde o seu início, como dominada por um conflito central. Os trabalhadores só aceitam pela metade e executam, por assim dizer, com uma só mão as tarefas que lhes são atribuídas (CASTORIADIS, 1982: 99).

Acrescenta que todo o esforço do capitalismo tem sido no sentido de igualar o trabalhador à máquina. No entanto, no dia em que isso acontecesse, a fábrica pararia.

Podemos tomar essas palavras como uma pista do que aqui se quer dizer: as máquinas não sofrem, os homens sim. O sofrimento, mesmo na ausência de qualquer outro indício, é fonte de esperança. Em cada uma das manifestações de desacordo que podemos detectar nos movimentos da sociedade: do inconformismo dos jovens às lutas dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem tudo, escutamos o discurso do outro que proclama a sua autonomia: “Existe a possibilidade permanentemente atualizável de olhar, objetivar, colocar à distância e finalmente transformar o discurso do Outro em discurso do sujeito” (*idem:* 127).

A história nos dá indicações ambivalentes quanto ao futuro do trabalho e do sujeito no trabalho. Se o trabalho e as condições de sua realização forem o centro da reflexão e o objeto da psicologia, creio que estaremos escolhendo um tipo de futuro. Se, ao contrário, o sujeito for o centro do trabalho, estaremos escolhendo outro futuro, de conspiradores, de aventureiros[7]. Não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sabendo que sua realização só pode ser concebida como empreitada coletiva.

Desejo louvar, pois, aqueles que, antes de nós, e mergulhados no silêncio a que foram reduzidos na noite da história oficial, tiveram a ousadia de dizer não. Mas também quero louvar os que não o fizeram, pois com todos partilhamos, de uma ou de outra maneira, a herança da resistência.

---

[7] Proposta de Heliana de Barros Conde Rodrigues, bem colocada em Rodrigues (1999).

Referências bibliográficas

CAMUS, A. *Le Mythe de Sisyphe.* Paris, Gallimard, 1942.

CASTORIADIS, C. A *instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHALHOUB, S. *Visões de liberdade.* São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DIAS, M.O.L. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOOT, F. e LEONARD, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil.* São Paulo: Global, 1982.

FREIRE, G. *Casa-grande e senzala.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir.* Petrópolis: Vozes, 1987.

GRAHAM, S.L. *Proteção e obediência.* São Paulo: Cia das Letras, 1992

HAHNER, J. *Pobreza e política.* Brasília: Edunb, 1993

LESER, S. *Trabalho e sobrevivência.* São Paulo: Ática, 1988.

LORAUX, N. *Invenção de Atenas.* Rio de Janeiro: Editora 34, s.d.

RODRIGUES, H.B.C. "Compreensão e crítica da Psicologia do trabalho: Relatos e recortes sobre formação em saúde mental do trabalhador" *in* SILVA FILHO, J.F. e JARDIM, S (orgs.) *A danação no trabalho.* Rio de Janeiro: Te Corá, 1999.

SILVA, E. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo.* São Paulo: Cia das Letras, 1997.

PARTE VI

A MOBILIDADE SOCIAL AO ALCANCE DE TODOS

Trabalho e desejo ficcionam a mobilidade social ao alcance de todos. Contudo, contraditoriamente, à escola destina-se organizar, por classes, as etapas da vida do cidadão moderno. Preso a ela, conquistará vocações e potencialidades; fora dela, suas possibilidades de cidadania rapidamente envelhecem e morrem.

Classes, etapas da vida, vocações, potencialidades... Sociologia, biologia, religião, psicologia... tantos são os saberes que se debruçam *sobre* o *homem* que os trabalhadores escolares se esquecem que são, eles mesmos, também aqueles que não aprenderam o gosto pelo *mourejar*.

Braços, pernas, troncos, faces, mãos, pés... todos sendo hierarquicamente inferiores a cérebro —modelo médico atual— fazem subsumir, na *natureza das coisas,* as desigualdades cotidianas ativamente atualizadas como *cultura* ocidental moderna.

Ana Paula Jesus de Melo

NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UMA ANALÍTICA NO CAMPO DAS MODELIZAÇÕES VOCACIONAIS

Regina Maria Santos Dias *

Este trabalho pretende interrogar a naturalização das práticas vocacionais enquanto dispositivo temporal que, entre outros, compõe o conjunto de estratégias de modelização e controle da subjetividade moderna.

Nesse sentido, identificar-se-ão as principais distinções entre as concepções correntes nesse campo, realçando as nuanças temporais em que elas se engendram e, de certo modo, reificam. Ao perseguir a direção das práticas de orientação vocacional —suas apropriações e acidentes, a trama histórica em que elas têm sido enunciada—, encontrar-se-á a utilidade e a funcionalidade de sua instrumentalização enquanto tipo particular de conexão–reprodução que evoca uma dada temporalidade: o futuro.

Investigar-se-á também a permanência desse dispositivo na modernidade tardia, caracterizada pela velocidade das inovações técnico–científicas e pelas transformações da lógica produtiva, ambas carregando em seu bojo uma vertiginosa erosão ocupacional e uma alteração nas concepções de trabalho e de seus mecanismos de regulamentação.

Por último, apontar-se-ão algumas estratégias capazes de permitir repensar noções congeladas e absolutizadas nas práticas institucionalizadas do saber *psi, a* fim de viabilizar processos de singularização, passíveis de expressar percursos singulares no exercício do pensar e do viver.

Por uma breve história das práticas vocacionais

Procurar entender o modo como ocorreu a cientificização do campo vocacional em nossa realidade, exigiria um tipo de análise que extrapola os

* Professora do Curso de Psicologia das Faculdades Celso Lisboa e da Universidade Gama Filho.

limites deste artigo. Aqui delimitar-se-á o recorte amplamente aceito; ou seja, aquele que identifica dois conjuntos de práticas vocacionais: um apoiado na perspectiva psicométrica, e outro, no modelo clínico.

Nesse sentido, será realizada uma breve apresentação dos aspectos mais gerais de ambos, bem como uma rápida apreciação das mudanças operadas por Rodolfo Bohoslavsky —principal representante da modalidade clínica—, que constituem articulações preciosas e, ao mesmo tempo, esquecidas por muitos daqueles que atualmente desenvolvem trabalhos neste campo.

Por perspectiva psicométrica designamos não apenas as práticas que lançam mão de testes psicológicos de inteligência ou de escalas de medidas de aptidões e habilidades, mas todas as instrumentalizações que visam à extração de verdades individuais —capazes de serem reconhecidas no aspirante ao ascético mundo do trabalho— a partir de elementos considerados inerentes e constitutivos de certa *natureza humana*.

A medida das condições individuais, principalmente das aptidões, seguiu inicialmente rigorosas bases psicométricas, destinando-se a prognosticar o comportamento profissional dos jovens; concomitantemente, as alterações do mundo moderno imprimiam uma veloz transformação das condições de trabalho, promovendo uma crescente e exigente especialização tecnológica.

No bojo do desenvolvimentismo e da industrialização configurada a partir da década de 30, a demanda por orientação profissional fez-se cada vez mais presente nas práticas cientificistas da moderna realidade urbana brasileira.

Identificar atributos e características individuais utilizando instrumentos psicométricos e, posteriormente, técnicas relacionais —entrevista e dinâmica de grupos— configurava os procedimentos capazes de correlacionar aptidão–inteligência, aptidão–capacidade. Ao mesmo tempo, permitia apresentar ao indivíduo fatores suficientes para que este se reconhecesse em sua vocação. Assim, fortaleciam-se os mecanismos que, direta ou indiretamente, identificavam aptidões, interesses, valores a um conjunto de traços

psicológicos, supostamente constitutivo de certa individualidade, capaz de ser correlacionado aos postos industriais de trabalho em expansão no país.

Com vistas a tal alcance, grandes esforços eram realizados no sentido de diminuir o erro nos instrumentos e de estabelecer aperfeiçoamentos nas técnicas utilizadas para diagnosticar e orientar adequadamente a força de trabalho. O tempo da produção se traduzia exigente quanto ao perfil requerido, bem como generoso, ao se mostrar oferecedor de um futuro ocupacional promissor, desde que fossem estabelecidas adequadas correlações ocupacionais a partir das instrumentalizações psicológicas postas em ação pela matriz tecnicista da industrialização.

Contudo, muitas críticas são endereçadas tanto aos testes, em particular, como aos procedimentos que pretendiam relacionar perfis vocacionais a postos profissionais —ou por se revelarem uma abstração ou por se mostrarem insuficientes para atender a demandas já alteradas no chamado “mercado de trabalho”.

Cabe perguntar a partir de que momento tais metodologias e conceituações passam a ser consideradas insuficientes em sua ação discriminativa no campo vocacional, e quais outros discursos passam a ser, com suas respectivas tecnologias de extração de verdade, liberados. Que mecanismos são necessários para acionar práticas que procuram interioridades ao mesmo tempo que oferecem revelações? Que sistemas de pensamento animam e regem essas outras emergências e conexões?

As vozes que relativizam a propriedade dos testes e de outros procedimentos de natureza psicológica são as mesmas que reclamam por diferentes estratégias e abordagens, sob a alegação de serem necessários outros recursos para que realmente se possa conhecer o indivíduo e suas verdadeiras vocações para o mundo do trabalho.

Essas vozes ressaltam que não se pode impor nenhum tipo de normatização àqueles que são assistidos em um processo de orientação vocacional. Esta formulação se baseia na concepção de que as características internas já estão, de certo modo, inscritas pelas identificações

havidas até então, embora desconhecidas pelo sujeito porque ainda não reveladas pelo processo genético de resolução da identidade adolescente.

Desse modo, as práticas de individualização, agora mais refinadas e intimizadas, querem não apenas investigar a aptidão, mas, preferencialmente, fixar outras características a partir de um processo diferente de extração da verdade.

Deve-se ressaltar que o livro que vai fundamentar esta nova modalidade *(Orientação vocacional — A estratégia clínica*, de Rodolfo Bohoslavsky) foi editado no Brasil em 1977, época na qual muitas publicações argentinas, bem como seus teóricos, exercem grande influência no meio acadêmico. Através da vasta penetração argentina no campo *psi* brasileiro, a perspectiva psicanalítica e seu arcabouço teórico–técnico reorientam muitas concepções até então dominantes, além de fortalecer a demanda de terapias e outras técnicas de atendimento grupal.

Bohoslavsky faz parte da geração de argentinos que chega ao Brasil na metade da década de 70 para difundir ideias, dar cursos e formar grupos de supervisão. A grande demanda por terapias breves e atendimentos grupais —ambos imbuídos de fortes preocupações psicoprofiláticas— levam, entre outros efeitos, ao favorecimento de uma ação de base psicanalítica no campo da Orientação Vocacional. O discurso de Bohoslavsky mostra-se, em todos os seus elementos, compatível com Os enunciados que se disseminavam no território *psi* de então.

Na modalidade clínica por ele apresentada, a adolescência é o momento no qual emergem as dificuldades de natureza vocacional e os consequentes conflitos relativos ao que seja o mundo adulto. Nesse sentido, o adolescente deverá resolver as ansiedades que destes conflitos se originam e, em última análise, explicitar e clarificar as fantasias que recobrem seu relacionamento com o tempo futuro.

O prazer ou satisfação no estudo e na profissão dependerão do tipo de vínculo que será estabelecido, e este dependerá da personalidade do indivíduo a ser atualizada na ação de estudar ou trabalhar. Neste sentido, o

autor define a Orientação Vocacional na modalidade clinica como uma "colaboração não diretiva com o cliente, no sentido de restituir-lhe uma identidade e/ou promover o estabelecimento de uma imagem não conflitiva de sua identidade profissional" (BOHOSLAVSKY, 1977: 32).

Com isso, pretende ressaltar a necessidade de entender a problemática vocacional a partir de certa relação do adolescente com o futuro, considerando-o enquanto subjetividade que escolhe o futuro em decorrência de vínculos psicoafetivos e, portanto, de certa identidade psicossocial.

Contudo, o autor publica outro livro, fazendo críticas aos principais pressupostos que fundamentavam sua abordagem e reformulando os conceitos que, de alguma maneira, se faziam instrumentais quando se implementava a teoria à prática.

Neste segundo trabalho, *Orientação vocacional — teoria, técnica e ideologia*, Bohoslavsky (1983: 32) apresenta, entre as demais reformulações da estratégia clínica, o sujeito da escolha como alguém cuja liberdade é ilusória, pois já se encontraria, desde sempre, determinado pela estrutura social, pela ideologia, pelos sistemas de significação e pelo inconsciente.

Apoiando-se no conceito marxista de alienação, irá situar o trabalhador como alguém que apresenta um estranhamento frente ao caráter externo do trabalho, resultando no desconhecimento de suas reais afinidades com a tarefa a ser realizada. Consequentemente, considerará que alguns sentimentos, condutas e ansiedades não podem ser entendidos por referência apenas às categorizações de patologia mental, exigindo uma apreensão dos mesmos à luz de um projeto social capitalista de alienação.

De igual modo, as contradições que vêm irromper na subjetividade adolescente produzem um "nível agudo de alienação", configurando uma sintomatologia e o funcionamento de um "ego" que se reconhece em crise. Ou seja, o próprio conceito de crise afirma e indica que uma ordem foi alterada por elementos de uma ordem negativa. A superação de tal crise pressupõe uma consciência que possa entender e articular uma realidade contraditória, superando seus efeitos em direção a uma consciência que se saberá critica.

Outras alterações ainda se fazem presentes nessa segunda fase da modalidade clínica; contudo, alguns elementos permanecem inalterados. Dentre eles, a busca de uma suposta identidade, dotada agora da consciência plena de sua realidade. Uma identidade apta a se encontrar com as contradições presentes no mo delo capitalista de sociedade, sem sofrer abalos de alegrias ou entristecimentos, parece constituir a figura que emergirá do atendimento vocacional proposto, nesse segundo momento, pelo autor.

Constata-se que, no novo modelo de Bohoslavsky, as instituições são instâncias fora do psiquismo, e provocam reação de crise ou assujeitamento. Aos indivíduos resta responder às instituições, como se estas também fossem recortadas da realidade. As profissões, vistas como instituições da sociedade, agiriam, então, sobre os indivíduos, provocando-lhes crises ou socialização perfeita, em um processo incessante de uma subjetividade que se interroga quanto a sua vocação.

Assim, o autor reafirma sua fundamentação psicanalítica na explicação da resolução vocacional: uma identidade vocacional de natureza afetivo–motivacional e uma identidade ocupacional como produto da ação de determinado contexto sociocultural sobre a primeira.

No momento em que é formulada, tal perspectiva reforça e possibilita iluminar a questão da prevenção —tema fundamental da época—, na qual caberia ao psicólogo e às suas técnicas prevenir todo tipo de conflito em nome da famosa psico-higienização das relações sociais. Sem dúvida alguma, este projeto vocacional serve adequadamente a uma proposta de prevenção, conferindo ao sujeito uma "crítica" localização no mundo do trabalho, de modo que, tal atitude, o livre dos males e conflitos que uma escolha errada e ingênua possa produzir.

Fica evidente que tal projeto não se afasta muito do conjunto das práticas usuais no campo da orientação vocacional. Antes, eram as disposições constitucionais que afirmavam uma suposta natureza capaz de ser identificada; agora, trata-se de uma subjetividade determinada por instâncias

inconscientes, desconhecidas pelo próprio sujeito, ou sobredeterminada pela conjuntura de uma sociedade capitalista que a aliena de si mesma.

Nos dois modelos, encontra-se o modo indivíduo como sustentação do arcabouço teórico do campo vocacional, fundamentando as práticas interessadas em dar alguma resolução às reconhecidas identidades vocacionais. Portanto, o campo vocacional recrudesce, não apenas reafirmando sua capacidade de identificar os traços ocupacionais pelas práticas de medição e outros procedimentos interacionais, mas pela exigência de revelação das identidades que se desconhecem ou que se encontram soterradas pelo peso das determinações sociais.

Essas modelizações dizem respeito a um campo de saber–poder, ocupado em investir as subjetividades a partir de uma certa relação de captura no tempo, aprisionando o que ainda está por vir: o tempo–futuro. Este futuro, de certo modo previsto e antecipado, suscita o aparecimento de dispositivos de previsão fazendo funcionar práticas de prescrição. Estas são as emergências de um solo tecnicista que recorre e reenvia a uma ideia preexistente de autonomia, e que se faz presente a partir de mecanismos de liberação da verdadeira identidade e pelo exercício adequado e maduro da escolha profissional — em atendimento a uma resolução satisfatória de vínculos psicoafetivos.

Pode-se afirmar que os “novos dispositivos vocacionais”, ao pretenderem se desvencilhar das concepções psicométricas, acabam por produzir uma subjetividade enredada em um presente asfixiado em julgamentos que, a partir de revelações e resoluções, possibilitam fazer emergir uma identidade que afiança a escolha acertada do humano.

Subjetivações vocacionais contemporâneas: maquinações de um tempo sem futuro

Sem dúvida alguma, o tempo instaurado pela tecnologia vocacional instrumentaliza reconhecimentos e previsões. Prever o tempo futuro significa, em um primeiro momento, paralisar o movimento afirmativo das

forças capazes de interrogar o mundo e, em última análise, promover a passividade no pensamento daqueles que se enredam com a apresentação de um futuro fetichizado.

Fica evidente que a tecnologia vocacional, na variação de seus calibres, diz respeito a um controle do tempo que, no limite, produz a sua abolição como critério de eficácia. Em seus ensaios sobre o tempo, Pelbart (1993: 42) apresenta algumas evidências a esse respeito:

> Contração da terra e do futuro, contração telúrica e histórica, tirania do movimento, mas fim da moção. Neste regime de temporalidade, com o qual o homem pensou que iria ganhar o Tudo, ficou com Nada: é difícil ter um espaço, uma história, um território, expandir-se *etc*.

Entretanto, as tecnologias *psi*, já em número variado no campo vocacional, parecem não se abalar com as mutações contemporâneas na forma de se operar com o tempo, nem parecem ser capazes de perceber as erosões que ocorrem no território ocupacional. Mesmo quando analistas sociais afirmam que 50% das profissões do século XXI não estão constituídas, ainda encontramos, em pleno uso e vigência, instrumentos de medida, categorias psicológico–relacionais identificadas e referidas a postos ocupacionais —mesmo quando a mobilidade dos postos de trabalho foi acionada ao máximo.

Contudo, o que se constata nesta modernidade tardia são maneiras de experimentar o tempo altamente modificadas, e que nos remetem a expressões difundidas na sociabilidade contemporânea. Tais expressões indicam o atual regime de temporalidade, reenviando a uma outra ordem de significação, tais como: tempo real, tempo virtual e aceleração, entre outras.

Com base nos estudos de Foucault, Deleuze (1992) vai indicar que, a partir da segunda metade do século XX, a sociedade passou a funcionar "não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea". Segundo ele, as máquinas cibernéticas e os computadores, sozinhos, não explicam a nova formação social, tornando necessário analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte.

A alteração no modo de exploração da força de trabalho pelo conhecimento e gestão de várias máquinas, a adoção da ideia da administração racional dos estoques, o consumo e o *marketing* orientando o melhor aproveitamento do tempo da produção constituem o controle de curto prazo, contínuo e ilimitado, como elemento característico da nova ordem produtiva.

Segundo Barbara (1999: 35), todas essas mudanças no mundo do trabalho alteraram não só o ciclo da produção, mas também promoveram o desaparecimento cada vez maior de postos de trabalho e, como consequência, o desemprego efetivo e a responsabilização do trabalhador por sua qualificação inadequada:

> a valorização da qualificação está sempre atrelada às necessidades momentâneas do mercado e não à apropriação de algum ofício, e, mais ainda, não traz qualquer garantia de emprego para o trabalhador que consegue acompanhar tais evoluções...

Pode-se concluir, então, que as prescrições vocacionais se constituem, até certo ponto, numa estratégia anacrônica frente à tarefa de reconhecer o futuro, traduzindo-o como probabilidade calculável, num mundo onde o cálculo não se dedica mais a indicar a precisão das máquinas e nem a dos seus operadores. Mesmos os procedimentos vocacionais que se apresentam distantes da aferição psicométrica, ainda se encontram conectados aos eixos identificadores de uma máquina produtiva que já não mais se interessa por um tipo de produto capaz de ser identificável.

O ideal do capitalismo contemporâneo, com seus agenciamentos cibernéticos e midiáticos, aponta de forma contundente à volatização da figura do trabalhador. Esta lógica penetra todos os campos da vida social, engendrando tecnologias muito eficazes com tal finalidade. Não é sem motivos que hoje se fala em empregabilidade, trabalhador generalista, trabalho temporário, flexibilização das relações de trabalho *etc.* Do mesmo modo, não é à toa que se vê o desemprego estrutural, a destruição de habilidades, a aquisição de novas capacidades, a educação permanente *etc.*

Em última análise, o que se tem é a produção, em todas as escalas do tecido social, de uma subjetividade rebatida na ideia de um controle contínuo, uma formação permanente, na qual nunca se termina nada e que serve para justificar o não lugar profissional gerado pelo ininterrupto processo de requalificação para o trabalho —um tipo de inclusão forjada nos mecanismos da sociedade pós-industrial.

Talvez as tecnologias vocacionais continuem a se definir por suas funções de previsibilidade; mas, sem dúvida, precisarão adequar-se aos tempos da superfluidade, oferecendo tendências ao invés de perfis, responsabilizando-se cada vez menos por sua tarefa prospectiva e afirmando-se cada vez mais como reveladoras da “polivalência” ocupacional dos sujeitos, avaliando e inferindo performances atléticas capacitadas a desenvolver “habilidades específicas sempre novas” em tempos cada vez mais curtos.

Identificar aptidões, habilidades e interesses no estreito tempo de sua utilidade poderá contribuir para uma nova modelização da subjetividade, perfeitamente integrada aos tempos da constante requalificação e do interminável aperfeiçoamento atrelado às urgências instantâneas do mercado. Para um mundo sem empregos, trabalhadores sem ofício; frente a um futuro sempre antecipado, sujeitos sem história.

Tais artimanhas do capital produzem subjetividades globalizadas, moduladas nos registros seguros de um cotidiano reprogramável; fabricam corpos desenraizados e desinvestidos no mundo perecível da velocidade; naturalizam sujeitos sem passado e sem futuro, forjados num tempo sem espessura e sem estranhamento.

Diante dessas premissas, torna-se necessário produzir algum tipo de pensamento que provoque inquietação, no sentido de abrir mão desses parâmetros que se apresentam como evidência ou ordem iminente.

Para além das modalidades... práticas inventivas

As práticas vocacionais modificam suas formas, alteram seus focos, renovam seus procedimentos; mas, em última análise, visam igualmente a modelizar subjetividades que se interessam por e que buscam o reconhecimento de si, no mesmo momento em que são apartadas, ou localizadas como meras espectadoras do seu desejo.

Essas práticas assemelham-se também em sua relação com o exterior, investindo um certo tipo de temporalidade, organizada e previsível, na qual os "investigadores do futuro" —expressão sugerida por Silva (1989) para os decifradores vocacionais— ocupam-se, de certo modo, em neutralizá-la, ao utilizarem ferramentas que orientam e animam sua antecipação.

Contudo, é preciso de dentro desse campo e, ao mesmo tempo, de fora de seus contornos, arriscar outros processos. Distante das previsões sentenciosas, das matrizes interpretativas e das tendências "deslocáveis-sempre novas", torna-se necessário forjar um diferencial e passar a operar tentativas que recusem as "formas de subjetivação capitalística implementadas pelas máquinas técnicas e midiáticas" (GUATTARI, 1986). Esse processo não se constitui em um aperfeiçoamento de ferramentas para melhor agir sobre as subjetivações vocacionais dadas, mas consiste em fazer funcionar outros registros de saber, sentir, atuar e ser no mundo —registros que funcionem ao nível molecular, e escapem à lógica identitária e às relações causativas ou justificativas, recusando conceituações que invistam em julgamentos e analogias, problematizando operadores que manejem reconhecimentos e prescrições.

Nesse sentido, Guattari (1986: 74) nos adverte:

> toda vez que uma problemática de identidade ou de reconhecimento aparece em determinado lugar, no mínimo estamos diante de uma ameaça de bloqueio e de paralisação do processo. É dentro dessa lógica —que pode parecer um tanto paradoxal— que dá para se conceber a existência não de um programa comum, de uma frente, de uma unificação, mas de vias de passagem...

Vias de passagem, analítica do vocacional, dispositivo analisador são ferramentas que visam a operar desmontagens nas subjetivações vocacionais efetuadas pelos discursos do vocacionalismo, pelas vozes dos especialistas, em suas diferentes versões, e pelos últimos e rebuscados apelos da lógica neoliberal que vaticinam a atual “crise” do trabalho.

Essas vias de passagem não se constituem em uma técnica alternativa, nem uma analítica do vocacional apresenta-se como uma modalidade de última geração.

Operar uma cartografia das subjetivações vocacionais constitui-se num tipo particular de implicação com o campo da economia subjetiva, interrogando os agenciamentos que aí têm lugar. Tal implicação inventaria as linhas que, nesse contexto, operam fluxos e sentidos e, no mesmo movimento, investindo em outros planos, produzem outras conexões e inventam outra temporalidade.

É, portanto, imprescindível abandonar o tempo da previsão e da antecipação, bem como é necessário problematizar modelizações que instrumentalizam orientações no mesmo instante em que oferecem os limites de uma vida reta e sem estranhamentos.

Aqui, vale pensar um outro tempo; um tempo capaz de seguir linhas de diferenciação, afirmador de uma outra lida com a experimentação, e que apresente matérias para o pensamento. Pois, segundo Fuganti (1989: 43):

> ora a vida ultrapassando os limites do pensamento; ora o pensamento ultrapassando os limites da vida. Ora os encontros ou mistura de corpos desterritorializando as maneiras de pensar, ora os atos afirmativos de pensamento desterritorializando os modos de agir...

Nesse sentido, é imperioso viabilizar alguns planos nos quais se possam acolher interferências, acatar dissonâncias, em que o disruptivo ouse ser pensado como um possível. Quem sabe, talvez a partir dessas provocações, os encontros efetuados no mundo do trabalho e as temáticas que aí emergirão se tornarão mais vivas, bem como mais intensos serão os exercícios do pensamento frente às nuances que se desdobram em outras esferas do cotidiano.

Desse modo, uma analítica do vocacional poderia ser entendida como um dispositivo de passagem que possibilitaria pensar a ordem dos afetos, interrogar os estratos e as burocracias do conhecimento e, sobretudo, efetuar tentativas de inversão nas lógicas e profecias inexoráveis de um tempo comprometido com seu aprisionamento. Nesta analítica se fomentariam focos de resistência e linhas de fuga; ou seja, desvios capazes de ligar o desejo a expressões mais intensas e o corpo a ações mais inventivas, "operando uma série ramificada que desemboca em termos heterogêneos, segundo uma lógica da invenção, e não da similitude" (PELBART, 1998: 40).

Logo, elucidar o vocacional a partir de engendramentos do tempo consiste em exercícios de *invenção*, problematizações do pensamento a serem operadas por essa analítica.

Referências bibliográficas

BARBARA, M. "Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: Percepção e sofrimento do trabalhador" *in Psicologia ciência e profissão,* 19, (1), 1999.

BOHOSLAVSKY, R. *Orientação vocacional: A estratégia clínica.* São Paulo: Martins Fontes, 1977.

______. *Orientação vocacional: teoria, técnica e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1983.

DELEUZE, G. *Conversações.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FUGANTI, L.A. "Saúde, desejo e pensamento" *in* LANCETTI, A.(org.) *Saúde Loucura, n° 1.* São Paulo: Hucitec, 1989.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica — cartografias do desejo.* Petrópolis: Vozes, 1986.

PELBART, P.P. *A nau do tempo rei.* Rio de Janeiro: Imago, 1993.

______. *O tempo não reconciliado.* São Paulo: Perspectiva, 1998.

SILVA, M.F. "Pegue seu papel e cale a boca — da emergência da prática da Orientação Vocacional". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. IESAE/FGV, 1989.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INVENÇÃO

Ana Lúcia C. Heckert *
Cíntia Renata Corona **
Juliene Macedo Manzini **
Roger Elias B. Machado **
Vinicius Luciano Fardin **

A perspectiva de análise presente neste trabalho volta-se para o cotidiano escolar como um campo de forças em luta permanente. Esse não se constitui apenas como espaço de repetição de naturalizadas *verdades:* as instituições[1] que o atravessam traçam configurações variadas e produzem diferentes movimentos. Partimos do pressuposto que os processos instituídos e naturalizados que buscam aprisionar os movimentos afirmadores de possibilidades outras de viver, aprender, trabalhar *etc.* encontram-se em luta permanente com as forças de invenção da alteridade, engendradoras de processos instituintes afirmadores de uma ética da existência[2].

Neste sentido, nos contrapomos às análises que situam a educação, a escola, o aluno–problema, o professor–desmotivado *etc.* como objetos naturais. As práticas sociais e os objetos do conhecimento constroem-se historicamente, num campo de forças político–econômico–social. Consequentemente, não há uma *natureza* a ser encontrada no aluno–problema, ou na indisciplina. Tais "objetos" são *constituídos por* e

---

* Professora do Departamento de Psicologia da UFES.
** Graduandos do Curso de Psicologia da UFES, participantes do Projeto de Extensão "Potencializando vias de Coletivização".
[1] Instituição aqui é usada no sentido dado pela Análise Institucional. A este respeito, ver Rodrigues, 1991.
[2] Ética da Existência refere-se à formulação de Michel Foucault quanto aos modos de subjetivação. A dimensão ético–estética abre a possibilidade de invenção de novos paradigmas, que recusam os processos de normalização e criam outros modos de existência, singulares e sempre provisórios.

constituidores de conjunto de práticas, discursivas e não discursivas, que se estabelecem enquanto domínios científicos. Interessa-nos, então, problematizar as condições de emergência dessas práticas sociais e lançar luz ao *como* instituíram/instituem seus objetos.

Nossa perspectiva analítica apoia-se tanto na Análise Institucional quanto em Michel Foucault, privilegiando as formulações deste autor com relação à história. Foucault, a partir de Nietzsche, reinventa o projeto de uma história genealógica; dispensando o apego às origens, às rememorações e linearidades, esta ferramenta histórica nos permite desnaturalizar a essência dos objetos.

Desta forma, a genealogia foucaultiana possibilita também desnaturalizar o presente, fazendo-o perder a *qualidade* de fardo a ser carregado, ou de passado a ser inexoravelmente repetido. Privilegiando *como* determinados processos são engendrados, a genealogia concebe o tempo presente não na continuidade com o tempo passado, e sim como um espaço aberto ao velho e ao novo, no qual jogos, bastante atuais, de verdades organizam apostas, com lances que se tornarão vencedores, ou não, sempre no hoje.

> (...) esta ontologia histórica o é de 'nós mesmos', remetendo à profunda ligação das pesquisas foucaultianas com o presente; com um pensar a história (do ser, e de nosso ser–sujeito) não como narrativa do superado, e sim na qualidade de arma nos combates do presente (RODRIGUES, 1994: 28).

Esta "história–arma" será utilizada, por nós, como ferramenta de desnaturalização das práticas *psi* e pedagógicas dentro de uma escola, objetivando construir estratégias que rompam com os modos hegemônicos de existir, aprender, trabalhar, fazer educação *etc.*

Em conformidade com análise foucaultiana, compreendemos que a instituição escola, além da função de transmitir certos saberes, constituiu-se, nos séculos XIX e XX, como um espaço privilegiado de disciplinarização dos corpos mediante a articulação de estratégias de heterogestão dos pensamentos e atos: obsessão pela ordem, pontualidade, compostura.

distribuição dos fazeres e dizeres dentro de uma regulada espacio–temporalidade, hierarquização entre saber formal e informal *etc*.

Esta nova prática de controle, inaugurada pela sociedade disciplinar, não se sustenta em ameaças de morte, nem necessariamente pelo uso da força física. Ela gestiona novas formas de separação entre os corpos, forjando normatizações que *docilizam*. Trata-se de uma ordenação e de um esquadrinhamento que buscam separar, dividir, hierarquizar, fora do domínio estrito do sangue (registro nobiliário das ordens feudais); combinando forças de panoptização, fixam os sujeitos em lugares determinados pela produção de capital.

Sob a égide de discursos que materializam "capacidades", "esforços" e "competências", produzem tanto os espaços específicos para tais fixações quanto o indivíduo moderno. Desta forma, na sociedade disciplinar, os mecanismos de controle dos corpos pulverizaram-se pelo cotidiano de forma sutil, objetivando aumentar a força econômica e produtiva do corpo e diminuir sua força política de resistência.

No espaço escolar, as estratégias de normalização se individualizaram como processos educacionais, culpabilizando alunos, professores e pais pelos *rendimentos escolares*. Por sua vez, as práticas *psi* ocuparam/ocupam um lugar fundamental nesses processos de individualização–culpabilização, *gerenciando* concepções estereotipadas e perpetuando rituais de julgamento. Ou seja, sem problematizar os elementos que historicamente engendram o campo educacional–escolar, o psicólogo corre o risco de apenas sedimentar preconceitos, sob a forma de discursos psicologizantes.

Ressaltamos que a atuação do psicólogo no espaço escolar vem sendo transformada na atualidade, já que muitos trabalhos têm-se pautado na problematização dos referenciais teórico–políticos que demarcam tanto o domínio da psicologia quanto o da pedagogia. Entretanto, ainda um número considerável de psicólogos embasam, sem questionamento, seus trabalhos em escolas nos modelos de atendimento clínico ou de acompanhamento pedagógico, apresentando, por justificativa, as demandas dos profissionais

de educação. Ou seja, seriam os professores, solicitando espaços terapêuticos para solucionar problemas relacionados à aprendizagem, que delimitariam a prática do psicólogo nas escolas.

Atender acriticamente a tais demandas atualiza o boletim escolar como instrumento de identificação de *casos clínicos* e o sustenta como índice suficiente de dificuldades, ou mesmo incapacidades, individuais, levando a desconsiderar, como objeto de análise, o plano político–social onde se configuram as práticas educacionais.

Perscrutar os instituídos e, por meio da análise das produções institucionais, procurar dar visibilidade aos instituintes apreendendo, nas fraturas, as tensões e os conflitos que atravessam o cotidiano educacional, eis um projeto interessante para o hoje. Neste sentido, acreditamos que o psicólogo pode promover certa discussão sobre as práticas educacionais que visibilize seus atravessamentos institucionais e permita criar dispositivos de análise outros, pondo em questão as *naturezas* que conformam alunos, professores, pais, direção *etc.* em lugares opostos e inconciliáveis. Atentando para os processos de ruptura, insistimos na possibilidade de inventar, sempre, lugares e práticas sociais que escapem das formas hegemônicas.

Descreveremos, brevemente, uma experiência que corrobora a nossa aposta no presente. O projeto que desenvolvemos numa escola pública do município de Vila Velha, Espírito Santo, caracteriza-se como uma intervenção institucional. O trabalho foi solicitado pela Supervisora Educacional da escola, tendo início em outubro de 1998, com previsão de um ano para a sua conclusão. Optamos por intervir no turno vespertino, o qual compreende da 5ª a 8ª séries, pela possibilidade de compatibilizar a solicitação da escola com nossas atividades na UFES.

A escola em questão localiza-se em um bairro de classe média do referido município, e recebe alunos das camadas populares que residem nas ruas próximas a ela. Até o ano de 1998, o aspecto físico da escola era bastante precário: paredes sujas e descascadas; chão esburacado; telhado de telhas eternit, esquentando ao sol, tornando as salas em forno; ausência de

ventiladores; inúmeras cadeiras quebradas —não raro os alunos sentavam-se em duplas, dividindo uma mesma cadeira. A escola também não possuía bebedouro e os alunos bebiam água, colhida de filtro de barro, reutilizando o mesmo copo. Faltava espaço para recreação. Faltava lugar para a merenda: os poucos alunos que merendavam ficavam em pé, ou sentavam-se no chão, com o prato na mão.

Durante os primeiros contatos, o coordenador da escola queixou-se com relação ao comportamento dos alunos, dizendo que não possuíam limites, nem tratavam os profissionais levando em conta a hierarquia professor–aluno. Segundo o coordenador, alguns estudantes moravam na Colônia de Pescadores[3], mas a maioria era proveniente da "Rua do Lixo"[4]. Assim, a culpa pela indisciplina era sempre remetida à família, que não impunha limites; e/ou à situação de pobreza; estes fatores impossibilitavam, no discurso institucional, o acesso das crianças à uma educação de qualidade.

Em fevereiro de 1999 teve início o processo de reforma da escola, e cada turno dividiu-se em dois. Desta forma, o horário do turno vespertino fragmentou-se em: aulas para a 5ª e 6ª séries (das 13:00 às 15:40) e aulas para a 7ª e 8ª séries (das 15:40 às 18:20). Com tal tática, suspendeu-se ainda o recreio e a merenda.

O critério *ausência de salas disponíveis* instituiu uma significativa redução no tempo para o aprendizado e possíveis modificações na economia doméstica das famílias, que viam seus filhos retornarem antecipadamente para casa, ou dela saírem com mais de duas horas de atraso —em ambos os casos, sem terem recebido alimento na escola.

O mesmo critério agiu sobre os professores, retirando-lhes as salas de reuniões ou planejamento. Assim, enquanto metade das salas estava sendo usada para aula, a outra metade encontrava-se em reforma.

---

[3] Antiga colônia do bairro, na qual o modo de subsistência das famílias baseia-se na pesca. Os moradores da colônia são discriminados por outros moradores, estes de classe média, do mesmo bairro, sob as alegações de que a prática da pesca produz um odor desagradável na orla marítima e de que os pescadores são, predominantemente, malandros e/ou alcoólatras.
[4] Rua "famosa" em Vila Velha pelo alto índice de violência e pobreza.

Todo o movimento de fragmentação e isolamento que percebemos no ano de 1998 cresceu com a reforma. Nem alunos nem professores encontravam espaço e tempo para conversar. O trabalho dos profissionais, conforme seus relatos, tornou-se ainda mais maçante e burocrático.

À revelia das condições da escola, uma parte dos profissionais restringia suas preocupações a, meramente, hierarquizar o espaço: organizar os alunos em filas, salas, cadeiras; cobrar-lhes *bons comportamentos;* avaliar-lhes o *rendimento* em meio a uma suposta normalidade escolar; diagnosticar os "maus elementos" e, sobretudo, suprimir-lhes as resistências e críticas por meio de medidas punitivas.

A sequência de acontecimentos ocorrida nesta escola esboça um *retrato* dos efeitos das reformas educacionais que emergiram *prometendo* resolver os problemas do ensino público brasileiro, especialmente a partir da década de 80 no Brasil.

Em fins dos anos 70, um novo conceito de produção se delineia no rastro do neoliberalismo ascendente. Consequentemente, capitalismo flexível, qualidade total, poli valência, empregabilidade, formação flexível —todos termos derivados de um especulativo mercado— passam a ditar os contornos dos novos padrões de controle e gerenciamento dos sistemas de ensino tanto no Brasil quanto em alguns outros países da América Latina.

As novas diretrizes para o ensino são justificadas como medidas que objetivam retirar a escola pública de sua condição anacrônica.

Paralelamente, a promessa neoliberal de recomposição econômico–política do país tem produzido, como efeito da política econômica efetivamente implantada, a intensificação de desigualdades que se espalham tiranicamente pelos espaços sociais.

Lançadas dentro do sistema de ensino —a fim de reduzir custos, otimizar a produtividade e instituir uma relação direta entre ensino e demandas do *mercado,* via formas de avaliação do "produto escolar"—, as prioridades neoliberais têm acelerado o sucateamento da escola pública,

intensificado processos de segregação, fragilizado os espaços coletivos de discussão, precarizado as condições de trabalho na escola, desqualificado e culpabilizado professores, alunos e família por resultados escolares *indesejáveis,* ou *inadequados.*

Deste modo, as “novas” (?) formas de gerenciamento e controle da educação pública têm contribuído para reforçar práticas pedagógicas nada transformadoras; muitas vezes, seduzindo os profissionais da educação para a adesão a certo tecnicisrno que dilui e esvazia tanto a discussão política de cunho mais geral quanto a análise crítica das mesmas *reformas.*

Em tempos neoliberais, preconiza-se a responsabilidade individual na aquisição de *habilidades* que possam garantir *empregabilidade.* O aluno nesses *novos tempos* tem sido considerado mera mercadoria. Esta perspectiva encerra professores e alunos na necessidade de se adaptarem a contínuas transformações de um mercado[5] muitas vezes inexistente.

Os alunos das camadas populares, prováveis inempregáveis–descartáveis, são os mais atingidos pela compreensão neoliberal acerca da função da escola na sociedade; pois, sem quaisquer condições materiais, devem enfrentar a Quimera estatal com evasões e fugas, ou se adequar à estranha *economia de* um sempre presente, porém nem por isto visível, *mercado* —e correndo, para não virar sucata.

Os processos de segregação e desqualificação atuais têm, desta forma, intensificado, no cotidiano escolar, impossibilidades, descasos, desmandos, troca de favores *etc.* O desalento quanto ao presente manifesta-se como impotente indiferença, entre alunos e professores, quanto ao futuro; não questionar o instituído transforma-se, assim, em proteção frente às mazelas e dificuldades do cotidiano.

[5] Em face dessa lógica educacional, propusemo-nos a criar estratégias que permitissem a alunos e professores negar ativamente a ideia de aluno–mercadoria, afirmando a possibilidade de construções coletivas e inventivas para o espaço escolar.

Compreendendo “indisciplina” e “péssimas notas” como uma espécie de deficiência dos alunos daquela escola, a mesma solicita nosso trabalho[6]. Deveríamos, então, tentar “dar conta” da falta de interesse, desmotivação e desestímulo dos alunos por tudo o que acontecia na escola; fazer, através de alguma “técnica psicológica”, despertar o interesse dos alunos pelo que a escola tinha para lhes transmitir.

Como pensar este pedido? Deveríamos (e isto seria possível?) separar o desinteresse dos alunos do processo político–econômico que vivemos? Quais *interesses* a escola queria *despertar?* E os alunos, o que teriam a dizer a todos nós, interventores e educadores?

Consideramos que a demanda formulada pela escola precisava ser analisada/problematizada. Caso contrário, correríamos o risco de começar —e acabar— a intervenção sustentando o “fracasso”, o desinteresse, a desmotivação, a indisciplina *etc.* como objetos naturais; ou seja, meros elementos que, desviantes em relação ao “curso normal” das práticas pedagógicas, precisavam ser reordenados.

A demanda institucional trazia à cena certas concepções presentes no campo educacional, calcadas nas teorias da carência cultural, que remetem à situação de pobreza a causa da indisciplina, dos problemas de aprendizagem e do desinteresse. E anunciava um pedido: transformar os *bárbaros em civilizados?*

Analisando a demanda, percebemos que o preconceito quanto ao aluno —a condição de vida do aluno determinar-lhe totalmente o rendimento— servia para que os professores e a direção da escola deixassem de analisar as condições de trabalho existentes em suas próprias vidas (o que, lançando sobre eles seu próprio raciocínio, também lhes deveria determinar o rendimento); pois, durante as entrevistas para o contrato, apelava-se à

---

[6] O convite para a intervenção foi apresentado pela supervisora da escola a uma aluna do curso de Psicologia. Esta reuniu um grupo de colegas do curso e convidou uma professora do Departamento de Psicologia para elaborar, conjuntamente, o trabalho como um projeto de extensão.

pobreza da clientela para justificar o espaço físico da escola e o seu abandono pelo poder público, naturalizando concepções como: "para pobre qualquer coisa serve". Uma análise breve do discurso institucional identificou, como dispositivo fundamental para o atual funcionamento da escola, o entrecruzamento de práticas de individualização do cotidiano escolar —os alunos são o problema— e práticas de desqualificação apriorística do aluno e de sua família —eles moram lá e por isso...

Presentificava-se, também no pedido, o lugar que a psicologia hegemonicamente construiu na escola; ou seja, a possibilidade de, por meio de técnicas psicológicas, motivar os alunos e, com isto, aumentar a eficiência escolar.

Nossa questão: como produzir *outras* demandas que viabilizassem a produção de *outros* territórios de trabalho e aprendizagem naquela escola?

A maneira como pretendíamos direcionar o trabalho pressupunha construir estratégias a partir do que experimentássemos do cotidiano da Escola: suas dificuldades, seus percalços, seus impedimentos, sua vitalidade. Para isso, precisávamos estar dentro da escola, falar com as pessoas, conhecer seus cantos, portas, salas. Assim, sorrimos com as pessoas, brincamos, discutimos; sofremos um pouco o dia-a-dia, o calor, o cansaço...

No decorrer do trabalho, percebemos como fundamental criar espaços de discussão/análise que incluíssem profissionais —professores, merendeiras, secretárias, corpo técnico— e usuários (pais e alunos), com a perspectiva de socializar os processos que se davam na escola e na vida e escapar das redes de isolamento e individualização.

Neste texto, escolhemos discutir o analisador–reforma[7] por entender que tal acontecimento foi fundamental para as mudanças operadas na escola.

---

[7] Analisadores são acontecimentos que condensam jogos de forças até então dispersos. Para a análise institucional o que produz a análise são os analisadores e não os peritos. A esse respeito, ver Rodrigues, Barros & Leitão, 1992.

O analisador–reforma

Desde o início de nosso trabalho, sabíamos que seria imprescindível juntar as pessoas para discutirmos sobre o cotidiano da instituição. Parece simples... mas fomos apanhados de surpresa com o estado da escola em 1999. Conforme afirmamos anteriormente, não encontramos salas disponíveis para reunir os professores; tampouco horário de recreio, dificultando o acesso também aos alunos.

Os horários de planejamento das aulas eram usados, pela maioria dos professores, para atividades desvinculadas da escola; os conselhos de classe, quase sempre esvaziados, constituíam-se em momentos para "diagnóstico dos alunos–problema" —parecia um pequeno *tribunal da Inquisição.*

Precisávamos problematizar a impossibilidade de encontros atribuída à reforma, e buscar produzir a coletivização dos processos vividos num espaço em franca decomposição.

Nas falas dos professores, vislumbrávamos a necessidade de um trabalho conjunto naquela escola, ao mesmo tempo que pareciam acomodados ao trabalho mecânico e burocrático que desempenhavam ali — o que não os fazia acreditar na possibilidade de criar qualquer estratégia para mudar a situação que viviam.

No cotidiano do estabelecimento nos deparamos com o descaso quanto à educação dos alunos, em geral, acompanhado de certa queixa improdutiva acerca das condições de trabalho dos professores. Em última análise, o discurso institucional hegemonicamente repetia o mote: *a culpa é deles.* A culpa é deles por termos de trabalhar em um estabelecimento sem recursos mínimos para funcionar como espaço educativo ("pra pobre qualquer coisa basta"); a culpa é deles se não nos sentimos motivados a ensinar-lhes algo, visto carecerem de educação ("são indisciplinados; não reconhecem a hierarquia professor–aluno"); a culpa por não aprenderem é deles, pois carecem de exemplos familiares edificantes ("são filhos de pescadores —

malandros, preguiçosos, sujos e bêbados— ou de moradores da sugestiva Rua do Lixo")... Estava claro que os alunos não tinham direito a voz.

Por outro lado, sendo decidido o destino da escola por burocratas que apenas informavam à direção as diretrizes educacionais, ou o momento da reforma ou a nomeação de cargos comissionados para atuarem nesta escola *etc.*, os profissionais também se encontravam privados de voz quanto aos rumos de seus cotidianos. A burocracia estatal, privatizando as informações e as decisões acerca do cotidiano escolar, equiparava professores e alunos: ambos ficavam "de fora", impotentes frente a face *neutra* das hierarquias *naturais*. Estariam tais fatores contribuindo para a produção do "desinteresse" de alunos e professores pelas questões da escola e da aprendizagem?

Quando a reforma nos leva a retirar os objetos do lugar...

O analisador–reforma possibilitou a análise das práticas, até então naturalizadas, que produziam como efeito a paralisia dos professores e alunos e a burocratização da escola. Desta forma, em meio aos escombros da reforma, num dia de calor e barulho insuportáveis, alguns professores "lembram" de uma árvore, nos fundos da escola, e passam a se encontrar, sob sua sombra, para discutir alternativas de ocupação do espaço físico.

Assim, o analisador–reforma produziu outras demandas: criar outros espaços de encontro para os professores, fora do Conselho de Classe, e criar alguns novos canais para a circulação de informações.

Ampliando as novas demandas, propusemos um trabalho que envolveria os professores —se possível, todo o corpo docente— e os alunos do turno vespertino da escola. Primeiro, após muita conversa com a direção e a supervisão, conseguimos estabelecer encontros mensais com professores, grupo técnico–pedagógico e funcionários.

Apesar do curto espaço de tempo das reuniões, tais encontros eram os únicos momentos em que as pessoas se juntavam para discutir seus trabalhos. As discussões atraíam cada vez mais professores, e conquistaram novos aliados para a construção de espaços coletivos de análise–criação.

A partir desses encontros, o acesso aos alunos tornou-se possível. Foi-nos permitido ir, de sala em sala, ouvir os alunos. Perguntamo-lhes: o que gostariam de estar criando dentro da escola; que atividades poderiam estar desenvolvendo; quais pesquisas poderiam ser feitas? Depois, organizamos suas sugestões em modalidades: atividades esportivas, atividades extracurriculares, infraestrutura da escola, artes e eventos e jornal.

Voltando às salas com as modalidades agrupadas, organizamos grupos de discussão com os alunos para projetar formas de dar concretude aos temas; tudo de acordo com a disponibilidade de cada um. Cada grupo tinha um tema central de discussão; porém, as questões podiam variar de acordo com o que era trazido por nós e pelos próprios alunos. Não queríamos um grupo-tarefa, mas criar um espaço respirável; quem sabe, "novos espaços de liberdade".

Conforme assinalam Guattari e Negri: "Tal é a nova política: a exigência de uma requalificação das lutas de base com vistas à conquista contínua de espaços de liberdade, de democracia e de criatividade" (1987: 21).

Os dispositivos jornal e grupos de discussão

Pensamos, junto com alguns professores e alunos, a criação de um jornal como estratégia para produzir a circulação de informações, fatos, acontecimentos, pensamentos, ideias, vontades, aspirações, e incluir aluno e professor no processo de construção do cotidiano da escola.

Nossa preocupação não era saber como o jornal efetivamente circularia; tampouco com que material seria feito. Intentávamos, ao envolver as pessoas na criação do jornal, mobilizá-las para a invenção de novos modos de fazer educação.

Consequentemente, as discussões preliminares giraram em torno de quais notícias seriam priorizadas no jornal; sobre o quê falaríamos; como obter as matérias para o jornal; quais assuntos despertariam o interesse de tantas pessoas diferentes; como envolvê-las no trabalho de criação do jornal, ou mesmo de outro algo, novo e diferente, naquela escola... Em

suma, quem somos, o que pensamos, o que queremos saber e/ou partilhar; o que temos para dividir?

Ao irmos às salas de aula instigar os alunos a darem sua opinião com respeito à escola, ficamos sabendo que alguns acalentavam o desejo de criar um grêmio na escola; outros questionavam porque as regras nunca eram discutidas —como, por exemplo, a proibição do uso de boné na sala de aula.

O jornal foi construído pelos grupos de discussão dos alunos. As equipes que se responsabilizavam pelo jornal tiveram, basicamente, a função de organizar e articular tudo que estava sendo produzido nos outros grupos de discussão. Os textos eram agrupados, discutidos e preparados para a publicação. A primeira edição foi ansiosamente esperada por todos nós[8].

Mas qual seria o nome do jornal? Para determinar-lhe, os grupos escolheram realizar uma votação —tudo elaborado pelos alunos: cédulas, artigos, escolha da formatação, desenho. As equipes do jornal percorreram as salas de aula, recolhendo sugestões de nomes. Após uma prévia, oito nomes se classificaram para o *segundo turno*. Novas cédulas, torcidas, apuração, e ganhou... "A VOZ DO ADOLESCENTE".

O universo de votantes constituíra-se por alunos, professores, coordenação, secretários, serventes e merendeiras.

O jornal funcionou como dispositivo de análise e construção de outras práticas na escola, disparando movimentos de interrogação das práticas instituídas. Os alunos, procurando conhecer melhor o funcionamento da escola, problematizavam os modos de organização do cotidiano escolar e, ao mesmo tempo, afirmavam outras possibilidades de ocupá-lo.

Concomitantemente, nos corredores e em algumas salas de aula, os fatalismos decretados pelos tempos neoliberais e a decantada falência da escola pública como espaço de invenção permanente eram arguidos com vivacidade.

---

[8] O primeiro número circulou pela escola em novembro de 1999, tendo demorado sete meses a sua confecção.

Desta forma, ousamos afirmar que os efeitos do jornal circularam na escola desde o início do processo de sua ideal elaboração; ou seja, muito antes que sua “circulação” tivesse sido *materialmente* efetivada.

A partir dos grupos de discussão também outros acontecimentos tomaram vulto: os alunos formaram times de futebol, que se encontravam para jogar numa quadra conseguida por empréstimo; entrevistaram a diretora, os pedreiros, a coordenadora buscando informações sobre a reforma e os equipamentos a que a escola tinha direito; visitaram a Secretaria Municipal de Educação e inquiriram os funcionários a respeito das verbas das escolas públicas. Estas entrevistas desembocaram na elaboração de matérias para o jornal, nas quais os alunos reivindicavam direitos quanto à informação dos usos e destinos das verbas públicas.

Além disso, alunos e professores montaram e encenaram uma peça teatral; juntos organizaram, pela primeira vez, a festa de encerramento do ano letivo; criaram oficinas de poesia, pintura...

Durante este tempo já estavam em circulação três números do jornal da escola.

Algumas considerações finais

Os efeitos desta intervenção, em nós e na escola, ainda estão se processando. Sabemos apenas que o princípio que pautou nosso trabalho foi desejar, para todos, uma vida que não nos torne indiferentes, mas que tenha cheiros, cores, carnes, ritmos e vibrações. Uma vida que prescinda de vozes apenas consonantes e que incorpore também a dissonância e a polifonia, afirmando sempre possibilidades de encontros ainda não experimentados com a alegria e o prazer. Essa escola nos ensinou muitas coisas; dentre elas, a não desistir diante dos endurecimentos que traduzem impossibilidades e impotência por realidade e cotidiano.

Referências bibliográficas

BARROS, R.D.B. "Dispositivos em ação: o grupo" *IN* SILVA, A. *et al.* (org.) *Subjetividade — questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARVALHO, A.L. "Ensaiando cartografias sobre alguns saberes que constituem o Corpo–Hospital". *Revista do Departamento de Psicologia*, vol. 5. Niterói, 1993.

COIMBRA, C.M.B. *Guardiães da ordem*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

JACÓ-VILELA, A., RODRIGUES, H.B.C., JABUR, F (orgs.) *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

MANCEBO, D., JACÓ-VILELA, A (orgs.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. RJ: EDUERJ, 1999.

NEGRI, A., GUATTARI, F. *Os novos espaços de liberdade*. Coimbra: Centelha, 1987.

NEVES, C.A.B. "Relato e análise de uma experiência numa instituição escolar: nossos medos, nossas buscas e nossas implicações" *in* SAIDON, O., KAMKHAGI, U.R (org.) *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

ROCHA, M.L. "Da crítica das estruturas às dimensões de tempo: subjetividade e formação escolarizada". *Revista do Departamento de Psicologia*, vol. 8. Niterói, jan./set. 1996.

RODRIGUES, H.B.C. "A análise institucional e a profissionalização do Psicólogo" *in* SAIDON, O., KAMKHAGI. U.R (org.) *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

______. "Do '*psi*' ao genealogista — algumas contribuições foucaultianas para uma transformação" *in Cadernos de Psicologia*. Série Social Institucional, vol. 2. Rio de Janeiro, 1994.

______, BARROS, R.D.B., LEITÃO, M.B.S. *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PESQUISAS PARTICIPATIVAS E A PESQUISA–INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Mansa Lopes da Rocha *
Sandra Ferreira Montano **
Terezinha de Jesus Pimenta ***

O reconhecimento da Psicologia como ciência e profissão, no Brasil, só se realiza em 1962; contudo, a articulação entre Psicologia e Educação se faz bem antes. Em fins do século XIX e inícios do século XX, encontramos o registro da presença da Psicologia, ministrada como disciplina, nas escolas normais e no desenvolvimento de diversas temáticas relativas ao comportamento psicológico em teses de final de curso de Medicina. O tempo, no entanto, não modificou substancialmente a abordagem característica dos conhecimentos psicológicos ao estudo do homem em geral e da criança em formação. Isto porque a preocupação com o processo adaptativo, mediante o diagnóstico das diferenças, visando à normalidade e à padronização do desempenho e das relações sociais, tem preponderado nos estudos e práticas que compõem a interface Psicologia/Educação.

Com a perspectiva de correção ou prevenção dos desajustes, a Psicologia justifica cientificamente a responsabilização da criança pelo fracasso no processo de ensino–aprendizagem, ao invés de contribuir para a crítica dos descaminhos da educação brasileira e da dinâmica institucional da escola através da análise de seus efeitos. Corroborando com o *status quo* que individualiza e naturaliza o fracasso, a Psicologia tem fragmentado a escola em um conjunto de casos–problemas e legitimado a hierarquia técnico–cientificista que estabelece as dicotomias teoria *x* prática,

---

* Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ.
** Graduanda do curso de Psicologia da UERJ, monitora da disciplina Psicologia nas instituições escolares.
*** Graduanda do curso de Psicologia da UERJ e bolsita de Iniciação Científica da FAPERJ.

especialista *x* técnico, natural *x* social. Consequentemente, o descompasso entre os manuais psicológicos e a realidade sociopolítica cotidiana tem contribuído para acentuar as sucessivas crises da Educação.

A regulamentação da profissão fomentou a criação de serviços de Psicologia, dentro e fora das escolas, com tecnologias mais sofisticadas — anamneses, testes, dinâmicas— mas, mantendo a mesma visão empobrecida do início do século passado.

Certamente isto não constitui toda a realidade da relação Psicologia–Educação. Muitos profissionais interessados na escola como campo de intervenção vêm buscando desconstruir o lugar de técnicos, ou especialistas, para afirmar uma postura sociopolítica que contextualize historicamente o homem, a Psicologia e a Educação.

Neste trabalho, apresentaremos alguns reflexões produzidas pela pesquisa–intervenção que realizamos —*A escola entre a macro e a micropolítica e as implicações com as práticas psicológicas*—, iniciada em 1996 e ainda inconclusa, com o objetivo de configurar as principais questões e polêmicas relativas às práticas dos psicólogos nas escolas públicas do Rio de Janeiro na década de 80. Essa investigação, possibilitando reflexões sobre a formação do psicólogo e sobre as dificuldades encontradas no espaço de trabalho junto às escolas, tem ainda como propósito o desenvolvimento do referencial teórico–metodológico do movimento institucionalista, com uma perspectiva ético–estético–política de atuação para os profissionais *psi* em projetos coletivos com equipes da comunidade escolar. Deste modo, busca atualizar um certo modelo de formação acadêmica, segundo o qual o campo de análise não precede o campo de intervenção; antes, articulam-se. A produção de conhecimentos acerca da escola deve emergir, portanto, enquanto ação coletiva organizada por educadores e psicólogos.

Nossa pesquisa conta com a participação de bolsistas de iniciação científica, estagiários de graduação e pós-graduação da UERJ, e tem financiamento da UERJ, CNPq e FAPERJ.

A investigação da interface psicologia/educação ganha caráter singular se considerarmos que, em 1990, a Lei orgânica do Município do Rio de Janeiro extinguiu o quadro dos profissionais de psicologia, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, interrompendo, desse modo, as ações do psicólogo nas escolas públicas. Tais profissionais foram transferidos para a Secretaria de Saúde, onde passaram a desenvolver atendimentos clínico–psicoterápicos junto à população usuária.

A pesquisa se constituiu por intermédio de quatro iniciativas: entrevistas realizadas com os professores e os supervisores na área de psicologia escolar em oito grandes centros universitários do Rio de Janeiro (UFF, UERJ, PUC, USU, UGF, UFRJ, UNESA e UICL) que, nos últimos cinco anos, estiveram responsáveis pelas disciplinas e/ou estágio supervisionado relativo às práticas psicológicas na escola; levantamento bibliográfico de produções como teses, artigos, livros e documentos relativos às práticas e reflexões na interface Psicologia/Educação; entrevistas com 25 psicólogos e 50 educadores ligados à rede pública de ensino do Rio de Janeiro na década de 80; pesquisa–intervenção num CIEP da rede estadual de ensino.

As entrevistas com os professores e supervisores universitários foram realizadas em parceria com a UFF, através da participação de uma professora e de bolsistas daquela universidade no planejamento e execução do trabalho. Esta etapa da pesquisa tinha como objetivo: conhecer os diferentes programas escolares que vêm norteando a formação (quais referenciais de psicologia e de educação estão sendo utilizados, tomando por paradigma o ensino oferecido pelos oito centros universitários supracitados); mapear os tipos de articulação existentes entre SPA e salas de aula; promover análises críticas quanto à organização curricular atual no que tange à interface psicologia/educação e às perspectivas do aluno de psicologia ante o mercado de trabalho.

Quanto ao levantamento bibliográfico, todo o material coletado encontra-se, hoje, sob a forma de acervo, sendo analisado e debatido num centro de estudos que funciona mensalmente na UERJ. Coordenado pelas professoras Mansa Rocha, Heliana Conde (UERJ) e Katia Aguiar (UFF), o

grupo conta com a presença dos participantes da pesquisa e de demais alunos e profissionais interessados na temática.

No que se refere às entrevistas realizadas com psicólogos e educadores que trabalharam na rede pública na década de 80, tendo em vista as dificuldades de localização destes profissionais, concluímos, até o momento, apenas as etapas relativas aos depoimentos de psicólogos — inclusive transcrição completa das fitas e análise do material.

Nosso propósito, com estas entrevistas, é conhecer e analisar os projetos que serviram como referenciais aos planos de ação dos profissionais de psicologia, assim como a articulação destes com as demandas dos educadores do setor público.

Paralelamente, com a perspectiva de construção de um outro lugar para o psicólogo junto à educação, no final de 1997 iniciamos a pesquisa–intervenção numa escola pública. Esta encontra-se também ainda em andamento.

Os cursos de Psicologia e a formação cientificista

Entre os principais temas arrolados na pesquisa para analisar a relação entre Psicologia e Educação destacamos o caráter cientificista da formação oferecida pelos cursos de Psicologia. A essencialização de um *homem* universal, em desenvolvimento no meio social, e a consequente naturalização das condições histórico–sociais do homem particular estão presentes nos estudos sobre o psiquismo, servindo de base tanto para ações psicologizantes como para a preponderância da postura clínico–assistencial na formação dos psicólogos.

Na escola, tal referencial tem levado os psicólogos a individualizar movimentos do processo educacional, identificando conflito e desvio, normalidade e disciplina. Desta forma, a penetração da Psicologia no sistema educacional tem-se dado dentro de relações altamente estratificadas e assumido a feição de mera gestora da ordem.

Identificando no intimo e no familiar as raízes dos parcos desempenhos escolares — medidos por notas e conceitos disciplinadores —, a Psicologia reifica as convenções de uma dada época e classe como ideais da humanidade. Consequentemente, tornado por tantos jogos de verdades um especialista da *essência humana,* o psicólogo passa a articular, acriticamente, desempenho *individual,* diagnóstico *universal* e aconselhamento *supervisional* (de alunos, familiares e educadores), colocando-se, assim, num *locus* privilegiado ante os demais participes do regime educacional.

Muitos dos psicólogos entrevistados relacionaram as dificuldades encontradas em desenvolver trabalhos na escola ao ensino que receberam na universidade, o qual não lhes ofereceu alternativas teórico–metodológicas consistentes para lidar com questões institucionais.

Os professores de psicologia escolar, por sua vez, apontam para a ausência de disciplinas com um referencial sociopolítico capaz de redimensionar práticas nas instituições educacionais, explicitando ainda o curto espaço de tempo (um semestre) de que dispõem para fundamentar e desenvolver formas outras de intervenção.

Encontramos, ainda nos depoimentos dos psicólogos escolares, uma outra justificativa para as práticas tutelares desenvolvidas na escola: as solicitações, feitas por educadores, de atendimentos a crianças e jovens com problemas de violência, apatia, lentidão de aprendizagem, entre outros.

É, no entanto, importante percebermos que tais pedidos não se constituem apenas pela imagem social do psicólogo como terapeuta; incorporam certa oferta de trabalho efetuada pelo profissional de psicologia, e derivam também da fragilização que o educador brasileiro tem experienciado diante das instabilidades econômico–político–pedagógicas. A escola, em permanente crise, leva os educadores a viverem aprisionados em um tempo de agitação e tédio, no qual se sobressaem o tarefismo, a repetição e o lamento; pois, sem alternativas que levem à construção de

análises criticas não existem mudanças no cotidiano, ou nas relações de aprendizagem.

Assim, dois fatores são fundamentais para entendermos as questões que atravessam as práticas dos profissionais de psicologia dedicados à educação: a organização dos cursos de psicologia e os movimentos pedagógicos que circunscrevem a realidade educacional.

Em relação à formação do psicólogo, predomina nos cursos a orientação que privilegia a abordagem preventivo–curativa, formulada a partir do movimento médico–higienista. A perspectiva é atuar antecipadamente, prevenindo possíveis problemas ou, mediante encaminhamento, desenvolver práticas de orientação para eliminar o comportamento conflitante com as normas.

A própria composição dos currículos de psicologia é expressiva: em quase todos os cursos a que tivemos acesso, aparece a oferta da disciplina "Psicologia escolar e problemas de aprendizagem" —tendenciosa no próprio nome— e inexistem disciplinas, estágios ou pesquisas que se proponham a discutir os impasses e as possibilidades vinculadas às práticas institucionais.

A disciplina "Psicologia Escolar", oferecida a partir do 7º período, já encontra um aluno modelado para ações terapêuticas e, não raro, definido quanto à área de estágio que almeja.

No que tange aos movimentos pedagógicos, a tradição higienista, articulada à pedagogia nova e, posteriormente, à tecnicista, favoreceu a penetração e difusão de uma abordagem psicologizante para as questões socioinstitucionais, tornando a escola um grande conjunto de casos a cargo de um especialista: o psicólogo. Criou-se, então, a expectativa de que o psicólogo solucione, ou mesmo previna, os variados problemas que ousem se imiscuir no *pacificado* território *do saber*.

O psicólogo tenta efetivamente responder a tal demanda, sem conseguir, com isto, contribuir para melhorar a qualidade do processo

pedagógico. O autoritarismo investido nas práticas assistenciais apenas sedimenta ordem hierárquica em pré-codificadas dicotomias: teoria ou prática, professor ou aluno, especialista ou cliente. Desta forma, reproduz outras sucessivas segmentações: família estruturada *x* desestruturada; aluno *(normal) x aluno–problema;* aluno *(normal) x especial...*

Por outro lado, entre as políticas de gabinete e as condições cotidianas do trabalho escolar, a formação dos profissionais da educação também dispensa quaisquer análises não intimizantes ou não generalistas do dia-a-dia educacional, evitando, assim, dar visibilidade às implicações do pedagogo na produção dos *impasses pedagógicos.* Neste sentido, desafiar o instituído escolar envolve tanto o desenvolvimento de referenciais teórico–práticos, que viabilizem ao professor e ao psicólogo ações coletivas, quanto a problematização das instituições que efetivam a escola como espaço/tempo de inter-relação entre a educação e a psicologia.

Contrariamente a tal possibilidade, no entanto, as constantes reformas do ensino público brasileiro têm excluído, sistematicamente, a comunidade escolar da tarefa de propor soluções para as questões que lhe atravessam o cotidiano. Necessário faz-se, então, para que os educadores se reapropriem de sua própria voz, perscrutar suas condições de análise, avaliação e proposição de alternativas para a vida escolar, e as articular aos movimentos mais amplos da sociedade, buscando, em conjunto, a construção de novos parâmetros para a existência humana —fora do silenciamento e longe das rotulações.

A Psicologia e a perspectiva ético–estético–política

Ao pressupormos conhecimento, organização institucional e homem como produções coletivas e contextualizadas, nos deparamos com a construção permanente de territórios de subjetivação. Afirmamos, portanto, que a condição humana encontra-se circunscrita às diferentes práticas do cotidiano; ou seja, na complexidade social que produz, o homem é produzido.

A adoção de uma certa perspectiva ético–estético–política, radicalmente historicizante, possibilita-nos colocar em discussão instituições que atravessam a vida escolar; tal qual, a infância, a família, o Estado, a pedagogia, a psicologia, a medicina...

Desmembrando os elementos que compõem nossa perspectiva, poderíamos dizer que a dimensão ética vincula-se ao encontro e ao exercício do pensamento; une-se também às experiências de liberdade e autogestão, permitindo desconstruir a *verdade* das regras pré-concebidas e abrir outras possibilidades para ações coletivas. A estética se circunscreve na criação de novos referenciais para as práticas. A política põe em funcionamento a análise das forças produtoras de sentidos múltiplos para o cotidiano.

Conforme o pensamos, o cotidiano escolar não se estrutura apenas a partir de exigências macropolíticas (leis, decretos, reformas burocráticas...); gesta-se também no plano das implicações dos agentes com os dispositivos que compõem a realidade do ensino escolarizado. Colocar as instituições em análise significa pôr em xeque os critérios que norteiam nossas ações, o absolutismo dos valores hierarquizantes, os princípios que fazem equivaler subjetividade e capital, e a normatividade disciplinar que, nos atravessando, faz-nos produzir um certo cotidiano, e não outro; ou seja, é enfatizar a análise micropolítica de nossas práticas.

Funcionando como um contratempo institucional, a análise micropolítica cria condições para novos posicionamentos e ações sociopolítico–pedagógicas; intervindo sobre o instituído fetichismo profissional, permite-nos reexaminar nossas implicações com o processo de trabalho, com o outro, com a formação acadêmica... Evidenciando mecanismos dispersos que nos têm conferido poder na hierarquia institucional, faculta-nos recusar tanto as dicotomias estigmatizadoras quanto o pétreo lugar de especialistas.

Contudo, o tempo instituído pela Escola e nas escolas não admite tantos questionamentos. Atualmente, a aceleração do tempo educacional articula a escola com as grandes organizações sociais (industriais,

comerciais e de serviços), privilegiando as ligações funcionais e pragmáticas do trabalhador com o trabalho. O que se instrumenta neste modo de pensar/fazer escola é a competência, compreendida enquanto execução eficiente do previsto, a competitividade e a produtividade, todas voltadas para um especulativo mercado. A educação formal volve-se, assim, em cumprimento das normativas dos manuais que estabelecem modelos, estatísticas e metas a serem cumpridas.

Consequentemente, as políticas que incidem diretamente sobre as escolas têm definido, a partir de generalizações acerca das mesmas e de representações ideais de civilitude e povo, modelos educacionais em total descompasso com a realidade singular das comunidades escolares. Tais políticas se traduzem, em termos organizacionais, como difusoras de consenso e de perfis de normalidade, subsumindo as possibilidades de participação criativa de professores e alunos ao processo educacional dentro da ordem burocraticamente estabelecida.

Paralelamente, as instituições de ensino, em todos os seus níveis, veem-se compelidas a *investir* no ideário neoliberal —racionalidade, competitividade, competência, cientificismo—, mantendo-se, contudo, atualizados arcaicos elementos familiaristas, derivados de certo modo de organização estatal, nada competitivo —afiliações, protecionismo, clientelismo.

Embora escola e família se constituam em mundos aparentemente distintos (público/privado), a crescente privatização dos espaços públicos tem feito agravar a dependência da produção escolar em relação a certa política do *faz favor*. Disfarçadamente a combinação entre o discurso da competência e a prática do apadrinhamento tem produzido significativas adesões a um perigoso jogo político, que silencia a crítica, isola a criação e reinventa a violência institucional como problema individual. Ou seja, o discurso neoliberal acerca da Escola a identifica a um idealizado universo empresarial, altamente competitivo, exigindo *total controle de qualidade* em seus *produtos*: é a escola ISO 2000. Mas a prática estatal com relação à escola real ancora-se em mecanismos nitidamente diversos, absolutamente similares aos descritos por Schwarz (1988: 18) ao contextualizar um outro

momento político de nossa história: “Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco. igualdade ao privilégio *etc.*”

Opondo-nos a culpabilizar o indivíduo pela ausência coletiva de oportunidades, não temos um problema a desvendar nos sujeitos da educação. Antes, deparamo-nos com um sério desafio: criar condições para um enfrentamento do dia-a-dia que reenvie os impasses institucionais às suas condições de produção. Reconstruir história, resgatar o espaço/tempo que circunscreve as ações, contextualizá-las, escutar a voz da diferença é viabilizar alternativas concretas para o cotidiano educacional.

A pesquisa–intervenção como proposta de atuação

A pesquisa–intervenção constitui-se como uma tendência das pesquisas participativas; propugna uma análise psicossociológica em ato como motor de transformação institucional. Nosso trabalho se desenvolve junto a grupos e coletivos, favorecendo as discussões e a produção cooperativa, com a perspectiva de fragilização tanto das hierarquias burocráticas quanto das especialidades, que fragmentam o cotidiano e isolam os profissionais em domínios de saber.

A pesquisa–intervenção, por sua ação crítica e implicativa, amplia as condições de um trabalho compartilhado, visando a colocar em análise os referenciais que servem de suporte para as ações cotidianas; ou seja, as instituições —valores, princípios e critérios— que estabelecem sentidos para a produção do conhecimento e para a organização escolar. Desta forma, vem possibilitando repensar as bases teórico–metodológicas de profissionais que tenham como proposta de trabalho a investigação dos movimentos sociais.

No âmbito da escola, a pesquisa–intervenção se vincula à afirmação de uma análise micropolítica do cotidiano voltada para a desnaturalização das práticas, com o intuito de fazer emergir as dimensões positivas do cotidiano institucional, e instigar os atores sociais, atentos às experiências vividas, a refletir sobre os modelos pedagógicos e institucionais estabelecidos.

A pesquisa–intervenção, debruçando-se sobre os efeitos das práticas, o produto das ações coletivas, procede à crítica do estatuto da Verdade, pondo em questão o saber das teorias, das organizações e das formas constituídas como conhecimento científico frente à realidade complexa e diferenciada das relações socioinstitucionais.

Acolhendo a diversidade das redes relacionais, o trabalho de intervenção tenta contemplar analiticamente as territorialidades, considerando a interação entre os vários segmentos da esfera coletiva; a temporalidade, perscrutando a relação entre os novos ideários e as tradições, e a interação das utopias com o resgate cultural; a sociabilidade, favorecendo a articulação entre as relações ético–políticas construídas no cotidiano, geradoras de movimentos sociais, e o fortalecimento dos atores sociais, buscando a ampliação do conceito de *cidadania*. Deste modo, autoanálise e autogestão são conceitos essenciais para o projeto socioanalítico.

Nessa perspectiva, pesquisadores e pesquisados atuam, conjuntamente, na produção de conhecimentos. Nosso trabalho de pesquisa tem-se pautado por tal compreensão: o levantamento e a análise da história dos grupos escolarizados, da política educacional, assim como da ação dos educadores sobre os projetos de ensino são tão fundamentais para nós quanto os encontros e confrontos produzidos no campo de intervenção. Estes abrem também espaço para a análise das relações específicas entre psicólogo e educador.

Como dissemos no início, há ainda muito a fazer, a pesquisa continua em franca produção. Através de analisadores —eventos e acontecimentos que condensam os conflitos da ordem do político, do afetivo, do profissional, e que trazem também dimensões do cotidiano nem sempre exploradas por não serem evidentes— propondo-nos questões grupais, esperamos vislumbrar saídas quanto à inércia instituída, e produzir outras atividades, que não diagnosticar e disciplinar, para a interface Psicologia/Educação.

As implicações dos diferentes profissionais que compõem as equipes de trabalho encontram-se em análise nos grupos, dando visibilidade aos modos de inserção de cada um de nós no processo de constituição da

realidade escolar. Quem sabe, trazendo contribuições significativas à participação ativa do coletivo na organização político–pedagógica da escola.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro: PUC, 1979.

HELLER, A. *O cotidiano e a história.* São Paulo: Paz e Terra, 1970.

LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne III: De la modernité au modernisme*. Paris: L'Arche Éditeur, 1981.

PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar.* São Paulo: Queiroz, 1993.

PENIN, S. *Cotidiano e escola. A obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1995.

ROCHA, M.L.: AGUIAR, K. "Práticas universitárias e a formação sócio-política". *Anuário do Laboratório de Subjetividade e política.* Niterói: UFF, vols. 3/4, 1997.

______. "Para além da evidências, dos princípios e dos valores instituídos no fazer pedagógico". *Cadernos Transdisciplinares.* Rio de Janeiro: UERJ, vol. 1, 1998.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

SILVA, T.T (org.) *O sujeito da educação. Estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRAJETÓRIA DO ENCONTRO ENTRE PSICÓLOGOS E EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO

Valéria da Hora Bessa *
Marisa Lopes da Rocha **

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa–intervenção "A escola entre a macro e a micropolítica e as implicações com as práticas psicológicas", vinculada ao instituto de Psicologia da UERJ e que tem como proposta a investigação das relações entre Psicologia e Educação.

Nesta pesquisa estamos remontando, através do estudo de documentos, publicações e entrevistas com psicólogos e educadores, a trajetória do profissional de psicologia que esteve ligado à Secretaria Municipal de Educação durante a década de 80, tendo sido transferido, em inícios da década de 90, em cumprimento da lei orgânica de 1990, para a Secretaria Municipal de Saúde, passando a atuar em atendimentos à população usuária do ensino público em postos de saúde.

De acordo com documentos, a Secretaria Municipal de Educação contava com 350 professores exercendo a função de psicólogos, em 1984, para suprir demandas advindas dos Distritos de Educação e Cultura (DECs, atuais CRES). Este contingente de profissionais viera se constituindo desde 1975, mediante o artifício "desvio de função", e começara a estacionar em meados da década de 80.

O "desvio de função" —deslocamento de professores da docência para as práticas psicológicas— resolveu-se parcialmente com a criação do Plano de Classificação de Cargos e Vencimentos do Município do Rio de Janeiro, que instituiu o cargo de psicólogo na SME em 16/03/79.

---

* Graduanda do curso de Psicologia da UERJ, bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq.
** Professora do Departamento de Psicologia Social e Instituições da UERJ.

Em 19/08/80, a resolução n.º 114 convoca os professores *desviados de função* para o concurso de remoção, com o intuito de preencher novas vagas para psicólogos, criadas junto à SME. O concurso é realizado em 30/08/86. Os professores aprovados passam, então, a ocupar cargos de psicólogos, recebendo os benefícios financeiros referentes a esta função.

Uma vez que só os professores que estivessem, até 1979 (ano da criação do plano), em desvio de função poderiam se inscrever para o concurso, o próprio critério para se candidatar às vagas não permitia extinguir o problema. Com isto, cerca de 80 professores que passaram a exercer a função de psicólogo após o ano de 1979 continuaram em desvio de função, desenvolvendo atividades clínicas no Instituto Helena Antipoff, nos Distritos de Educação e Cultura, nos Centros Ocupacionais e na APAE; porém, recebendo como professores.

Em inícios dos anos 90, este quadro foi drasticamente alterado. Hoje, apenas professores podem estar lotados na SME. Os profissionais que permaneceram no Instituto Helena Antipoff ou na APAE ficaram na qualidade de professores de ensino especial, e os que optaram por funções administrativas exercem atividades burocráticas.

A partir de 1986, proliferam decretos relacionados à atuação do psicólogo. Dentre estes, estava o decreto que, definindo-lhe as atribuições, incluía o psicólogo na área de saúde e assistência social, com possibilidades de lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Administração.

No ano seguinte, o decreto elevara para 440 o número de psicólogos no Município do Rio de Janeiro. Contudo, em 05/04/1990, a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo n.° 353, parágrafo 6°, determina que o psicólogo tem exercício privativo na Secretaria Municipal de Saúde. O parágrafo 9° assevera que caberá à SMS o planejamento e a coordenação das atividades dos profissionais a ela subordinados e, ainda, o artigo n.° 354 estabelece que a SMS e a SME manterão programas conjuntos de educação e saúde, a serem desenvolvidos —nas escolas, locais de trabalho e de moradia— por

profissionais de ambas as secretarias. Vale ressaltar que os psicólogos por nós entrevistados nos postos de saúde desconhecem qualquer planejamento ou ação que tenha extensão junto às escolas.

A transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde está vinculada ao seguinte entendimento: práticas psicológicas são restritas à saúde —entendendo por saúde uma ação individualizada, curativa e psicologizante.

Apesar de respaldada na Lei Orgânica anteriormente citada, a passagem dos profissionais de psicologia para a saúde não contou com a total aquiescência da categoria, nem solucionou os problemas dos profissionais que pretendiam permanecer junto às escolas. Ao contrário, alguns psicólogos relataram experienciar, na Saúde, um sentimento de não integração, similar ao outrora vivido, no início de suas carreiras, no espaço educacional. Por outro lado, outros —restritos ao modelo assistencial clínico— afirmaram ter desejado a mudança, encontrando, na saúde, o *locus* ideal para a atuação do psicólogo.

É lícito acrescentar que todos os psicólogos entrevistados, atuantes em postos de saúde, descrevem suas práticas como atendimento clínico a crianças enviadas pelas escolas, ou por profissionais da área médica, alegando que, devido ao volume de solicitações, não têm condições de realizar qualquer trabalho, ou mesmo contato, com quem fez o encaminhamento.

Nas entrevistas realizadas com 21 psicólogos, buscamos investigar as práticas desenvolvidas por estes psicólogos nas escolas do município, antes e depois da implantação da Lei Orgânica; o sentido que davam a tais práticas quando ainda tinham algum vínculo com a realidade educacional; quais os tipos de pedidos recebidos, e como identificavam as demandas institucionais.

Entendendo por *pedido* as solicitações explícitas feitas pela escola, e por *demanda*, as solicitações não explicitadas pela escola, mas que se apresentam na forma de conflitos, tensões, angústias... provenientes do cotidiano político–pedagógico, profissional ou relacional, do estabelecimento.

Nosso intuito é traçar um paralelo entre o que os profissionais relatam como sendo suas práticas, e a visão da SME sobre elas, com o intuito de entender o que motivou o afastamento dos profissionais *psi* do campo da Educação no Município do Rio de Janeiro. As entrevistas nos possibilitaram a obtenção de informações mais precisas e detalhadas em relação à atuação dos psicólogos nas escolas públicas e/ou DECs, facultando-nos analisar permanências e mudanças nas práticas desses profissionais após saírem da SME.

Visando a contextualizar tais práticas, inquirimos sobre projetos, perspectivas, formação e possíveis críticas à realidade vigente; igualmente, lhes pedimos que avaliassem suas próprias atuações em ambos os espaços: educação e saúde.

Os resultados da pesquisa mostram que os psicólogos que trabalharam na Educação de 80 até 92 receberam formação universitária privilegiadamente clínico–terapêutica, direcionada para o exercício profissional liberal, cuja ação prepondera em consultórios privados. O referencial teórico–metodológico priorizado na formação foi o psicanalítico, o que gerou, na grande maioria dos entrevistados, um sentimento de não pertencimento ao campo de atuação escolar. Perante atos coletivos e multiplicidade de formações e valores, sentiam-se sem ferramentas para pôr em análise o processo institucional.

Reconceituar público, fazer a análise das implicações com o campo, desconstruir os especialismos, intervir através de práticas grupais autogestionárias não se constituem em instrumentos simples de serem manejados frente a uma realidade em que o paradigma liberal–funcionalista é hegemônico. Neste sentido, alguns entrevistados afirmaram ter buscado informações sobre ação institucional (entendida aqui enquanto dispositivos mobilizadores do cotidiano escolar) em autores externo ao âmbito da Psicologia —Foucault, Lourau, Lapassade, entre outros filósofos e institucionalistas—, e atuado, nas escolas, dentro de uma perspectiva diversa da clínico–assistencial.

Os objetivos desses profissionais, segundo os relatos, era encontrar uma abordagem teórico–metodológica que lhes permitisse desenvolver um trabalho coletivo nas escolas e, concomitantemente, discutir suas próprias condições de trabalho, redimensionando o lugar do psicólogo na rede pública de ensino..

A análise das entrevistas mostrou que os psicólogos caracterizaram suas atuações de três formas distintas: atendimento clínico–terapêutico, intervenção clínico–institucional e intervenção institucional.

- 38,1% dos psicólogos definiram sua atuação como clínico–terapêutica, tendo enquanto prática o atendimento individualizado dos alunos apontados pelos professores como "criança–problema": portadoras de dificuldades na aprendizagem, distúrbios de comportamento, deficiência física ou mental. A lógica que predomina em seus discursos pertence aos âmbitos do assistencialismo e da prevenção.

- 23,8% definiram sua prática como clínico–institucional; compreendendo por tal afirmação o abandono do atendimento individualizado e a incorporação de técnicas grupais —em especial, o grupo operativo— tanto no aconselhamento ao professor quanto nas reuniões com os pais, ainda no intuito de orientá-los e aconselhá-los sobre os filhos. Esta atuação, embora matizada por elementos discursivos que põem em xeque o caráter dual da relação médico–paciente, mantendo-se ancorada na lógica do assistencialismo e do aconselhamento, reifica o psicólogo como "especialista" e mediador de uma realidade altamente psicologizada.

- 38,1% dos entrevistados definiram sua atuação como institucional, longe do caráter assistencialista. Alegaram procurar pôr em análise o processo institucional das práticas pedagógicas, as relações entre os diversos segmentos escolares, e os critérios e os princípios referente às hierarquias pedagógicas. Para tanto, disseram utilizar, enquanto método, a coletivização das questões do cotidiano escolar,

> promovendo a análise das implicações de todos os envolvidos no processo. As práticas relatadas por estes psicólogos incluem: entrevistas com o corpo escolar, reuniões multidisciplinares (com a participação de psicólogos, médicos, orientadores educacionais e assistentes sociais, existentes nos colégios públicos à época), encontros com os alunos e com os pais, além de reuniões sistemáticas com a direção escolar para a discussão de propostas pedagógicas e da própria gestão administrativa.

Dentre essas três formas de atuação, apenas os últimos profissionais, aqueles que definiram seu trabalho como ação institucional, disseram identificar demandas a partir dos pedidos da escola. Consoante eles, as relações existentes no ambiente escolar evidenciavam urgência quanto à problematização sociopolítico–pedagógica das mesmas, o que nem sempre encontrava condições de efetivação junto às direções dos estabelecimentos.

Destaque-se que todos os entrevistados, quando indagados sobre como viam os possíveis efeitos de suas atuações, afirmaram não saber avaliar os efeitos de seus trabalhos ou os considerar insatisfatórios. Em relação ao primeiro e segundo grupos de psicólogos, tal insatisfação se apresentou como decorrente da impossibilidade de atender a quantidade de pedidos de assistência às crianças que chegavam aos DECs. No terceiro grupo, remeteu-se a insatisfação às condições adversas de trabalho no campo da Educação: à estrutura organizacional, que os lotava nos DECs para atendimento de um grande número de escolas; às pressões políticas, oriundas dos DECs e das escolas, quanto à orientação dos trabalhos a serem desenvolvidos; aos horários escassos para estar com as equipes multidisciplinares (excesso de trabalho do corpo docente); ao desinteresse, por parte dos administradores escolares, pela busca de formas alternativas para o cotidiano escolar.

Para melhor apreciarmos os dados até agora por nós obtidos, falta-nos entrecruzar a prática do psicólogo com a do professor. Para tanto, já realizamos trinta entrevistas com educadores da rede municipal de ensino; porém, ainda esperamos realizar outras vinte, com o intuito de ampliar nosso campo de análise. Desta forma, esperamos traçar algumas linhas

cartográficas das relações entre professores e profissionais de psicologia dentro das escolas ou DECs. A maior dificuldade vem se constituindo em encontrar professores que tenham trabalhado com psicólogos: a maioria dos profissionais de ensino atuante na década de 80 e em inícios dos anos 90 encontra-se atualmente aposentado; alguns, embora ainda em atividade, alegam não ter tido contato com trabalhos efetivos de psicologia dentro de seus estabelecimentos escolares.

A reconstrução dessa história nos coloca frente ao desafio de refletir sobre o lugar do psicólogo no campo da Educação. Quem sabe, reafirmemos a escola como espaço produtor de múltiplas possibilidades, no que se refere ao trabalho institucional do psicólogo.

Referências bibliográficas

BARBIER, R. *Pesquisa–ação na instituição educativa.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BARROS. R.D.B. “Grupo: a afirmação de um simulacro”. Tese de doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo. PUC, 1994.

BRANDÃO, C.R (org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola. Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAZENDA, I (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GALLO, S. *Pedagogia do risco. Experiências anarquistas em educação*. Campinas: Papirus, 1995.

GENTILI, P (org.) *Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

KRAMER, S.; LEITE, M. I (org.) *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1996.

LOURAU. R. *Sociólogo em tempo inteira. Análise institucional e pedagogia*. Lisboa: Estampa, 1975.

MACHADO, A.M.; SOUZA, M.P.R (org.) *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PATTO, M.H.S. A *produção do fracasso escolar* São Paulo: Queiroz, 1991.

PENIN, S. *Cotidiano e escola. A obra em construção.* São Paulo: Cortez, 1995.

ROCHA, M.L. "Do tédio à cronogênese: uma abordagem ético–estético–política da prática escolar". Tese de doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo. PUC, 1996.

RODRIGUES, H.B.C.; LEITÃO, M.B.S.; BARROS, R.D.B (org.) *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAIDON, O.; KAMKHAGI, V.R (org.) *A análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SILVA, T.T (org.) *O sujeito da educação. Estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, S. J.; KRAMER, S. *Educação ou tutela?* São Paulo: Loyola, 1988.